

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

25

2025 SÉRIE 3

É sempre com muito gosto que colocamos ao dispor dos leitores um novo número de *Páginas a&b*, evidenciando assim a saúde editorial da revista e o reconhecimento que a comunidade da Ciência da Informação lhe manifesta. Este número, composto por quinze artigos e três recensões, é o resultado da avaliação cada vez mais exigente feita pelos nossos revisores, pois a seleção final representa cerca de 43% das quarenta e duas submissões recebidas. Saudamos o incremento de submissões de autores portugueses, que procuram a revista para partilhar os seus projetos de investigação ou as suas reflexões de cariz mais profissional.

Temos, mais uma vez, um número de cariz luso-brasileiro e multifacetado, que procura diversificar as abordagens no âmbito das temáticas variadas que compõem a Ciência da Informação, as quais vão desde os serviços (arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, ...) aos sistemas de informação, nas suas várias componentes (produção, organização e uso da informação), englobando ainda aspetos relacionados com o reconhecimento social dos profissionais da área e perspectivas teóricas que sempre privilegiamos.

A abrir, um trabalho de Oliveira e Siebra sobre o uso da IA Generativa (tema incontornável nos dias que correm!) no apoio à avaliação da usabilidade de páginas *web*, sendo comparadas várias ferramentas e respetivo desempenho. De seguida, um texto de Maroldi, que se caracteriza como “um ensaio teórico-histórico fundamentado em revisão integrativa, articulando obras fundadoras e estudos de Ciência e Tecnologia”, e que procura reinterpretar a história da bibliometria, “das origens documentais aos sistemas algorítmicos contemporâneos”.

Seguem-se dois estudos sobre os profissionais da informação e um outro sobre a presença (ou ausência) de profissionais de gestão da informação nas organizações portuguesas, tanto do setor público como do privado. Alvim resgata memórias da profissão, num interessante trabalho baseado em entrevistas com bibliotecários e arquivistas portugueses, que muito ajudaram a desenvolver e a consolidar alguns dos mais importantes serviços de informação do nosso País. Generoso analisa o enquadramento legal das carreiras da administração pública portuguesa e sua evolução, para concluir pelo retrocesso que a legislação sofreu no sentido da desvalorização dos profissionais da informação. E Torres apresenta-nos um estudo, que “resulta da recolha e seleção de fontes de informação sobre a gestão da informação, os gestores de informação e os modelos de gestão da informação nos setores público e privado”.

As preocupações com a memória e o património estão presentes nos textos de: Santos e Batista, que discutem aspetos relacionados com a aplicação das folksonomias em plataformas colaborativas de património cultural no Brasil; Silva, que aborda os problemas que enfrentam as pessoas com deficiência visual no acesso aos museus; Tarré Alonso e Puerta-Díaz, que apresentam uma análise cientométrica da representação de objetos museológicos na literatura científica internacional; Pinheiro, que se debruça sobre o tema da doação de coleções privadas aos museus; Santana, Araújo e Nascimento, que relatam a experiência adquirida num projeto de higienização, organização e digitalização do acervo histórico da FUMCTUR - Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe Água (Brasil); e Jorente e Sabino, que abordam a utilização de plataformas informáticas para a representação da informação na Fundação Instituto Marques da Silva (Portugal).

Por fim, temos um estudo de Massoni, Borges e Kaefer, sobre educação em informação em bibliotecas comunitárias; uma análise do Plano Nacional de Leitura Pública e as gerações Y e Z, da autoria de Pinto e Marques; e um trabalho de Silva sobre o Comportamento Infocomunicacional nos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional, em Portugal, aos quais se segue, na secção *a&b em aberto*, um texto de Garcia e Rodrigues, sobre o trabalho desenvolvido a partir do Projeto *Memórias*, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e suas unidades técnico-científicas (Casa de Oswaldo Cruz e Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca).

Encerra-se este número com três interessantes recensões de obras que estimulam a leitura e o pensamento crítico sobre temas tão diversos como os arquivos de personalidades públicas (no caso, presidentes da República, do Brasil), as bibliotecas escolares e a ética da informação.

Despeço-me com votos de boas férias e, como sempre, com um convite à leitura de *Páginas a&b*.

Fernanda Ribeiro

USO DE INTELIGÊNCIA GENERATIVA NA AVALIAÇÃO HEURÍSTICA DE USABILIDADE DE UMA PÁGINA WEB: potencialidades e limitações

THE USE OF GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE HEURISTIC USABILITY EVALUATION OF A WEB PAGE: capabilities and limitations

Ranna Redlley Silva Oliveira | Sandra de Albuquerque Siebra

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag25a1>

Resumo: Este estudo analisa o uso da Inteligência Artificial Generativa como ferramenta de apoio à avaliação de usabilidade de uma página *web*, com base nas heurísticas de Nielsen. Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo e exploratório, que utilizou revisão bibliográfica e a implementação de um teste empírico, no qual foi desenvolvido um *prompt* avaliativo para avaliação heurística da página inicial de um repositório digital. O *prompt* foi submetido às ferramentas ChatGPT, Copilot e Gemini e foram verificadas as convergências e divergências dos resultados apresentados. Os resultados evidenciam que todas as GenAI foram capazes de realizar avaliações heurísticas da interface, porém apresentaram diferenças no detalhamento descritivo da avaliação e em sua precisão, na consideração ou não do perfil do usuário descrito no *prompt* e na atribuição do grau de severidade dos problemas encontrados. O ChatGPT destacou-se por apresentar análises mais completas, contextualizadas e próximas de uma avaliação humana especializada. O Gemini apresentou resultados com menos detalhamento e contextualização que o ChatGPT, focando em aspectos estruturais e visuais da interface. E o Copilot demonstrou inconsistências interpretativas e equívocos na avaliação, que foi apresentada de forma objetiva, sem muitas explicações. Conclui-se que as GenAI apresentam potencial como ferramenta de pré-diagnóstico em avaliações heurísticas de usabilidade, desde que utilizadas de forma crítica e supervisionada.

Palavras-chave: Heurísticas de Nielsen; Inteligência Artificial Generativa; *Prompt*; Usabilidade.

Abstract: This study analyzes the use of Generative Artificial Intelligence as a support tool for evaluating the usability of a web page based on Nielsen's heuristics. A qualitative-quantitative, descriptive, and exploratory approach was adopted, using a literature review and the implementation of an empirical test in which an evaluative prompt was developed to conduct a heuristic evaluation of a digital repository's homepage. The prompt was submitted to the ChatGPT, Copilot, and Gemini tools, and the convergences and divergences among the results obtained were analyzed. The findings show that all GenAIs could perform heuristic evaluations of the interface; however, they differed in the descriptive detail and precision of the evaluations, in whether or not they considered the user profile described in the prompt, and in the assignment of severity ratings for the identified problems. ChatGPT stood out for providing more complete, contextualized analyses that were closer to a specialized human evaluation. Gemini produced results with less detail and contextualization than ChatGPT, focusing mainly on the structural and visual aspects of the interface. Copilot, in turn, demonstrated interpretative inconsistencies and evaluation errors, presenting the analysis in a more objective manner and with fewer explanations. It is concluded that GenAIs have potential as a pre-diagnostic tool in heuristic usability evaluations, since they are used critically and under supervision.

Keywords: Nielsen's heuristics; Generative Artificial Intelligence; Prompt; Usability.

Introdução

Segundo Nielsen (1993), a usabilidade relaciona-se à facilidade de uso de uma interface; ao quão fácil é para os usuários realizarem tarefas básicas na primeira vez que interagem com um sistema; à rapidez com que os usuários executam suas tarefas (eficiência); à facilidade de memorização; a uma baixa taxa de erros cometidos e à facilidade de se recuperar deles;

além da satisfação durante o uso da interface. Ela configura-se como um atributo central de qualidade, ao contribuir para o desenvolvimento de interfaces mais simples, funcionais e intuitivas, impactando diretamente a experiência do usuário. (GAO, JIA e YIN, 2024).

Nesse sentido, questões de usabilidade precisam ser consideradas no desenvolvimento e na manutenção de ambientes digitais (MAYHEW, 1999), tornando-se relevante avaliá-los de maneira sistemática, correta e coerente. Neste estudo, compreende-se o ambiente digital, com base em Forrest e Wexler (2023), como espaços virtuais acessíveis por meio da conexão à Internet, onde ocorrem transações, comunicações e interações mediadas por tecnologias digitais, e que podem ser acessados por dispositivos como computadores, consoles e *smartphones*. A avaliação de usabilidade permite detectar problemas de interação nesses ambientes (como sistemas digitais, *sites*, aplicativos, redes sociais, entre outros) e propor melhorias orientadas à experiência do usuário, de modo a garantir que o *design* atenda às necessidades cognitivas, perceptivas e operacionais do público-alvo (NIELSEN, 1993; BARBOSA e SILVA, 2010).

Entre os métodos de avaliação de usabilidade, encontram-se as heurísticas de Nielsen (1993; 2005; 2024), amplamente utilizadas por sua aplicabilidade prática e pela capacidade de identificar problemas recorrentes de interação (CYBIS, BETIOL e FAUST, 2017). De fato, embora tenham sido definidas em 1993 e várias propostas de novas heurísticas e de variações das heurísticas de Nielsen tenham surgido ao longo do tempo, o estudo realizado por Krawiec e Dudycz (2020) mostrou que, apesar do passar dos anos, as heurísticas clássicas de Nielsen continuam relevantes, universais e as mais utilizadas por aqueles que primam pela qualidade das interfaces.

Em geral, a avaliação heurística de usabilidade é realizada manualmente por especialistas, o que pode demandar tempo, conhecimento técnico e recursos específicos. Com o avanço da Inteligência Artificial Generativa (GenAI), surge a possibilidade de utilizá-la para apoiar a identificação de problemas de usabilidade, ampliando a agilidade e a abrangência do processo avaliativo. De fato, ferramentas de GenAI, tais como ChatGPT, Copilot e Gemini, são capazes de interpretar e produzir linguagem natural com alto nível de sofisticação e podem ser orientadas por prompts estruturados para gerar análises com base de critérios previamente estabelecidos, como as heurísticas de Nielsen (2024).

Tal perspectiva inaugura um campo de investigação ainda pouco explorado, que envolve analisar se a GenAI pode contribuir para a identificação de problemas de usabilidade de forma ágil e coerente (ZHANG e WANG, 2024). Embora a literatura recente aponte para o uso da IA em tarefas de *design* e interação, ainda são escassas as investigações que examinam o uso da GenAI como ferramenta de apoio na avaliação heurística de interfaces (DUAN *et al.*, 2024).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar o uso da Inteligência Artificial Generativa como ferramenta de apoio à avaliação de usabilidade de uma página *web*, com base nas heurísticas de Nielsen. A ideia-chave é ampliar as possibilidades de identificar e corrigir falhas que comprometem a interação humano-computador, contribuindo para a construção de ambientes digitais mais intuitivos e eficazes.

Inteligência Artificial Generativa e a criação de prompts

A Inteligência Artificial (IA) pode ser compreendida como um campo científico voltado ao desenvolvimento de sistemas capazes de executar tarefas que, tradicionalmente, exigiriam inteligência humana, como raciocínio, aprendizado e tomada de decisão (MCCARTHY, 2007). Ao longo das décadas, a IA evoluiu de modelos baseados em regras para abordagens fundamentadas em dados e em aprendizado de máquina, consolidando-se como uma tecnologia central na sociedade contemporânea (RUSSELL e NORVIG, 2020).

Nesse contexto, destaca-se a GenAI, considerada uma evolução da IA tradicional, por sua capacidade não apenas de analisar ou classificar informações, mas também de gerar novos conteúdos, como textos, imagens e códigos (HESSEL e LEMES, 2023). Diferentemente dos modelos convencionais, a GenAI opera com base em grandes volumes de dados e em modelos probabilísticos, o que permite a geração de respostas dinâmicas e contextualizadas.

O funcionamento dessas tecnologias está diretamente relacionado aos avanços no Processamento de Linguagem Natural (PLN) e no uso de modelos de linguagem de grande escala (LLMs), que aprendem padrões a partir de extensos conjuntos de dados e passam a prever sequências linguísticas de forma coerente (COUTINHO, 2022; VASWANI *et al.*, 2017). Esse processo envolve etapas como pré-treinamento, ajuste fino e inferência, o que possibilita que sistemas como o ChatGPT, o Copilot e o Gemini respondam a comandos em linguagem natural.

Além de seu caráter tecnológico, a GenAI tem suscitado reflexões sobre criatividade, autoria e produção do conhecimento. Conforme discutido por Santaella e Kaufman (2024), essas ferramentas não apenas reproduzem informações, mas também reorganizam conteúdos existentes, criando novas possibilidades de sentido. Nesse cenário, a interação entre o humano e a máquina passa a configurar um modelo híbrido de produção intelectual, no qual a IA atua como suporte ao processo cognitivo.

No âmbito acadêmico e profissional, a GenAI vem sendo aplicada em diversas atividades, como a produção de textos, a análise de dados, a geração de imagens e o apoio à tomada de decisão, o que exige competências específicas dos usuários para seu uso crítico e responsável (TRINDADE e OLIVEIRA, 2024). Entre essas competências, destaca-se a capacidade de formular instruções adequadas para orientar uma GenAI na criação de conteúdo, os chamados *prompts*, que orientam o comportamento dos modelos e influenciam diretamente a qualidade das respostas geradas.

Nesse sentido, o objetivo do *prompt* é fornecer à GenAI as informações necessárias e suficientes para produzir um resultado pertinente à solicitação (TECHTARGET, 2025). O *prompt* vai definir o tipo, o formato e o nível de detalhamento das respostas. Dessa forma, a formulação adequada de *prompts* torna-se um fator determinante para a eficácia no uso dessas tecnologias e para maximizar a utilidade e a precisão das respostas (BARBOSA FILHO, 2025).

A eficácia do *prompt* não reside apenas no comando em si, mas também na capacidade do interlocutor humano de fornecer contextos ricos e mitigar ambiguidades, reduzindo, assim,

a possibilidade de alucinações¹ ou de respostas genéricas por parte do modelo (DUARTE, 2025). *Prompts* vagos ou pouco estruturados tendem a gerar respostas genéricas, imprecisas ou incompletas, enquanto instruções claras, específicas e contextualizadas aumentam significativamente a qualidade, a relevância e a utilidade das respostas produzidas pela GenAI. Nesse sentido, a chamada Engenharia de *Prompts* trata do processo de elaborar e refinar um *prompt* específico e detalhado (GEORGIA TECH, 2024).

A literatura científica apresenta diferentes tipos de *frameworks* de *prompt*, tais como o GPEI (*Goal → Prompt → Evaluation → Iteration*) (DORTA HERNÁNDEZ, 2025), o *Prompt Pattern Catalog* (MENEZES et al., 2024; YAO et al., 2024) e o *Zero-shot Learning* (SHORT e SHORT, 2023). Estas técnicas impactam a qualidade das respostas, atuando como *frameworks* operacionais na engenharia de *prompts* (GEORGIA TECH, 2024). Além deles, Greg Brockman desenvolveu um *framework* de *prompts* para otimizar a comunicação com modelos de GenAI (DUARTE, 2025).

O modelo de Brockman não é uma metodologia formal, e sim um conjunto de diretrizes práticas destinadas a melhorar a eficiência imediata das interações com GenAI. Assim, Brockman propõe um modelo voltado à praticidade e ao uso aplicado, menos sistemático, mas ainda assim eficiente para fins operacionais (DUARTE, 2025). Esse modelo baseia-se em quatro elementos principais, conforme se vê na Fig. 1.

Fig. 1 – Modelo de *prompt* de Greg Brockman



Fonte: Adaptado de Oliveira (2025), com uso do ChatGPT.

¹ Alucinação, no contexto da GenAI, refere-se à produção de respostas aparentemente coerentes, mas factualmente incorretas, inventadas ou que não derivam de evidências reais nos dados de treinamento, surgindo quando o modelo “preenche lacunas” com informações plausíveis, porém falsas. Essa falha decorre de limitações estatísticas dos modelos de linguagem, que operam por predição probabilística de palavras e não por compreensão semântica, levando a inferências equivocadas quando confrontados com dados ambíguos, insuficientes ou fora do seu escopo (HUANG et al., 2024).

O primeiro elemento, considerado o núcleo da estrutura, é a definição clara e específica do objetivo, que orienta a tarefa a ser executada. Ele orienta e direciona o comportamento do modelo de acordo com a intenção do usuário, garantindo que a resposta gerada mantenha coerência com a finalidade proposta. O segundo elemento é a especificação do formato de retorno, que define como a resposta deve ser apresentada. Esse componente atua como um modelo de referência (*blueprint*), garantindo que o conteúdo produzido pela IA seja organizado, coerente, funcional e de fácil interpretação (DUARTE, 2025).

O terceiro elemento engloba avisos ou restrições que orientarão o modelo quanto a comportamentos e conteúdos a serem evitados e, assim, contribuirão para a produção de respostas mais adequadas, precisas e dentro do escopo definido. E, por fim, o quarto elemento é o fornecimento de contexto (informações de fundo e dados complementares), para ampliar a capacidade do modelo de gerar respostas mais relevantes e alinhadas às necessidades do usuário (DUARTE, 2025).

A adoção dessa estrutura contribui para reduzir ambiguidades, minimizar erros e elevar a qualidade das respostas, tornando a interação com a GenAI mais eficiente e controlada. Além disso, ao estruturar adequadamente o *prompt*, o usuário passa a exercer um papel mais ativo no processo de geração de conteúdo, atuando como mediador entre a capacidade técnica do modelo e o objetivo da tarefa.

É importante destacar que, embora essa estrutura torne o *framework* uma ferramenta com potencial de precisão, sua aplicação é sempre contextual e deve ser adaptada às particularidades de cada ambiente de GenAI, já que nem todos requerem o mesmo nível de detalhamento ou padronização na construção de *prompts*.

Verifica-se, a partir do que foi apresentado, que a GenAI mostra-se uma tecnologia com potencial de aplicação em diferentes contextos, incluindo a avaliação de usabilidade, pois pode possibilitar a geração de análises automatizadas com base em critérios previamente definidos, como as heurísticas de Nielsen (2024).

Avaliação de usabilidade por meio das heurísticas de Nielsen

De acordo com a norma ISO 9.241-11:2018, a usabilidade é definida como a medida em que um produto pode ser utilizado por usuários específicos para alcançar objetivos, em um contexto de uso definido (INTERNATIONAL..., 2018). Configura-se, portanto, como um fator essencial para a eficácia e a eficiência no uso de *websites*, aplicativos e sistemas digitais, pois influencia diretamente a forma como os usuários interagem com as funcionalidades disponíveis. Para Steve Krug (2008), quando os elementos de uma interface são bem organizados e a navegação é simples, o usuário consegue entender rapidamente o que deve fazer, sem precisar parar para pensar ou interpretar excessivamente as opções disponíveis.

Para verificar se questões de usabilidade estão sendo consideradas adequadamente em um ambiente digital, deve-se realizar uma avaliação de usabilidade, que consiste em um processo sistemático voltado à identificação de problemas que possam comprometer a interação entre o usuário e a interface, a fim de analisar em que medida um sistema pode ser utilizado com eficácia, eficiência e satisfação em um determinado contexto (INTERNATIONAL..., 2018). A norma ISO 9.241-11:2018 aponta duas formas principais

de avaliação de usabilidade: a avaliação baseada em desempenho e resultados, envolvendo amostras de usuários reais, como os testes de usabilidade; e a avaliação baseada em atributos, que envolve a inspeção de conformidade com atributos ou características, tal como a avaliação heurística.

Entre os métodos de avaliação heurística de usabilidade mais consolidados estão as heurísticas de usabilidade propostas por Jakob Nielsen (CHO *et al.*, 2024). As chamadas heurísticas de Nielsen (1994; 2005; 2024) consistem em princípios gerais que orientam a análise da interação entre o usuário e o sistema, auxiliando na identificação de falhas e oportunidades de melhoria. No Quadro 1, encontra-se um resumo das heurísticas e, com base nas publicações do Nielsen Norman Group (2025) e de Nielsen (2024), algumas perguntas que podem servir de guia para sua aplicação, o que é útil na configuração de um *prompt* para uma GenAI.

Quadro 1 – Questionamentos referentes às heurísticas de Nielsen

Heurísticas	Guia de questionamentos
1-Visibilidade do estado do sistema	Após realizar uma ação, é perceptível ao usuário a mudança de estado ou <i>status</i> do sistema? Após as ações do usuário, o sistema apresenta um <i>feedback</i>? São fornecidos ao usuário indicadores de estados ativos/inativos e de mudança de estado? O sistema informa claramente quando uma tarefa está em andamento? Os elementos ativos/selecionados estão visualmente destacados? Quando há uma espera longa, o sistema comunica adequadamente o tempo estimado ou o progresso da ação em andamento?
2-Compatibilidade entre o sistema e o mundo real	O vocabulário utilizado na interface é adequado ao contexto do usuário? Os ícones, imagens e rótulos dos elementos da interface são adequados ao contexto do usuário? Os ícones e símbolos indicam claramente sua função, mesmo sem legenda? A aparência dos elementos sugere corretamente como interagir com eles? (ex.: parecer clicável, arrastável, preenchível) Ou seja, a <i>affordance</i> é aparente? As informações estão organizadas e estruturadas de forma natural, em uma ordem coerente?
3-Controle e liberdade do usuário	O usuário consegue transitar livremente (ir e voltar) entre diferentes campos de formulários ou <i>itens</i> de menu? O <i>design</i> permite que os usuários voltem uma etapa no processo? Os <i>links</i> são facilmente detectáveis? Os usuários podem cancelar uma ação facilmente? Há suporte para desfazer e refazer ações? Os usuários conseguem cancelar uma operação em andamento? É claro e fácil localizar a opção de fechar janelas? O usuário pode pausar e retomar tarefas longas?

	O sistema permite personalizar a interface? Há alguma forma de confirmar ações que possam levar à perda de dados?
4-Consistência e padrões	O sistema utiliza símbolos e padrões de navegação comuns à Internet, de modo que o usuário não precise aprender novos significados para coisas que já conhece? É mantido um padrão de <i>design</i> consistente? Os elementos de navegação e os botões de ação mantêm uma localização padronizada entre as páginas do sistema? Os campos de formulário utilizam máscaras de formatação automática para facilitar o preenchimento de dados, como datas, CPF, CEP e telefone? O tamanho visual dos campos de entrada de dados condiz com a quantidade de caracteres que o usuário precisa digitar?
5-Prevenção de erros	Os campos de entrada de dados expressam como devem ser preenchidos (ex.: uso de máscaras de formatação, indicação de obrigatoriedade e tamanho adequado do campo)? Há alguma forma de confirmar ações que possam levar à perda de dados? Há mecanismos para recuperar dados esquecidos (ex.: "Esqueci minha senha")? O sistema possui salvamento automático ou exibe uma mensagem se o usuário tentar sair sem salvar?
6-Reconhecimentos em vez de memorização	O <i>design</i> mantém informações importantes visíveis para que os usuários não precisem memorizá-las? O sistema fornece pré-visualização de escolhas do usuário, quando pertinente (ex.: fontes, cores, imagens e temas)? O caminho de navegação percorrido pelo usuário é exibido como um <i>breadcrumb</i>? O usuário consegue acessar facilmente um histórico de ações ou de documentos recentes? O usuário precisa memorizar os dados de uma tela para usar na próxima? As simbologias usadas são claras o suficiente para serem reconhecidas sem esforço? Os controles relacionados a uma tarefa estão agrupados e refletem a sequência de ações da tarefa?
7-Eficiência e flexibilidade de uso	O sistema oferece teclas de atalho? Existem múltiplas formas de realizar a mesma ação (ex.: menu ou botão rápido, via teclado e com o mouse, por opção de menu ou por tecla de atalho)? O sistema permite configurar ações para acesso rápido? Há recursos de preenchimento automático ou sugestões inteligentes (<i>autocomplete</i>)? A interface permite alguma forma de personalização (ex.: escolha de tema, de fonte, de funcionalidades para compor um menu de acesso rápido, entre outras)? O sistema é disponibilizado em mais de um idioma?

8 -Estética e <i>design</i> minimalista	Há um número excessivo de elementos visuais no <i>design</i> da página? Há "ruído visual", elementos em movimento ou informações irrelevantes que distraem o usuário da tarefa principal? O <i>layout</i> utiliza espaços em branco e agrupamentos para facilitar a leitura, evitando a sobrecarga cognitiva?
9 -Ajuda aos usuários a reconhecerem, diagnosticarem e recuperarem-se de erros	As mensagens de erro são escritas em linguagem simples, sem códigos técnicos? O texto utiliza frases afirmativas e diretas, evitando construções escritas na negativa ou ambíguas (ex.: "não pode não ser...")? A mensagem oferece uma solução construtiva para o problema encontrado ou um <i>link</i> direto para resolver o problema? O design visual (ex.: cor vermelha, ícones de alerta) deixa claro que ocorreu um erro e onde ele ocorreu?
10 -Ajuda e documentação	A documentação de ajuda é facilmente localizada? A ajuda é fornecida no contexto adequado, no momento em que o usuário a solicita? A ajuda é focada nas tarefas do usuário ("como fazer")? Existem formatos variados de ajuda, como tutoriais, vídeos, FAQs ou <i>tours</i> guiados?

Fonte: Baseado em Nielsen Norman Group (2025).

Na avaliação heurística, após a identificação de um problema, recomenda-se atribuir um grau de severidade, pois isso permite priorizar as correções e direcionar esforços aos problemas mais críticos (NIELSEN..., 2025). Este grau varia de 0 a 4, sendo: 0 - sem relevância, não é um problema de usabilidade; 1 - problema cosmético, quando não compromete o uso e pode ser corrigido apenas se houver tempo; 2 - problema simples, que causa algum incômodo e tem baixa prioridade de correção; 3 - problema grave, que prejudica significativamente a interação e tem alta prioridade de correção; e 4 - problema catastrófico, quando impede o uso e demanda correção imediata.

O grau de severidade é calculado com base em três fatores: frequência (se o problema é comum ou raro), impacto (quão fácil é para o usuário superar o problema) e persistência (se o problema é momentâneo, pois os usuários podem aprender a superá-lo) (NIELSEN, 1994). Porém, Nielsen (1994) e o Nielsen Norman Group (2025) não apresentam um método exato para calcular o grau de severidade de um determinado problema, deixando a atribuição a cargo do julgamento do avaliador, o que a torna, de certa forma, subjetiva. Por fim, ao final do processo avaliativo, também podem ser sugeridas melhorias com base nos problemas identificados.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva e exploratória (GIL, 2002). Além disso, foram adotados procedimentos não empíricos e empíricos. Como procedimentos não empíricos, foram utilizados a revisão de literatura e a análise documental, com o objetivo de construir o problema de pesquisa, elaborar o corpus teórico e estabelecer critérios para a análise posterior realizada com as ferramentas de

GenAI. A revisão de literatura concentrou-se em livros e artigos científicos que abordavam os temas centrais desta investigação: avaliação de usabilidade, GenAI e princípios de engenharia de *prompts*. Na análise documental, foram examinadas normas e materiais técnicos, com destaque para a ISO 9.241-11:2018, que padroniza conceitos de usabilidade, seus componentes e formas de avaliação de usabilidade. Além de documentos institucionais referentes ao Repositório Digital ATTENA² da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil, no qual foram aplicadas as heurísticas de Nielsen. Esta consulta permitiu compreender o propósito institucional do repositório, suas funcionalidades e seu contexto de uso, oferecendo elementos para a etapa empírica. Escolheu-se analisar a página inicial de um repositório, visto que se considera que os repositórios institucionais são ambientes digitais relevantes em instituições acadêmicas de destaque em nível nacional, como a UFPE.

A etapa empírica envolveu a criação e a submissão de um prompt avaliativo (ver Quadro 2) a três ferramentas de GenAI (ChatGPT - GPT-5.1, Copilot e Gemini - Flash 2.5), com o intuito de avaliar sua capacidade de identificar problemas de usabilidade em uma página Web. Por se tratar de um experimento preliminar, que se pretende expandir posteriormente e que visava à construção do prompt, bem como à experimentação dele para verificar como seria interpretado pelas GenAI, foi selecionada como objeto de análise apenas a página inicial da versão desktop do repositório digital ATTENA-UFPE.

As heurísticas de Nielsen foram escolhidas para uso no processo avaliativo devido à sua ampla adoção e à eficácia na identificação de problemas de interface. Dessa forma, o *prompt* avaliativo foi elaborado de acordo com o *framework* de Greg Brockman, estruturado segundo as heurísticas de Nielsen (1993; 2005, 2024) e as diretrizes do Nielsen Norman Group (2025), tomando como base os questionamentos explicitados no Quadro 1. Para contribuir para uma maior padronização na atribuição do grau de severidade pelas GenAI, uma vez que não há um método exato recomendado pelos autores supracitados, considerou-se o grau de severidade como a média aritmética dos três fatores a ele relacionados (frequência, impacto e persistência), e cada fator receberia um valor a partir de uma escala Likert de 0 a 4.

Ressalta-se que o *prompt* inicialmente traçado passou por uma série de refinamentos e ajustes, a partir dos testes com as GenAI que foram sendo realizados, em busca de maior completude dos resultados, até se chegar ao *prompt* especificado no Quadro 2, que também pode ser considerado uma contribuição deste trabalho. A criação e submissão do *prompt* foram realizadas em novembro de 2025.

² Criado em 2014 e consolidado em 2019 em parceria com o Sistema Integrado de Bibliotecas (SiB), o repositório ATTENA tem como objetivo reunir, preservar e disponibilizar a produção acadêmica e científica da Universidade Federal de Pernambuco em um único ambiente digital (Repositório Digital da UFPE, 2022).

Quadro 2 – Prompt Avaliativo Utilizado

1) Persona (Papel)

Atue como especialista sênior em Interação Humano-Computador (IHC), Usabilidade e Avaliação Heurística, com conhecimento na condução de auditorias de experiência do usuário (UX).

2) Tarefa Principal (Objetivo)

Realize uma avaliação heurística de usabilidade completa da página inicial do Repositório ATTENA/UFPE (<https://attena.ufpe.br/>), aplicando rigorosamente as Dez Heurísticas de Nielsen (1994; 2005), considerando o contexto da interação, o fluxo de navegação, os elementos de design, o vocabulário utilizado no repositório, as imagens e os elementos da interface. Avalie apenas a parte da página inicial visível aos usuários, sem inferir funcionalidades ou elementos gráficos e de design que não estejam presentes nesta página. Nenhuma hipótese sobre comportamento do sistema deve ser assumida sem respaldo visual explícito.

3) Formato de Retorno

Os resultados obtidos devem estar organizados em um quadro, com as seguintes cinco colunas:

1. Nome da heurística analisada

2. Flag indicador de se a heurística foi atendida, utilizando os valores “Sim”, quando a heurística for atendida, e “Não”, quando a heurística não for atendida.)

3. Descrição do problema identificado, caso exista (flag indicador = “Sim”)

4. Indicação do grau de severidade, utilizando uma escala de 0 a 4, sendo 0 um problema sem importância ou não relacionado à usabilidade e 4 um problema crítico de usabilidade. Essa classificação deve basear-se na combinação de três fatores principais: frequência (se o problema ocorre com frequência ou raramente), impacto (grau de dificuldade para o usuário superar o problema) e persistência (se o problema é momentâneo e o usuário pode aprender a superá-lo ou se é contínuo ao longo do uso). Com relação aos graus: o grau 0 indica que não há, de fato, um problema de usabilidade. O grau 1 indica questões apenas cosméticas, que não exigem correção imediata e podem ser ajustadas quando houver tempo disponível. O grau 2 corresponde a problemas simples, de baixa prioridade. O grau 3 representa problemas graves, que demandam alta prioridade de correção por causarem frustração ou dificuldade significativa ao usuário. Por fim, o grau 4 caracteriza problemas catastróficos que devem ser corrigidos com brevidade. Para calcular este grau de severidade, utilize a fórmula a seguir:

Frequência (F) refere-se a com que frequência o problema ocorre: 0 = nunca, 1 = raramente, 2 = às vezes, 3 = frequentemente, 4 = sempre.

Impacto no usuário/Tarefa (I) - refere-se ao grau de dificuldade o usuário superar o problema: 0 = nenhum, 1 = baixo, 2 = moderado, 3 = alto, 4 = crítico (impede a conclusão) e

Persistência (P): custo de contornar/superar o problema: 0 = inexistente (não afeta), 1 = fácil, 2 = possível com esforço, 3 = difícil, 4 = sem solução. Fórmula final calculada pela média aritmética simples arredondada:

Severidade $S = \text{round}((F + I + P) / 3)$.

5. Indicação de sugestões de melhoria para o problema identificado.

4) Avisos (Regras e Restrições)

Siga as regras e restrições definidas a seguir:

- A análise deve considerar exclusivamente os elementos presentes na página inicial do Repositório ATTENA
- Não gere interpretações subjetivas ou comportamentos não observáveis (ex.: “provavelmente há um menu oculto”).
- Use linguagem técnica, clara e objetiva, como se estivesse elaborando um relatório técnico profissional.
- Utilize terminologia profissional de UX e IHC.
- Analise os elementos com foco nas heurísticas de usabilidade de Nielsen, primando pela clareza comunicacional, pelas affordances e pela consistência visual e semântica.
- Não utilize julgamentos estéticos vagos; foque no impacto funcional.
- A análise deve ser inteiramente baseada na parte visível ao usuário do repositório.
- Se a heurística não puder ser avaliada na página inicial, declare explicitamente esse fato.
- Utilize o conceito original de heurísticas, conforme o Nielsen Norman Group.
- Atribua o grau de severidade de cada problema encontrado considerando a frequência com que o problema ocorre, o impacto do problema na atividade dos usuários e na persistência/reincidência do problema, conforme a fórmula descrita para preenchimento do quadro de resultados.
- Na avaliação, leve em consideração o perfil do usuário, conforme explicitado no contexto relevante.

5) Contexto relevante

Considere que o perfil do usuário é composto majoritariamente por estudantes de graduação e pós-graduação de universidades públicas brasileiras, bem como por pesquisadores, docentes e técnicos administrativos. Trata-se de um público heterogêneo em termos de letramento digital, abrangendo tanto usuários com baixa familiaridade com a tecnologia quanto aqueles com competências avançadas. Além disso, há variação quanto à origem geográfica, incluindo indivíduos de grandes centros urbanos e usuários de regiões interioranas, que podem ter acesso mais restrito a dispositivos e recursos tecnológicos.

E, para cada uma das heurísticas usadas na avaliação, analise-as considerando as seguintes questões:

Heurística 1. Visibilidade do status do sistema.

Após realizar uma ação, é perceptível ao usuário a mudança de estado ou status do sistema?

Após as ações do usuário, o sistema apresenta um feedback?

São fornecidos ao usuário indicadores de estados ativos/inativos e de mudança de estado?

O sistema informa claramente quando uma tarefa está em andamento?

Os elementos ativos/selecionados estão visualmente destacados? Quando há uma espera longa, o sistema comunica adequadamente o tempo estimado ou o progresso da ação em andamento?

Heurística 2. Correspondência entre o sistema e o mundo real.

O vocabulário utilizado na interface é adequado ao contexto do usuário?

Os ícones, imagens e rótulos dos elementos da interface são adequados ao contexto do usuário?

Os ícones e símbolos indicam claramente sua função, mesmo sem legenda?

A aparência dos elementos sugere corretamente como interagir com eles? (ex.: parecer clicável, arrastável, preenchível) Ou seja, a affordance é aparente?

As informações estão organizadas e estruturadas de forma natural, em uma ordem coerente?

Heurística 3. Controle e liberdade do usuário.

O usuário consegue transitar livremente (ir e voltar) entre diferentes campos de formulários ou itens de menu?

O design permite que os usuários voltem uma etapa no processo? Os links são facilmente detectáveis?

Os usuários podem cancelar uma ação facilmente?

Há suporte para desfazer e refazer ações?

Os usuários conseguem cancelar uma operação em andamento?

É claro e fácil localizar a opção de fechar janelas?

O usuário pode pausar e retomar tarefas longas?

O sistema permite personalizar a interface?

Há alguma forma de confirmar ações que possam levar à perda de dados?

Heurística 4. Consistência e padrões.

O sistema utiliza símbolos e padrões de navegação comuns à internet, de modo que o usuário não precise aprender novos significados para coisas que já conhece?

É mantido um padrão de design consistente?

Os elementos de navegação e os botões de ação mantêm uma localização padronizada entre as páginas do sistema?

Os campos de formulário utilizam máscaras de formatação automática para facilitar o preenchimento de dados, como datas, CPF, CEP e telefone?

O tamanho visual dos campos de entrada de dados condiz com a quantidade de caracteres que o usuário precisa digitar?

Heurística 5. Prevenção de erros.

Os campos de entrada de dados expressam como devem ser preenchidos (ex.: uso de máscaras de formatação, indicação de obrigatoriedade e tamanho adequado do campo)?

Há alguma forma de confirmar ações que possam levar à perda de dados?

Há mecanismos para recuperar dados esquecidos (ex.: "Esqueci minha senha")? O sistema possui salvamento automático ou exibe uma mensagem se o usuário tentar sair sem salvar?

Heurística 6. Reconhecimento em vez de memorização.

O design mantém informações importantes visíveis para que os usuários não precisem memorizá-las?

O sistema fornece pré-visualização de escolhas do usuário, quando pertinente (ex.: fontes, cores, imagens e temas)?

O caminho de navegação percorrido pelo usuário é exibido como um breadcrumb?

O usuário consegue acessar facilmente um histórico de ações ou de documentos recentes?

O usuário precisa memorizar os dados de uma tela para usar na próxima?
As simbologias usadas são claras o suficiente para serem reconhecidas sem esforço?
Os controles relacionados a uma tarefa estão agrupados e refletem a sequência de ações da tarefa?

Heurística 7. Flexibilidade e eficiência de uso.

O sistema oferece teclas de atalho?
Existem múltiplas formas de realizar a mesma ação (ex.: menu ou botão rápido, via teclado e com o mouse, por opção de menu ou por tecla de atalho)?
O sistema permite configurar ações para acesso rápido?
Há recursos de preenchimento automático ou sugestões inteligentes (autocomplete)?
A interface permite alguma forma de personalização (ex.: escolha de tema, de fonte, de funcionalidades para compor um menu de acesso rápido, entre outras)?
O sistema é disponibilizado em mais de um idioma?

Heurística 8. Estética e design minimalista.

Há um número excessivo de elementos visuais no design da página?
Há "ruído visual", elementos em movimento ou informações irrelevantes que distraem o usuário da tarefa principal?
O layout utiliza espaços em branco e agrupamentos para facilitar a leitura, evitando a sobrecarga cognitiva?

Heurística 9. Ajudar a reconhecer, diagnosticar e recuperar erros.

As mensagens de erro são escritas em linguagem simples, sem códigos técnicos?
O texto utiliza frases afirmativas e diretas, evitando construções escritas na negativa ou ambíguas (ex.: "não pode não ser...")?
A mensagem oferece uma solução construtiva para o problema encontrado ou um link direto para resolver o problema?
O design visual (ex.: cor vermelha, ícones de alerta) deixa claro que ocorreu um erro e onde ele ocorreu?

Heurística 10. Ajuda e documentação.

A documentação de ajuda é facilmente localizada?
A ajuda é fornecida no contexto adequado, no momento em que o usuário a solicita?
A ajuda é focada nas tarefas do usuário ("como fazer")?
Existem formatos variados de ajuda, como tutoriais, vídeos, FAQs ou tours guiados?

6) Finalização

Após o quadro de resultados, apresente um texto analítico explicando: os principais problemas identificados; quais são as heurísticas mais críticas (maior grau de severidade); e os pontos em que houve limitações para avaliar a usabilidade por meio das heurísticas de Nielsen.

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os dados obtidos com a submissão do *prompt* foram coletados organizados, incluindo a identificação de problemas, a verificação de heurísticas atendidas ou não atendidas, o grau de severidade e as sugestões de melhoria, além de sínteses produzidas pelas IA sobre a

avaliação. Depois, eles foram comparados considerando os seguintes critérios: Nível de Detalhamento do Resultado da avaliação fornecido pelas GenAI; Heurísticas com maior severidade; Corretude da Avaliação (em relação à avaliação previamente realizada pelos autores); Completude da Avaliação e Heurísticas Consideradas Plenamente Atendidas. Também foram pontuadas as convergências e divergências entre os resultados obtidos pelas ferramentas utilizadas.

Por fim, verificou-se a similaridade entre as análises de GenAI e uma avaliação humana realizada no repositório ATTENA-UFPE por Paiva (2022), cujo trabalho foi premiado em nível nacional, considerando o nível de detalhamento e organização dos resultados e se havia semelhança ou não na atribuição dos graus de severidade (em consonância com o problema encontrado), pois Paiva atribuiu grau de severidade a seu critério, de forma subjetiva. Destaca-se que a avaliação de Paiva (2022) não se limitou à página inicial, mas para este estudo, apenas considerou-se a parte da avaliação feita a ela relacionada.

Resultados e discussões

Conforme descrito na metodologia, o *prompt* inicialmente elaborado foi submetido às ferramentas de GenAI (ChatGPT, Copilot e Gemini) diversas vezes; assim, foram identificadas melhorias que poderiam ser nele implementadas para aprimorar os resultados obtidos. Até que se chegou ao *prompt* do Quadro 2 e, após sua submissão, todas as ferramentas produziram um quadro com os resultados, seguido de um texto analítico que resumia a avaliação, conforme especificado no próprio *prompt*.

Todas as GenAI utilizadas foram capazes de realizar a avaliação heurística da página inicial do Repositório ATTENA/UFPE. A comparação dos resultados das avaliações, segundo os critérios especificados na metodologia, pode ser observada no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados obtidos com a submissão do *prompt* às três ferramentas de GenAI

Aspecto Avaliado	ChatGPT	Copilot	Gemini
Nível de detalhamento do resultado da avaliação	Detalhado, explicativo e centrado no impacto da usabilidade na jornada do usuário na primeira página do repositório. Esta foi a avaliação que mais considerou o perfil do usuário apresentado no contexto do <i>prompt</i> .	Sintético, objetivo, descrição superficial (especialmente comparada às outras GenAI) e, com forte ênfase em erros críticos.	Estruturado, técnico e focado na arquitetura visual e informacional da página do repositório.
Heurísticas não atendidas com maior severidade (segundo a GenAI)	H1 (Visibilidade), H6 (Reconhecimento), H10 (Ajuda) – severidade 3	H1 (Visibilidade), H5 (Prevenção), H7 (Flexibilidade), H9 (Recuperação de erros) – severidade 3	H6 (Reconhecimento), H10 (Ajuda) – severidade 3

Corretude da Avaliação	Não foi percebido problema <i>a priori</i>	Houve equívocos da ferramenta nas heurísticas 7 e 10.	Não foi percebido problema <i>a priori</i>
Completude da avaliação	Não conseguiu verificar se a heurística 9 é atendida ou não, identificando a mesma como “Não avaliável”, pois depende da ocorrência de erros, não visíveis na página inicial. Trouxe uma sugestão futura	Mesmo sem reconhecer corretamente todos os elementos da interface, avaliou todas as heurísticas.	Não conseguiu verificar se a heurística 9 é atendida ou não, identificando a mesma como “N/A”, pois depende da ocorrência de erros, não visíveis na página inicial.
Heurísticas que foram consideradas atendidas plenamente	Considerou as heurísticas 2, 4 plenamente atendidas e a heurística 8 parcialmente atendida.	Considerou as heurísticas 4 e 8 plenamente atendidas.	Considerou as heurísticas 1, 2, 4 e 8 plenamente atendidas

Fonte: Elaboração própria (2026).

O ChatGPT apresentou o desempenho mais consistente, com análises mais completas e estruturadas, e uma avaliação coerente com as heurísticas propostas por Nielsen (1994). Ele descreveu os problemas com profundidade técnica; justificou o grau de severidade com base no impacto na experiência do usuário, considerando o perfil delineado no *prompt*; relacionou as falhas visuais e de navegação à usabilidade prática da interface; além de explicitar as limitações metodológicas decorrentes da análise restrita à página inicial, como a ausência de observação de fluxos dinâmicos. Além disso, propôs melhorias alinhadas aos problemas identificados. O ChatGPT não realizou a avaliação da heurística 9, como observado no Quadro 3, uma vez que a página inicial não apresenta mensagens de erro, porém, destaca-se que a ferramenta reconheceu esta limitação. Esse comportamento está bem condizente com o estudo de Duan *et al.* (2024), que destaca o potencial dos grandes modelos de linguagem realizarem avaliações heurísticas com elevado grau de precisão inferencial, sobretudo quando o *prompt* fornece um contexto bem estruturado.

O Copilot realizou uma análise mais curta, objetiva, sem muitas justificativas e orientada a ações operacionais, característica compatível com sua arquitetura voltada a assistentes de produtividade. Esta foi a ferramenta de menor precisão, que apresentou inconsistência na identificação de problemas e interpretou incorretamente alguns elementos da interface. Por exemplo, na análise da heurística 10, o Copilot apontou ausência de acesso à ajuda na página inicial, quando na verdade, a opção de ajuda está presente no menu do repositório e, na análise da heurística 7, apontou a falta de suporte multilíngue visível, porém, o repositório possui uma opção de menu para troca do idioma da página, o que não foi registrado pelo Copilot, mas foi pelo ChatGPT. De fato, foi a única ferramenta que apresentou equívocos na análise das heurísticas e que não reconheceu alguns elementos da página avaliada. Além disso, o Copilot atribuiu severidades, sem apresentar justificativas para tais classificações com base na literatura de usabilidade, como foi feito pelo ChatGPT. Esse é um comportamento que Bender *et al.* (2021) caracterizam como tendência a interpretações superficiais e generalizações excessivas, que ocorrem quando o modelo não mobiliza contexto suficiente.

Adicionalmente, os problemas reais identificados pelo Copilot foram descritos de forma superficial e não contextualizados teoricamente, sem considerar noções fundamentais, como a carga cognitiva, o perfil do usuário (fornecido no “despejo do contexto” do *prompt*) e as *affordances*, discutidas por Krug (2008) e por Barbosa e Silva (2010). Essa ausência de rigor conceitual e os equívocos na análise remetem ao fenômeno identificado por Huang *et al.* (2024) como *hallucination by oversimplification*, no qual os modelos de GenIA tendem a preencher lacunas com respostas genéricas e pouco fundamentadas. Dessa forma, observa-se que o Copilot identifica alguns problemas relevantes na interface avaliada; entretanto, sua análise carece de estrutura crítica, maior precisão e melhor fundamentação teórica.

O Gemini apresentou um desempenho intermediário entre a profundidade conceitual do ChatGPT e a incompletude do pragmatismo operacional do Copilot. A análise realizada foi apresentada de forma estruturada, detalhando problemas e apresentando sugestões de melhoria sem superficialidade, quando comparado ao Copilot. Sua análise focou em aspectos visuais e estruturais da interface, como a organização da informação, a densidade informacional, a distribuição espacial dos componentes e a hierarquia visual. A ferramenta fundamentou cada grau de severidade atribuído com justificativas coerentes e precisão técnica, garantindo um diagnóstico sintético e objetivo de todos os elementos visíveis da interface. Não conseguiu analisar se a heurística 9 foi atendida. Essa ênfase em aspectos perceptivos e estruturais da interface é coerente com estudos recentes sobre *design* em sistemas de GenAI, como os de Zhang e Wang (2024), que destacam a importância da clareza visual e da organização espacial para a efetividade da interação em ambientes digitais cada vez mais complexos. A avaliação realizada não apresenta justificativas para as severidades atribuídas aos problemas, tendo, inclusive, deixado alguns problemas identificados sem apresentação do grau de severidade.

Vale mencionar que apenas a heurística 4 (Consistência e padrões) foi considerada atendida plenamente por todas as ferramentas, havendo concordância sobre o porquê de ter sido atendida, sendo pontuada a padronização de menus, tipografia e organização visual conforme convenções da *web*, além da consistência entre páginas e alinhamento com outros sistemas da UFPE (instituição a qual pertence o repositório), facilitando a navegação do usuário. Outro ponto que vale destacar é que a heurística 8 (Estética e design minimalista) foi considerada plenamente atendida pelo Copilot e pelo Gemini, que destacaram o layout limpo, o uso adequado de espaços em branco e a ausência de excesso de ruído visual, pontuando o layout atual como adequado. Porém, o ChatGPT apontou que tal heurística foi atendida parcialmente, pois identificou uma leve sobrecarga informacional na página inicial, sugerindo melhorar a hierarquia visual e priorização das informações.

Dessa forma, os resultados indicam que, embora todas as ferramentas sejam capazes de identificar problemas de usabilidade, há diferenças principalmente: 1) no detalhamento descritivo da avaliação, sendo a do ChatGPT a avaliação mais completa, com justificativa para as avaliações realizadas; 2) na precisão da avaliação, tendo o Copilot apresentado uma avaliação imprecisa e com algumas incoerências entre a heurística e o problema identificado; 3) na consideração do perfil de usuário descrito, sendo o ChatGPT o que demonstrou ter feito uso do perfil descrito no *prompt* na descrição de sua análise; 4) na atribuição do grau de severidade, pois houve uma convergência técnica, com coincidência exata entre o Gemini, o Copilot e o ChatGPT em 50% das heurísticas (H3, H4, H5, H6 e H10), mas nas outras heurísticas houve divergências na atribuição do grau de severidade,

tendo o Copilot uma tendência a atribuir severidades maiores. Um ponto a ser ressaltado é que todas as ferramentas apontaram a limitação algumas heurísticas não conseguirem ser avaliadas, devido a inexistência de fluxos dinâmicos na página inicial do repositório. Nesse sentido, remete-se ao que defendem Barbosa e Silva (2010), de que uma avaliação heurística eficaz requer a integração dos aspectos cognitivos, estruturais e perceptivos da interface. E ao afirmado por Nielsen (1993;1994) e Mayhew (1999), de que a avaliação heurística exige interpretação contextualizada e julgamento qualitativo, algo que ainda é reproduzido de forma desigual pelas GenAI, especialmente quando dependem da informação textual presente no *prompt*.

Goodfellow, Bengio e Courville (2016) argumentam que modelos treinados com maior diversidade textual apresentam maior capacidade de generalizar e de aplicar conceitos abstratos. Isso se materializa na forma como o ChatGPT articula as heurísticas de Nielsen, a ergonomia cognitiva e a arquitetura da informação com os achados empíricos. O que coaduna com as afirmações de Anjos (2024) e de Duan *et al.* (2024), segundo os quais as GenAI podem assumir funções avaliativas, inclusive em tarefas tradicionalmente humanas, como a análise heurística, desde que os modelos apresentem capacidade interpretativa adequada. E que a precisão dessas avaliações depende diretamente da arquitetura da GenAI, do *corpus* de treinamento e do tipo de tarefa solicitada. Dessa forma, a análise da execução do *prompt* nas três GenAI dá indícios que quanto maiores a capacidade inferencial e o volume de treinamento linguístico, como é o caso do ChatGPT, melhor o resultado da avaliação heurística, pois percebeu-se uma maior aderência às heurísticas de usabilidade e ao arcabouço teórico da IHC, sendo o ChatGPT o modelo que mais se aproxima de uma avaliação heurística fundamentada.

Por fim, como forma de verificar a similaridade entre as análises automatizadas e uma avaliação feita por um especialista, se comparou as avaliações heurísticas realizadas pela GenAI e a avaliação de Paiva (2022), que também utilizou as heurísticas de Nielsen para avaliar o mesmo repositório e apresentou como resultado um quadro equivalente ao solicitado no *prompt* e um texto descritivo sobre a avaliação. De modo geral, a avaliação heurística realizada por Paiva (2022) demonstrou maior detalhamento na análise dos problemas encontrados, articulando os problemas com fundamentos teóricos da usabilidade e da ergonomia cognitiva, seguindo de perto as recomendações de Nielsen (1994; 2024), além de considerar a experiência dos usuários em toda a análise. Entre as GenAI, o ChatGPT foi a ferramenta que mais se aproximou desta avaliação humana, ao identificar uma maior variedade de problemas; ao detalhar e organizar os resultados, justificando-os à luz da literatura pertinente, considerando aspectos visuais, estruturais e cognitivos da interface na avaliação. O ChatGPT também deu indícios de considerar a experiência do usuário descrita no *prompt*.

Considerações Finais

Os achados indicam que as GenAIs são capazes de identificar problemas de usabilidade, embora haja diferenças no detalhamento descritivo da avaliação e em sua precisão, na consideração ou não do perfil do usuário descrito no *prompt* e na atribuição do grau de severidade dos problemas encontrados. Entre as ferramentas, o ChatGPT apresentou desempenho mais robusto, com uma avaliação mais completa e contextualizada, aproximando-se de uma avaliação humana por especialista. Já o Copilot e o Gemini

apresentaram limitações, resultando em avaliações com alguns pontos incompletos e imprecisos.

Verificou-se que a qualidade e completude das análises estavam diretamente relacionada ao nível de estruturação do *prompt*, por isso foi necessário realizar vários testes com variações no *prompt*, incluindo, modificando ou retirando elementos, até se chegar a versão final aqui apresentada. Por isso, considera-se que o *prompt* apresentado também é uma contribuição deste trabalho. Assim como o teste de qual ferramenta o executa com melhor precisão e completude nos resultados.

Ressalta-se que este estudo é um teste inicial do uso das GenAI para realização da avaliação heurística, que focou na construção do *prompt* avaliativo e na submissão dele à GenAI para refinamentos, além da identificação da GenAI mais adequada para este tipo de avaliação. A limitação da análise à página *web* inicial do repositório fez com que a avaliação de algumas heurísticas ficasse limitada, pois dependiam de fluxos e ações dinâmicas, relacionadas à navegação pelo ambiente digital.

Como trabalho futuro, pretende-se ampliar a análise para considerar as interfaces e o fluxo de navegação das principais atividades realizadas no repositório, tais como a tela de autodepósito de uma produção e a navegação e uso da busca dentro do repositório. Além disso, sugere-se como trabalhos futuros utilizar diferentes *frameworks* de construção de *prompts* para a avaliação heurística, a fim de comparar os resultados obtidos; assim como pode-se verificar a execução do *prompt* deste estudo em GenAI diferentes das utilizadas.

Conclui-se que os resultados dão indícios de que o uso de GenAI é uma alternativa promissora para apoiar a avaliação heurística de usabilidade, sobretudo como ferramenta de pré-diagnóstico de usabilidade, o que pode contribuir para o desenvolvimento de interfaces mais intuitivas, que possam promover uma boa experiência para seus usuários.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2011 *NBR ISO 9.241-11: Requisitos ergonômicos para trabalho de escritório com computadores – Parte 11: Orientações sobre usabilidade*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BARBOSA, Simone Diniz Junqueira; SILVA, Bruno Santana da

2010 *Interação humano-computador*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BARBOSA FILHO, Luiz Henrique

2025 Como usar engenharia de prompt para negócios. *Analisemacro*. [Em linha]. (20 jan. 2025). Disponível em: <https://analisemacro.com.br/inteligenciaartificial/como-usar-engenharia-de-prompt-para-negocios/>.

BASTIEN, Jean-Marie Christian; SCAPIN, Dominique

1993 *Ergonomic criteria for the evaluation of human-computer interfaces*. [Em linha]. Rocquencourt: INRIA, 1993. Disponível em: <https://inria.hal.science/inria-00070012/file/RT-0156.pdf>.

CHOO, Chun Wei

2006 *A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

COUTINHO, João Gabriel

2022 *Um Estudo sobre Sistemas de Recomendação baseados em transformers*. [Em linha]. São Carlos, 2022. 33 p. Disponível em:

https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/aaf7111e-9c33-4540-931c-12d1cfe78aab/Joao+Gabriel+Coutinho_TCC_MBA_JOAO_COUTINHO_206611.pdf.

Monografia - MBA in Artificial Intelligence and Big Data - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo.

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz; FAUST, Richard

2017 *Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações*. 3ª ed. São Paulo: Novatec, 2017.

DORTA HERNÁNDEZ, Joel Aday

2025 *Inteligencia Artificial Generativa guiada por ontologias: un estudio de ingeniería del prompt em modelos de evaluación económica en salud*. [Em linha]. San Cristóbal de La Laguna 2025. 83 f. Disponível em:

<https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/42526/Inteligencia%20artificial%20generativa%20guiada%20por%20ontologias%20Un%20estudio%20de%20ingenieria%20del%20prompt%20en%20modelos%20de%20evaluacion%20economica%20en%20salud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Trabalho de Conclusão de Curso em Ingeniería Informática – Escuela Superior de Ingeniería y Tecnología, Universidad de La Laguna.

DUAN, Peitong [et al.]

2024 Exploring the potential of large language models for heuristic evaluation of user interfaces. In CHI CONFERENCE ON HUMANFACTORSIN COMPUTING SYSTEMS -CHI '24 (2024) – *Proceedings...* [Em linha]. Honolulu: ACM, 2024. Disponível em: <https://people.eecs.berkeley.edu/~bjoern/papers/duan-heuristic-chi2024.pdf>.

DUARTE, Roberto Dias

2025 O Framework de prompts de Greg Brockman : um guia completo para interações eficazes com IA. *RDD10+*, [Em linha]. (24 mar. 2025). Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/o-framework-de-prompts-de-greg-brockman-um-guia-completo-para-interacoes-eficazes-com-ia/>.

GAO, Jie; JIA, Wenjing; YIN, Jun

2024 Exploring smartphone user interface experience-sharing behavior: design perception and motivation-driven mechanisms through the SOR model. *Sustainability*. [Em linha]. 16:15, (2024) 6.670. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/16/15/6670>. DOI: 10.3390/su16156670.

GEORGIA TECH

2024 *Prompt Engineering: The art of getting what you need from Generative AI*. [Em linha]. Atlanta: Georgia Tech Ivan Allen College, 2024. Disponível em: <https://iac.gatech.edu/featured-news/2024/02/AI-prompt-engineering-ChatGPT>.

GIL, Antônio Carlos

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODFELLOW, Ian; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron
2016 *Deep Learning*. Cambridge: MIT Press, 2016.

HESSEL, Ana Maria Di Grado; LEMES, David
2023 Criatividade da inteligência artificial generativa. *TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*. [Em linha]. 28 (2023) 119-130. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/67075/45082>.

HUANG, Lei [et al.]
2024 A Survey on hallucination in large language models: principles, taxonomy, challenges, and open questions. *ACM Transactions on Information Systems*. [Em linha]. 1:1 (jan. 2024) artigo 1. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2311.05232>.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION
2018 *ISO 9.241-11:2018: Ergonomics of human-system interaction. Part 11: Usability: Definitions and concepts*. [Em linha]. London: ISO, 2018. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/63500.html>.

KRAWLEC, Lukasz; DUDYCZ, Helena
2020 A Comparison of heuristics applied for studying the usability of websites. *Procedia Computer Science*. [Em linha]. 176:1 (2020) 3.571-3.580. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.procs.2020.09.029>.

KRUG, Steve
1993 *Não me faça pensar!: uma abordagem de bom senso à usabilidade na web*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2025, cap. 1, p. 16-20.
1ª ed.: 2008.

MAYHEW, Deborah J.
1999 *The Usability engineering lifecycle: a practitioner's handbook for user interface design*. San Francisco: Morgan Kaufmann, 1999.

MCCARTHY, John
2007 *What is Artificial Intelligence?* [Em linha]. Califórnia: Stanford University, Computer Science Department, 2007. Disponível em: <https://www-formal.stanford.edu/jmc/whatisai.pdf>.

MENEZES, Leonardo Mendes Lacerda de [et al.]
2024 Empreendedor melhorado pela IA: criando propostas de valor com IA generativa. In SIMPÓSIO DE INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO – SITE, 32º, São Paulo, 2024 – *Anais...* [Em linha]. São Paulo: ANPAD, 2024. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/130/approved/4cce0644e37052e4c750f194dd5cccfdf.pdf>.

NIELSEN, Jakob
2024 *10 Usability heuristics for user interface design*. [Em linha]. [S. l.]: Nielsen Norman Group, April, 2024. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>.

NIELSEN, Jakob
2005 *Ten usability heuristics for user interface design*. [Em linha]. [S. l.]: Nielsen Norman Group, 2005. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>.

NIELSEN, Jakob

1994 *How to rate the severity of usability problems*. [Em linha]. [S. l.]: Nielsen Norman Group, 1 nov. 1994. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/how-to-rate-the-severity-of-usability-problems/>.

NIELSEN, Jakob

1993 *Usability Engineering*. San Francisco: Morgan Kaufmann, 1993.

NIELSEN NORMAN GROUP

2025 *Heuristic evaluation workbook*. [Em linha]. 2025. Disponível em: https://media.nngroup.com/media/articles/attachments/Heuristic_Evaluation_Workbook_1_Fillable.pdf.

NORVIG, Peter; RUSSELL, Stuart

2020 *Inteligência Artificial: uma abordagem moderna*. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. LTC, 2020.

OLIVEIRA, Ranna Redlley Silva

2025 *Contribuições da Inteligência Artificial Generativa para a avaliação de usabilidade: a criação de prompts avaliativos*. [Em linha]. Recife, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/67498/1/TCC_RannaRedlleySilvaOliveira.pdf.

Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão da Informação - Universidade Federal de Pernambuco.

PAIVA, Vítor Heitor de

2022 *Avaliação de usabilidade da interface do repositório digital ATTENA da UFPE utilizando heurísticas de Nielsen*. [Em linha]. Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/47453/1/TCC%20Vitor%20Heitor%20de%20Paiva.pdf>.

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência da Informação – Universidade Federal de Pernambuco.

SANTAELLA, Lucia; KAUFMAN, Dora

2024 A Inteligência Artificial Generativa como quarta ferida narcísica do humano. *MATRIZES*. [Em linha]. 18:1 (2024) 37-53. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/210834/204171>.

SHORT, Cole; SHORT, Jeremy Clark

2023 The Artificially intelligent entrepreneur: ChatGPT, prompt engineering, and entrepreneurial rhetoric creation. *Journal of Business Venturing Insights*. [Em linha]. 19 (Jun. 2023) e00388. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbvi.2023.e00388>.

TECHTARGET

2025 *What is a Prompt?: Definition from TechTarget*. [Em linha]. 2025. Disponível em: <https://www.techtarget.com/searchenterpriseai/definition/AI-prompt>.

TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de

2024 Inteligência Artificial (IA) generativa e competência em informação: Habilidades informacionais necessárias ao uso de ferramentas de ia generativa em demandas informacionais de natureza acadêmica-científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 29 (2024) e-47485. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/GVCW7KbcRjGVhLSrmy3PCng/?format=pdf&lang=pt>.

ZHANG, Yuxin; WANG, Lin

2024 Survey of user interface design and interaction techniques in generative AI applications. [Em linha]. *ArXiv preprint*. (2024). Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2410.22370>.

Ranna Redlley Silva Oliveira | rannaredlley@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Sandra de Albuquerque Siebra | sandra.siebra@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Resumo: Este estudo reinterpreta a história da bibliometria, das origens documentais aos sistemas algorítmicos contemporâneos, para analisar como a dependência de trajetória moldou as métricas atuais e produziu a inércia avaliativa. Caracteriza-se como um ensaio teórico-histórico fundamentado em revisão integrativa, articulando obras fundadoras e estudos de Ciência e Tecnologia. Os resultados evidenciam que a trajetória do campo é marcada por sedimentação, demonstrando que vieses da era do *mainframe* persistem e que a disseminação tecnológica falhou em promover diversidade epistemológica. Atualmente, a fragmentação via API e altmetria coexiste com lógicas hierárquicas herdadas. Conclui-se que o sistema permanece vinculado à sua trajetória original, fenômeno sustentado pelos processos de inércia epistemológica e atrofia interpretativa, que reforçam a primazia da contagem sobre a interpretação do contexto científico.

Palavras-chave: Bibliometria; Dependência de trajetória; Inércia epistemológica; Infraestruturas do conhecimento.

Abstract: This study reinterprets the history of bibliometrics, from its documental origins to contemporary algorithmic systems, to analyze how path dependence shaped current metrics and produced evaluative inertia. It is a theoretical-historical essay based on an integrative review, articulating foundational works and science and technology studies. Results show that the field's trajectory is marked by sedimentation, demonstrating that mainframe-era biases persist and that technological dissemination failed to foster epistemological diversity. Currently, fragmentation through APIs and altmetrics coexists with inherited hierarchical logics. It is concluded that the system remains tied to its original trajectory, a phenomenon sustained by epistemological inertia and interpretive atrophy, which reinforce the primacy of counting over the interpretation of scientific context.

Keywords: Bibliometrics; Path dependence; Epistemological inertia; Knowledge infrastructures.

Introdução

A onipresença de algoritmos que hoje classificam a ciência representa o capítulo mais recente de uma longa busca pela totalização do conhecimento. Na virada do século XIX para o XX, essa aspiração manifestou-se em duas frentes principais, abrangendo, de um lado, o projeto do *Repertório Bibliográfico Universal* (RBU), estruturado pela *Classificação Decimal Universal* (CDU) de Paul Otlet e Henri La Fontaine, que visava ordenar documentos sistematicamente (RAYWARD, 1997). No outro lado, encontravam-se as tentativas de Francis Galton e James McKeen Cattell de mensurar a eminência intelectual humana, deslocando o foco do documento para o produtor da ciência (GODIN, 2006). Galton, com seu *English Men of Science* (1874), e Cattell, com o diretório *American Men of Science* (1906), sistematizaram o uso de dados biográficos e *rankings* de mérito para quantificar a produtividade científica (GODIN, 2006). Embora distintos, esses projetos partilhavam a crença de que o conhecimento poderia ser administrado por meio

de tecnologias de registro, seja a ficha catalográfica de Otlet ou o verbete biográfico de Cattell, as quais já antecipavam os limites e as possibilidades dos sistemas digitais futuros.

Contudo, a explosão informacional do pós-guerra expôs a incapacidade dessas tecnologias manuais de lidarem com o volume crescente da ciência, exigindo novas soluções para a recuperação da informação. Nesse novo contexto, emergiram duas propostas fundamentais, herdeiras da visão de totalidade anterior: o Memex de Vannevar Bush (1945), um dispositivo orgânico focado na associação cognitiva (RAYWARD, 1997), e o *Science Citation Index* (SCI) de Eugene Garfield (1955), uma solução formal baseada em citações. Enquanto o Memex permaneceu no campo visionário, o SCI consolidou-se como a infraestrutura operacional dominante (KHADEMI, 2018). Sua implementação, contudo, dependia da capacidade de processamento dos *mainframes* da época, computadores de grande porte operados via fitas magnéticas e cartões perfurados, o que forçou a substituição da classificação temática subjetiva por uma análise de conexões puramente numérica e independente da linguagem (KESSLER, 1963).

Este percurso valida o pressuposto central deste estudo ao considerar que a bibliometria funciona como uma infraestrutura do conhecimento (EDWARDS, 2010). Conforme Star e Ruhleder (1996), tais sistemas não são suportes neutros para a prática científica, mas forças que moldam ativamente o que pode ser visto, medido e considerado como conhecimento válido (BOWKER e STAR, 1999). A evolução desses indicadores exhibe uma forte dependência de trajetória (DAVID, 1985), conceito que explica como decisões tecnológicas contingentes do passado restringem as escolhas presentes. Essa dinâmica frequentemente leva a um aprisionamento tecnológico (ARTHUR, 1989) que se cristalizou por meio de uma história humana, marcada pela ascensão e reconfiguração de diferentes atores socioprofissionais. Nesse sentido, o desenvolvimento de serviços *online* é fundamentalmente uma história de pessoas (HAHN, 1996:33), concentrando-se precisamente na intersecção entre artefatos técnicos e agência humana.

Para tornar legível esse percurso de continuidades e rupturas (DALBELLO, 2015), a análise estrutura-se em quatro atos que revelam a coevolução entre agência humana e infraestrutura técnica. Embora delimitados por balizas didáticas (1895, 1960, 1985, 2005), esses marcos não são cortes rígidos, mas lógicas que admitem sobreposições (LYU *et al.*, 2023). O primeiro ato (1895-1960) aborda a hegemonia dos documentalistas e a organização universal via fichas e classificação (RAYWARD, 1997). O segundo (1960-1985) detalha como o *mainframe* e os índices de citação converteram o bibliotecário em um intermediário de sistemas restritos (WOUTERS, 1999). A ruptura seguinte (1985-2005) expõe a descentralização do acesso via CD-ROM e *Web*, exigindo uma postura educativa ante a sobrecarga informacional (TENOPIR, 1991). Finalmente, a era atual (2005-presente) analisa como algoritmos e plataformas redefinem a visibilidade científica, impondo ao bibliotecário o papel de guardião ético contra a governação métrica (MAROLDI, 2025).

A partir desse percurso, emerge a questão central do estudo: por que a disseminação tecnológica, do CD-ROM à *Web*, falhou em produzir diversidade epistemológica, reforçando, ao contrário, a lógica quantitativa herdada do *mainframe*? Para responder a essa questão, o artigo busca (a) reinterpretar a história da bibliometria a partir de sua materialidade técnica e dos atores envolvidos e (b) demonstrar como vieses infraestruturais do passado persistem nas formas contemporâneas de avaliação científica.

Ainda que a bibliometria histórica, conforme propõe Hérubel (1999), busque compreender a evolução das disciplinas científicas e comunidades intelectuais por meio de indicadores e análises de citação, este manuscrito realiza o movimento inverso: em vez de aplicar as métricas à história, aplica a história e a teoria à própria bibliometria, conduzindo uma arqueologia de seus fundamentos conceituais e técnicos. Para os propósitos desta análise, entretanto, adota-se a perspectiva de que a bibliometria e seus desdobramentos posteriores, cientometria, infometria, webometria e altmetria, não são campos estanques, mas expressões evolutivas de uma mesma trajetória sociotécnica de mensuração da ciência (THOMPSON e WALKER, 2015).

Metodologicamente, o estudo assume a forma de um ensaio histórico-interpretativo de orientação sociotécnica, fundamentado em uma revisão crítica da literatura. Os princípios da revisão integrativa (WHITTEMORE e KNAFL, 2005) são mobilizados de modo instrumental, funcionando como diretriz para a articulação de fontes de natureza distinta, sem a adoção de um protocolo sistemático formal. A seleção dos textos baseou-se em levantamentos exploratórios e em referências clássicas da literatura métrica e documental, privilegiando o diálogo com as perspectivas dos estudos de Ciência e Tecnologia (STS) para explorar criticamente a materialidade técnica desses campos. Tal estratégia analítica permite examinar a coevolução entre infraestruturas técnicas, práticas documentais e formas de avaliação científica ao longo do desenvolvimento histórico da bibliometria.

A gênese da infraestrutura métrica: da classificação semântica à era do mainframe

O primeiro ato (1895-1960), a era pré-computacional, foi marcado pelo domínio da materialidade impressa e pela gestão manual da informação. Embora a formalização conceitual do campo bibliométrico tenha ocorrido apenas em 1969 (PRITCHARD, 1969), esse período já possuía uma cultura de quantificação e sistematização. Práticas de mensuração da produção científica circulavam sob designações como *statistical bibliography* (HULME, 1923) e por meio de métodos pioneiros de análise de citações (GROSS e GROSS, 1927) e dispersão documental (BRADFORD, 1934), enquanto a compilação de estatísticas de coleções já existia para fins de gestão bibliotecária (BROADUS, 1987). Contudo, essas iniciativas eram manuais, limitadas pelo suporte físico, e o campo era predominantemente demarcado pelo documentalista e bibliotecário. De fato, alguns dos principais autores de estudos quantitativos, como Hulme em 1923 e Bradford em 1934, eram os bibliotecários-chefes de suas respectivas instituições, e os precursores da análise de citação, como Fussler em 1949, também tinham sua origem na Biblioteconomia (BROADUS, 1987). Nessa era, contudo, uma das principais autoridades intelectuais desses profissionais não residia na contagem, mas na mestria da classificação semântica, uma lógica documental baseada no conteúdo temático, cujo projeto mais ambicioso foi o Mundaneum de Paul Otlet, sustentado pela *Classificação Decimal Universal* (RAYWARD, 1997).

Industrializando essa trajetória, a era do *mainframe* (aproximadamente entre 1960 e 1985) institucionalizou as práticas de quantificação e formou a matriz técnico-discursiva da bibliometria moderna. A ordem anterior, baseada na primazia do conteúdo semântico, foi abalada pela introdução de um novo paradigma técnico e epistemológico. O advento dos computadores de grande porte e a demanda por sistemas capazes de lidar com o volume

crescente da produção científica, uma pressão impulsionada pelo colapso do sonho Alexandrino das bibliotecas de serem totalmente autossuficientes (BROOKES, 1988), criaram as condições para substituir a lógica semântica pela lógica relacional, onde a citação substitui o assunto como unidade de conexão (DE BELLIS, 2009).

Foi nesse contexto que Eugene Garfield (1955) concebeu o *Science Citation Index* (SCI), vislumbrando o uso de automação mecânica, inicialmente cartões perfurados, para viabilizar a indexação de citações em larga escala, uma tarefa impossível para a indexação humana tradicional (DE BELLIS, 2009). Contudo, ele não estava sozinho nessa convergência tecnológica. Como aponta Dalbello (2015), os líderes de iniciativas que moldaram o cenário da informação nas décadas de 1950 e 1960 foram Fred Kilgour (diretor fundador da OCLC) e Eugene Garfield. O movimento foi duplo, pois enquanto Garfield tornava visíveis as estruturas da ciência através de abrangentes índices de citação, Kilgour fazia o mesmo com os catálogos de bibliotecas, ambos utilizando a nova infraestrutura computacional para estruturar o conhecimento (DALBELLO, 2015).

O SCI deslocou o centro de gravidade da análise do conteúdo temático para as conexões formais entre os documentos, permitindo análises independentes da interpretação semântica direta e das ambiguidades da linguagem natural. Essa nova abordagem quantitativa, focada em padrões de frequência e *ranking* (distribuições altamente assimétricas), exigiu também uma diferenciação metodológica das estatísticas tradicionais (DE BELLIS, 2009). Como observado por Brookes (1988), em distribuições de frequência por posto, a ordem dos elementos é determinada pela própria contagem e não por uma escala inerente e independente, tornando inadequadas muitas ferramentas estatísticas convencionais (Gaussianas) para lidar com a bibliometria (BROOKES, 1988).

Essa transformação técnica ensejou uma aliança estratégica: de um lado, Eugene Garfield forneceu a infraestrutura de dados e as ferramentas de quantificação (SCI); do outro, a Sociologia da ciência, via Robert K. Merton, ofereceu o enquadramento teórico necessário para legitimar a prática. Como aponta De Bellis (2009), o edifício filosófico da bibliometria moderna repousa na teoria normativa da ciência mertoniana, na qual o ato de citar é interpretado como um átomo de revisão por pares, validando a contagem de citações como uma medida objetiva de reconhecimento e impacto. Juntos, esses atores redefiniram a avaliação científica, deslocando-a da leitura subjetiva para um problema de mapeamento e análise de redes de citações. Essa mudança resultou em uma clara transferência de autoridade epistêmica, ou seja, a capacidade de definir o que conta como qualidade científica passou das mãos dos especialistas no conteúdo para os especialistas na contagem (WOUTERS, 1999).

Além dessa reconfiguração de poder, a inovação de Garfield (1955) deu origem a um novo modelo de negócio baseado em métricas: o Institute for Scientific Information (ISI). Fundada em 1960, essa empresa privada transformou a estrutura da comunicação científica num produto de informação comercializável, criando um mercado competitivo baseado em revistas principais (WOUTERS, 1999; GUÉDON, 2001). Foi justamente nesse período, com a prática quantitativa já consolidada pelo SCI e suas profundas consequências estruturais se manifestando, que o campo ganhou sua formalização conceitual.

Quase simultaneamente à consolidação comercial do ISI, surgiram termos para nomear essa nova abordagem quantitativa. Em 1969, Alan Pritchard propôs o termo bibliometria para substituir a antiga bibliografia estatística, definindo-o como a aplicação de métodos

matemáticos e estatísticos aos meios de comunicação (PRITCHARD, 1969). No mesmo ano, Robert Fairthorne refinou o conceito como o tratamento quantitativo das propriedades do discurso registrado (FAIRTHORNE, 1969). Paralelamente, na União Soviética, Vassily Nalimov apresentava o termo cientometria, focando na análise da ciência vista como um processo informacional (GRANOVSKY, 2001). O léxico do campo se expandiria uma década depois com a introdução da infometria por Otto Nacke (NACKE, 1979). Essas terminologias batizaram a prática que Garfield havia iniciado e que já moldava a ciência. Esse período não apenas viu a criação de ferramentas fundadoras, mas também a consolidação da bibliometria como campo de estudo, registrando um crescimento de dez vezes em sua literatura especializada entre 1960 e 1980 (PERITZ, 1988).

Essa combinação, a aliança sociotécnica, a transferência de autoridade epistêmica e o modelo de negócio do ISI, solidificou o SCI como a peça arquitetônica central na infraestrutura da ciência (WOUTERS, 1999). É a partir da compreensão do SCI como a fundação dessa nova infraestrutura (disciplinar, comercial e técnica) que podemos desvendar a origem da dependência de trajetória do campo. Uma vez estabelecido, o SCI alcançou rapidamente o *status* de invisibilidade e transparência típico das infraestruturas maduras (STAR e RUHLER, 1996), embutindo-se nas rotinas diárias de avaliação e descoberta científica.

Contudo, essa nova tecnologia de *mainframe* operava sob severas limitações materiais. As restrições impostas pelas interfaces de entrada e armazenamento, como cartões perfurados e fitas magnéticas, geravam o que Edwards (2010) denomina atrito de dados, ditando decisões de *design* duradouras que resultaram em uma estrutura de dados extremamente rígida, baseada em campos fixos e identificadores formais. Como aponta Edwards (2010), os sistemas de informação dessa era eram limitados pela lentidão e custo do processamento mecânico, forçando uma abordagem onde os dados deviam se conformar às limitações da máquina, e não o contrário. Essa rigidez técnica favoreceu uma concepção modular e descontextualizada da literatura científica, na qual cada artigo se tornava uma unidade discreta e contável, desvinculada de sua complexidade semântica original. Conforme argumentam Bowker e Star (1999), toda infraestrutura de informação incorpora uma ontologia implícita, um modo de classificar e ordenar o mundo que, ao se tornar invisível com o uso, define o que pode ou não ser visto como dado válido.

Essas decisões de *design*, embora tecnicamente justificadas pelas limitações de processamento da época, não foram politicamente neutras, exemplificando a tese de que os artefatos têm política (WINNER, 1980). Como analisa Guéron (2001), a decisão pragmática de Garfield de focar em um conjunto selecionado de periódicos teve consequências teóricas profundas ao colapsar os múltiplos núcleos de especialidades em um único grande núcleo científico; Garfield deu substância e realidade à noção de ciência central. O que era originalmente uma ferramenta útil para a gestão de coleções foi reificado como um conceito genérico com reivindicações de universalidade, construindo uma visão de ciência hierárquica e enviesada desde a sua gênese. Tal estrutura lógica atribuiu, por definição, menor centralidade ao conhecimento produzido fora do eixo euro-americano e da língua inglesa. Van Leeuwen *et al.* (2001) demonstram o impacto duradouro desse viés, evidenciando que publicações em línguas diferentes do inglês, mesmo quando cobertas pelo SCI, recebem consideravelmente menos citações, o que dilui artificialmente os indicadores de impacto de nações não anglófonas.

Uma vez consolidada, essa infraestrutura gerou um mecanismo de 'aprisionamento tecnológico' (ARTHUR, 1989) que, impulsionado pela liderança inicial do SCI, criou retornos crescentes de adoção e transformou o conceito de revistas principais em um mercado inelástico de difícil substituição (GUÉDON, 2001; STAR e RUHLER, 1996). Diante da complexidade técnica dessa nova base instalada, onde os primeiros sistemas *online* como DIALOG e ORBIT operavam via interfaces hostis e linguagens de comando complexas, o bibliotecário reemergiu não mais como arquiteto semântico, mas como o intermediário técnico indispensável (HAHN, 1996). Foram estes profissionais que, armados de capacidade de navegação e de zelo, perseverança e charme, tornaram-se os mediadores obrigatórios capazes de superar a resistência inicial e conectar as novas infraestruturas digitais aos cientistas (HAHN, 1996).

A era do cd-rom e da Web 1.0 (aproximadamente 1985-2005): a disseminação e a consolidação da bibliometria

Se a era do *mainframe* estabeleceu a matriz técnico-discursiva da bibliometria, consolidando o SCI como infraestrutura central, porém de acesso restrito e mediado, a era seguinte (aproximadamente 1985-2005) marcou a difusão dessas ferramentas. Impulsionada pela combinação do computador pessoal com o CD-ROM, essa transição tecnológica buscou reduzir o atrito no acesso aos dados e descentralizar a análise. No início dos anos 1980, embora estudos via sistemas *online* conectados a *mainframes* já fossem possíveis (HAWKINS, 1977), tratava-se de um uso tecnicamente complexo e caro, o que gerou demanda por soluções que permitissem a extração e o tratamento local de dados em microcomputadores (MOED, 1988).

A dependência de trajetória consolidada pelos *mainframes* reconfigurou a ideia de documento como unidade processável, e a chegada do CD-ROM respondeu a essa demanda de manuseio local. Visto como um novo papiro (CHISHTI, 1993), o formato alterou radicalmente a forma como bibliotecas geriam coleções e ofereciam acesso, tornando economicamente viável a criação de bases de dados locais e personalizadas para análise bibliométrica (BURNHAM *et al.*, 1992). Entretanto, sob a superfície inovadora e a aparente autonomia do usuário, persistiam os traços da era anterior: o mesmo modelo centralizado de indexação proprietária e a mesma lógica de quantificação, agora apenas encapsulados em discos plásticos em vez de fitas magnéticas. Tal continuidade entre os regimes de organização documental e as métricas de citação expressa o que Star e Ruhleder (1996) denominaram infraestruturas invisíveis, ou seja, arranjos classificatórios que, ao se tornarem transparentes pelo uso cotidiano, moldam silenciosamente e naturalizam o modo como o conhecimento é produzido e legitimado.

A migração do SCI para o formato CD-ROM foi decisiva, pois mais do que democratizar o acesso, ela alterou o regime de prática ao transformar o pesquisador, antes objeto de estudo ou cliente de buscas tarifadas, em um praticante ativo (CHISHTI, 1993). Pela primeira vez, esse ator podia manipular as mesmas ferramentas dos especialistas de forma autônoma e com capacidade de processamento local, livre das restrições de tempo e custo por conexão que caracterizavam os sistemas *online* (CHISHTI, 1993; TENOPIR, 1991). A análise de citações saía do regime de tempo real tarifado dos sistemas online e entrava no domínio do tempo de bancada do pesquisador, constituindo-se como uma prática individual e laboriosa

que se tornava viável através do *download* de dados para *softwares* de gerenciamento pessoal (BURNHAM *et al.*, 1992; CHISHTI, 1993).

Essa nova capacidade de análise autônoma marcou a ascensão do pesquisador como usuário final (LYON, 1984). A redefinição do papel do bibliotecário nesta era, ao transitar de operador técnico para mediador epistêmico, ilustra a previsão central de teóricos da automação daquele período, como Gorman (1980) que antecipou que a tecnologia inevitavelmente erodiria a estrita divisão entre serviços técnicos e públicos e forçaria o especialista a assumir papéis mais integrados. Essa mediação tornou-se crucial porque a democratização via CD-ROM foi puramente técnica, e não epistemológica ao gerar tensões sobre a qualidade da busca do usuário final (LYON, 1984). Embora agora tivessem a ferramenta, os usuários ainda enfrentavam dificuldades metodológicas e cognitivas com a lógica de busca e a cobertura das bases (CHISHTI, 1993). Assim, o bibliotecário foi redefinido como o instrutor da lógica do sistema, evidenciando que o CD-ROM descentralizou a ferramenta, mas não o conhecimento para usá-la, mantendo assim intacta a infraestrutura classificatória herdada da era do *mainframe*.

Enquanto essa reconfiguração profissional redefinia as fronteiras entre mediação e autonomia, no campo técnico emergiam novas formas de organização e exploração dos dados bibliográficos. Pesquisadores começaram a combinar a extração de dados, inicialmente de bases *online* e posteriormente de CD-ROM, com *softwares* de computador pessoal para realizar seus próprios estudos bibliométricos (BURNHAM, SHEARER e WALL, 1992). Ao estruturar dados brutos em bancos relacionais customizados, esses pioneiros buscavam contornar as limitações de software dos grandes sistemas centrais, permitindo uma limpeza e manipulação de dados inviável nos *hosts* comerciais (MALLIG, 2010).

Contudo, o formato físico revelava o paradoxo da época, pois ainda que descentralizasse o acesso, mantinha a centralização lógica do modelo proprietário, com limites rígidos de atualização e armazenamento. Como nota Chishti (1993), o CD-ROM sofria com o atraso inerente à masterização física (atualizações trimestrais x mensais do *online*) e apresentava diferenças críticas na cobertura, como a exclusão de dissertações e variações nos motores de busca em comparação com seus equivalentes *online*. Além disso, a estrutura dos dados muitas vezes era diferente, como apontam Costas e Iribarren-Maestro (2007) que identificaram que versões em CD-ROM e *Web* da mesma base (SCI) apresentavam inconsistências significativas no tratamento de afiliações institucionais e pontuação, complicando a normalização necessária para a bibliometria. A ampliação do acesso estava, portanto, inscrita em uma economia política da informação científica onde o conhecimento circulava sob estritas mediações comerciais. O CD-ROM, entretanto, não rompeu, mas marcou a continuidade de um mercado global de informação, no qual o acesso às ferramentas de mensuração e a própria definição de revistas principais tornaram-se indissociáveis da lucratividade institucional e da criação de mercados inelásticos (GUÉDON, 2001).

Essa falha em traduzir a disseminação técnica em diversidade metodológica é o cerne do paradoxo desta era. O aumento da disponibilidade de dados não apenas falhou em produzir diversidade cognitiva (GUÉDON, 2001), como gerou o oposto: uma convergência e homogeneização do que se entendia por impacto e qualidade. Neste sentido, propomos nomear esse fenômeno de inércia epistemológica, entendida como um processo sociotécnico pelo qual uma infraestrutura de conhecimento, mantém e reforça sua lógica

avaliativa original, mesmo após migrar para novas plataformas como o CD-ROM que, teoricamente, permitiriam maior flexibilidade.

Essa inércia se manifesta, primeiro, no nível da própria infraestrutura, onde o dado democratizado era, em si, uma réplica da infraestrutura centralizada do *mainframe*, carregando todos os seus vieses de cobertura (geográficos, disciplinares, linguísticos) e sua lógica classificatória (BALL, 2017). Mais do que isso, as limitações físicas de armazenamento dos discos ópticos forçaram uma seleção ainda mais restritiva de periódicos em comparação à versão completa do banco de dados, exacerbando a exclusão da ciência periférica (COSTAS e IRIBARREN-MAESTRO, 2007). Não se tratava, portanto, de dados novos ou diferentes, mas dos mesmos dados, filtrados pela mesma lógica de ciência central e reembalados em um novo suporte.

Ademais, a inércia epistemológica consolidou-se através de um mecanismo cognitivo individual. Aparentemente libertadora, a autonomia recém-adquirida pelo pesquisador funcionou, na prática, como o principal vetor para o que propomos chamar de atrofia interpretativa. Este mecanismo define-se pela internalização, talvez inadvertida, da lógica da ferramenta, ao ser capacitado para contar facilmente as citações no computador pessoal, o praticante tornou a complexa tarefa de interpretar o contexto comunicativo metodologicamente secundária. Tal processo pavimentou o caminho para o que Cronin (2005) descreveu como a transformação da citação, que deixa de ser um gesto retórico de reconhecimento para se tornar um número dotado de valor próprio e descolado de seu contexto. A atrofia interpretativa é, portanto, o processo que permite a instalação desse fetiche métrico, e o produto em CD-ROM foi seu catalisador, garantindo que o reempacotamento digital apenas reforçasse a lógica da quantificação

Essa lógica quantitativa, reforçada e disseminada pelas bases de dados em CD-ROM, atingiu sua maturidade com a transição para a *Web* 1.0 no final dos anos 1990. Esse novo ambiente *online*, no entanto, apresentava desafios significativos de recuperação da informação; como apontam Ding *et al.* (2000), o volume crescente de dados trouxe 'sérios problemas que os pesquisadores de recuperação da informação nunca enfrentaram décadas atrás, como a sobrecarga informacional e a incerteza do vocabulário. Em resposta a esse cenário, surgiram propostas de sistemas que buscavam aplicar resultados de pesquisas bibliométricas diretamente na interface de busca, usando mapas de cocitação para ajudar os usuários a visualizar a estrutura intelectual de um domínio e refinar suas consultas (DING *et al.*, 2000). Se, por um lado, a bibliometria era usada experimentalmente para tentar reorganizar a recuperação da informação na *Web* aberta, por outro, seu uso avaliativo tradicional se consolidava em plataformas proprietárias como o Web of Science. Como nota Atkins (1999), foi a confluência do hipertexto com os navegadores *web* que permitiu tornar a indexação de citações conceitualmente acessível e intuitiva. Essa nova plataforma, contudo, não substituiu imediatamente o CD-ROM; ambos coexistiram como versões distintas da mesma base de dados, criando uma tensão metodológica sobre qual versão, a local e estática ou a *online* e dinâmica, deveria ser a fonte autorizada para a avaliação científica (COSTAS e IRIBARREN-MAESTRO, 2007).

Se o CD-ROM oferecia autonomia de processamento local (embora com dados estáticos e limites de atualização), a *Web* 1.0 trouxe a atualização constante, mas retomou o modelo de acesso como serviço, retirando do pesquisador o controle físico sobre os dados brutos e submetendo-o a um regime de licenciamento (GUÉDON, 2001; COSTAS e IRIBARREN-MAESTRO, 2007). Essa nova interface, exemplificada pela migração para o Web of Science,

tornou a busca de citações um ato instantâneo e, pela primeira vez, conceitualmente intuitivo para o usuário não especialista, mas ao custo de tornar novamente invisível a complexidade algorítmica do sistema (ATKINS, 1999).

Paralelamente, a consolidação dos modelos de licenciamento em massa, conhecidos como *Big Deals*, reforçou a centralização nas mãos das grandes editoras e criou um efeito catraca onde as bibliotecas ficavam presas a pacotes cada vez mais caros e abrangentes (GUÉDON, 2001). Para Guédon (2001:47), as plataformas das editoras funcionam como lentes distorcidas que produzem um "astigmatismo informacional", pois quanto mais amplo o acesso via *Big Deal*, mais as citações se concentram nas publicações da própria editora dominante, o que reforça artificialmente sua centralidade e padroniza a visibilidade.

A era da Web 2.0 e das API (aproximadamente 2005-2025): a fragmentação e a resistência

Enquanto a *Web 1.0* havia consolidado o poder de um modelo centralizado, a consolidação da *Web 2.0*, a partir de meados dos anos 2000, iniciou um movimento de força contrária e de fragmentação. Mas essa nova fase não foi apenas técnica, ela também expressou uma resistência às infraestruturas centralizadas de avaliação e visibilidade científica. Esse período pode ser entendido como o advento de uma quantificação 2.0, impulsionada por um “cenário de informação em constante expansão que se intensificou com os avanços da tecnologia digital” (GHOLAMPOUR *et al.*, 2024:1.671). Tal crescimento da publicação desencadeou uma produção de dados bibliométricos sem precedentes, que se tornou progressivamente “desacoplada de questões de utilidade e usabilidade, transformando os próprios dados em um fim autossuficiente” (KRÜGER, 2020:62).

Diferente de sua predecessora, a *Web* de apenas leitura, a *Web 2.0* é fundamentalmente uma *Web* de leitura-escrita e social, caracterizada pela colaboração e pelo conteúdo gerado pelo usuário (BASKARAN, 2019). De fato, as plataformas e ferramentas desta era passaram a oferecer interfaces que permitem até mesmo a “leigos, como gestores de pesquisa e formuladores de políticas, fazer avaliações por conta própria”(KRUGER, 2020:61). Essa mudança consolidou o gestor de pesquisa como o primeiro ator desta era, armado com soluções de inteligência de pesquisa que criaram um ecossistema fértil para novos concorrentes. Esse movimento desafiou a hegemonia de quatro décadas da infraestrutura bibliométrica tradicional (ISI), inaugurando o que Meho e Yang (2007) chamaram de uma nova era na análise de citação e bibliometria, marcada pela necessidade de usar múltiplas fontes para corroborar o impacto.

Essa fragmentação das fontes de dados foi acompanhada por uma diversificação das ferramentas de análise que impulsionaram a ascensão do segundo ator desta era: o tecnólogo/programador. O aumento da disponibilidade de dados, facilitado enormemente pelas API (*Application Programming Interfaces*), permitiu o surgimento de um ecossistema de *softwares* especializados. Ferramentas como VOSviewer e CiteSpace, cuja proeminência cresce visivelmente a partir de 2010 e que hoje dominam, respectivamente, a visualização de redes e a detecção de tendências, — passaram a incorporar a capacidade de realizar consultas diretas a algumas API, democratizando a realização de análises bibliométricas complexas (MALIHA, 2024; PUENTE *et al.*, 2024), passaram a incorporar

a capacidade de realizar consultas diretas a algumas API, ao democratizar a realização de análises bibliométricas complexas (MORAL-MUÑOZ *et al.*, 2020).

Contudo, como ressaltam Torres-Salinas e Arroyo-Machado (2022), é nos ambientes de programação como R e Python que estas interfaces alcançam seu potencial máximo, permitindo automatizar fluxos de trabalho e conectar fontes heterogêneas através de identificadores persistentes (como o DOI). Isso criou uma nova divisão de trabalho e uma ruptura com a era anterior: enquanto ferramentas da era do usuário final, como o BibExcel, eram projetadas para pré-processar dados para planilhas ou outros softwares, a nova geração, exemplificada pelo pacote Bibliometrix para R, exige que o ator domine a linguagem de programação para análises abrangentes, embora tente mitigar essa barreira através de interfaces *Web* como o Biblioshiny para usuários não programadores (MALIHA, 2023:2).

Essa integração técnica concentrou todo o fluxo de trabalho — da recuperação à análise, em um único ambiente, diluindo a dependência de múltiplas aplicações isoladas. A centralidade das API tornou-se tamanha que elas são hoje conceptualizadas como uma linguagem de domínio específico (DSL) para a cienciometria, permitindo a criação de estudos complexos independentemente das interfaces gráficas proprietárias. Essa realidade consolida uma nova divisão do trabalho: os praticantes (gestores) e os investigadores especializados (tecnólogos), capazes de conduzir os cálculos avançados exigidos pela ciência de dados.

Paralelamente a essa diversificação de ferramentas e atores, outro sintoma da fragmentação foi a emergência de concorrentes diretos da plataforma Web of Science (WoS). O primeiro foi a Scopus, da Elsevier (ROTH, 2005), e o segundo, mais disruptivo, o Google Scholar (GS) (MEHO e YANG, 2007). Contudo, essas plataformas oferecem visões ontológicas distintas: enquanto o GS tende à exaustividade ao indexar a *Web* acadêmica, a WoS e a Scopus mantêm-se seletivas e curadas, sendo a WoS historicamente a mais restritiva (HARZING e ALAKANGAS, 2015). Como a sobreposição de registros entre elas é apenas parcial, a escolha da fonte passou a determinar os resultados. Essa competição, ampliada por novas plataformas como o Dimensions, tornou metodologicamente insustentável a dependência de uma única fonte de dados para a avaliação científica.

Em contraste com essas plataformas comerciais e proprietárias, a resistência ao modelo assumiu uma forma ainda mais radical com o surgimento de infraestruturas de dados bibliográficos totalmente abertas, algo inédito até então na bibliometria. Iniciativas como o OpenAlex, construídas sobre dados abertos de fontes como o Crossref e o extinto Microsoft Academic Graph, representam uma tentativa de 'reconfigurar o aprisionamento' ao criar uma alternativa gratuita e aberta às plataformas comerciais (PRIEM, PIWOWAR e ORR, 2022; KLEBEL e ROSS-HELLAUER, 2023). Diferentemente da Scopus (concorrente comercial) ou do Google Scholar (uma ferramenta gratuita, mas com dados proprietários e sem API pública), estas novas infraestruturas visam criar um bem comum digital, onde os dados de citação possam ser acessados, reutilizados e analisados por qualquer pessoa, sem restrições (PRIEM, PIWOWAR e ORR, 2022).

Simultaneamente, a ascensão da *Web* 2.0 deu origem ainda a novos campos métricos, como a webometria, focada na análise quantitativa da própria *Web* (THELWALL, 2008), e, notavelmente, a altmetria. Esta última pode ser interpretada como a resposta sociológica mais direta ao mecanismo da atrofia interpretativa. Definida como um 'contraponto

revolucionário às métricas tradicionais' (GHOLAMPOUR *et al.*, 2024:1.672), a altmetria emergiu ao propor a medição do impacto para além das 'meras citações', capturando novos rastros digitais em redes sociais e blogues (GHOLAMPOUR *et al.*, 2024). Ela representa um esforço para reintroduzir o contexto comunicativo e social que a simplificação das métricas tradicionais havia eliminado (MAROLDI, 2025).

Essa diversificação reflete uma expansão metodológica mais ampla, na qual os *frameworks* tradicionais, baseados exclusivamente na contagem simples de citações, foram gradualmente enriquecidos com técnicas avançadas, como a normalização por campo e a busca por indicadores mais robustos diante das limitações de métricas como o índice h (BREDAHL, 2022; MAROLDI, 2025). Essa busca por análises mais sofisticadas tem sido crescentemente alimentada pela incorporação de técnicas de Inteligência Artificial (IA), que passam a atuar como mediadoras analíticas e metodológicas, sendo esta a tendência emergente significativa do campo (PUENTE *et al.*, 2024). A IA é empregada tanto na análise, em tarefas como classificação de funções de citação e predição de impacto (ZHANG *et al.*, 2025), quanto na coleta, com ferramentas que realizam a triagem de artigos de modo mais eficiente e imparcial (STEFANIS *et al.*, 2025).

Contudo, a pressão por quantificação gerou consequências perversas (lei de Goodhart). Já em 1974, debatia-se como indicadores oficiais poderiam deslocar os objetivos da ciência (CSISZAR, 2020), materializando a transformação do artigo de unidade de conhecimento em unidade contábil de avaliação (GINGRAS, 2016). Economicamente, isso sustentou o modelo de Taxas de Processamento de Artigos (APC), criando uma 'barreira-APC' que estratifica a publicação e exacerba desigualdades globais ao favorecer instituições com mais recursos (KLEBEL e ROSS-HELLAUER, 2023). Nas práticas de pesquisa, a pressão evoluiu do publicar ou perecer para o 'impacto ou perecer', fomentando um ecossistema de manipulações 'pós-produção' (como anéis de citação) que expandem a má conduta para além da fraude de dados (BIAGIOLI e LIPPMAN, 2020).

Em resposta, a alfabetização bibliométrica e o uso responsável tornaram-se centrais, consolidando o bibliotecário como um mediador focado no ensino do uso ético das ferramentas (COX *et al.*, 2019).

O Quadro 1 demonstra essas transformações sociotécnicas, atores e efeitos epistemológicos ao longo das quatro eras. Como síntese das transformações sociotécnicas discutidas ao longo das quatro eras, o Quadro 1 sistematiza as principais inflexões tecnológicas, os atores envolvidos e seus efeitos epistemológicos, funcionando como um instrumento de apoio analítico à interpretação histórica proposta da bibliometria.

Quadro 1 – Eras sociotécnicas da bibliometria: tecnologias, métricas e atores em dependência de trajetória

Característica	Era pré-computacional (~1895-1950)	Era do <i>mainframe</i> (~1960-1985)	Era do CD-ROM / Web 1.0 (~1985-2005)	Era da Web 2.0 / API (~2005-2025)
Tecnologia dominante	Ficha catalográfica e estantes	Computador <i>mainframe</i> e fitas magnéticas	PC, CD-ROM, <i>World Wide Web</i>	Web Social, API, nuvem, algoritmos IA
Suporte material da métrica	Fichas e folhas de papel	Fitas magnéticas e cartões perfurados	Discos óticos (CDs), servidores centralizados	Dados distribuídos na nuvem, infraestruturas interoperáveis e versionamento
Lógica métrica principal	Classificação (CDU)* Bibliografia estatística	Citação e indexação livre de vocabulário controlado	Acesso e recuperação (busca booleana e navegação)	Engajamento e algoritmo (metadados de uso, altmetria)
Consequência sociocultural	Sonho do conhecimento universal	Centralização do poder métrico (ISI)	Democratização do acesso	Datificação da ciência, <i>rankings</i> e vigilância algorítmica
Conceito-chave	Organização universal	Objetividade mecânica e avaliação quantitativa	Explosão da informação e acesso do usuário final (consolidação da lógica)	Plataformização da ciência e visibilidade algorítmica
Dependência da trajetória	Hierarquia semântica da CDU	Estrutura hierárquica do SCI, dependência do <i>mainframe</i>	Arquitetura de busca baseada em palavras-chave	Rede, interoperabilidade e versionamento de dados
Ator(es) humano(s) protagonista	Bibliotecário e documentarista	Cientista da informação, sociólogo da ciência e bibliotecário	Usuário final e bibliotecário	Gestor de pesquisa, bibliotecário e tecnólogo/programador
Mercado predominante	Estatal e não comercial	Comercial monopolista (ISI)	Assinatura e/ou licenciamentos comerciais	Plataformas/bases de dados comerciais e APC

Fonte: Elaborada pelo autor

*Lógica métrica não se refere a uma contagem quantitativa, mas à lógica fundamental de organização e avaliação do conhecimento daquela era. Na ausência de ferramentas computacionais para a contagem, a principal forma de ‘medir’ e situar um documento no universo do saber era através da sua classificação semântica, sendo a CDU a uma ferramenta para essa tarefa (RAYWARD, 1997).

A era da *Web 2.0* e das API culmina, portanto, em uma contradição, onde a fragmentação técnica sem precedentes (Scopus, GS, altmetria) falhou em desalojar a lógica avaliativa anterior. O sistema preserva vieses sistemáticos e uma visão reducionista do impacto baseada na dependência excessiva de indicadores quantitativos (PUENTE *et al.*, 2024). Configura-se não uma substituição, mas um ecossistema de avaliação híbrido e tenso (MAROLDI, 2025), onde novas infraestruturas coexistem com a resiliência das hierarquias tradicionais e perpetuam a atrofia interpretativa.

Considerações finais

Ao final do manuscrito, sustenta-se que os objetivos propostos foram alcançados e a questão de pesquisa respondida. Demonstrou-se que a história da bibliometria é marcada por uma profunda dependência de trajetória sociotécnica na qual os vieses e a ontologia invisível da era do mainframe persistem como fósseis tecnológicos sob a sombra das estruturas do passado (GUÉDON, 2001).

Como contribuição teórica, propõe-se um mecanismo em dois níveis para explicar essa permanência. No nível estrutural, a inércia epistemológica descreve o aprisionamento institucional a um paradigma de contagem, em que novas interfaces e fontes ampliam o acesso, mas preservam a lógica avaliativa original. No nível sociocognitivo, a atrofia interpretativa nomeia o processo pelo qual a facilidade de quantificação rebaixa a interpretação contextual a uma tarefa secundária, reforçando retroativamente a primazia do número (DE BELLIS, 2009; CRONIN, 2005).

A trajetória dos atores evidencia o bibliotecário como a contraparte humana dessa inércia ao adaptar-se como mediador essencial para a literacia métrica (COX *et al.*, 2017). Esse profissional demonstrou resiliência em todas as fases analisadas ao consolidar uma função indispensável que, contudo, não foi suficiente para alterar a lógica dominante do sistema. As práticas institucionais mostraram-se resistentes, persistindo mesmo diante da fragmentação tecnológica e do surgimento de alternativas métricas abertas e API que prometiam democratizar os dados (TORRES-SALINAS e ARROYO-MACHADO, 2022).

Nesse cenário, a Inteligência Artificial constitui a inflexão decisiva, pois ela pode favorecer uma recontextualização do saber, se orientada a leituras qualitativas e à explicitação de pressupostos, ou intensificar, com eficiência inédita, a mesma ontologia avaliativa ao automatizar triagens, rankings e decisões sob métricas herdadas (STEFANIS *et al.*, 2025). A bibliometria do futuro, portanto, depende menos da inovação técnica em si do que da capacidade institucional de enfrentar criticamente as infraestruturas que governam silenciosamente a visibilidade e o valor do conhecimento científico.

Referências bibliográficas

ARTHUR, W. B.

1989 Competing technologies, increasing returns, and lock-in by historical events. *The Economic Journal*. 99 (1989) 394.

ATKINS, Helen

1999 The ISI Web of Science: links and electronic journals. *D-Lib Magazine*. 5:9 (1999).

BORGMAN, C. L.

1996 Why are online catalogs still hard to use? *Journal of the American Society for Information Science*. 47:7 (1996).

BOWKER, G. C.; STAR, S. L.

1999 *Sorting things out: classification and its consequences*. Cambridge: MIT Press, 1999.

BRADFORD, Samuel C.

1934 Sources of information on specific subjects. *Engineering*. 137 (1934) 85-86.

BROADUS, R. N.

1987 Early approaches to bibliometrics. *Journal of the American Society for Information Science*. 38:2 (1987).

BROOKES, B. C.

1988 Comments on the scope of bibliometrics. *Informetrics*. 87/88 (1988).

BURGHAM, B.

1994 The New Alexandria?: the role of the CD-ROM in library collections. *The Electronic Library*. 12:3 (1994) 166-170.

BURNHAM, J. F.; SHEARER, B. S.; WALL, J. C.

1990 Combining new technologies for effective collection development: a bibliometric study using CD-ROM and a database management program. *Bulletin of the Medical Library Association*. 78:3 (1990).

BUSH, Vannevar

1945 As we may think. *The Atlantic Monthly*. 176:1 (1945).

CHISHTI, S. H.

1993 CD-ROM vs. online: a comparison of PsycLIT (CD-ROM) and PsycINFO (DIALOG). *The Reference Librarian*. 18:40 (1993).

COX, A. M. [et al.]

2017 Competencies for bibliometrics. *Journal of Librarianship and Information Science*. 51 (2017).

CRONIN, B.

2005 *The Hand of science: academic writing and its rewards*. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2005.

DALBELLO, M.

2015 Digital convergence: the past in the present. In *A History of modern librarianship: constructing the heritage of western cultures*. Libraries Unlimited, 2015.

DAVID, P. A.

1985 Clio and the economics of QWERTY. *The American Economic Review*. 75:2 (1985).

DE BELLIS, N.

2009 *Bibliometrics and citation analysis: from the science citation index to cybermetrics*. Plymouth: Scarecrow Press, 2009.

DING, Y. [et al.]

2000 Bibliometric information retrieval system (BIRS): a Web search interface utilizing bibliometric research results. *Journal of the American Society for Information Science*. 51:13 (2000).

EDWARDS, P. N.

2010 *A Vast machine: computer models, climate data, and the politics of global warming*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

FAIRTHORNE, Robert A.

1969 Empirical hyperbolic distributions (Bradford-Zipf-Mandelbrot) for bibliometric description and prediction. *Journal of Documentation*. 25 (1969).

GARFIELD, Eugene

1955 Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas. *Science*. 122:3.159 (1955).

GHOLAMPOUR, S. [et al.]

2024 Does social media contribute to research impact?: an altmetric study of highly-cited marketing research. *Total Quality Management & Business Excellence*. (2024).

GINGRAS, Y.

2020 The Transformation of the scientific paper: from knowledge to accounting unit. In *Gaming the metrics: misconduct and manipulation in academic research*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2020.

GODIN, B.

2006 From eugenics to scientometrics: Galton, Cattell and men of science. *Project on the History and Sociology of S&T Statistics*. 32 (2006).

GORMAN, M.

1980 Technical services in an automated library. In *The Role of the library in an electronic society: Proceedings of the 1979 Clinic on Library Applications of Data Processing*. Illinois: University of Illinois, 1980.

GRANOVSKY, Y. V.

2001 Is it possible to measure science?: V. V. Nalimov's research in scientometrics. *Scientometrics*. 52:2 (2001).

GROSS, P. L. K.; GROSS, E. M.

1927 College libraries and chemical education. *Science*. 66:1.713 (1927).

GUÉDON, J. C.

2017 *Open access: toward the internet of the mind*. Budapest: Open Book Publishers, 2017.

GUÉDON, J. C.

2001 *Oldenburg's long shadow: librarians, research scientists, publishers, and the control of scientific publishing*. Montréal: ARL, 2001.

HAHN, T. B.

1996 Pioneers of the online age. *Information Processing & Management*. 32:1 (1996).

HARZING, A.-W.; ALAKANGAS, S.

2015 Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*. (2015).

HAWKINS, D. T.

1977 Unconventional uses of on-line information retrieval systems: on-line bibliometric studies. *Journal of the American Society for Information Science*. 32:1 (1977).

HÉRUBEL, J.-P. V. M.

1999 Historical bibliometrics: its purpose and significance to the history of disciplines. *Libraries & Culture*. 34:4 (1999).

HULME, Edward Wyndham

1924 *Statistical bibliography in relation to the growth of modern civilization: two lectures delivered in the University of London*. London, 1924.

KESSLER, M. M.

1963 Bibliographic coupling between scientific papers. *American Documentation*. 10 (1963).

KHADEMI, R.

2018 Visualizing Garfield's scientific performance. *Journal of Scientometric Research*. 7:3 (2018).

KLEBEL, T.; ROSS-HELLAUER, T.

2023 The APC-barrier and its effect on stratification in open access publishing. *Quantitative Science Studies*. (2023).

KÖVÁRI, A.; PASIN, M.; MEDUNA, A.

2025 The Dimensions API: a domain specific language for scientometrics research. *Frontiers in Research Metrics and Analytics*. 10 (2025).

KRÜGER, A. K.

2020 Quantification 2.0?: bibliometric infrastructures in academic evaluation. *Politics and Governance*. 8:2 (2020).

KYRILLIDOU, M.; COOK, C.

2008 The Evolution of measurement and evaluation of libraries: a perspective from the association of research libraries. *Library Trends*. 56:4 (2008).

LYU, P.; LIU, X.; YAO, T.

2023 A Bibliometric analysis of literature on bibliometrics in recent half-century. *Journal of Information Science*. (2023).

LYON, S.

1984 End-user searching of online databases: a selective annotated bibliography. *Library Hi Tech*. 6 (1984).

MABE, M.

2003 The Growth and number of journals. *Serials*. 16:2 (2003).

MALIHA, H.

2024 A Review on bibliometric application software. *Scientometrics Letters*. 1 (2024).

MALLIG, N.

2010 A Relational database for bibliometric analysis. *Journal of Informetrics*. 4 (2010).

MAROLDI, A. M.

2025 The Agency of digital platforms in open science: governance, metrics, and ontological implications. *Infonomy*. 3:5 (2025).

MARTÍN-MARTÍN, A. [et al.]

2021 Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage over time. *Scientometrics*. 126:4 (2021).

MEHO, Lokman I.; YANG, Kiduk

2007 A New Era in citation and bibliometric analyses: Web of Science, Scopus, and Google Scholar. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 58:13 (2007).

MORAL-MUÑOZ, J. A. [et al.]

2020 Software tools for conducting bibliometric analysis in science: an up-to-date review. *Profesional de la Información*. 29:1 (2020).

NACKE, O.

1979 Informetrie: ein neuer name für eine neue disziplin. *Nachrichten für dokumentation*. 30:6 (1979).

PERITZ, B. C.

1988 Bibliometric literature: a quantitative analysis. *Informetrics* 87/88 (1988).

PRIEM, J.; PIWOWAR, H.; ORR, R.

2022 OpenAlex: a fully open bibliographic database. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTOMETRICS & INFORMETRICS (ISSI), 17th, Leuven, 2022 – *Proceedings*. Leuven: ISSI, 2022.

PRITCHARD, A.

1969 Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*. 25:4 (1969).

PUENTE, J. H [et al.]

2024 Tools and methodologies for scientific evaluation: bibliometrics, scientometrics and informatics. In *Seminars in Medical Writing and Education*, 2024.

RAYWARD, W. B.

1997 The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography. *Journal of the American Society for Information Science*. 48:4 (1997).

ROTH, D. L.

2005 The Emergence of competitors to the Science Citation Index and Web of Science. *Current Science*. 89:9 (2005).

STAR, S. L.

1999 The Ethnography of infrastructure. *American Behavioral Scientist*. 43:3 (1999).

STAR, S. L.; RUHLER, K.

1996 Steps toward an ecology of infrastructure: design and access for large information spaces. *Information Systems Research*. 7:1 (1996).

STEFANIS, C. [et al.]

2025 Innovative methodological pillars for bibliometric studies: AI screening, data normalization and dual-tool analysis. *Discover Applied Sciences*. 7 (2025).

THELWALL, M.

2008 Bibliometrics to webometrics. *Journal of Information Science*. 34:4 (2008).

THOMPSON D. F.; WALKER C. K.

2015 A Descriptive and historical review of bibliometrics with applications to medical sciences. *Pharmacotherapy*. 35 (2015).

TORRES-SALINAS, D.; ARROYO-MACHADO, W.

2022 APIs en contextos bibliométricos: introducción básica y corpus exhaustivo. *Anuario ThinkEPI*. 16 (2022).

VAN LEEUWEN, Thed N. [et al.]

2001 Language biases in the coverage of the science citation index and its consequences for international comparisons of national research performance. *Scientometrics*. 51:1 (2001).

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K.

2005 The Integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*. 52:5 (2005).

WINNER, L.

1980 Do artifacts have politics? *Daedalus*. 109:1 (1980).

WOUTERS, P.

1999 *The Citation culture*. Amsterdam: University of Amsterdam, 1999.

Tese de doutoramento - Universidade de Amsterdão, Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais.

ZHAO, Q.; FENG, X.

2022 Utilizing citation network structure to predict paper citation counts: a deep learning approach. *Journal of Informetrics*. 16:1 (2022).

Alexandre Masson Maroldi | alexandremm@ufscar.br

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Resumo: O artigo apresenta o projeto *Entrevistas Profissionais*, realizado em 2022 e 2023, que visa preservar a memória da profissão e da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, através de entrevistas a nove associados honorários, em formato vídeo. As entrevistas, conduzidas com metodologia qualitativa e apoiadas em transcrição assistida por *software* e revisão interpretativa, permitem explorar percursos profissionais, formação, desenvolvimento de competências e contributos dos entrevistados para a profissão e para a Associação. O artigo discute o papel da entrevista como técnica de investigação e descreve práticas de associações congéneres noutros países na recolha de memória profissional. Os resultados evidenciam excertos das entrevistas em três eixos principais: formação e consolidação de competências, valorização dos percursos e da identidade profissional e preservação da memória institucional da Associação, sublinhando o impacto do associativismo na dignificação da carreira e na construção de uma identidade profissional.

Palavras-chave: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação; Entrevistas; Memória; Profissão de Informação Documentação.

Abstract: This article presents the *Professional Interviews* project, carried out in 2022 and 2023, which aims to preserve the history of the profession and of the Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, through video interviews with nine honorary members. The interviews, conducted using qualitative methodology and supported by software assisted transcription and interpretative review, enable an exploration of the interviewees' career paths, training, skills development and contributions to the profession and the association. The article discusses the role of the interview as a research technique and describes the practices of similar associations in other countries in the collection of professional memory. The results present excerpts from the interviews across three main themes: training and consolidation of skills, the valuing of career paths and professional identity, and the preservation of the association's institutional memory, highlighting the impact of professional associations on the dignification of the career and the construction of a professional identity.

Keywords: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação; Interviews; Memory; Information and Documentation Profession.

Introdução

O projeto *Memória BAD* foi desenvolvido por uma equipa coordenada pela autora deste trabalho, durante os anos 2021 a 2023, no âmbito da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Integrado no plano de atividades da Associação, o projeto englobou diversas ações, onde se destacam as *Entrevistas Profissionais*, que implicaram entrevistas a nove profissionais de relevo na área e que se destacaram no compromisso com ela, publicadas no canal Youtube da BAD (BAD, 2025a). Outras ações também foram implementadas, como a recolha de testemunhos dos vencedores do Prémio Raul Proença, em formato de vídeo, e o levantamento de 30 testemunhos de associados publicados nas redes sociais (BAD, 2025b).

O objetivo do projeto *Entrevistas Profissionais* foi salvaguardar a memória da profissão e registar experiências e desafios dos profissionais ao longo das suas carreiras, tornando esse conteúdo acessível online na *playlist Entrevistas Profissionais* no canal Youtube da BAD. Este registo é de grande importância para a BAD, que tem, entre os seus objetivos, a preservação da memória e da história social da Associação, a criação de um acervo de testemunhos escritos e em formato de vídeo focados no mundo profissional e no papel dos entrevistados, a constituição um arquivo de memórias sobre os associados e valorização do património social, integrando as identidades pessoais e profissionais. No portal BAD.pt, foi criada a secção *Somos Profissão*, que reúne um arquivo de narrativas escritas e de vídeos sobre os associados, abordando diferentes temas ligados à profissão e ao associativismo (BAD, 2025b). A partilha de histórias pessoais e profissionais são essenciais para as comunidades e para as associações, pois fortalecem a identidade coletiva e destacam o valor profissional e associativo.

Entrevistar profissionais já aposentados e outros ainda no ativo constitui uma prática de grande valor para o desenvolvimento profissional. Esta prática traz benefícios significativos para a comunidade, entre as quais, a aprendizagem através dos relatos que abordam desafios e oportunidades, erros e soluções encontradas em contextos profissionais concretos; a implementação de uma reflexão crítica sobre a profissão, proporcionando uma visão mais próxima da prática do que apenas pelo estudo teórico; a valorização de outros profissionais e a construção de um percurso e de uma identidade profissional. Em resumo, as entrevistas a profissionais de uma área de trabalho são ferramentas valiosas para o desenvolvimento de outros profissionais, promovem aprendizagens, inspiração, reflexão crítica e fortalecendo tanto indivíduos quanto as comunidades profissionais e, neste caso, a memória associativa.

Ochôa e Barata (2018) destacam a importância de investigar e refletir sobre a memória profissional, afirmando que tal reflexão é indispensável para a construção de uma identidade coletiva da profissão. Os autores defendem a criação de um dicionário profissional com biografias, bem como o desenvolvimento de estudos sobre a história da profissão, dos seus profissionais e das suas trajetórias, valorizando especialmente os registos autobiográficos e os obituários. Apesar de existirem esforços pontuais, como a recolha de testemunhos, publicações de cronologias especializadas, relatos apresentados em eventos e sessões de homenagem, e ainda estudos biográficos em dissertações de mestrado, estas iniciativas permanecem dispersas e frequentemente dependentes do trabalho de grupos ou de indivíduos isolados, evidenciando a ausência de uma estratégia coletiva organizada e sistemática para a preservação e divulgação desta memória. Ochôa e Pinto (2018) referem que as iniciativas relacionadas com o tema da memória da profissão estão fragmentadas e não valorizam a partilha da memória intergeracional para a construção do futuro.

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar o projeto *Entrevistas Profissionais*, desenvolvido entre 2022 e 2023, no âmbito da BAD, cuja finalidade foi preservar a memória institucional da Associação e reconhecer o contributo dos profissionais para o seu desenvolvimento e para o progresso da profissão. Como objetivos específicos, propõe-se divulgar, através de excertos das entrevistas realizadas a nove profissionais, associados honorários da BAD, os resultados da análise de conteúdo, com destaque para três categorias relacionadas com a formação e o desenvolvimento de competências dos entrevistados, a valorização dos seus percursos e a salvaguarda da memória da BAD.

Pretende-se, assim, contribuir de forma efetiva para o debate crítico em torno das práticas profissionais dos últimos anos e da própria história da Associação, a partir das entrevistas realizadas a profissionais do setor.

Metodologia

Com base na análise da literatura, apresenta-se a entrevista como método de recolha de dados numa investigação qualitativa, para preservar a memória tanto profissional como a associativa (MAGALHÃES e PAUL, 2021). Sistematizaram-se estratégias e posicionamentos, com base na observação dos sítios *web* de várias associações profissionais da área da Informação e Documentação, relativamente à realização de entrevistas a profissionais em diferentes partes do mundo.

Para a exploração das entrevistas efetuadas a nove profissionais, adotou-se uma abordagem qualitativa, articulando a entrevista semiestruturada, o registo multimédia, a transcrição e, por fim, realizou-se a análise de conteúdo temática, para captar a complexidade e riqueza da experiência dos profissionais da informação e da sua atuação na BAD, nos últimos cinquenta anos.

Iniciou-se o processo de transcrição, entendido como um procedimento metodológico que converte o discurso oral em texto escrito de forma coerente e significativa, seguindo um guião que orientou todas as etapas do trabalho.

As entrevistas semidiretivas não foram logo submetidas a um processo de análise de conteúdo, tendo sido publicadas *online* de forma integral, sem qualquer corte ou tratamento nos registos de vídeo e áudio (AZEVEDO *et al.*, 2017). Na transcrição das entrevistas para texto, recorreu-se ao *software* Whisper, da OpenAI, utilizando o modelo *large-v2*. Após a transcrição automática, foi realizada uma revisão manual, de natureza interpretativa e representativa, que não se limitou a uma mera correção mecânica. Optou-se por uma abordagem não naturalista e seletiva, centrada no conteúdo verbal e que omitiu elementos como pausas, vocalizações e repetições de palavras (AZEVEDO *et al.*, 2017), procedendo-se à adaptação do discurso oral à linguagem escrita (BAILEY, 2008).

Esta etapa revelou-se particularmente importante para aprofundar a compreensão dos significados atribuídos pelos entrevistados às suas experiências pessoais e profissionais. Foi utilizado um guião baseado no protocolo de transcrição adotado em todas as entrevistas (AZEVEDO *et al.*, 2017), procedendo-se à comparação entre o texto transcrito e a respetiva gravação, de modo a garantir a exatidão da informação obtida. Após esta fase, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, de tratamento e interpretação do material empírico às transcrições dos registos multimédia para texto escrito, criando categorias, classes estruturadas que agrupam excertos das entrevistas sobre vários temas com características comuns, que permitiram transformar os dados brutos em significados e, neste caso, definidas depois da leitura da transcrição de todas as entrevistas (BARDIN, 1977).

Como o processo ainda se encontra em curso, incluindo as fases de correção e verificação dos textos transcritos pelos próprios entrevistados, os respetivos nomes foram omitidos neste trabalho. Apenas alguns dos excertos de entrevistas classificados em três categorias provenientes da análise de conteúdo, são mencionados, devido à limitação de espaço neste

artigo, a saber: as categorias “Formação e desenvolvimento de competências”, “Valorização do percurso e da identidade profissional” e “Preservação da memória da BAD”.

A entrevista como técnica de recolha de informação

A entrevista é reconhecida como uma técnica de recolha de informação fundamental na investigação qualitativa, especialmente quando se trata de compreender a história de associações, histórias de personalidades e de experiências profissionais. Poucos estudos tratam de forma aprofundada o emprego da entrevista como técnica de recolha de dados para registo histórico de organizações e associações, valorizando o ponto de vista dos profissionais inseridos nessas entidades, o que torna esta técnica uma área ainda pouco explorada, mas com grande potencial para a preservação da memória coletiva das organizações.

A entrevista é definida como uma situação de interação pessoal, tecnicamente conduzida, com objetivos precisos, cujo propósito é obter informações detalhadas e contextualizadas a partir dos entrevistados (MAGALHÃES e PAUL, 2021). Trata-se de um método que exige planeamento cuidadoso, pois envolve procedimentos básicos e estratégicos que começam na definição clara dos objetivos, pela motivação do entrevistado e culminam na obtenção de um relato colaborativo e espontâneo.

A entrevista pode ser presencial, face a face, ou realizada através de plataforma digital, em direto, não presencial ou gravada em áudio e /ou vídeo para publicar e visualizar mais tarde, em diferido. A diversidade de tipologias de entrevistas é ampla, abrangendo desde as que se realizam em contexto de acolhimento institucional, de avaliação, no apoio e na orientação de uma investigação, até em contextos judiciais e médicos (BUSCHOLZ, 2000; MAGALHÃES e PAUL, 2021).

Um aspeto crucial na condução de entrevistas, especialmente em ciências humanas, é a observância de princípios éticos rigorosos. O entrevistador deve manter uma postura neutra, evitar julgamentos e estabelecer uma relação respeitosa e educada com o entrevistado. A American Psychological Association (2017) determina cinco princípios gerais para assegurar a ética nesse processo: a beneficência, no sentido de não causar danos ao participante, a responsabilidade, a integridade, a justiça e o respeito pela dignidade e pelos direitos dos envolvidos. Estes preceitos sustentam a legitimidade e a validade da entrevista não apenas como ferramenta técnica, mas também como ato respeitador da pessoa que contribui com o seu testemunho.

Quanto à estrutura da entrevista, existem várias modalidades, por exemplo, a que segue um guião estrito, composto por perguntas fechadas previamente definidas, não permitindo desvios. Esta técnica favorece a replicabilidade e a aplicação em múltiplos respondentes, facilitando a comparação e análise sistemática dos dados finais. No entanto, essa rigidez pode limitar a profundidade da informação, visto que a introdução de novos temas ou questionamentos não é possível neste formato. Por outro lado, na entrevista semidiretiva há a possibilidade de incluir perguntas abertas ou indiretas que ao estimularem respostas personalizadas e interpretativas, enriquecem o conteúdo recolhido, mas exigem maior flexibilidade e habilidade do entrevistador para conduzir a conversa e explorar temas emergentes. Na entrevista não diretiva, as questões não estão em formato predefinido, são mais abertas e informais, permitindo uma liberdade de conversação, exigindo um

entrevistador experiente. Na entrevista direta é importante solicitar a informação pretendida de forma explícita. Na indireta, obtém-se informação por dedução a partir de uma resposta positiva ou negativa. No caso de perguntas com respostas livres está implícita a possibilidade de resposta personalizada.

Para garantir o êxito da entrevista, é necessária uma preparação detalhada do contexto onde ela ocorrerá, a escolha e a preparação do local, o agendamento em horário conveniente, a eliminação de barreiras comunicacionais, bem como o controlo do tempo para evitar o cansaço ou a distração do entrevistado. Antes de iniciar a entrevista é essencial que o entrevistador informe claramente o participante sobre objetivos da recolha de dados, o carácter público ou confidencial da entrevista e a importância da sua contribuição para o propósito do estudo, estabelecendo um clima de confiança e de abertura por meio de uma conversa inicial amigável. Outra tarefa, anterior à entrevista, é a construção de um guião ou grelha de perguntas. Implica a recolha de informação específica e a reunião de dados que permitam efetuar questões (AZEVEDO *et al.*, 2017; MAGALHÃES e PAUL, 2021).

Um aspeto frequentemente debatido na literatura, no que respeita à passagem de áudio para texto escrito, é a questão da transcrição da entrevista. A decisão sobre o nível de detalhe na transcrição depende do objetivo da investigação. Algumas abordagens metodológicas recomendam a transcrição parcial ou interpretativa, que não regista integralmente o áudio, mas implica escolhas conscientes orientadas para a análise temática. Outras abordagens exigem uma transcrição completa, na qual todos os elementos do discurso são incluídos, desde erros, gírias, até sons não verbais para captar toda a riqueza do depoimento. Esta é indispensável em estudos que necessitam preservar fidedignamente o contexto da fala (BUCHOLZ, 2000; MCLELLAN, MACQUEEN e NEIDIG, 2003). A transcrição completa do contexto, segundo alguns autores, entre os quais Cook (1986), afirmam que é teoricamente impossível e defendem uma abordagem que reconheça a subjetividade da transcrição.

Entrevistas realizadas por associações profissionais da área da Informação e Documentação

As associações de profissionais da área da Informação e Documentação têm investido na realização de entrevistas como forma de dar visibilidade aos profissionais do setor. Apresentam-se alguns casos que abrangem associações representativas de diferentes continentes. Muitas destas associações dispõem de publicações periódicas, como *newsletters* e revistas, nas quais são frequentemente publicadas entrevistas com profissionais e com conteúdos relevantes para a área.

A SEDIC (Sociedad Española de Documentación e Información Científica), em Espanha, publicou diversas entrevistas na *Revista Archivos*, uma publicação digital gratuita, com alcance internacional, dedicada à divulgação arquivística e à gestão documental, disponível em cinco idiomas. Criada em junho de 2017 como projeto colaborativo e voluntário, reúne uma equipa de profissionais dispersos no mundo que produzem conteúdos. O objetivo da publicação é disseminar informações e notícias, boas práticas relacionadas com os arquivos e a gestão da informação e apresentar entrevistas profissionais. Estas são realizadas através de contacto da revista com o entrevistado, através de *email*, e posteriormente são publicadas *online*. Relativamente às entrevistas, na região de Portugal, os arquivistas Paulo

Batista e Alexandra Vidal são os responsáveis pela seleção de entrevistados e realização das mesmas, abordando a trajetória académica e profissional dos inquiridos, os principais projetos, as atividades futuras e desafios. Entre 2018 até julho de 2025, foram publicadas cerca de 120 entrevistas, destacando-se os portugueses com trinta e sete (37) arquivistas, sete (7) bibliotecários e seis (6) professores do ensino superior na área de Ciência da Informação¹.

Em França, L'Association des Professionnels de l'Information et de la Documentation (ADBS), em 2019, publicou um dossiê temático intitulado *Parcours professionnels de documentalistes*, na revista digital *I2D*, com um conjunto de catorze (14) entrevistas a profissionais do setor, constituídas por retratos, testemunhos e percursos na profissão².

No Reino Unido, o CILIP (Chartered Institute of Library and Information Professionals) optou por publicar, em texto, na revista *Information Professional*, as entrevistas a profissionais com cargos relevantes em diversas instituições do setor; no entanto, o volume dessas entrevistas não é expressivo³.

A Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS), fundada na cidade de Santa Maria, no Brasil, tem como missão defender os interesses dos profissionais de arquivo e promover a valorização e divulgação do trabalho arquivístico, através da realização de eventos e atividades formativas. Os anos de 2020 a 2022 foram marcados pelos impactos da pandemia de COVID-19 e pela suspensão das atividades presenciais. Nesse contexto, a AARS reformulou as suas atividades, e entre elas, destacou-se a criação da série *AARS Depoimentos: Arquivos na Pandemia*, lançada em julho de 2020 e concluída em agosto de 2021. Recolheram, entre os associados, quarenta e três (43) testemunhos de arquivistas, relatando as mudanças provocadas pela pandemia nas suas rotinas profissionais. Os depoimentos foram posteriormente divulgados nas redes sociais da associação e publicadas num *ebook*. As entrevistas foram conduzidas pelo secretário da AARS, a partir de um questionário uniformizado para todos os entrevistados. As perguntas abordaram o local de trabalho dos profissionais, as atividades que realizavam antes da pandemia, as alterações vividas nesse período e, por fim, as expectativas quanto ao regresso à normalidade, o retorno ao trabalho e as rotinas que pretendiam retomar. Entre os quarenta e três (43) participantes, vinte e um (21) são arquivistas de instituições públicas, sete (7) trabalham no setor privado, nove (9) são docentes dos cursos de Arquivística na região sul do Brasil e seis (6) são estudantes da licenciatura em Arquivologia. Quanto à distribuição geográfica, trinta e nove (39) entrevistados são do estado do Rio Grande do Sul, dois (2) do Paraná, um (1) de Santa Catarina e um (1) do Distrito Federal⁴.

Nos Estados Unidos da América, a American Library Association (ALA) não publica diretamente entrevistas no sítio *Web*, mas redireciona para outros sítios *Web* em que se destacam entrevistas a bibliotecários e a arquivistas. Por exemplo, *Minneapolis Interview Project: Life stories through a social justice lens*⁵. A Society of American Archivists (SAA) é a maior e a mais antiga associação profissional da América do Norte, dedicada às

¹ <https://www.archivozmagazine.org/pt/principalp/entrevistas/>.

² <https://adbs.fr/publications/acces-a-la-revue-i2d/parcours-professionnels-de-documentalistes>

³ <https://www.cilip.org.uk/page/infopro>

⁴ <https://aargs.com.br/tag/serie-aars-depoimentos/>

⁵ <https://turtleroad.org/>

necessidades e interesses dos arquivos e dos arquivistas. O seu blogue ArchivesAWARE! publicou cerca de cinquenta (50) entrevistas a profissionais, desde 2017 a 2025⁶.

Na Austrália, a Australian Library and Information Association (ALIA) disponibilizou um arquivo com quarenta e seis (46) entrevistas realizadas entre 2017 e 2024, com profissionais de todo o país. As entrevistas, transcritas em formato textual, abordam temas como os percursos profissionais, as motivações para o exercício da profissão e a partilha de conselhos dirigidos a estudantes e a recém-licenciados⁷.

Resultados

O projeto *Entrevistas Profissionais* foi desenvolvido no âmbito da BAD e consistiu na realização de nove (9) entrevistas, em formato áudio e vídeo, a associados honorários já aposentados que desempenharam um papel relevante na história da Associação. As entrevistas incidiram sobre o percurso profissional de cada participante, explorando igualmente a influência e o contributo da BAD nas respetivas trajetórias. Foram elaborados os guiões das entrevistas e a sua concretização foi sob a condução do associado Paulo Batista, que demonstrou elevada competência, maturidade e capacidade na condução das entrevistas, assegurando a sua qualidade e rigor (BATISTA, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e, 2023f, 2023g, 2023h; BATISTA e ALVIM, 2022a; 2022b). As gravações decorreram entre setembro de 2022 e julho de 2023. Futuramente, a BAD tem como intenção disponibilizar as nove entrevistas, em formato textual, através de uma publicação.

Relativamente às três categorias escolhidas, através de análise de conteúdo, para apresentar neste trabalho, apresentam-se apenas alguns excertos de respostas de determinados entrevistados, selecionadas de acordo com a relevância para o tema. Embora os vídeos das entrevistas estejam disponíveis *online*, as transcrições ainda estão em processo de validação pelos respetivos entrevistados, como referido anteriormente, pelo que neste trabalho não são mencionados os seus nomes.

Formação e desenvolvimento de competências

Os excertos extraídos das entrevistas, enquadrados na categoria “Formação e desenvolvimento de competências”, evidenciam a relevância da formação no desenvolvimento das competências essenciais ao profissional da informação, seja bibliotecário, arquivista ou outro. As trajetórias apresentadas revelam profissionais com abertura à mudança e à procura de mais formação. As instituições públicas e as respetivas direções às quais os entrevistados estavam vinculados contribuíram para a sua valorização ao autorizarem a participação em conferências, estágios e cursos internacionais. Além disso, alguns entrevistados frequentaram programas de mestrado e doutoramento, em Ciência da Informação, em universidades de grande prestígio, na década de 1980.

⁶ <https://archivesaware.archivists.org/?s=interview>

⁷ <https://studentsandnewgrads.alia.org.au/aliamsgg-and-glamr-professional-profile-and-interviews-archive/>

“[...] a primeira vez que fui à IFLA, fui com Maria José Moura, a Chicago, em agosto de 1985. Não me esqueço, digamos assim, da introdução à IFLA que ela me fez. Depois percebi rapidamente que era importante a Biblioteca Nacional fazer-se representar na IFLA. E, portanto, comecei uma luta desenfreada para estar presente nas secções que eu achava que eram mais importantes para a Biblioteca Nacional. E, aos poucos, fui empurrando os meus colegas [...] para irem para setores [em] que era importante estar presente, conhecer outras pessoas, outras bibliotecas e trazer novidades para casa”. (Entrevistado 1)

“[...] a diretora na altura da Biblioteca [Pública Municipal do Porto], a Fernanda Brito, entendeu que eu deveria ir fazer um curso a Birmingham City Council [sobre] material não-livro, foi muito interessante porque tive de facto experiências, não só com bibliotecas públicas muito modernas, com livre acesso às estantes e uso do material não-livro, uso de materiais de vários tipos e que eram tratados de uma maneira mais ou menos integrada. Isso foi-me abrindo de facto perspectivas novas que me foram muito úteis mais tarde.” (Entrevistado 2)

“Em 1982, tive a sorte de ser bolseiro e fui de janeiro a dezembro para esse curso [Mestrado na Universidade de Leeds, Reino Unido]. Duas coisas que recordo, uma é ter tido o privilégio e a sorte de viver em imersão num sistema de bibliotecas que é da primeira categoria. Aí pude viver o livre acesso, como sendo eu ator. Tive também uma noção muito viva do que é o empréstimo inter-bibliotecas, que eu usei e abusei, porque era gratuito e tive a oportunidade de aproveitar bem essa componente”. (Entrevistado 7)

“Quanto às novas tecnologias e à informatização, desde muito cedo, fui sensibilizada no curso, eu e os meus colegas, pelo Jorge Peixoto, que foi a primeira pessoa que em Portugal publicou um artigo, em 1964, sobre a informatização, pois tinha feito um estágio nos Estados Unidos da América e andou a percorrer várias bibliotecas onde a informatização já tinha acontecido. Mais tarde, a Teresa Pinto Mendes, anos 70, foi também fazer o mesmo, para a Universidade Federal de São Carlos (São Paulo, Brasil). Eles os dois foram os mestres do incentivo para arrancarmos com a informatização. Curiosamente, no dia 24 de abril, véspera da Revolução, os bibliotecários da universidade estavam numa reunião para ver quais eram os caminhos que nós poderíamos seguir para arrancar com a informatização nas nossas bibliotecas. E ainda há dias encontrei os apontamentos dessa reunião, até me comovi. Ou seja, a minha geração tinha a consciência que esse papel lhe cabia, mas de facto incentivados e motivados pela geração anterior”. (Entrevistado 4)

“O meu doutoramento foi antes de Bolonha, mas já era tradição no Reino Unido não haver aulas presenciais. Tive uma orientação, tive um orientador extraordinário. Aliás, quando fui para Sheffield, fui à procura do Professor Bob Usherwood. Foi com ele que promovi a tradução para português do livro *A Biblioteca Pública como conhecimento público*. Aprendi em Sheffield [...], a primeira reação foi de surpresa, depois foi de estudo e de compreensão”. (Entrevistado 9)

Por intermédio da BAD, e em particular de Maria José Moura, na década de 1980, foram convidados a deslocar-se a Portugal diversos especialistas que partilharam o seu saber e a sua experiência. A Associação promoveu o desenvolvimento de conhecimentos e de práticas na comunidade profissional, contribuindo para a consolidação de competências e para o fortalecimento da identidade coletiva do setor.

“[...] o seminário sobre a animação de bibliotecas que se realizou na Lisboa, por iniciativa da BAD, com a presença do bibliotecário francês Jean Tabet, foi nesse seminário [...] que eu descobri verdadeiramente o potencial da biblioteca [...] só com esses três dias de convívio intenso é que percebi o que pode ser verdadeiramente uma biblioteca e a sua importância no seio da comunidade. [...] A Maria José [Moura] convidou-me e convidou também o [...] bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal de Porto [...] e um bibliotecário de Lisboa, para redigirmos um documento com uma espécie de conclusões de que tinha sido aquele seminário. E assim nasceu o Manifesto [*A Leitura Pública em Portugal – Manifesto*]. [...] Surge o Grupo das Bibliotecas Públicas, que coordenei [...] e surgem inúmeras iniciativas que vão conduzir, muitas delas organizadas pela BAD, ao decreto que cria a Rede das Bibliotecas Públicas”. (Entrevistado 5)

“A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, era conhecida como Rede Nacional das Bibliotecas de Leitura Pública. Isto é um sinal da inspiração francesa das bibliotecas de leitura pública. Nós começámos a visitar e a ver estas bibliotecas que [víviam] noutras circunstâncias e que tinham outras realidades sociais e económicas [...]. O que aprendemos nestes projetos teve muito a ver com uma nova orientação. Foi também a altura do desenvolvimento da informática que começa a entrar pelas bibliotecas. Aliás, pode parecer bizarro, mas muitas vezes tivemos discussões muito acesas sobre se deveríamos ou não ter computadores nas bibliotecas”. (Entrevistado 9)

Os profissionais referiram a escassez de bibliografia sobre aspetos teóricos e práticos. Um dos entrevistados referiu a influência da tradição francesa, enquanto outro destacou a ausência de manuais técnicos, lacuna que, segundo considerou, foi em parte atenuada pela publicação de estudos sobre o conhecimento científico na área da arquivística, considerados fundamentais para o crescimento profissional de toda uma geração.

“Tive de ler, tive de estudar muito, tive de comprar muita bibliografia francesa. A minha formação, como eu digo, é essencialmente francesa. A partir da bibliografia francesa, dos livros, jornais e revistas que comprei e que assinei, foi aí que eu aprendi muito. E foi a partir daí, da experiência que eu tinha e também do pouco que se publicava em Portugal, que fui docente dos cursos [Ciências Documentais] nas três faculdades onde eles existiam. Na Faculdade de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra”. (Entrevistado 5)

“A obra *Arquivística, teoria e prática de uma Ciência da Informação* [de A.M. Silva, F. Ribeiro, J. Ramos e M. Real] [...], publicada em 1988 pelas Edições Afrontamento, é um marco dessa produção científica. [...]. Nós não tínhamos só carência de infraestruturas, havia também bastante pobreza conceptual, normalização muito deficiente, tínhamos dificuldade de acesso, por exemplo, a manuais técnicos etc. [...]”. (Entrevistado 2)

O contacto com os relatos de profissionais, através das entrevistas, pode despertar, entre os novos profissionais, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a profissão, aperfeiçoar as dimensões teóricas e técnicas e, sobretudo, valorizar o estudo e a reflexão crítica sobre a prática profissional e a diversidade de literatura científica que existe atualmente.

Valorização do percurso e da identidade profissional

Destacam-se, na categoria “Valorização do percurso e da identidade profissional”, excertos de entrevistas em que se compreende a evolução das práticas, valores e competências exigidas ao longo do tempo. Atualmente, a identidade profissional é fortalecida pelo reconhecimento da importância das anteriores gerações de profissionais e dos caminhos já percorridos.

“[...] houve o primeiro congresso de bibliotecários no Porto [1985]. Onde eu fui e anunciei o projeto de automatização, na altura era o que se dizia, não era a informatização, portanto era a automatização da Biblioteca Nacional. Coube-me a mim anunciar”. (Entrevistado 1)

“[...] desenvolvemos este trabalho [ARQBASE], que era baseado nos ensinamentos do Michael Cook, a descrição multinível, o que era à época uma inovação, (aproveitamos também o *software*, o primeiro *software* da Biblioteca Nacional, disponibilizado pela UNESCO, o MiniMicro CDS/ISIS). O Rafael António e a Ana Franqueira fizeram a parte informática, nós fizemos a parte dos manuais. Esse trabalho foi reconhecido pelo ICA (Conselho Internacional de Arquivos), de tal maneira que, em 1990, fui convidada pelo Secretário-Geral do ICA e pelo Bundesarchiv de Koblenz (Alemanha), para ir apresentar o ARQBASE que teve uma importância muito grande [...] na aproximação e na cooperação com os países de língua oficial portuguesa”. (Entrevistado 3)

As histórias de superação, inovação e resiliência relatadas nestes excertos, podem incentivar e motivar outros profissionais que se encontram no início de carreira. Conhecer exemplos de sucesso e de fracasso ajudam a gerir as expectativas e as frustrações, fomentando uma atitude mais realista e resiliente perante os desafios profissionais.

“Em dezembro de 1985 [...] quais foram os grandes problemas? Houve dificuldades técnicas? Como seria de esperar! Dentro da biblioteca e fora da biblioteca. Fora da biblioteca porque não havia nenhuma automatizada em Portugal. A única biblioteca que tinha um computador era a biblioteca do Banco de Portugal [...], mas continuavam a fazer as fichas a partir do computador [...], não trabalhavam em rede, não estavam ligados, o computador era uma ferramenta moderna que tinha substituído a máquina de duplicar [...]. Dentro da biblioteca havia muito *know-how* em matéria de Biblioteconomia, os meus colegas sabiam da matéria, mas não estavam predispostos à automatização [...]. Esse não foi um trabalho fácil. Convencer as pessoas de que nós tínhamos uma oportunidade única nas mãos e que podíamos avançar foi a dificuldade maior”. (Entrevistado 1)

“Ultrapassámos todos os problemas técnicos, porque eu tive a sorte de ter colegas [...] que ficaram muito entusiasmados com a ideia do projeto, que estudaram profundamente as questões técnicas, organizaram-se grupos de trabalho para a indexação, para o UNIMARC, o grupo de trabalho para o não sei o quê, grupos de trabalho que cortavam a biblioteca, isto é importante dizer, que cortavam a biblioteca na transversal [...], as pessoas punham em cima da mesa todos os problemas que elas sentiam em cada departamento e depois discutiam [...]”. (Entrevistado 1)

“Em 1983, consegui convencer o vereador do pelouro a tratar da integração do arquivo geral na dependência do arquivo histórico [...] para o sistema começar a ter uma certa uniformidade de tratamento e de se poder dinamizar a relação com os serviços administrativos [...]. Através do arquivo geral comecei a ter, eu e os meus colegas, uma relação mais direta com os serviços. Os problemas eram muitos, a maior parte dos serviços

queriam fazer, não eram transferências, eram despejos. E, portanto, tudo isso veio originar uma sessão de dificuldades, mas que aos poucos íamos, com um bocado de jogo de cintura, conseguindo resolver. E aos poucos também ia conseguindo convencer a administração a aumentar o quadro de pessoal”. (Entrevistado 2)

Por outro lado, estes excertos relatam também a história da profissão, o que se fez, os avanços alcançados e as conquistas obtidas, traçando o retrato de uma geração de profissionais, no século passado, que atualmente inspiram e motivam novos percursos na profissão.

“Com a minha geração entra sangue novo, gente muitíssimo mais nova, na casa dos 20 e poucos anos, acabados de licenciar e com tudo o que isso significa de energia, de contestação também, etc., e isso para a anterior geração representou uma esperança [...], eles acolheram-nos tão bem, não nos largavam, para estimular-nos, a dar-nos oportunidades, a passar-nos o testemunho, fomos extremamente bem recebidos. Penso que eles se sentiram mais seguros para a continuidade e para a sucessão que nós representaríamos e, nós, por outro lado, tínhamos nessa época alguma humildade para perguntar e para aceitar conselhos [...]. O mérito dessa geração foi, de facto, muito grande, porque eles é que estabeleceram os princípios básicos e as normas para o tratamento técnico, desde as *Regras Portuguesas de Catalogação* até à ficha catalográfica nacional, princípios para o tratamento do livro antigo e dos manuscritos, os catálogos coletivos, a CDU, regras para o Depósito Legal e até, isto parece um bocadinho ridículo nos tempos que correm, havia quem se dedicasse ao estudo das regras para a alfabetação das fichas nos catálogos convencionais. Isto hoje parece-nos época medieval, mas não era, [...], porque todos os funcionários tinham de escalar as fichas para ficarem rigorosamente [corretas], senão, perdia-se a informação. Essa geração teve um papel muito importante na dignificação e valorização da carreira, que de facto não era reconhecida por ninguém, e nisso os *Cadernos* tiveram um papel muito importante”. (Entrevistado 4)

“[...] a minha geração entrou com um grande fogo, pouco tempo depois dá-se a mudança de regime. Tinha a perfeita consciência do que era preciso fazer e, de facto, o meu curso de bibliotecários pode orgulhar-se de ter dado grandes frutos [...], deram todos eles um valioso contributo para a credibilização da profissão e para o [seu] reconhecimento e a prova disso é que ocuparam, muitos deles, lugares importantes [...]. Mas nesta profissão, e noutras, há duas formas de a encarar. Há aqueles para quem a profissão é um emprego, é um simples emprego, onde se vai das nove às cinco [...] e há aqueles, aos quais pertencço, para quem a profissão é uma paixão. E para além da paixão, é uma missão”. (Entrevistado 4)

“A Maria José [Moura], pelas bibliotecas e eu pelos arquivos, colaborámos na formação do Decreto-lei 247/91 que criou as carreiras BAD [...]”. (Entrevistado 3)

“Desafios ou receios. Há muita gente que diz "isto agora está tudo automatizado, não vamos precisar de bibliotecário de qualquer coisa nenhuma, a gente chega lá, carrega no botão, o livro aparece". Acho que ainda não estamos propriamente nessa situação e continuo a achar que, apesar de haver muitos leitores que não precisam da intermediação de um bibliotecário ou de um técnico de biblioteca, a profissão ainda fará falta para o aconselhamento, acompanhamento, para perceber melhor o que é que aquela pessoa quer. E isso foi uma coisa que eu gostei de fazer, porque nos meus primeiros tempos na catalogação, o serviço de referência ainda não tinha autonomia, o pessoal da catalogação rodava entre o catalogar e o vir atender [o leitor]. E quando havia qualquer problema que

eles não conseguiam resolver, ou uma pergunta complicada ou qualquer coisa, avançava o bibliotecário”. (Entrevistado 8)

“[...] os armários estavam fechados à chave e os livros viviam atrás de redes. Nós acabamos com isso. O primeiro passo foi tirar as portas desses armários. Aí começou o acesso aos livros”. (Entrevistado 9)

Preservação da memória da BAD

Dez anos depois do aparecimento dos *Cadernos*, e em grande medida fruto do impulso gerado pela sua campanha de dignificação da classe, é criada a Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. O processo de constituição da BAD, em 1973, foi conduzido por uma Comissão eleita em 20 de julho de 1972. Em 7 de dezembro, em Coimbra, no final do IV Encontro, realizou-se a primeira assembleia-geral e foram eleitos os primeiros corpos dirigentes (PERICÃO *et al.*, 1983). Os excertos que se apresentam deixam perceber que a memória fundadora da BAD permanece bem viva nos profissionais que participaram ou testemunharam o seu nascimento, funcionando como uma narrativa fundadora da comunidade profissional.

“Em dezembro de 1972, realizou-se um encontro, na altura não se chamava congresso, de bibliotecários e arquivistas, em Coimbra. E foi aí que nasceu a BAD. Foi aí que se fez uma grande reunião, a Maria José Moura explicou o que estava em jogo e a oportunidade que nós tínhamos de agarrar nisto e as pessoas tiveram uma adesão enorme. Aliás, o encontro estava cheio de profissionais, toda a gente achava que aquele era o momento, inclusive até participei em reuniões em que se estavam a preparar os estatutos. Nunca conheci de outra maneira a profissão que não fosse ligada à BAD. Também me liguei cedo e entendi sempre que se entrávamos na profissão, devíamos fazer parte da Associação, porque era ali que nós nos podíamos encontrar, debater ideias, caminhar para a frente, enfim, era ali que era o nosso sítio, não era num cantinho isolado, sem conhecer mais ninguém. Tive essa sorte também de participar em muitas ações da BAD”. (Entrevistado 8)

“Tive o enorme privilégio de ser espectadora empenhada, tal como os colegas da minha geração, do nascimento da BAD em dezembro de 1973. [Realizou-se] o 4º Encontro aqui [Coimbra] e no final foi criada a BAD, que andava a ser congeminada e preparada há muito tempo. Tomaram posse o corpo de gestão, etc. Eu era ainda aluna do curso de bibliotecários, por isso mesmo tivemos de esperar [...], para ter o diploma para sermos aceites como associados. Mas acompanhámos o processo desde o primeiro momento, foi um privilégio enorme ter assistido a isso. A BAD nasceu ainda no período da ditadura, mas representava um farol de esperança para a profissão, para todos nós, apesar de haver constrangimentos e até eventuais vigilâncias, o direito de associação não era bem visto, tomar essa decisão de criar uma associação profissional era de uma grande ousadia. Felizmente, cerca de quatro meses e meio depois, dava-se a Revolução do 25 de abril e aí as esperanças, se nós já as tínhamos, até aí eram os *Cadernos* que desempenhavam esse papel, com a associação profissional, as nossas esperanças redobram. Foi uma coisa perfeitamente espantosa”. (Entrevistado 4)

“Estava no grupo que assinou o pedido para criação e legalização da BAD. Estamos a falar de [19]72, naquela altura não se podia formar uma associação só porque as pessoas assim o queriam. Era preciso ter a autorização da PIDE. Pediram-me se estava disponível para assinar o papel, e assinei, fui o número 23, e com o número 23 assim fiquei associada da

BAD. Portanto, não aderi mais tarde à BAD [...]. Entrava-se na função pública e tinha que se fazer uma declaração anticomunista. Depois para ter uma associação tinha que se submeter à PIDE. Não se podia reunir quando se queria [...]. Era uma luta técnica e era uma luta política de certa maneira, porque as pessoas tinham que ter a coragem de dizer "não, isto está errado e a queremos modificar o sistema". (Entrevistado 1)

"Regressei a Portugal no dia 25 de abril de 1974. Curiosamente, regressei nesse dia e fui logo para Coimbra para terminar o meu estágio, o que aconteceu em outubro de 1974. E nessa altura, já sendo bibliotecário, pelo menos já tinha o diploma, inscrevi-me logo como associado da BAD. Comecei a beneficiar da informação que a BAD fazia circular, das ações de formação que realizava, dos contactos com outros colegas. Desde o princípio, ela foi imprescindível na minha formação profissional e no estabelecimento de laços de amizade, de grande cumplicidade com inúmeros colegas. Marcou-me desde o princípio. Sem a BAD a minha vida profissional teria sido diferente. Por isso participei sempre em todas as suas iniciativas". (Entrevistado 5)

"[...] essa geração teve um papel muito importante na dignificação e valorização da carreira, que de facto não era reconhecida por ninguém, e nisso tiveram um papel muito importante os *Cadernos* que funcionaram antes da BAD, como um grande motor agregador da classe profissional, quer dos bibliotecários quer dos arquivistas. Quanto à formação e às novas possibilidades de formação, a minha geração já não beneficiou disso, foi obreira disso. Portanto, as gerações anteriores tinham criado as condições para haver, e a BAD já nessa altura, criou condições para haver um novo tipo de formação". (Entrevistado 4)

A BAD assumiu um papel de destaque na formação dos profissionais, promovendo ações que favoreceram a qualificação e o desenvolvimento contínuo da comunidade, quer na definição de percursos de qualificação, quer na oferta de formação contínua, ciclos de seminários e cursos técnicos que acompanham a evolução das bibliotecas, arquivos e serviços de informação em Portugal. Os entrevistados descrevem a Associação como uma importante entidade formadora certificada e de referência para bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

"A BAD teve um papel primordial na formação dos profissionais, sobretudo de técnicos, no estabelecimento, valorização e dignificação das carreiras, quer de técnicos superiores quer de técnicos auxiliares e na possibilidade de se deslocarem professores estrangeiros, de criar ações de formação, etc.". (Entrevistado 4)

"A BAD lançou os primeiros cursos de técnicos auxiliares, quer nos Açores, quer em Lisboa, quer em Coimbra, dei o meu pequeno contributo, ao ser responsável por alguns módulos. E como estávamos muito carentes [...], os cursos para técnicos auxiliares caíram como uma bênção nas bibliotecas, assim como os do Fundo Social Europeu, foram centenas de cursos que se fizeram. Isso foi muito importante". (Entrevistado 4)

"Foi muito mais importante o que recebi da BAD do que o que dei à BAD. Vou explicar toda a parte de formação dos arquivistas que a Maria José Moura (que não era arquivista, mas bibliotecária), tinha a perfeita noção da importância de formar os arquivistas novos, que estavam a iniciar o trabalho, foi importante toda aquela geração de arquivistas que cá vieram. No que diz respeito ao 5º Congresso da BAD, quando eu era vice-presidente [...] resolvemos fazer, paralelamente ao Congresso, o lançamento do *Dicionário de Terminologia Arquivística*. (Entrevistado 3)

“A BAD foi fundamental na minha formação, foi um vetor da maior importância”. (Entrevistado 9)

“Ao tempo [1974], a BAD realmente tinha essa marca, esse carisma, que apreciei e que se foi mantendo. A profissão tinha uma valorização muito baixa, junto do público, dos leitores, era efetivamente uma classe muito desvalorizada, não estava sequer equiparada aos técnicos do Estado, que hoje são os técnicos superiores. Nesse tempo, a reivindicação máxima era essa e a BAD conseguiu isso”. (Entrevistado 7)

A memória projetada nestes excertos é, ao mesmo tempo, histórica e afetiva, assenta em datas, assembleias, eleições, mas também em narrativas sobre a luta pela dignificação da classe e pela construção de um espírito associativo.

Considerações finais

Na literatura destaca-se a importância de investigar e refletir sobre a memória profissional para se construir uma identidade coletiva da profissão. Em Portugal, ainda não existe uma estratégia consolidada, entre a Associação e outras instituições, para se concretizar programas e/ou projetos que valorizem a partilha da memória com as gerações mais novas. Identificaram-se várias associações profissionais da área da Informação e Documentação, um pouco por todo o mundo, com práticas de realização de entrevistas a profissionais, com o objetivo de preservar a memória institucional e valorizar o percurso dos seus membros.

Este trabalho constituiu um exercício que procura oferecer um pequeno contributo a esta causa. Através dos excertos das entrevistas realizadas a nove profissionais, associados honorários da BAD, revelam-se resultados de grande riqueza, decorrentes da análise de conteúdo, com destaque para as categorias relacionadas com a formação e o desenvolvimento de competências dos entrevistados, a valorização dos seus percursos e a salvaguarda da memória da BAD. Esses resultados evidenciam boas práticas desenvolvidas ao longo das trajetórias profissionais e contribuem para a construção de um legado duradouro que reflete a história da profissão, as conquistas alcançadas e os desafios superados. Dadas as limitações de extensão deste artigo, não é possível apresentar todos os resultados obtidos. Todo o material recolhido no âmbito do projeto *Entrevistas Profissionais*, incluindo as entrevistas, memórias e testemunhos escritos, será reunido numa publicação editada pela BAD, com grande relevância para o domínio da informação e documentação em Portugal. Esta publicação constituirá um espaço privilegiado de divulgação desses conteúdos, garantindo a preservação e a transmissão da memória profissional às gerações futuras.

Sem dúvida, a valorização da profissão e a preservação da memória da Associação constituem uma fonte de inspiração para as novas gerações de profissionais. Nos diversos excertos, encontram-se afirmações e recordações que permitem identificar padrões e antecipar desafios, enriquecendo o repertório coletivo da Associação e da profissão. Esses testemunhos evocam momentos marcantes da sua história e oferecem contributos gratificantes para as gerações futuras.

Em resumo, as entrevistas a profissionais e o trabalho de transcrição e de análise de conteúdo foram ferramentas valiosas para o desenvolvimento do conhecimento de percursos profissionais que promovem aprendizagem, inspiração, reflexão crítica e

preservação da memória, fortalecendo tanto indivíduos quanto as comunidades profissionais.

Referências bibliográficas

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION

2017 *Ethical principles of psychologists and code of conduct: General principles*. [Em linha]. 2017. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <https://www.apa.org/ethics/code/>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS, PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. Comissão Técnica da Profissão

2025a Entrevistas Profissionais. In *YouTube*. . [Em linha]. 2025. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLylBxAQqJ7LeUsoI-BMSEmLXoYhWQe2f6>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS, PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. Comissão Técnica da Profissão

2025b *Somos Profissão*. [Em linha]. 2025. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <https://bad.pt/profissao/somos-profissao/>.

AZEVEDO, V. [et al.]

2017 Transcrever entrevistas: questões conceptuais, orientações práticas e desafios. *Revista de Enfermagem Referência*. [Em linha]. 4:14 (2017). [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <https://doi.org/10.12707/RIV17018>.

BAILEY, J.

2008 First steps in qualitative data analysis: transcribing. *Family Practice*. [Em linha]. 25:2 (2008) 127-131. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://DOI.org/10.1093/fampra/cmnoo3>.

BARDIN, L.

1977 *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, P.

2023a *Entrevista profissional a António Pina Falcão*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35831>.

BATISTA, P.

2023b *Entrevista profissional a Fernanda Campos*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35527>.

BATISTA, P.

2023c *Entrevista profissional a Henrique Barreto Nunes*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35525>.

BATISTA, P.

2023d *Entrevista profissional a José António Calixto*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35534>.

BATISTA, P.

2023e *Entrevista profissional a Luís Cabral*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35537>.

BATISTA, P.

2023f *Entrevista profissional a Madalena Garcia*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35551>.

BATISTA, P.

2023g *Entrevista profissional a Maria Rosário Pericão*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35529>.

BATISTA, P.

2023h *Entrevista profissional a Manuel Luís Real*. [Em linha]. 2023. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35528>.

BATISTA, P.; ALVIM, L.

2022a *Entrevistas profissionais aos associados da BAD*. [Em linha]. 2022. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35553>.

BATISTA, P.; ALVIM, L.

2022b *Entrevista profissional a Maria Luísa Cabral*. [Em linha]. 2022. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <https://noticia.bad.pt/2022/10/13/entrevistas-profissionais-aos-associados-da-bad/>.

BUCHOLTZ, M.

2000 The Politics of transcription. *Journal of Pragmatics*. [Em linha]. 32:10 (2000) 1.439-1.465. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: [http://DOI.org/10.1016/S0378-2166\(99\)00094-6](http://DOI.org/10.1016/S0378-2166(99)00094-6).

COOK, G.

1986 Problems and solutions in the transcription of context for discourse analysis. *Recherches anglaises et nord-américaines*. [Em linha]. 19 (1986) 113-130. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://DOI.org/10.3406/ranam.1986.1150>.

MAGALHÃES, J.; PAUL, V.

2021 Entrevista. In *Manual de investigação qualitativa: conceitos, análise e aplicações*. Ed. S. Gonçalves, J. Gonçalves, C. Marques. Lisboa: Pactor, 2021.

MCLELLAN, E.; MACQUEEN, K. M.; NEIDIG, J. L.

2003 Beyond the qualitative interview: Data preparation and transcription. *Field Methods*. [Em linha]. 15:1 63-84 (2003). [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://DOI.org/10.1177/1525822X02239573>.

OCHÔA, P.; BARATA, P.

2018 O Direito a ser lembrado: memória e espaço biográfico na profissão de Informação-Documentação (I-D). *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 3:9 (2018) 46-79. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <http://DOI.org/10.21747/21836671/pag9a4>.

OCHÔA, P.; PINTO, L. G.

2018 Cuidar da memória, do futuro e da sustentabilidade: comparar estratégias profissionais. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 13º, Fundação, 2018. [Em linha]. 2018. [Consult. 14 mar. 2026]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1776>.

PERIÇÃO, M. G. [et al.]

1983 Subsídios para a história dos Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 2ª série, 1 (1983) 7-9.

Luísa Alvim | mluisa.alvim@gmail.com

CIDEHUS - Universidade de Évora, Portugal

Resumo: Este estudo analisa o impacto da lacuna legislativa no reconhecimento dos profissionais da informação em Portugal e na qualidade dos serviços das bibliotecas públicas, avaliando como a ausência de enquadramento jurídico afeta a profissionalização, a eficácia institucional e a coesão da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). A metodologia assenta numa análise qualitativa e documental de literatura científica, diagnósticos setoriais e relatórios estratégicos produzidos nas últimas décadas. Os resultados evidenciam um padrão persistente de 'desprofissionalização', desigualdade territorial e fragilidade institucional, agravado pela reforma administrativa de 2008, que extinguiu a carreira BAD e eliminou a exigência legal de formação especializada. Conclui-se que a ausência de legislação específica constitui o principal fator de vulnerabilidade estrutural do setor, limitando a capacidade das bibliotecas públicas para responder às exigências da sociedade da informação. A definição de um quadro legal próprio revela-se, assim, urgente e estratégica para a sustentabilidade das políticas públicas de informação.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas; Carreiras BAD; Ciência da Informação; Legislação profissional.

Abstract: This study examines the impact of the legislative gap on the recognition of information professionals in Portugal and on the quality of public library services. It assesses how the absence of a specific legal framework affects professionalization, institutional effectiveness, and the cohesion of the National Network of Public Libraries (NNPL). The methodology is based on a qualitative and documentary analysis of scientific literature, sectoral studies, and strategic reports. The results reveal a persistent pattern of 'deprofessionalization', territorial inequality, and institutional fragility, intensified by the 2008 administrative reform that abolished the BAD career and removed the legal requirement for specialized training. The study concludes that the lack of dedicated legislation is the main structural vulnerability of the sector, limiting the capacity of public libraries to meet the demands of the information society. Establishing a specific legal framework is therefore urgent and strategic for the sustainability of public information policies.

Keywords: Public libraries; BAD careers; Information Science; Professional legislation.

1. Introdução

A Ciência da Informação em Portugal vive um momento de reflexão crítica, marcado pela ausência prolongada de um quadro legal específico, que tem fragilizado a identidade profissional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Após um período de afirmação iniciado com o diagnóstico de Maria José Moura em 1986, que lançou as bases para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) e culminou na consolidação da profissão com o Decreto-lei n.º 247/91, de 10 de julho, que garantiu rigor técnico e profissionalização, o setor entrou em retrocesso com a reforma administrativa de 2008, que extinguiu as carreiras específicas e eliminou a exigência de formação especializada.

É neste contexto que se inscreve o objetivo deste estudo: analisar o impacto da lacuna legislativa no reconhecimento dos profissionais da informação em Portugal e na qualidade dos serviços das bibliotecas públicas, avaliando como a ausência de enquadramento jurídico afeta a profissionalização, a eficácia institucional e a coesão da RNBP.

O presente artigo recorre a uma metodologia assente na análise qualitativa e documental de produção académica e científica, complementada pelo exame de relatórios estratégicos. Este *corpus* permite articular a reflexão teórica com a realidade administrativa, mobilizando instrumentos normativos e orientadores que ajudam a suprir lacunas deixadas pelo enquadramento legal nacional e delinear estratégias de resposta institucional.

2. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração deste artigo assenta numa abordagem qualitativa e exploratória de natureza documental, estruturada em torno de um mapeamento exaustivo e da análise crítica de fontes primárias e secundárias que sustentam o setor da Ciência da Informação em Portugal. O desenho da investigação organiza-se através de um levantamento sistemático que interliga três pilares fundamentais: a evolução normativa, os diagnósticos estratégicos de balanço e a produção científica contemporânea. Num primeiro eixo, o estudo aprofunda a análise dos relatórios históricos, com particular incidência nos documentos de 1986 e 1996 da autoria de Maria José Moura, que são utilizados como instrumentos de aferição para avaliar o desvio entre as metas de profissionalização estabelecidas no nascimento da RNBP e a realidade observada décadas depois.

Complementarmente, a metodologia integra um levantamento rigoroso da produção científica e académica, incidindo sobre teses, artigos e comunicações produzidas após a reforma administrativa de 2008. Este exame permite identificar as tendências de investigação sobre a desvalorização das carreiras BAD e a perceção da comunidade académica face à perda da identidade profissional. Este pilar científico é cruzado com o terceiro eixo metodológico: o exame de relatórios técnicos recentes, com especial destaque para o *Estudo sobre os Profissionais de Informação em Portugal 2021-2023*. A análise destes dados contemporâneos permite realizar uma triangulação de fontes, onde as estatísticas atuais sobre a falta de formação específica são interpretadas à luz das diretrizes e normas de referência da Associação BAD. Desta forma, a metodologia não se limita a uma descrição cronológica, mas sim a uma análise comparativa e dialética que utiliza o *corpus* documental para fundamentar o nexos de causalidade entre a lacuna legislativa e a fragilização do capital humano nas instituições de informação portuguesas.

3. Percurso do estatuto jurídico dos profissionais de informação

A Revolução de 25 de Abril de 1974 desencadeou em Portugal uma transformação estrutural profunda nos pilares político, económico e social. Contudo, esta transição democrática, operada num contexto de grande instabilidade, acabou por relegar a cultura para um plano secundário, priorizando a resolução de problemas estruturais que exigiam uma resposta imediata (MELO, 2004:52).

A estabilização da democracia portuguesa e a proximidade à integração europeia alteraram o paradigma da cultura, que deixou de ser um plano secundário para se tornar um pilar do desenvolvimento e da cidadania. Este novo fôlego culminou na criação da RNBP em meados da década de 80, uma política pública desenhada para colmatar o histórico atraso literário e o isolamento cultural das populações.

Contudo, este avanço infraestrutural colidiu com uma persistente lacuna legislativa e a ausência de um estatuto profissional para os seus profissionais. Até então, as bibliotecas funcionavam num vazio normativo que confundia a especialização técnica do profissional da informação com a mera custódia administrativa. A superação deste vazio exigiu não só novos equipamentos, mas também o reconhecimento jurídico de que o acesso ao conhecimento depende de mediação técnica qualificada, convertendo o bibliotecário em agente ativo da democracia.

A política pública de bibliotecas em Portugal teve início com o Despacho nº 23/86 de 3 de abril, da Secretaria de Estado da Cultura, que criou um grupo de trabalho encarregado de definir uma política para a Rede de Bibliotecas Municipais, estabelecendo as bases para uma estratégia nacional de leitura pública. Esta orientação foi aprofundada no relatório coordenado por Maria José Moura em 1986 e ganhou enquadramento institucional com o Decreto-Lei nº 111/87, de 11 de março, que formalizou a criação da RNBP, inicialmente designada Rede Nacional de Leitura Pública (RNLP).

Contudo, este avanço legislativo centrou-se predominantemente na infraestrutura e na cooperação entre o Estado e as autarquias, mantendo uma persistente lacuna legislativa no que respeita aos profissionais da informação. Enquanto o País via nascer novos edifícios, os seus técnicos permaneciam num vazio normativo, sem um estatuto que reconhecesse a especificidade da sua especialização. Esta desvalorização apenas começaria a ser colmatada com o Decreto-lei nº 247/91, de 10 de julho, que veio finalmente conferir dignidade jurídica à carreira de Bibliotecário, Arquivista e Documentalista (BAD), reconhecendo que a eficácia da RNBP dependia não apenas de paredes e livros, mas da qualificação técnica de quem os gere.

Assim, o reconhecimento dos profissionais da informação surgiu com a publicação do Decreto-lei n.º 247/91. Este diploma não foi apenas um regulamento administrativo, foi o reconhecimento oficial da especificidade técnica e científica das funções de tratamento, organização e difusão da informação.

A criação da carreira de BAD marcou o reconhecimento estatal de que a gestão da informação exige formação superior especializada, rompendo com o amadorismo que durante décadas desvalorizou o trabalho técnico nas bibliotecas. O diploma permitiu uniformizar práticas profissionais em todo o país, assegurando a aplicação de normas e metodologias consistentes e garantindo padrões de qualidade essenciais à interoperabilidade. Este enquadramento jurídico foi igualmente decisivo para a consolidação da RNBP, que só com técnicos qualificados pôde transformar edifícios em verdadeiros serviços de mediação cultural e acesso democrático ao conhecimento.

A trajetória de valorização da carreira BAD sofreu um retrocesso significativo quando o Decreto-lei n.º 247/91 foi revogado no âmbito da reforma global das carreiras da administração pública. Com esta reestruturação, a especificidade técnica da carreira BAD

foi absorvida pela carreira geral de técnico superior, diluindo a identidade profissional construída ao longo de décadas.

O Decreto-lei n.º 247/91 foi revogado num período de profunda transformação da administração pública portuguesa, marcado por uma estratégia governamental orientada para a simplificação e uniformização das carreiras do Estado. Esta reconfiguração resulta sobretudo da reforma de 2008, consagrada na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que redefiniu de forma estrutural o regime de vínculos, carreiras e remunerações da Função Pública. É neste enquadramento que importa compreender a revogação do diploma de 1991; ela insere-se num movimento mais amplo de reorganização das carreiras, orientado para a racionalização dos modelos profissionais e para a criação de um quadro jurídico transversal aplicável a toda a administração pública. Esta reforma extinguiu centenas de carreiras específicas, as tradicionais “carreiras de corpo especial”, substituindo-as por apenas três carreiras gerais: Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional.

A criação de uma carreira própria para bibliotecários, arquivistas e documentalistas pelo Decreto-Lei n.º 247/91 tornou-se incompatível com a lógica de transversalidade introduzida pela reforma administrativa, que visava eliminar carreiras diferenciadas. A sua revogação representou um retrocesso na valorização profissional alcançada nos anos 1990, ao integrar a carreira BAD na carreira geral de Técnico Superior e eliminar o reconhecimento jurídico das competências especializadas essenciais à gestão da informação.

A diluição da carreira BAD fragilizou a identidade profissional do setor e reabriu o debate sobre a necessidade de um enquadramento legal que proteja a especialização técnica num contexto informacional cada vez mais complexo e estratégico. Ao eliminar a autonomia estatutária, criou-se um desfasamento entre as exigências do trabalho e o quadro jurídico disponível, comprometendo parte da profissionalização anteriormente alcançada.

4. Análise técnica: o impacto da lacuna

A inexistência prolongada de um quadro legal específico para os profissionais da informação em Portugal gerou efeitos estruturais que ainda hoje se fazem sentir. Durante décadas, bibliotecários, arquivistas e documentalistas exerceram funções altamente especializadas sem um estatuto que reconhecesse formalmente as suas competências técnicas, o que contribuiu para a desvalorização da profissão, para a heterogeneidade das práticas e para a fragilidade institucional dos serviços de informação. Esta lacuna legislativa não apenas comprometeu a consolidação de uma identidade profissional clara, como dificultou a criação de padrões de qualidade indispensáveis ao funcionamento coerente das bibliotecas e arquivos públicos. Vários estudos académicos, investigações científicas e relatórios institucionais têm vindo, ao longo de décadas, a demonstrar e a alertar para esta situação, sublinhando a urgência de a corrigir através de um enquadramento legal adequado e atualizado.

4.1. O Legado dos relatórios de Maria José Moura (198-1996)

Moura (1986), sublinhou de forma incisiva que a qualificação e a competência dos técnicos são condições indispensáveis para que as bibliotecas de leitura pública cumpram

plenamente a sua missão. Sem profissionais especificamente preparados para planear, gerir e dinamizar estes espaços culturais, advertia, qualquer investimento estrutural corre o risco de se tornar ineficaz ou pouco rentável. A biblioteca, enquanto organização complexa, rejeita o amadorismo; a "boa vontade", embora louvável, não substitui o conhecimento técnico e o rigor metodológico. Daí a sua defesa firme de que a formação dos responsáveis e restantes funcionários deve ser uma prioridade absoluta, garantindo uma profissionalização adequada que os capacite como verdadeiros agentes de mudança no vasto setor da leitura pública. Desta forma, tornou-se imperativo e prioritário instituir a profissionalização obrigatória como garantia da qualidade do serviço público. Capacitar os recursos humanos através de uma formação contínua e robusta, e afirmar o bibliotecário como um agente de mudança, capaz de liderar a transformação social e digital que o setor exige. Maria José Moura sublinha a necessidade crítica de atualizar o quadro legislativo das carreiras BAD. Com os normativos da administração central e autárquica (Decretos-leis n.º 280/79 e n.º 466/79) em processo de revisão, a autora defende que o acesso a lugares em bibliotecas municipais deve ser exclusivo a profissionais devidamente habilitados.

Apesar do investimento estatal na formação, muitas autarquias continuaram a contratar pessoal sem qualificações, perpetuando a 'desprofissionalização' do setor. Por isso, a profissionalização deveria ser um requisito obrigatório de ingresso e de continuidade na função. O grupo coordenado por Maria José Moura definiu um princípio central: os apoios financeiros ou técnicos do Estado só seriam concedidos a municípios que integrassem nos seus quadros profissionais com habilitação legal para a carreira BAD. Esta condição tornou-se, na visão de Moura, uma garantia decisiva de eficácia e sustentabilidade da política pública de leitura, assegurando que a expansão da RNBP fosse acompanhada pela qualificação dos seus recursos humanos. A consolidação da RNBP exigia dois níveis formativos articulados: a formação superior especializada, assegurada pelos Cursos de Especialização em Ciências Documentais das Faculdades de Letras, e a criação de um Curso de Técnico Profissional de Bibliotecas, financiado pelo Fundo Social Europeu, dirigido a jovens do ensino secundário e orientado para as novas tecnologias e as exigências da leitura pública (MOURA, 1986:44,45).

Moura (1986) destacou desde cedo que a expansão da leitura pública só seria eficaz com profissionais devidamente qualificados. O documento identificou a necessidade de formação superior específica para bibliotecários e de formação técnica estruturada para o pessoal auxiliar, defendendo que o Estado deveria garantir padrões mínimos de competência para todos os que trabalhavam em bibliotecas públicas. Estas recomendações tiveram impacto direto na agenda política e abriram caminho à criação de um enquadramento jurídico próprio para a profissão. Esse enquadramento concretizou-se no Decreto-lei n.º 247/91, que institucionalizou a carreira BAD. A lei reconheceu formalmente a especialização exigida no setor, definiu requisitos de formação, estabeleceu conteúdos funcionais e criou um percurso profissional autónomo, dando resposta às fragilidades identificadas por Moura. O percurso entre o relatório de Moura (1986) e a promulgação do Decreto-lei n.º 247/91 representa a era de ouro da afirmação profissional BAD em Portugal. Se o relatório foi o diagnóstico e o plano de ação, a lei de 1991 foi o instrumento que conferiu força jurídica e dignidade à classe.

O Decreto-lei n.º 247/91 representou um marco decisivo na profissionalização dos serviços de informação em Portugal, ao estruturar pela primeira vez um regime jurídico coerente

para bibliotecários, arquivistas e documentalistas. O diploma assentou em três eixos fundamentais.

- Criação de carreiras específicas – instituiu carreiras próprias para o pessoal BAD, Técnico Superior e Técnico Profissional, reconhecendo que a gestão da informação exige competências científicas e técnicas especializadas.
- Exigência de habilitação adequada – a lei concretizou uma das principais recomendações de Maria José Moura ao tornar obrigatória a formação pós-graduada em Ciências Documentais para o ingresso na carreira de técnico superior. Com esta medida, deixou de ser possível recrutar pessoal sem formação específica para funções de direção, gestão documental ou tratamento técnico da informação, garantindo padrões mínimos de qualidade em todo o país.
- Profissionalização da administração local – o diploma estendeu estas exigências às autarquias, assegurando que as bibliotecas municipais integradas na RBNP fossem dirigidas e operadas por profissionais qualificados, e não por funcionários sem perfil técnico. Ao definir conteúdos funcionais, requisitos de formação e um estatuto remuneratório próprio, o Decreto-lei n.º 247/91 consolidou a profissionalização das bibliotecas públicas e reforçou a credibilidade da rede emergente.

Volvidos dez anos sobre o diagnóstico que lançou as bases da RBNP, Moura (1996) procedeu a um novo e rigoroso levantamento do estado do setor. Este balanço, realizado num período em que o Decreto-lei n.º 247/91 já deveria ter estabilizado as carreiras BAD, revelou um cenário de contrastes: se, por um lado, a infraestrutura física e documental tinha avançado significativamente, por outro, a implementação da política de recursos humanos evidenciava fragilidades persistentes. A análise de Moura focou-se naquilo que considerava o "motor" da rede: o capital humano.

O levantamento revela uma dicotomia nas Bibliotecas Municipais: apesar de cumprirem os quadros mínimos, estes são insuficientes para responder à complexidade das funções que, já em 1996, exigiam gestão técnica rigorosa, inovação de serviços, dinamização cultural e cooperação local. A crescente exigência, intensificada pelas tecnologias da informação, é incompatível com os recursos humanos existentes. Impõe-se, portanto, redefinir os quadros de pessoal e sensibilizar as autarquias para a necessidade de investir em profissionais qualificados e na sua formação contínua. As normas da IFLA recomendam rácios de pessoal muito superiores aos existentes nas bibliotecas municipais portuguesas, revelando uma insuficiência estrutural de recursos humanos que compromete a evolução para bibliotecas de "nova geração" e esvazia os investimentos em infraestruturas por falta de mediação especializada (MOURA, 1996).

A situação agravou-se com a reforma administrativa de 2008, que extinguiu a carreira específica de bibliotecário e arquivista e integrou estes profissionais na carreira geral de Técnico Superior, eliminando a exigência de formação especializada e desvalorizando a identidade profissional. Assim, num momento em que as bibliotecas exigem equipas mais qualificadas, o quadro jurídico evoluiu no sentido oposto, fragilizando ainda mais a capacidade de resposta das bibliotecas municipais na sociedade da informação.

Como consequência, perdeu-se a exigência legal de formação especializada, abrindo espaço ao recrutamento indiferenciado, e verificou-se uma desvalorização profunda da identidade profissional dos bibliotecários e arquivistas, que deixaram de dispor de um estatuto próprio capaz de reconhecer a especificidade técnica do seu trabalho.

4.2. 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa, 2009

A Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) encomendou um estudo estatístico sobre os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP, concretizado por Oleiro e Heitor (2010), e baseado nos dados do inquérito anual às bibliotecas municipais. O trabalho iniciou-se no final de 2008, foi acompanhado pela DGLB e ficou concluído em abril de 2009. O estudo teve como objetivos avaliar o grau de cumprimento das recomendações do Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais e comparar os resultados obtidos com indicadores das diretrizes IFLA/UNESCO para os serviços de biblioteca pública. O estudo cujo período de análise abrange os anos de 1993 a 2007, avaliou diversas dimensões do funcionamento das bibliotecas municipais, incluindo os recursos humanos. O estudo revela um cenário de crescimento infraestrutural que não foi acompanhado pela devida dotação de capital humano. A análise foca-se na discrepância entre os recursos existentes e as metas estabelecidas pela Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) e pela IFLA.

A insuficiência generalizada de recursos humanos é exposta ao longo do período estudado e, em termos médios, a grande maioria das bibliotecas dos três tipos considerados apresenta um número total de trabalhadores inferior ao mínimo recomendado pela DGLAB. O Programa estabelece como referência 10 trabalhadores para as BM1, 18 para as BM2 e 26 para as BM3, valores que raramente são atingidos.

A análise dos dados evidencia, em primeiro lugar, uma insuficiência estrutural de recursos humanos. Em termos médios, a maioria das bibliotecas das três tipologias apresenta equipas abaixo dos mínimos recomendados pela DGLAB. Esta discrepância revela não apenas limitações orçamentais ou organizacionais, mas também a ausência de mecanismos normativos que assegurem a dotação mínima de pessoal qualificado, contribuindo para assimetrias territoriais persistentes.

Em segundo lugar, observa-se uma heterogeneidade significativa entre bibliotecas da mesma tipologia, com algumas unidades a apresentarem equipas substancialmente superiores à média, enquanto outras operam com recursos muito reduzidos. Esta variabilidade sugere que a implementação do Programa depende fortemente das prioridades políticas e da capacidade administrativa de cada município, reforçando a natureza descentralizada e desigual da política pública para as bibliotecas.

Os dados mostram um cumprimento apenas parcial dos rácios recomendados para técnicos superiores, com alguma aproximação aos mínimos da DGLAB, embora de forma desigual entre tipologias. Já nos técnicos profissionais, a insuficiência é generalizada, sobretudo nas BM1, onde a maioria não atinge sequer os mínimos estabelecidos. Esta carência compromete a operação diária das bibliotecas e limita a qualidade dos serviços que dependem deste perfil.

Embora o último ano analisado revele uma ligeira melhoria, com exceção das BM3, os valores continuam significativamente aquém das recomendações, o que confirma a

persistência de fragilidades estruturais na gestão de recursos humanos ao longo de todo o período estudado.

A taxa da IFLA é cumprida sobretudo nos municípios mais pequenos (87%), enquanto apenas metade dos concelhos médios atinge o indicador, revelando que a maior pressão demográfica e organizacional dificulta o cumprimento dos padrões internacionais.

A análise evidencia um quadro persistente de subdimensionamento das equipas, assimetria territorial e incumprimento das recomendações técnicas, sobretudo no que respeita aos técnicos profissionais de BD. Estes resultados reforçam a fragilidade estrutural da política pública no domínio dos recursos humanos e revelam a ausência de mecanismos legais que garantam a presença de profissionais qualificados em todas as bibliotecas da RNBP.

4.3. A regulamentação legal das bibliotecas públicas em Portugal, 2018

A investigação de Parreira (2018) sobre o quadro jurídico-normativo das bibliotecas revela que, em vários países, as leis que regulam as bibliotecas incluem condições explícitas de admissão à profissão e ao exercício de funções, frequentemente baseadas em mecanismos formais de certificação profissional. Contudo, observa que grande parte desses textos legais recorre a formulações genéricas, limitando-se a exigir que os profissionais possuam formação “adequada”, sem definir critérios objetivos, perfis de competência ou requisitos mínimos de qualificação.

No caso português, a questão dos recursos humanos mereceu particular atenção durante a fase de conceção e implementação do Programa da RNBP. De facto, os contratos de financiamento celebrados entre a DGLAB e as autarquias incluíam requisitos explícitos relativos à composição das equipas.

Os dados recolhidos por Parreira (2018) revelam que os bibliotecários portugueses manifestam, de forma consistente, a convicção de que é indispensável estabelecer por via legislativa critérios claros para a admissão de profissionais qualificados no serviço de biblioteca pública.

Entre as reivindicações mais recorrentes encontra-se a criação de uma carreira especializada de bibliotecários, que reconheça formalmente a especificidade e a elevada qualificação técnica exigida pela profissão. Neste contexto, ganha expressão a proposta de criação de uma Ordem dos Bibliotecários, entendida como mecanismo de regulação profissional, certificação e defesa da qualidade do serviço público. Contudo, esta proposta permanece ausente tanto da literatura analisada como da legislação existente, evidenciando a persistente lacuna normativa que caracteriza o enquadramento profissional dos trabalhadores da informação em Portugal.

A análise de Parreira (2018) demonstra que a “questão dos recursos humanos” em Portugal é, fundamentalmente, uma questão de Direito. Enquanto a missão das bibliotecas for sustentada apenas por diretrizes e recomendações e não por uma Lei de Bibliotecas que estabeleça condições de acesso e exercício da profissão, o setor continuará vulnerável à ‘desprofissionalização’ e à subutilização do seu capital intelectual.

No seu estudo, Parreira & Calixto (2015), aplicaram um questionário *online* aos bibliotecários em funções nas bibliotecas públicas portuguesas. O objetivo consistiu em

identificar a percepção destes profissionais quanto à necessidade de uma lei de bibliotecas e em determinar quais os domínios da atividade bibliotecária que, na sua opinião, deveriam ser objeto de enquadramento legislativo. Os resultados apresentados refletem a posição coletiva dos bibliotecários públicos

O inquérito revela um consenso amplo sobre a necessidade de enquadramento legal: quase todos defendem critérios de admissão e rejeitam a direção por não qualificados. A maioria considera importante fixar por lei mínimos de pessoal. A criação de uma Ordem dos Bibliotecários reúne forte apoio (84%), sendo vistas como muito relevantes quase todas as suas potenciais funções.

Nas respostas abertas, destaca-se a percepção de que a carreira perdeu valorização com a homogeneização das carreiras na função pública. A indiferenciação profissional no seio da administração central e local é apontada como um fator que desvaloriza a especificidade das competências necessárias à gestão de uma biblioteca pública.

4.4. Estudo sobre os Profissionais de Informação em Portugal 2021-2023

Neste estudo, Alvim & Vargues (2024), constituem o diagnóstico mais recente e abrangente sobre o estado do setor após anos de desvalorização normativa. Este levantamento funciona como uma radiografia crítica que expõe o impacto real da extinção das carreiras específicas, revelando uma classe profissional marcada por uma profunda discrepância entre as qualificações académicas e o reconhecimento institucional. A análise dos dados recolhidos torna particularmente evidente esta disfunção, uma vez que, entre os 765 responsáveis pelos serviços de biblioteca e arquivo identificados, 41% não detêm qualquer cargo formal de direção, o que evidencia uma desvalorização estrutural da gestão dos serviços de informação e documentação e confirma a erosão progressiva do estatuto profissional que a ausência de enquadramento legal tem vindo a acentuar.

A maioria dos responsáveis está enquadrada como Técnico Superior, mas quase 20% dirige bibliotecas a partir de categorias inadequadas, revelando desajuste institucional. A qualificação especializada é igualmente baixa: apenas 30% têm formação específica em Ciência da Informação e Documentação (CID), e os graus avançados são residuais, evidenciando fragilidades num setor que depende de competências técnicas especializadas.

A forma como as instituições enquadram e selecionam os responsáveis pelos serviços de biblioteca e arquivo reflete-se diretamente na qualidade da gestão e no desenvolvimento dos serviços prestados. A ausência de domínio técnico especializado e a inadequação entre categoria profissional, habilitações e responsabilidades comprometem a capacidade de planear, gerir e inovar, dificultando a consolidação de serviços de informação robustos, alinhados com as exigências contemporâneas das bibliotecas e arquivos públicos.

O estudo identifica 9.606 profissionais de informação, concentrados sobretudo nas categorias de Assistente Técnico, Técnico Superior e Professor Bibliotecário, com presença ainda relevante de perfis pouco qualificados. Muitos profissionais com formação superior continuam colocados em categorias abaixo de Técnico Superior, revelando desvalorização institucional das competências exigidas e a necessidade de rever trajetórias profissionais para garantir coerência entre qualificações e funções.

Apenas 41% dos 7.404 profissionais têm formação específica em CID, deixando 59% sem qualificação inicial na área. Esta carência formativa reforça a urgência de discutir a obrigatoriedade de formação especializada para garantir qualidade técnica e capacidade de resposta das bibliotecas e arquivos (ALVIM e VARGUES, 2024).

A análise das categorias profissionais, habilitações literárias e formação específica dos profissionais de informação revela um problema estrutural que decorre diretamente da ausência de enquadramento legislativo da profissão. A coexistência de trabalhadores altamente qualificados com outros sem formação na área, o exercício de funções técnicas por profissionais enquadrados em categorias inferiores e a elevada percentagem de responsáveis sem formação CID/BAD demonstram que, sem critérios legais de admissão, a profissão permanece vulnerável à indiferenciação e à desvalorização institucional. A falta de requisitos mínimos de qualificação permite que bibliotecas e arquivos funcionem com equipas desajustadas às exigências técnicas, sobretudo na administração local, onde se concentram os maiores défices de formação. Esta lacuna normativa compromete a qualidade dos serviços, impede a consolidação de carreiras coerentes e perpetua desigualdades territoriais, evidenciando a necessidade urgente de um quadro legal que regule o acesso, reconheça a especialização e proteja a identidade profissional dos trabalhadores da informação.XXX

4.5. O Perfil académico e profissional dos responsáveis pelas Bibliotecas Públicas e Municipais em Portugal

Os resultados do estudo de Azaruja et al. (2023) da caracterização do perfil académico e profissional dos responsáveis pelas bibliotecas municipais portuguesas revelam um quadro de elevada qualificação académica entre diretores e coordenadores: apesar do elevado nível académico, com grande maioria pós-graduada, apenas 23% têm licenciatura em Ciência da Informação. A especialização em CID ocorre sobretudo a posteriori, revelando que a formação específica não foi exigida no acesso à função e dependeu do esforço individual dos profissionais.

Esta realidade evidencia de forma clara a ausência de um enquadramento legislativo que defina requisitos mínimos de qualificação para o exercício de funções de direção em bibliotecas públicas. Sem uma lei que estabeleça critérios de admissão, perfis de competência ou formação obrigatória, o acesso a cargos de elevada responsabilidade permanece dependente de decisões locais e de trajetórias individuais, e não de padrões profissionais uniformizados. O facto de muitos responsáveis terem procurado formação especializada apenas após assumirem funções demonstra que a profissionalização ocorre por iniciativa pessoal, e não como exigência institucional ou legal.

Assim, os dados do estudo não apenas descrevem o perfil académico dos dirigentes das bibliotecas públicas, mas também expõem as consequências diretas da lacuna legislativa que caracteriza a profissão em Portugal: ausência de critérios uniformes, heterogeneidade formativa e dependência de percursos individuais para garantir a especialização necessária ao desempenho das funções. A consolidação de um quadro legal específico surge, por isso, como condição essencial para assegurar coerência, qualidade e equidade no acesso às funções de direção e coordenação das bibliotecas públicas.

4.6. Os Profissionais de Informação nas Bibliotecas Públicas em Portugal: Identificação e Caracterização

Silva *et al.* (2024) constataram que os valores relativos às qualificações académicas mais elevadas, nomeadamente ao nível de doutoramento, são influenciados pela inclusão de vereadores e docentes destacados na equipa técnica, quando estes são contabilizados como responsáveis pela Biblioteca Pública. Verificou-se ainda que 8,8% dos responsáveis não possuem formação superior, percentagem significativa que evidencia a desvalorização institucional da Biblioteca Pública por parte dos respetivos executivos municipais ou, em alternativa, uma insuficiente compreensão do papel estratégico destes serviços. Não é adequado que profissionais com formação superior em Ciência da Informação permaneçam enquadrados na carreira de Assistente Técnico, situação que exige uma valorização urgente e estruturada.

Silva *et al.* (2024) defende que os municípios devem investir urgentemente em gestão da informação e em profissionais especializados, recrutados de forma transparente, para que as bibliotecas cumpram plenamente a sua missão pública. Sublinha ainda que só a criação de legislação e normas específicas, incluindo uma Lei Nacional da Informação e uma lei para as Bibliotecas Públicas, poderá garantir rigor, coerência e sustentabilidade no setor.

Os municípios revelam perceções inconsistentes sobre o papel das bibliotecas e dos seus profissionais, frequentemente subestimando a gestão da informação. Torna-se essencial clarificar a integração orgânica das bibliotecas e reforçar a formação contínua, condição decisiva para valorizar a carreira e garantir que o setor acompanha a transição digital.

Na sequência do seu estudo, Silva *et al.* (2024) apresenta um conjunto de propostas dirigidas aos decisores políticos, entre as quais se destacam:

- **Revisão e Valorização da Carreira:** Clarificação e diferenciação da carreira profissional, com a devida valorização salarial e a definição rigorosa de competências e habilitações.
- **Normalização Orgânico-Funcional:** Definição de modelos orgânicos-tipo para a Administração Pública, alinhados com o Código do Procedimento Administrativo.
- **Regulação do Recrutamento:** Estabelecimento de competências obrigatórias nos processos concursais para funções em Bibliotecas e Arquivos, garantindo que o recrutamento na Administração Pública responda às exigências técnicas da área.
- **Atualização Legislativa:** Elaboração de uma Lei Nacional de Informação e de uma Lei para as Bibliotecas Públicas (Municipais), colmatando uma lacuna legislativa que persiste em Portugal desde a década de 80.
- **Diferenciação por Qualificação Académica:** Valorização da carreira de Técnico Superior com formação em Ciência da Informação, garantindo que a estrutura remuneratória reflita o grau académico. Propõe-se que detentores de Mestrado ou Doutoramento não ingressem na carreira na mesma posição remuneratória que licenciados, reconhecendo o valor da especialização avançada.

Em suma, a análise transversal dos estudos apresentados converge para um diagnóstico inequívoco: a criação de um quadro legislativo específico e atualizado para os profissionais de informação em Portugal é uma necessidade inadiável. A ausência de uma Lei Nacional da Informação e de uma regulamentação moderna para as Bibliotecas Públicas cria um vazio jurídico e operacional que compromete a eficácia das instituições e a valorização dos seus ativos humanos.

A ausência de legislação específica gera desvalorização da carreira, falta de progressão e uso desigual das bibliotecas pelos municípios, produzindo serviços inconsistentes. Sem requisitos de formação em Ciência da Informação, o recrutamento torna-se inadequado e compromete a gestão da memória e do conhecimento. Esta lacuna normativa fragiliza ainda a transição digital, ao impedir a presença de gestores de informação qualificados capazes de responder à crescente criticidade dos dados.

4.7. Instrumentos Normativos de Referência Profissional

Embora o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas e as diretrizes da Associação Portuguesa BAD ofereçam um norte estratégico e ético, estes documentos carecem de força vinculativa. No ordenamento jurídico português, as orientações destas entidades funcionam apenas como instrumentos de natureza recomendatória. Sem a devida tradução em leis e decretos, não conseguem garantir o financiamento, a estrutura ou a proteção da carreira.

Em 2019, a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, (2019) apresentou aos grupos parlamentares um conjunto de preocupações manifestadas pelos seus associados e pelos profissionais do setor, relativas ao recrutamento, ao exercício da profissão e ao enquadramento nacional das bibliotecas e dos arquivos no panorama cultural, nas políticas de informação e nos processos de transição digital. Entre os aspetos destacados incluíam-se questões de regulação, financiamento, formalização de redes e recolha sistemática de dados estatísticos nacionais.

Nesse contexto, foram solicitados compromissos legislativos concretos, nomeadamente:

- a criação de uma lei geral para as bibliotecas;
- a revisão dos diplomas relativos a arquivos e à gestão da informação;
- a inclusão, nos diplomas sobre transformação e transição digital, de requisitos específicos relativos à digitalização, aos repositórios digitais e à preservação digital.

No entanto, decorridos sete anos sobre estas diligências e quase meio século desde as primeiras reivindicações da década de 80, o cenário permanece inalterado. A situação das bibliotecas e dos seus profissionais continua refém de um vazio legislativo crónico.

Apesar das recomendações e da urgência reconhecida, passaram sete anos sem progressos, mantendo as bibliotecas públicas e os seus profissionais num vazio legislativo que compromete competências, carreira, estabilidade e capacidade de resposta. Esta ausência de enquadramento jurídico gera fragilidades estruturais que degradam a qualidade dos serviços, ampliam desigualdades territoriais, dificultam o planeamento e impedem o pleno

reconhecimento das bibliotecas como infraestruturas essenciais à cidadania, à memória coletiva e ao desenvolvimento sustentável.

5. Discussão

A análise conjunta dos estudos, diagnósticos e levantamentos realizados ao longo das últimas décadas revela um padrão estrutural que atravessa todo o setor da informação em Portugal: a ausência de um quadro legislativo específico para os profissionais de Ciência da Informação tem produzido, de forma persistente, um ambiente de desprofissionalização, desigualdade territorial e fragilidade institucional que compromete a qualidade e a sustentabilidade das bibliotecas públicas. Esta lacuna normativa, identificada desde os anos 1980 por Maria José Moura, não só permanece por resolver como se agravou com a reforma administrativa de 2008 que extinguiu a carreira BAD e eliminou a exigência legal de formação especializada, abrindo novamente espaço ao recrutamento indiferenciado e à erosão da identidade profissional.

Moura (1986) defendia que a biblioteca pública exige profissionalização, e o Decreto-Lei n.º 247/91 garantiu temporariamente esse padrão ao definir carreiras e requisitos específicos. A sua revogação eliminou o único mecanismo jurídico de qualificação mínima, devolvendo às autarquias uma liberdade que resultou em práticas desiguais e frequentemente inadequadas às exigências técnicas do setor.

Os dados da DGLAB confirmam que, apesar da expansão da RNBP, o investimento em recursos humanos não acompanhou esse crescimento. A maioria das bibliotecas funciona com equipas abaixo dos rácios recomendados, tanto em técnicos superiores como em técnicos profissionais. A forte desigualdade entre municípios mostra que, sem normas vinculativas, a política pública fica dependente da vontade local, gerando assimetrias que fragilizam a coesão da rede. A escassez de técnicos profissionais é especialmente crítica, comprometendo tarefas essenciais como atendimento, tratamento documental e dinamização de serviços.

A perceção dos profissionais reforça este diagnóstico. O estudo de Parreira (2018) mostra um consenso quase absoluto entre os bibliotecários sobre a necessidade de uma lei de bibliotecas que estabeleça critérios de admissão, defina perfis de competência e garanta a presença de profissionais qualificados. A proposta de criação de uma Ordem dos Bibliotecários surge precisamente como resposta à ausência de mecanismos formais de certificação e regulação, refletindo a consciência coletiva de que a profissão permanece vulnerável à indiferenciação e à desvalorização institucional. A falta de enquadramento legal é, assim, reconhecida pelos próprios profissionais como o principal obstáculo à consolidação de carreiras coerentes e à afirmação da identidade profissional.

Os estudos de Alvim & Vargues (2024); Azaruja et al. (2023) aprofundam esta realidade ao demonstrar que a desarticulação entre formação, categoria profissional e responsabilidades é uma constante no setor. Embora muitos responsáveis por bibliotecas municipais possuam formação avançada, esta especialização resulta frequentemente de iniciativas individuais e não de exigências institucionais. Simultaneamente, coexistem profissionais altamente qualificados com outros sem formação superior ou sem formação específica em Ciência da Informação, e não é raro encontrar responsáveis enquadrados em categorias inferiores, como Assistente Técnico, apesar de exercerem funções de direção.

Esta incongruência revela uma desvalorização estrutural da profissão e evidencia a ausência de mecanismos legais que garantam coerência entre qualificações, funções e remuneração.

O estudo de Silva *et al.* (2024) mostra que a ausência de enquadramento legislativo desvaloriza a carreira, fragiliza a motivação e a estabilidade das equipas e compromete a qualidade dos serviços. A falta de critérios uniformes de recrutamento e de modelos organizacionais claros gera instabilidade e impede as bibliotecas de cumprir o seu papel estratégico. Torna-se, por isso, essencial avançar com legislação específica, uma Lei Nacional da Informação e uma Lei das Bibliotecas Públicas, para garantir rigor, coerência e equidade no setor.

A ausência prolongada de legislação específica gera estagnação da carreira, dificuldades de recrutamento, fragilidade digital e desigualdade territorial, problemas que persistem há décadas. As orientações internacionais e as iniciativas da BAD não têm força vinculativa nem produziram avanços concretos, mantendo um cenário de indefinição que limita a capacidade das bibliotecas públicas de responder às exigências atuais.

Em síntese, a discussão evidencia que a lacuna legislativa não é um mero detalhe técnico, mas o eixo central que explica a fragilidade estrutural do setor. Sem um quadro legal que reconheça a especificidade da profissão, defina critérios de admissão, estabeleça carreiras diferenciadas e garanta a presença de profissionais qualificados, as bibliotecas públicas continuarão vulneráveis à desprofissionalização, à desigualdade territorial e à incapacidade de acompanhar a transformação digital e evolução da sociedade. A criação de legislação específica para os profissionais da informação não é apenas necessária: é urgente, estratégica e determinante para o futuro das bibliotecas e para a consolidação de uma política pública de informação coerente, sustentável e alinhada com os desafios do século XXI.

6. Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra, de forma inequívoca, que a ausência de um enquadramento legislativo específico para os profissionais da informação constitui o principal fator de fragilidade estrutural do setor das bibliotecas públicas em Portugal. A persistência deste vazio normativo, que atravessa mais de quatro décadas de políticas públicas, compromete a consolidação de uma identidade profissional coerente, dificulta a implementação de padrões uniformes de qualidade e perpetua desigualdades territoriais profundas.

Os dados empíricos analisados, provenientes de estudos estatísticos, levantamentos nacionais e investigações académicas, revelam um cenário marcado por subdimensionamento crónico das equipas, desajustamento entre qualificações e categorias profissionais, práticas de recrutamento indiferenciadas e ausência de mecanismos formais de certificação e progressão. A revogação da carreira BAD em 2008 agravou este quadro ao eliminar o único instrumento jurídico que assegurava a exigência de formação especializada, reintroduzindo a indiferenciação funcional e fragilizando a identidade técnica da profissão.

A inexistência de normas vinculativas impede que as bibliotecas públicas se afirmem como infraestruturas estratégicas para a cidadania, a memória coletiva e a transição digital, limitando a sua capacidade de resposta às exigências contemporâneas da sociedade da informação.

Assim, a lacuna legislativa não constitui apenas um défice jurídico: representa um obstáculo sistémico à eficácia das políticas públicas de informação, à valorização dos profissionais e à sustentabilidade das instituições. Reverter este vazio normativo é, por isso, uma condição necessária para garantir a qualidade, a equidade e a modernização do setor.

Para reverter este cenário e assegurar a sustentabilidade das instituições de informação em Portugal, propõem-se as seguintes medidas de política legislativa e institucional:

- Criar uma Lei Nacional da Informação e uma Lei das Bibliotecas Públicas que tornem vinculativas as diretrizes internacionais e definam rácios mínimos de pessoal especializado. Em paralelo, é necessária a revisão da carreira, com conteúdos funcionais claros e exigência de formação específica em Ciência da Informação, assegurando uma valorização remuneratória proporcional à especialização académica.
- A regulação dos concursos é essencial para garantir que apenas profissionais qualificados assumem funções técnicas e de direção. Para isso, é necessária a definição de perfis de competência obrigatórios e de modelos orgânico-funcionais claros, evitando interpretações arbitrárias sobre o papel das bibliotecas nas estruturas municipais.
- A criação de um mecanismo de certificação profissional garantiria a regulação ética, a validação de competências e a proteção da qualidade do serviço público, assegurando a autonomia técnica da profissão e prevenindo práticas de desprofissionalização.
- A criação de um sistema nacional de monitorização, através de um Observatório da Informação e das Bibliotecas, permitiria acompanhar recursos humanos, qualificações e desempenho, fornecendo dados contínuos para decisões políticas e avaliação das políticas públicas.

Em conjunto, estas medidas configuram uma resposta estruturada e sistémica ao vazio legislativo que há décadas compromete a profissionalização, a qualidade e a equidade dos serviços de informação em Portugal. A sua implementação permitiria não apenas corrigir fragilidades históricas, mas também posicionar o setor da informação como um pilar estratégico da administração pública contemporânea e da sociedade digital.

Referências bibliográficas

ALVIM, L.; VARGUES, M. M.

2024 Estudo sobre os profissionais de informação em Portugal. In *eBooks BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação e Documentação*. [Em linha]. 2024. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://doi.org/10.48798/ebooksbad.24>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS, PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

2019 Audiência da BAD com os grupos parlamentares: compromissos assumidos pelo BE, CDS-PP, PEV, PCP e PSD. *Notícia BAD*. [Em linha]. 2019. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://noticia.bad.pt/2019/12/03/audiencia-da-bad-com-os-grupos-parlamentares-compromissos-assumidos-pelo-be-cds-pp-pev-pcp-e-psd/>.

AZARUJA, J.; NUNES, M. B.; BORGES, M. M.

2023 O Perfil académico e profissional dos responsáveis pelas bibliotecas públicas e municipais em Portugal. In CONGRESSO NACIONAL BAD, 14^o, Faro, 2023 - *Comunidades e profissionais para o futuro: agir hoje*. [Em linha]. 2023. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://doi.org/10.48798/congressobad.2891>.

MELO, D.

2004 *A Leitura pública no Portugal contemporâneo: 1926-1987*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MOURA, M. J.

1986 *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais: relatório*. [Em linha]. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf>.

MOURA, M. J., coord.

1996 *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. [Em linha]. Lisboa, 1996. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16_RelatorioRNBp96.pdf.

OLEIRO, M., & HEITOR, C.

2010 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10^o, Guimarães, 2010 - *Políticas de informação na sociedade em rede: actas*. [Em linha]. 2010. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/157>.

PARREIRA, Z.

2018 *A Regulamentação legal das bibliotecas públicas em Portugal*. [Em linha]. 2018. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23261>.
Tese de doutoramento - Universidade de Évora.

PARREIRA, Z.; CALIXTO, J. A.

2015 Queremos uma lei das bibliotecas em Portugal? In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12^o, Évora, 2015 - *Actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2015. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16284>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2008 Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. *Diário da República*. 1^a série. [Em linha]. 41:1^osupl. (27 fev. 2008). [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/12-a-2008-468663>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1991 Decreto-lei n.º 247/91, de 10 de julho. *Diário da República. 1ª série-A*. [Em linha]. 156 (10 jul. 1991). [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/247-1991-668103>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1987 Decreto-lei n.º 111/87, de 11 de março. *Diário da República. 1ª série*. [Em linha]. 58 (11 mar. 1987). [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/111-1987-662538>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1986 Despacho 23/86 de 3 de abril. *Diário da República. 2ª série*. [Em linha]. 77 (3 abr. 1986). [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/RNBPdes p23_86.jpg.

SILVA, C. G. da [et al.]

2024 *Os Profissionais de informação nas bibliotecas públicas em Portugal: identificação e caracterização*. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Edições Colibri, 2024. [Consult. 31 jan. 2026]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/95596>.

Célia Teresa Queimado Generoso | celiatgg@gmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / Doutoranda em Ciência de Informação, Portugal

Resumo: A gestão da informação é uma área aplicada e transversal da Ciência da Informação que tem evoluído com o desenvolvimento de estruturas, profissionais, tecnologias e culturas organizacionais. O entendimento limitado da informação como um ativo estratégico tem afastado a gestão da informação das principais estruturas orgânicas (organogramas) das organizações. Este estudo resulta da recolha e seleção de fontes de informação sobre a gestão da informação, os gestores de informação e os modelos de gestão da informação nos setores público e privado. Esta investigação enfatizará, devido à escassa produção científica, a gestão da informação em contexto municipal, uma área ainda por explorar no campo de estudo das Ciências da Comunicação e da Informação. O objetivo deste estudo qualitativo é promover a gestão da informação nos setores público e privado, identificar perfis profissionais associados aos gestores de informação e realizar uma análise comparativa entre modelos de gestão da informação.

Palavras-chave: Ciências da Comunicação e da Informação; Gestão da Informação; Modelos de Gestão da Informação; Perfil profissional do gestor de informação.

Abstract: Information management is an applied and transversal area of Information Science that has evolved with the development of organizational structures, professionals, technologies, and cultures. The limited understanding of information as a strategic asset has distanced information management from the main organic structures (organizational charts) of most organizations. This study results from the collection and selection of information sources on information management, information managers, and information management models in the public and private sectors. This research will emphasize, due to the scarce scientific production, the management of information in a municipal context, an area still to be explored in the field of Communication and Information Sciences. The objective of this qualitative study is to promote information management in the public and private sectors, identify professional profiles associated with information managers, and perform a comparative analysis between information management models.

Keywords: Communication and Information Sciences; Information Management; Information Management Models; Manager professional profile.

Introdução

A informação é um fator estratégico para o pleno funcionamento das organizações, independentemente do seu cariz público ou privado, faz parte da constituição da memória organizacional, garante o cumprimento legal e promove o desenvolvimento competitivo. A investigação elaborada pretende ampliar a produção de literatura científica sobre a gestão da informação, uma área ainda por explorar no campo de estudo das Ciências da Comunicação e da Informação (CCI). A sociedade da informação alterou o *modus operandi* das empresas, do Estado e da Administração Pública, bem como de organizações sem fins lucrativos, destacando a importância da gestão da informação e do conhecimento para o seu pleno funcionamento.

O entendimento insuficiente da informação como um dos mais importantes ativos estratégicos organizacionais, a necessidade proeminente de criar estruturas orgânicas de gestão da informação e a valorização do papel dos gestores informacionais levaram à realização do presente estudo. O objetivo deste estudo é promover a gestão da informação, demonstrar a importância do papel do gestor de informação, estudar modelos de gestão da informação em organizações públicas e privadas e realizar uma análise comparativa entre esses modelos.

Por conseguinte, é fundamental a escolha de fontes de informação fidedignas e sofisticadas (RIBEIRO, 2006), não só como veículo de comunicação de informação de qualidade e credível, como também como fator impulsionador da redução da desinformação. Para a recolha de referências bibliográficas sobre gestão, gestor e modelos de gestão da informação foram utilizadas fontes primárias, dando preferência a monografias e artigos de referência da Ciência da Informação, redigidos em português, inglês e espanhol.

O suporte metodológico é fundamental para sustentar um estudo que, neste caso em concreto, será qualitativo. O método qualitativo de investigação é particularmente adequado para as CCI, devido à sua capacidade de explorar profundamente a complexidade associada aos fenómenos da comunicação e da informação. A abordagem metodológica resultou da pesquisa exploratória e documental realizada através do recurso a fontes de informação, como materiais publicados (livros, artigos de revistas científicas, teses e dissertações, páginas *web*, documentos governamentais, entre outros) com um período de aproximadamente 37 anos, compreendido entre 1988 e 2025.

1. A Gestão da informação nas organizações do setor público e privado

Como ponto de partida, importa clarificar o objeto de estudo, a informação:

Um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionalada (SILVA, 2008).

A ciência que estuda a informação é uma ciência social dedicada à investigação relacionada com o fenómeno infocomunicacional (informação e comunicação) através da observação dos fluxos, organização e comportamento informacional por meio das atividades que constituem a gestão do ciclo de vida da informação (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação) (SILVA, 2006). Para Le Coadic (1996), a Ciência da Informação evoluiu de uma prática de organização para uma ciência social sustentada nas novas demandas socioeconómicas da sociedade em rede.

O campo de estudo e intervenção da Ciência da Informação compreende três vertentes profissionais unívocas e interligadas: produção ou génese do fluxo, organização e representação da informação e o comportamento informacional.

A Ciência da Informação, herdeira do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista (SILVA e RIBEIRO, 2024), caracterizava-se pelo cunho tradicional das suas

principais disciplinas: Ciências Documentais - Arquivística, Biblioteconomia e Museologia. Disciplinas que exaltam o estudo de técnicas auxiliares de trato administrativo para a organização e representação da informação como a indexação, catalogação e classificação documental.

O paradigma custodial é determinado pela valorização excessiva da salvaguarda física, conservação e restauro de documentos; realce do papel da memória dos centros documentais; a documentação é fundamental para o desenvolvimento da escrita da História Nacional (SILVA e RIBEIRO, 2024); os documentos são detentores de um “valor patrimonial” com o objetivo fundamental de servir os utilizadores; confusão no entendimento do que é a profissão e a ciência; a preservação da documentação é sobrevalorizada relativamente ao acesso público à informação (SILVA e RIBEIRO, 2020).

O despontar da sociedade da informação e dos pressupostos a si associados demonstrou que o carácter conservador, histórico, documental e anticomplexidade deste paradigma não se coadunavam com o progresso vivenciado e proporcionaram uma evolução epistemológica. O objeto de estudo da Ciência da Informação passa a ser a informação, em vez do documento (LE COADIC, 1996).

É assim que surge o paradigma informacional e pós-custodial, uma união das várias disciplinas que compõem a Ciência da Informação, num tronco comum, único e dinâmico que termina com a separação da Biblioteca, do Arquivo e do Museu. Sustentada no atual paradigma, a Ciência da Informação de carácter trans e interdisciplinar valoriza a importância da informação sobre o suporte, exalta o conteúdo em relação ao formato, estuda o comportamento informacional e proporciona a evolução, sobretudo, tecnológica nos serviços de informação (SILVA, 2006).

No final dos anos 80, Wilson (1988) refletiu um pouco sobre a publicitação, eufórica, à volta da gestão da informação como novidade e tendência. Com uma visão da situação britânica, ressalta a necessidade de esclarecimento ao nível académico, científico e profissional do conceito de gestão da informação. Wilson (1988) defende que a gestão da informação é composta por duas ideias unidas e articuladas: a informação e a informática. Os líderes organizacionais, em particular nos Estados Unidos da América (USA), identificaram a gestão da informação como um recurso económico (WILSON, 1988). O aparecimento de serviços, sistemas e equipamentos informatizados substituiu as práticas e atividades manuais, como o tratamento e inserção de dados. É indubitável que a libertação de capital organizacional para este fim se repercutiu numa necessidade de justificação dos custos com tecnologia e pessoal, realizada com base no valor que a informação preconiza a uma instituição enquadrada na sociedade e na economia da informação.

Para Wilson (1988), a gestão da informação deve ser um conceito agregador que resulta da especialização de profissionais da informação e passível de aplicação a qualquer tipologia organizacional, independentemente da sua natureza, com o objetivo de organizar e gerir informação. Wilson (2011) elucida as funções básicas da gestão da informação como: obter a informação necessária para satisfazer as necessidades organizacionais; armazenamento da informação e controlo de acessos; preservação da informação e da memória institucional; fornecer informação para uso interno e externo; gerir os processos de informação e de segurança da informação. O autor considera que as três grandes áreas de atividade da gestão da informação são, respetivamente, a gestão da informação para a gestão organizacional geral (sistemas integrados que apoiam a gestão de topo e intermédia

a perceber o funcionamento da organização), a gestão da informação para a gestão das operações funcionais (sistemas de inserção de dados que permitem o desempenho de funções) e a gestão da informação para *business intelligence* (monitorização de dados, sistemas analíticos, etc.).

Em 1999, Kirk define a gestão da informação como a chave para a inovação sistemática das organizações. Silva e Ribeiro (2020) definem a gestão da informação como o plano prático ou a atividade profissional da Ciência da Informação. Uma dimensão de operacionalização que pressupõe a realização de um conjunto de atividades interligadas como a organização, representação, classificação, armazenamento, preservação, conservação da informação de determinada organização através da utilização de sistemas de informação que apoiam a tomada de decisão, promovem a criação de valor e desenvolvem o estudo do comportamento informacional (PINTO, BRANDÃO e OLIVEIRA, 2021). Choo (2003) considera que o objetivo principal da gestão da informação é a monitorização dos recursos e das capacidades informacionais, de modo a promover aprendizagem e adaptação no meio organizacional.

Todavia, a capacidade de as organizações alcançarem estes objetivos pode ser comprometida por alguns desafios associados à gestão da informação, dos quais se destacam o fenómeno da *information overload*, a sobrecarga dos sistemas de informação e a dificuldade na recuperação da informação. Neste âmbito, (WILSON, 2011) apresenta os resultados de um estudo realizado para a Hewlett Packard (HP), com uma amostra composta por 641 empresas, tendo constatado que, entre as organizações que dispõem de sistemas interligados, apenas cerca de 40% possuem um departamento único dedicado à gestão da informação. Wilson (2011) também enumera as áreas em que a prática da gestão da informação obteve melhor desempenho e sucesso, nomeadamente a saúde, a logística (cadeia de abastecimento), a educação, os serviços públicos e os transportes.

Ao longo dos anos, esta área de estudo das Ciências da Comunicação e da Informação (CCI), tem conquistado o seu lugar do ponto de vista estratégico nas organizações que, progressivamente, se consciencializam do papel fundamental da informação e a identificam como um dos pilares para o sucesso organizacional (SILVEIRA, 2024).

As transformações providas do advento tecnológico, proporcionaram evolução nas práticas de organização e representação da informação, nas administrações públicas e privadas, despoletaram a conceção de depósitos para armazenar a documentação e a distribuição da estrutura organizacional em unidades orgânicas produtoras e responsáveis pela organização da informação (RIBEIRO, 2005). As estruturas principais do funcionamento de uma organização estão representadas nos organogramas institucionais e a informação deveria ser considerada neste modelo transversal, à semelhança do que acontece com departamentos como recursos humanos, financeiro, tecnologias de informação, contabilidade, comunicação, entre outros (SILVEIRA, 2024).

A administração pública espanhola tem vindo a reconhecer a importância da gestão de dados e a conferir o devido espaço e reconhecimento no âmbito da estrutura orgânica e funcional dos organismos públicos (CERRILLO-MARTÍNEZ e CASADESÚS-DE-MINGO, 2021). Do mesmo modo, Syväjärvi *et al.* (2017), com base num estudo realizado em municípios da Finlândia, que envolveu 137 gestores e 16 entrevistas, concluíram que, embora a gestão da informação seja reconhecida como um elemento estratégico e fundamental na administração local, os decisores políticos e os gestores municipais

apresentam alguma dificuldade na compreensão e operacionalização, o que se reflete numa maturidade restrita deste domínio. A gestão da informação nas autarquias locais revela-se complexa devido às suas características únicas no âmbito cultural, político e comportamental. À escala mundial, a Dinamarca é apontada como um dos líderes na digitalização, inclusive no setor público. Todavia, com a explosão do número de dados digitais armazenados, sobretudo devido à digitalização massiva de informação, alertou para o crescimento dos desafios na gestão de dados impulsionados por uma grande quantidade de dados e sistemas heterogêneos, que limitam a interoperabilidade e a comunicação. Cerca de 13 municípios dinamarqueses e os seus representantes foram alvo de um estudo sobre a governança de dados. Na Dinamarca, os municípios têm autonomia em relação ao governo central, estão descentralizados e gerem os seus próprios dados. Os resultados obtidos divulgaram os aspetos a benfeitorizar para uma gestão municipal de dados contínua, como a cultura organizacional, resistência à mudança, dificuldade na comunicação com o executivo, necessidade de normalização de processos e dados, colaboração interorganizacional, desenvolvimento de um programa de governança de dados públicos, falta de foco político da utilização de dados no contexto municipal e insuficiente compreensão do valor dos dados ao nível executivo e político (NIELSEN, PERSSON e MADSEN, 2019).

À luz do exposto, importa esclarecer o conceito de dado. Paletta e Silva (2021) relembram que dado em Informática é “a representação convencional, através de codificação, de uma informação de modo a permitir o tratamento electrónico” e o “código numérico correspondente a cada palavra das línguas naturais”. Os autores referem que, tendo em conta esta conceção, para a Ciência da Informação, “dado e informação são sinónimos”. Já em Ciência da Informação, dado é o “impulso ou vibração física, eletromagnética, sísmica etc., que, por meio de dispositivos tecnológicos específicos, é convertido em representações gráficas (informação)” (SILVA, 2006). A Ciência da Informação considera que os dados são informação em estado bruto que, depois de coletados, tratados, organizados e representados, se transformam em informação. A gestão de dados deriva da Ciência de Dados, uma ciência interdisciplinar, que utiliza campos como a Inteligência Artificial (IA) e a Estatística para analisar dados, detetar padrões e extrair conhecimento. A gestão da informação, associada à Ciência da Informação, investiga o fenómeno infocomunicacional e todo o ciclo de vida da informação que vai desde a origem, a coleta de dados, até à transformação e ao uso da informação (PALETTA e SILVA, 2021).

Foi no âmbito das *smart cities* ou cidades inteligentes, que emergiu o *Big Data*, que consiste no uso de tecnologias para a recolha, armazenamento, organização e análise de dados. A monitorização de dados através “da inteligência em cada subsistema de uma cidade – transportes, energia, educação, cuidados de saúde, edifícios, infraestrutura física, alimentação, água, segurança pública, gestão de resíduos, entre outros –, não é suficiente para tornar uma cidade mais inteligente.” (PALETTA e SILVA, 2020). A capacidade de transformar dado-informação-conhecimento (trinómio) é um dos fatores de diferenciação da gestão oriunda da Ciência da Informação, que representa o pilar de áreas de investigação interdisciplinares, como é o caso da Ciência de Dados. A gestão da informação proporciona uma visão holística e integrada de toda a informação organizacional e institucional, que, por meio da aprendizagem e da transmissão do conhecimento, promove vantagens competitivas e apoia a tomada de decisão da gestão de topo (inteligência).

Tabela 1 – Síntese das perspectivas sobre a Gestão da Informação

Autor	Perspetiva	Contributo
WILSON (1988)	Recurso	União entre a informação e a informática. Utilização de sistemas automatizados para justificar os custos tecnológicos.
KIRK (1999)	Inovação	Identifica a gestão da informação como uma chave para a inovação sistemática.
CHOO (2003)	Estratégia	Monitorização de recursos para promover a aprendizagem e a adaptação organizacional.
WILSON (2011)	Funcional	Monitorização de recursos para promover a aprendizagem e a adaptação organizacional.
SILVA e RIBEIRO (2020)	Prática da ciência	Define a gestão da informação como o plano prático ou atividade prática da Ciência da Informação.
PINTO, BRANDÃO e OLIVEIRA (2021)	Processual	Conjunto de atividades de apoio à decisão, criação de valor e estudo do comportamento informacional.
SILVEIRA (2024)	Estrutural	Informação como pilar de sucesso e visibilidade nos organogramas organizacionais, à semelhança de outros departamentos (RH, Financeiro, Comunicação, etc.).
Estudos de caso: na Espanha (CERRILLO-MARTÍNEZ e CASADESÚS-DE-MINGO 2021), na Finlândia (SYVÄJÄRVI <i>et al.</i> , 2017) e na Dinamarca (NIELSEN, PERSSON e MADSEN 2019)	Governança	Falta de departamentos dedicados à gestão da informação, inúmeros desafios na gestão de dados, resistência cultural e falta de intervenção política na área.

Fonte: elaboração própria.

2. Os gestores de informação

O papel do gestor de informação nas organizações foi reconhecido por autores como Zorrinho (1991), que propõe a atribuição de funções a um nível estratégico, interligadas às mais altas estruturas organizacionais, denominada gestão de topo ou executiva. Para Maes (1999), a gestão da informação permite realçar o sistema sociotécnico e articular vários agentes. O autor considera a gestão da informação uma disciplina criativa e considera o gestor de informação equiparável a outros perfis profissionais como o realizador de cinema, treinador desportivo ou negociador. As capacidades destacadas para o sucesso de um gestor de informação, para Neal (2014), são a comunicação e a liderança, fundamentais para a moralização da equipa, a garantia do bem-estar dos colaboradores, a justificação de investimentos financeiros e o funcionamento saudável da organização.

O Chefe de Arquivo do Serviço Nacional de Pesquisa e Cadastro da Dinamarca apelida o curador de mapas, arquivista ou gestor de informação de “último dinossauro” que deve ter

competências para, numa vertente digital e na vanguarda tecnológica, valorizar o património cultural e histórico, apoiar os cidadãos na consulta digital e simplificar a investigação científica (KORSGAARD, 2008). Estes profissionais da informação têm enfrentado inúmeros desafios e é fundamental para as profissões de arquivista e bibliotecário que evoluam dos antigos “guardiães” da memória para estruturadores ou gestores de informação (RIBEIRO, 2005).

Erroneamente, o perfil profissional do gestor de informação é frequentemente associado ao dos engenheiros informáticos e o conceito de sistema de informação ao de sistema informático. De facto, uma organização que pretenda gerir eficiente e eficazmente a sua informação deve seguir uma abordagem holística, promover a conceção de uma equipa multidisciplinar, dotada de um gestor de informação e com capacidade para aliar todos os componentes de um sistema de informação (PINTO, 2005). Rosenfeld *et al.* (2015) corroboram esta prioridade da interdisciplinaridade e a sua influência no correto funcionamento da gestão da informação organizacional e propõem a criação de uma equipa interdisciplinar denominada *Dream Team*, um grupo de trabalho da área de arquitetura da informação com *report* ao executivo composto pelos seguintes perfis profissionais: *Strategy Architect*, *Thesaurus Designer*, *Controlled Vocabulary Manager*, *Indexing Specialist*, *Interaction Designer*, *IA Software Analyst*, *IA Usability Engineer*, *Cartographer* e *Search Analyst*.

Silva e Ribeiro (2020), definem o gestor de informação de base científica como um profissional que prioriza a informação como objeto de estudo; com visão holística, transversal e agregadora da informação organizacional; informação descentralizada como um todo constituído pelas suas partes (não centraliza o tratamento da informação nos sistemas de serviços de informação tradicionais como o Arquivo, Biblioteca ou Centro de Documentação); com capacidade de investigação (cientista da informação); estudo orgânico e funcional das instituições; competências ao nível de sistemas de informação e TIC; conhecimento de técnicas (classificação, indexação, entre outras) e de instrumentos de pesquisa (catálogos, índices, tesouros, etc.).

O gestor de informação é então um profissional com conhecimentos, competências e capacidades multidisciplinares (Ciência da Informação, TIC, Gestão e subdisciplinas como *Marketing*, Psicologia, Comportamento Organizacional, RH, etc.) que possibilitam a recuperação, análise e disseminação da informação, criação de valor, tomada de decisão, novas oportunidades e vantagens competitivas (LOPES, 2013).

Na administração pública em Espanha, um estudo de caso múltiplo realizado em três entidades públicas (Autoridade de Gestão da Informação e do Conhecimento pertencente ao Ministério da Defesa (IKMA), o Comité de Governança de Dados do governo espanhol (AGE) e o Gabinete Municipal de Dados da Câmara Municipal de Barcelona (*Data Office Barcelona City Council*), permitiu a observação de perfis de profissionais da informação: Diretor de Dados (*Chief Data Officer*), Diretor-geral das TIC, Diretor de Dados, equipa multidisciplinar, gestor de informação e peritos em gestão do ciclo de vida (CERRILLO-MARTÍNEZ e CASADESÚS-DE-MINGO, 2021).

O gestor da informação tem afirmado o seu papel na reconfiguração das organizações por intermédio da construção de sistemas de informação organizacionais integrados e da promoção da gestão estratégica da informação. A centralização da informação tem implicado uma reestruturação organizacional focada na integração das pessoas,

procedimentos, tecnologias e reforço da necessidade de utilizar modelos de gestão da informação holísticos e transversais. Neste contexto, torna-se evidente a relevância da mediação dos profissionais da informação na superação da fragmentação informacional, na simplificação de procedimentos e no suporte especializado à tomada de decisão da gestão de topo e/ou executiva. Em paralelo, a sua atuação organizacional incorpora, de igual modo, a gestão do ciclo de vida da informação e a mediação infocomunicacional que asseguram a uniformização, recuperação e valorização de todos os tipos de recursos informacionais, independentemente do seu suporte.

3. Modelos de gestão da informação

No setor público:

Holanda

Nos anos 80, a euforia dos sistemas de informação encobriu a necessidade de perceber os fenómenos infocomunicacionais das organizações e de repensar as estruturas funcionais. No final dos anos 90, começa a emergir a importância da informação como fonte de valor e vantagem competitiva, da cultura organizacional, do uso e partilha de informação. Desenvolvido em 1997 pela Universidade de Amesterdão, o modelo de gestão da informação utilizado no município de Amesterdão teve como objetivo estruturar, mapear e alinhar a gestão da informação municipal numa rede heterogénea.

O modelo *A Generic Framework for Information Management* distancia-se da ideia de alinhamento estratégico e é composto por dois níveis: um nível operacional e um nível estrutural. Maes (1999) destaca a relevância da gestão e partilha do conhecimento, a desvalorização da modelação de processos e a informação como um recurso estratégico. As bases do modelo são constituídas pelos níveis estratégico (estratégia do negócio, estratégia de I/C - informação/comunicação e estratégia tecnológica); estrutural (estrutura empresarial, estrutura I/C e estrutura tecnológica) e operacional (operações comerciais, operações I/C e operações tecnológicas). A dimensão vertical do modelo é composta por 3 ciclos de aprendizagem (ciclo de aprendizagem de rotinização, ciclo de aprendizagem de capacidade, ciclo de aprendizagem estratégica).

Portugal

Ainda dentro do espetro municipal, em Portugal, foi criado o modelo *Sistema de Informação Ativa e Permanente (SI-AP)* que constitui um referencial teórico associado ao pragmatismo da gestão da informação (PINTO e SILVA, 2005). O SI-AP integra todas as fases do ciclo de vida da informação; abordagem sistémica e holística; promove o trabalho interdisciplinar; considera a informação como um recurso estratégico, transversal a toda a organização; articula tecnologia, processos, pessoas e cultura organizacional e oferece uma visão integrada e inovadora da gestão da informação. O teste de aplicabilidade do modelo, realizado na Câmara Municipal de Vila do Conde, demonstrou que o SI-AP capacita as organizações ao nível da competitividade e do desenvolvimento através da promoção da administração aberta, utilização de tecnologias informacionais, implementação da interoperabilidade semântica e tecnológica, simplificação dos tempos de resposta aos cidadãos, dinamização dos serviços de informação e diminuição dos custos.

Silva e Ribeiro (2009) efetuaram uma proposta de modelo, destinado à gestão da informação pública, tendo em conta a complexidade da estrutura orgânico-funcional da administração pública, assente nos seguintes pressupostos:

- produção (identificação do suporte, lógica processual, objetivos orgânico-funcionais, práticas de registo da informação e utilização de métodos de recolha de dados para a formulação de uma solução);
- tratamento (tratar a informação produzida/recebida, ordenação e arrumação, organização da informação através das TIC, recuperação da informação, garantir o fluxo infocomunicacional);
- registo e guarda ou o problema da memória (guardar e memorizar informação, em contexto institucional/organizacional, manutenção da memória das pessoas e da memória organizacional, transformação dos processos/registos administrativos, valorização do capital humano, eliminação do excedente informacional);
- problemática da comunicação e do uso (disseminação, comunicação e uso, fluxo informacional, produção e aquisição, recuperação da informação, utilização de “aplicações” informáticas, estudo do comportamento informacional, necessidades de informação, fenómeno e processo infocomunicacional, gerir a informação e comunicação).

O *Modelo de Gestão da Informação Organizacional (MGSI-AP)* foi concebido para uma estrutura orgânica e funcional universitária pública (PINTO, BRANDÃO e OLIVEIRA, 2021). O *Sistema Infocomunicacional Municipal Ativo e Permanente (SICMAP)* surge da adaptação e aplicação do MGSI-AP ao panorama municipal, mais precisamente à Câmara Municipal do Porto. Dada a singularidade do ambiente autárquico, houve a necessidade de criação de mediações mais específicas e ajustadas a quatro tipos de mediação (informacional, comunicacional, administrativa e tecnológica) que invocam uma lógica de descentralização do funcionamento dos serviços através da adoção de um "esquema-pivô", já abordado por Pinto e Silva (2005). A definição de pivôs estratégicos coadjuvantes proporciona a mediação necessária para a criação de um sistema de informação organizacional unido, com comunicação orientada para satisfazer as necessidades do cidadão. A mediação entre os vários intervenientes é fundamental para o sucesso de uma gestão integrada de todo o tipo de informação e para contrariar a visão atual das autarquias locais portuguesas, dotadas de uma estrutura vertical e sistémica, com administração fragmentada (BRANDÃO e SILVA, 2019).

Reino Unido

No Reino Unido, dotado de uma tradição antiga do *record management*, foi em 1815 que surgiu o primeiro *Public Records Act*. Em retrospectiva, os anos 90 revelaram uma gestão da informação dos municípios britânicos, deficitária e fragmentada, com poucos profissionais qualificados, legislação reduzida e escassos instrumentos de boas práticas de gestão da informação. Com a evolução das TIC, verificaram-se mudanças organizacionais, crescimento de formação especializada e universitária na área da Ciência da Informação, criação de indicadores de desempenho, aparecimento do *e-government* e o *Freedom of Information Act* (FOIA). Em 2000, no setor público, foi aplicado o FOIA, um instrumento

de gestão da informação para os municípios britânicos que impunha a resposta a pedidos de acesso à informação, a melhoria dos sistemas de gestão documental, a publicação de políticas de boas práticas e a intervenção do *Information Commissioner's Office*. Para Shepherd, Stevenson e Flinn (2011), este documento legislativo melhorou o reconhecimento do impacto positivo da gestão da informação para as organizações públicas.

Suécia

Uma investigação realizada em dois municípios suecos pretendeu avaliar o impacto da implementação da Diretiva *Public Sector Information* (PSI). Na Suécia, a PSI foi aplicada às autarquias locais e teve como objetivo a modelação de processos e a gestão da informação efetiva. Este modelo de gestão da informação assenta nas quatro dimensões do modelo *records continuum*: cria, captura, organiza e pluraliza. Com a análise dos resultados obtidos, constatou-se que a aplicação da PSI nas autarquias permitirá que a informação seja disponibilizada celeremente aos cidadãos. A regulação da gestão da informação dos municípios está sob a alçada da Associação Sueca de Autoridades Locais e Regionais e dos Arquivos Nacionais, que têm um papel consultivo. Ambos corroboraram que a gestão da informação despontou nos municípios aliada à gestão de processos de arquivo. Os desafios identificados à aplicação da PSI a todos os municípios, sob uma abordagem holística, foram a capacidade de investimento financeiro, disparidade de recursos entre municipalidades, necessidade de tornar os sistemas interoperáveis e de governança da informação (SVÄRD, 2018).

Espanha

A complexidade do trato administrativo promoveu o aumento exponencial da produção e do volume de dados que, para além de comprometer a qualidade da informação, projeta os municípios para um problema de interoperabilidade e duplicação dos dados que, objetivamente, terá impacto na transparência dos dados municipais, assim como na participação cidadã. Um estudo de caso realizado em três entidades públicas espanholas (IKMA, AGE e *Data Office Barcelona City Council*), selecionados por serem as únicas formalizadas em diários oficiais do governo espanhol à data deste artigo, alertou para algumas das vantagens insurgentes da valorização dos dados públicos: inclusão do cidadão; melhoria da tomada de decisão; criação de novos serviços públicos e privados; gestão e reutilização de dados; informação de qualidade; transparência da informação municipal (CERRILLO-MARTÍNEZ e CASADESÚS-DE-MINGO, 2021). Em 2018, a Câmara Municipal de Barcelona adotou um Modelo de Governança de Dados liderado pelo Gabinete Municipal de Dados, que pertence à administração municipal. Este modelo descentralizado é utilizado por *smart cities* como Nova Iorque, Chicago, Boston, Paris e Londres. O *Modelo de Governança Municipal de Dados* tem na base uma unidade orgânica (UO) encarregada da política de dados e responsável pela integração, investigação e comunicação com os produtores e utilizadores internos e com os utilizadores externos de informação. Uma UO que reporta diretamente às mais altas instâncias governativas: administração, gestão de topo e executiva.

União Europeia (UE)

Um grupo de investigadores do Reino Unido e da Alemanha efetuou uma pesquisa que resultou numa seleção de 27 países da União Europeia (UE) e especialistas da área de

Gestão de Dados. O objetivo central deste trabalho foi o desenvolvimento de um quadro de referência de governança de dados para as necessidades urbanas. Este estudo pretende reforçar o papel dos dados como um ativo estratégico para as cidades e a relevância de uma visão holística dos dados produzidos pelos diversos intervenientes do cenário municipal. Bozkurt *et al.* (2025) focam a governança dos dados urbanos, que envolve redes complexas que se estabelecem numa cidade composta por governo, autoridades municipais, indústria, empresas, cidadãos, investigação, academia e serviços públicos que, por meio de sensores, contadores, registos administrativos, dados, entre outros, produzem informação que permite a monitorização cidadina e a tomada de decisões. É neste espectro inovador que surgem as *smart cities*. Desta observação, surge o perfil do *multiplier*, especialista em gestão do conhecimento e figura intermediária entre os departamentos e a Unidade de Governança de Dados. O *Urban Data Governance Reference Model* (UDGRM) é composto pela base (arquitetura de TI, arquitetura de dados, a estrutura organizacional e recursos humanos), pelos pilares (gestão da cultura, *stakeholders*, jurídica, conformidade, métodos e instrumentos) e pelo topo (lições aprendidas, estratégia, *roadmaps*, implementação e a mudança) que constituem o ciclo de governança de dados urbanos. Verificaram-se também os perfis dos especialistas entrevistados, falhas nos municípios como a ausência de governança, a fragmentação do tratamento da informação, a redundância dos dados que incompatibilizam a interoperabilidade, a dificuldade na partilha de dados e cumprimento de normas/legislação (BOZKURT *et al.*, 2025).

No setor privado:

Austrália

O modelo *The Information environment of information in organisations*, desenvolvido pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Tecnologia de Sydney, na Austrália, tem o objetivo de alavancar a gestão da informação eficaz nas pequenas e médias empresas (PME). Kirk (1999) destaca cinco imagens que representam a complexidade da visão no contexto da gestão da informação nas organizações: imagem da máquina; imagem da organização como organismo; imagem do sistema político; imagem da organização como cultura; imagem da organização como aprendiz. A informação é entendida como um recurso indispensável e um “bem valioso” para os gestores de topo e intermédios no planeamento, monitorização, avaliação, coordenação, tomada de decisões, definição de estratégias, comunicação, melhoria contínua e inovação de determinada organização. Exalta também a gestão do conhecimento que consente a partilha, transmissão e transferência de informações individuais e organizacionais que, em conjunto, proporcionarão sabedoria e garantirão a preservação da cultura da empresa. Já a gestão da informação remete à eficácia, que pode variar de acordo com o funcionamento de cada organização. A título de exemplo: uma instituição que funciona como uma máquina centraliza a gestão da informação (numa Unidade de Tecnologias da Informação (TI), biblioteca ou outro serviço de informação); já uma organização que atua como aprendiz: a gestão da informação é descentralizada (composta por uma estrutura que se desdobra em equipas e cada equipa será responsável por fornecer informação). Intitulados especialistas de informação, os profissionais têm um papel de relevo na capacitação das organizações, criação de valor, apoio aos utilizadores, seleção e recuperação da informação em sistemas, resolução de problemas, acesso à informação, diminuição do ruído informacional, qualidade da informação, redução de custos e diminuição do tempo de resposta. O investimento na gestão da informação proporciona às PME vantagens competitivas, face

ao mercado envolvente, que, para o sucesso organizacional, requerem o apoio da gestão de topo e uma correta gestão do conhecimento.

Portugal

Nos anos de 2022/2023, um projeto de investigação (*Gestão da Informação nas PME Industriais Portuguesas - GIPMEI*) na área da Ciência da Informação teve como objetivo principal avaliar o funcionamento da Gestão da Informação nas PME industriais portuguesas. O método de recolha de dados foi o inquérito por questionário *online* e os resultados obtidos proporcionaram a seguinte análise: as práticas de gestão da informação nas PME são deficitárias; as tecnologias da informação e sistemas informáticos apresentam alguns riscos de integração e interoperabilidade; as plataformas digitais devem ser mais exploradas para capacitar, beneficiar e projetar estrategicamente as organizações; os incidentes de segurança rondam os 20%; a classificação e limitação dos níveis de acesso é fundamental; a informação em papel deve ser regulada e controlada; os responsáveis pela informação devem ser profissionais com as competências de gestão da informação; o arquivo corresponde maioritariamente aos serviços administrativos e de direção das organizações. O modelo GIPMEI estrutura-se estrategicamente da seguinte forma: resultado em objetivo (gestão da informação eficaz); gestão e pessoas (governança da informação, cultura informacional e sustentada); TI e qualidade de processos (estrutura de TI e qualidade da segurança da informação). O GIPMEI assenta na sensibilização organizacional sobre a importância da gestão da informação, na governança informacional, na realização de auditorias e na administração do fluxo infocomunicacional. Este modelo de gestão da informação apresenta 6 eixos: Governança da Informação, Gestão da Informação, Segurança e Tecnologia, Sensibilização, Meio Ambiente e Contextos e Auditorias (SILVA, ESTRELA e ARAÚJO, 2024). Assim:

1. O eixo governança está relacionado com o vínculo da empresa à informação como um ativo estratégico e um recurso fundamental, ligado à gestão de topo e promotor do trabalho de equipas interdisciplinares. Reconhecer o meio ambiente da organização é fundamental para identificar as relações internas e externas.
2. As auditorias permitem identificar falhas na conformidade com as normas de certificação, uniformizar procedimentos e permitir a segurança da informação. As tecnologias da informação são utilizadas diariamente pelas organizações para otimizar processos, diminuir o tempo de acesso e disponibilização da informação, monitorizar dados, encurtar canais de infocomunicação, gerir o ciclo de vida da informação, etc.
3. A segurança da informação é garantida pelo controlo de acessos, classificação dos níveis de acesso, proteção contra a intrusão de indivíduos e organizações de acessos não autorizados, uso indevido, divulgação, modificação ou destruição.
4. De ser promovida uma gestão da informação integrada que compreenda as atividades de produção/recolha, organização, avaliação, memória, comunicação e uso.

5. No meio organizacional, a sensibilização para a preponderância do papel da informação desperta os colaboradores e a gestão de topo para as vantagens decorrentes da valorização da cultura organizacional informacional.
6. A aprendizagem é crucial e deve ser contínua, de modo a possibilitar a identificação de lacunas e a melhoria das práticas da organização.

A pesquisa e análise documental sobre as políticas e modelos de gestão da informação utilizados e implementados por diferentes setores e países resultaram na identificação de iniciativas e investimentos no âmbito da criação e implementação de documentos governamentais, normativos e reguladores, direcionados à informação como ativo estratégico, fonte de valor organizacional e de vantagem competitiva.

Considerando o panorama internacional, a gestão da informação tem sido abordada, em alguns países, de forma centralizada e, em outros, descentralizada, com derivação da visão dos organismos governativos. Os países apresentados nesta investigação não resultam de uma seleção prévia ou delimitação geográfica. A escolha destes países resultou da pesquisa bibliográfica realizada e dos critérios de seleção aplicados para obtenção de artigos científicos sobre gestão da informação, no setor público, particularmente no âmbito municipal. A distribuição geográfica dos estudos analisados reflete os contributos considerados relevantes, tendo em conta o objeto de estudo. Com um intervalo temporal estabelecido entre 1997 e 2025, os modelos selecionados enquadram a evolução teórica, profissional e organizacional da gestão da informação em diferentes ambientes organizacionais.

4. Análise comparativa dos modelos de gestão da informação

Os modelos de gestão da informação selecionados permitiram a elaboração de uma grelha analítica comparativa. O quadro desenvolvido é um instrumento analítico e metodológico que operacionaliza a análise comparativa e assegura a sistematização da investigação. Com origem na gestão da informação, uma área aplicada da Ciência da Informação, a construção de um modelo de gestão da informação possibilita a adequação ao terreno, a intervenção prática e o combate à fragmentação. A presente comparação incide sobre dimensões analíticas comuns ou diferenciadoras entre modelos, independentemente do contexto organizacional ou geográfico.

A informação recolhida e analisada precedentemente dos modelos de gestão da informação desenvolvidos para o setor público (*A Generic Framework for Information Management*, *Sistema de Informação Ativa e Permanente (SI-AP)*, *Modelo de Gestão da Informação Organizacional (MGSI-AP)*, *Sistema Infocomunicacional Municipal Ativo e Permanente (SICMAP)*, *Freedom of Information Act (FOIA)*, *Public Sector Information (PSI)*, *Modelo de Governança Municipal de Dados* e *Urban Data Governance Reference Model (UDGRM)*) e para o setor privado (*The Information environment of information in organisations* e *Gestão da Informação nas PME Industriais Portuguesas (GIPMEI)*) possibilitaram a comparação de cada modelo e respetivas partes constituintes.

Elementos comuns

Analizados os componentes dos modelos de gestão da informação supramencionados e o levantamento efetuado, apresentam-se, agora, as características comuns.

1. Informação como um ativo estratégico;
2. Informação como fator de sucesso organizacional;
3. Informação como vantagem competitiva;
4. Visão e abordagem holística;
5. Apoio da gestão de topo, gestão intermédia ou executiva;
6. Importância do fluxo informacional;
7. Gestão do ciclo de vida da informação;
8. Gestão da informação descentralizada e integrada;
9. Processo infocomunicacional (informação e comunicação);
10. Trabalho interdisciplinar (criação de equipas);
11. Formação e sensibilização;
12. Aprendizagem;
13. Gestão do conhecimento (transmissão e partilha de conhecimento);
14. Cultura organizacional;
15. Diminuição do tempo na resposta;
16. Melhoria da recuperação da informação;
17. Redução de custos;
18. Inovação;
19. Perfis profissionais da informação.

A análise dos modelos permitiu estabelecer uma correspondência relativamente ao papel do gestor de informação e à possibilidade de traçar os diferentes perfis associados a esse profissional. Os perfis identificados que correspondem ao gestor de informação são:

- Especialista de informação;
- Profissional da informação;
- Profissionais com competências de gestão da informação;

- Gestor de informação¹;
- Diretor de Informação (*Chief Information Office* - CIO);
- Autoridade de Proteção de Dados (*Information Commissioner's Office* - ICO);
- *Contoller* estratégico;
- Equipa integrada de profissionais das tecnologias da informação (TI), gestores de processos de negócio, analistas de processos de negócio, arquitetos de informação, gestores de arquivo, arquivistas e advogados;
- Equipa multidisciplinar composta por especialistas na área da gestão da informação e arquivos com competências em eficiência, transparência, *accountability* e gestão do ciclo da vida da informação;
- Diretor de Dados (*Chief Data Officer* - CDO);
- Diretor-Geral dos Serviços de TIC (*Director-General for ICT Services*);
- Peritos em gestão do ciclo de vida da informação;
- Diretor TI;
- Diretor de Recursos de Conhecimento;
- Diretor de Informática;
- Mutiplicador (*Multiplier*);
- Profissionais ligados às *smart cities*: Chefe TI, Chefe de Estatística e Investigação, Líder do Programa Cidades Inteligentes, Gestor de Desenvolvimento, Gestor de Dados, Arquiteto de TI, Gestor de Programa de Cidade Orientada por Dados para Cidadãos, Diretor ou Subdiretor Digital, Chefe de Desenvolvimento de Negócios e Cidades Inteligentes, Gestor de Cidade Inteligente, Líder de Governação de Dados, Gestor de Cidade Inteligente e Dados Urbanos, Gestor de Geodados, Líder de Programa Cidades Inteligentes, Gestor de Programa Cidade Digital, Chefe do Departamento de Dados, Gestor de Sistema de Informação Geográfica e Gestor de Digitalização.

¹ Profissionais com Licenciatura em Ciência da Informação, conforme o modelo académico e curricular desenvolvido na Universidade do Porto, nos anos 2001/2002, resultante da parceria entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia.
https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_view?pv_curso_id=454.

Elementos diferenciadores

A análise teórica e funcional elaborada permitiu comparar as dimensões de análise que constituem os modelos de gestão da informação previamente selecionados, segundo critérios definidos e descritos. Os contextos organizacionais de cada modelo apresentam descrições da sua origem, mas não constituem um suporte para a análise comparativa.

Quadro 1 – Análise comparativa dos modelos de gestão da informação nos setores público e privado

Características em comum	Caraterísticas diferentes
Informação como um ativo estratégico	Valorização do capital humano
Informação como fator de sucesso organizacional	Memória organizacional
Informação como vantagem competitiva	Implementação de boas práticas
Visão e abordagem holística da informação organizacional	Melhoria no acesso à informação
Envolvimento direto da gestão de topo, gestão intermédia ou executivo	Interoperabilidade
Fluxo informacional	Avaliação da informação (legislação)
Ciclo de vida da informação	Análise do comportamento informacional
Gestão da informação descentralizada e integrada	Estrutura orgânica e funcional
Processo infocomunicacional (informação e comunicação)	Arquitetura da informação
Trabalho interdisciplinar e multidisciplinar	Constituição de uma equipa composta por profissionais qualificados de diversas áreas
Formação e sensibilização	Auditoria
Aprendizagem	Segurança da informação
Gestão do conhecimento	Qualidade da informação
Cultura organizacional	Transparência
Diminuição do tempo na resposta	Participação cidadã
Melhoria na recuperação da informação	Monitorização de dados
Redução de custos	Gestão de dados
Inovação	
Perfis profissionais da informação	

Fonte: elaboração própria.

Os modelos que incidem sobre a gestão da informação pública (SI-AP, MGSI-AP, SICMAP, FOIA e PSI) evidenciam temas como a simplificação da resposta aos cidadãos (redução dos tempos burocráticos); a melhoria no acesso à informação; a promoção da interoperabilidade; a implementação de boas práticas; a avaliação da informação (legislação); a análise do comportamento informacional e a estrutura orgânica e funcional. O SI-AP, o MGSI-AP, o SICMAP e o GIPMEI dão ênfase ao capital humano e à memória organizacional para uma gestão da informação completa. A *Generic Framework for Information Management* e o SICMAP destacam temáticas como a arquitetura da

informação e a constituição de uma equipa composta por profissionais qualificados de diversas áreas das tecnologias da informação. O GIPMEI é um modelo investigado recentemente que aborda temas fundamentais para a gestão da informação contemporânea, como auditorias e segurança da informação. O *Modelo de Governança Municipal de Dados* e o *Urban Data Governance Reference Model* (UDGRM) dão ênfase à monitorização e gestão de dados municipais, temas de extrema importância na vanguarda das *smart cities*.

5. Considerações finais

A gestão da informação organizacional é abordada pelos autores da área desde os anos 80, com a mesma necessidade de ser interpretada e aplicada às estruturas públicas e privadas modernas. É um facto que tem surgido desenvolvimento no setor privado e a atribuição de unidades orgânicas dedicadas às Tecnologias, Sistemas e Segurança da Informação, Secretariado, Financeiro, Administração Geral ou Recursos Humanos, mas, ao nível da Gestão da Informação, ainda há um caminho a trilhar na definição do seu papel no organograma das empresas. Verificam-se progressos na realização de atividades de gestão da informação, como levantamentos de processos de negócio, normalização de fluxos, organização da informação técnica, gestão do conhecimento e auditorias.

No setor público, a complexidade orgânica e cultural destas instituições tem revelado dificuldades ao nível de uma gestão da informação global e integrada. A resistência à mudança, a cultura organizacional, o excesso de produção de informação (suporte em papel e digital), a digitalização massiva e a falta de interoperabilidade nos sistemas de informação são apontadas como algumas das maiores dificuldades no cenário municipal. Aliada a esta questão, surge também uma certa sobrevalorização, na literatura científica atual e em algumas instituições, da gestão de dados face à gestão da informação. Esclarecendo, os dados, quando inseridos, tratados e disponibilizados para consulta, transformam-se em informação. Deste modo, podemos comprovar que os modelos de gestão da informação estão a ser desenvolvidos para facilitar a monitorização e a interpretação de dados municipais. Nos sistemas autárquicos, é comum associar a gestão da informação aos serviços informáticos, no entanto, os verdadeiros responsáveis pela gestão da informação diária são os Arquivos Municipais. Parafraseando Silva (2025), “Arquivo Municipal significa Gestão da Informação” e é fundamental esta perceção por parte dos decisores políticos, do executivo, da gestão intermédia e dos colaboradores autárquicos.

Uma característica comum nas organizações públicas e privadas é a proposta de criação de uma unidade orgânica dedicada, exclusivamente, à gestão da informação com ligação direta à administração, à gestão de topo ou executiva. A informação é estratégica para qualquer tipo de organização. Aqui surge também a necessidade de reafirmação do papel do gestor de informação, um profissional desvalorizado e não abrangido por regulamentação, à semelhança de outros perfis profissionais, como, por exemplo, o *Data Protection Officer* (DPO). Multifacetado e com múltiplas designações, o gestor de informação está presente nas organizações públicas e privadas, muitas vezes sem que estas se apercebam.

Para o futuro da gestão e dos gestores de informação, é fundamental a definição e reconhecimento da identidade da prática e do profissional. Os modelos de gestão da informação que têm vindo a ser desenvolvidos por investigadores, académicos, professores

universitários da área e profissionais da informação espelham perfeitamente o que se espera de uma implementação adequada da gestão da informação, com acompanhamento especializado por profissionais formados em Ciência da Informação competentes e com objetivos alinhados às especificidades de cada realidade organizacional. Clarificar é a chave para definir e demonstrar a importância da gestão, dos gestores e dos modelos de informação no cotidiano organizacional.

Referências bibliográficas

BOZKURT, Yusuf [et al.]

2025 Development and evaluation of an urban data governance reference model based on design science research. *Government Information Quarterly*. [Em linha]. 42:2 (jun. 2025) 24 p. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X2500019X?via%3Dihub>.

BRANDÃO, Marta; SILVA, Armando Malheiro da

2019 Municípios e cidadania: proposta de um modelo infocomunicacional. Porto: icultura & media, 2019.

CERRILLO-MARTÍNEZ, Agustí; CASADESÚS-DE-MINGO, Anahí

2021 Data governance for public transparency. *Profesional de la Informacion*. [Em linha]. 30:4 (jul. 2021) 13 p. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2021.jul.02>.

CHOO, Chun Wei

2003 *Gestão da informação para a organização inteligente: a arte de análise do ambiente*. Lisboa: Caminho, 2003.

KIRK, Joyce

1999 Information in organisations: directions for information management. *Information Research*. 4:33 (feb. 1999) 15 p.

KORSGAARD, Peter

2008 From map curator to information manager or the last of the ninosaurs. *Liber Quarterly*. [Em linha]. 18:2 (2008). Disponível em: <http://liber.library.uu.nl/>.

LE COADIC, Yves-François

1996 *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LOPES, Sérgio Paulo Maravilhas

2013 A Importância dos profissionais da gestão da informação para as organizações. *Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología*. [Em linha]. 51 (2013) 91-98. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4530287>.

MAES, Rik

1999 *A Generic Framework for Information Management*. Amsterdam, 1999.

PALETTA, Francisco Carlos; SILVA, Armando Malheiro da

2021 Dado, informação e inteligência artificial: contribuições para a ciência da informação. In SIMPÓSIO INFORMAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - TOI 2020, São Paulo - Notas. [Em linha]. São Paulo, 2021.

PALETTA, Francisco Carlos; SILVA, Armando Malheiro da

2020 *Gestão da informação: Internet das coisas e inovação a serviço da cidadania*. [Em linha]. 2020. Disponível em:
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133316>.

PINTO, Maria Manuela

2005 Uma era, uma visão, um paradigma: da teoria à prática. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. 4 (2005) 101-123.

PINTO, Maria Manuela; BRANDÃO, Marta; OLIVEIRA, Maria do Rosário

2021 *Um Modelo para a gestão da informação organizacional*. Porto: icultura & media, 2021.

PINTO, Maria Manuela; SILVA, Armando Malheiro da

2005 Um Modelo Sistémico e Integral de Gestão da Informação nas Organizações. In 20 CONTECSI - CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 20º, São Paulo, 2005 – *Anais*. São Paulo: CONTECSI, 2005, p. 1-24.

RIBEIRO, Fernanda

2005 Gestão da informação/preservação da memória na era pós-custodial : um equilíbrio precário. In MESA-REDONDA DE PRIMAVERA, 8.^a, Porto, 2004 - *Conservar para quê?* Coord. Vítor Oliveira Jorge. [Em linha]. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Coimbra : Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005, p. 77-84. Disponível em:
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10043.pdf>.

RIBEIRO, Fernando Vasco Moreira

2006 Fontes sofisticadas de informação: análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Disponível em:
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13047>.

ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter; ARANGO, Jorge

2015 *Information Architecture: for the Web and beyond*. 4th ed. [USA]: O'Reilly Media, 2015.

SHEPHERD, Elizabeth; STEVENSON, Alice; FLINN, Andrew

2011 Freedom of information and records management in local government: help or hindrance. *Information Polity*. [Em linha]. 16 (2011) 111-121. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.3233/IP-2011-0229>.

SILVA, Armando Malheiro da

2025 Arquivo Municipal significa Gestão da Informação. *Arade: Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*. 4 (2025) 75-93.

SILVA, Armando Malheiro da

2008 Inclusão digital e literacia informacional em Ciência da Informação. *Prisma.com*. [Em linha]. 7 (abr. 2008) 16-43. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/issue/view/164>.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto : CETAC - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Org. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. 1, p. 327-355.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2024 Do Estado-Nação ao Estado Digital: o papel da Ciência da Informação. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3.^a série, nº especial: VI CIIBERCID 2023 (2024) 199-216. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/14029/12536>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2020 Ciência da Informação trans e interdisciplinar : para a superação de equívocos... = Trans and interdisciplinary Information Science : for overcoming misunderstandings... In *Ciência da Informação : visões e tendências*. Coord. Maria Beatriz Marques, Liliana Esteves Gomes. [Em linha]. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2020, p. 33-58. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/128954>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2009 A Gestão da Informação na administração pública. *Interface*. Lisboa. 50:161 (nov. 2009) 32-39.

SILVEIRA, Teresa

2024 Information Management: learning things outside textbooks. *The Canadian Journal of Information and Library Science*. [Em linha]. 47:2 (jun. 2025) 61-69. Disponível em: <https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/cjils/article/view/17444>.

SVÄRD, Proscovia

2018 Public Information Directive (PSI) implementation in two Swedish municipalities. *Records Management Journal*. [Em linha]. 28:1 (2018) 2-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2016-0012>.

SYVÄJÄRVI, Antti [et al.]

2017 The Latitude of information management in local government: views of local government managers. *International Journal of Electronic Government Research*. [Em linha]. 13:1 (jan. 2017) 69-85. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/IJEGR.2017010105>.

WILSON, Tom

2011 Information management, today and tomorrow. *Cuadernos de gestión de información: Revista académica interdisciplinar sobre gestión de información en las organizaciones*. [Em linha]. 1 (set. 2011) 1-5. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5689233>.

WILSON, Tom

1988 Information management: a new focus for integration? *IFLA Journal*. [Em linha]. 14:3 (oct. 1988) 238-242. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/034003528801400307>.

ZORRINHO, Carlos

1991 *Gestão da Informação*. 1^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

Resumo: Discute questões relacionadas à aplicação das folksonomias em plataformas colaborativas de patrimônio cultural, ressaltando a necessidade de novas formas de organização diante do crescimento do volume informacional e da expansão do patrimônio digital. Nesse contexto, destaca-se a folksonomia como estratégia que amplia a participação dos usuários na atribuição de descritores e no enriquecimento dos metadados, promovendo maior diversidade de perspectivas. A pesquisa, de caráter bibliográfico, exploratório e documental, analisa as plataformas CrowdHeritage e Mukurtu, escolhidas por exemplificarem diferentes abordagens de colaboração. O estudo evidencia a relevância da representação da informação não apenas como processo técnico, mas como prática social que contribui para a preservação da memória coletiva, o acesso democrático à cultura e o fortalecimento do patrimônio cultural em ambiente digital.

Palavras-chave: Folksonomias; Patrimônio cultural digital; Representação colaborativa da informação.

Abstract: This paper discusses issues regarding the application of folksonomies in collaborative cultural heritage platforms, highlighting the need for new organizational forms in response to the growing volume of information and the expansion of digital heritage. In this context, folksonomy stands out as a strategy that broadens user participation in assigning descriptors and enriching metadata, thereby promoting a greater diversity of perspectives. This research, characterized as bibliographic, exploratory, and documentary, analyses the CrowdHeritage and Mukurtu platforms, chosen for exemplifying different collaborative approaches. The study demonstrates the relevance of information representation not only as a technical process but as a social practice that contributes to the preservation of collective memory, democratic access to culture, and the strengthening of cultural heritage within the digital environment.

Keywords: Folksonomies; Digital cultural heritage; Collaborative information representation.

Introdução

Diante do expressivo crescimento do volume informacional, torna-se essencial organizar os conteúdos para garantir uma recuperação ágil e eficaz. Nesse cenário, a representação da informação desempenha um papel fundamental, permitindo que o material seja identificado e acessado com maior precisão. Esse processo envolve a análise de conteúdo e a atribuição de conceitos por meio de uma linguagem documentária, que padroniza os termos utilizados e facilita a comunicação entre sistemas, indexadores e usuários.

Frente às limitações dos modelos tradicionais de representação, a folksonomia ganha espaço como uma prática colaborativa na qual os usuários atribuem suas próprias *tags* para a descrição e recuperação de diversos objetos informacionais (textos, imagens, áudios, vídeos, entre outros) (SANTOS e CORRÊA, 2018).

Essa mudança de paradigma desloca o controle da organização da informação das mãos exclusivas de especialistas para a inteligência coletiva dos usuários. Assim, a representação deixa de ser apenas um processo técnico e estático para se tornar uma prática social dinâmica, capaz de refletir a diversidade de perspectivas e as linguagens específicas de diferentes comunidades, especialmente no âmbito do patrimônio cultural digital.

Para Santos, Triques e Albuquerque (2023), a aplicação da folksonomia torna-se particularmente relevante no contexto do patrimônio cultural digital. Nesse cenário, a constante transformação da cultura e da informação pela tecnologia exige novas formas de preservar, acessar e compartilhar o patrimônio cultural. Nesse sentido, as práticas colaborativas promovem o enriquecimento semântico dos acervos digitais e garantem que a representação da informação contemple a pluralidade de vozes e identidades que compõem a memória coletiva.

Por meio das plataformas digitais colaborativas, a memória coletiva se democratiza, permitindo a participação ativa de diversas comunidades na produção, organização e representação da informação. Essa dinâmica rompe com a hegemonia das narrativas institucionais tradicionais, conferindo protagonismo aos sujeitos na construção de seus próprios registros históricos. Ao descentralizar o controle sobre o patrimônio, tais plataformas não apenas facilitam o acesso, mas asseguram que a diversidade cultural e os saberes locais sejam integrados aos fluxos informacionais contemporâneos, fortalecendo o sentido de pertencimento e a preservação de identidades sub-representadas.

A representação da informação assume um papel crucial neste contexto, pois sua eficácia influencia diretamente a visibilidade, a recuperação e a compreensão dos conteúdos disponibilizados. Essa importância é intensificada pelo volume de conteúdo digital e multimodal que as novas tecnologias viabilizaram, distribuído por instituições culturais através da *Web*, consolidada como o principal espaço de circulação e consumo de bens culturais (KALDELI *et al.*, 2021).

Dentro desse panorama, destacam-se as plataformas CrowdHeritage e Mukurtu, que se tornaram referências no campo do patrimônio cultural digital por operacionalizarem a colaboração na representação da informação sob perspectivas distintas. Enquanto a CrowdHeritage foca no *crowdsourcing* para o enriquecimento de metadados em larga escala, visando aumentar a visibilidade de coleções digitais europeias, a Mukurtu prioriza a gestão comunitária e ética de acervos indígenas, respeitando protocolos culturais locais.

Diante desse cenário, surgem os seguintes questionamentos: de que maneira as práticas colaborativas de representação da informação, fundamentadas na folksonomia, operacionalizam-se em plataformas digitais voltadas ao patrimônio cultural como a CrowdHeritage e a Mukurtu? Complementarmente, quais as convergências e distinções fundamentais entre as abordagens adotadas por essas plataformas no que tange à participação social e à representação da informação?

O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas colaborativas de representação da informação em plataformas digitais de patrimônio cultural, realizando um estudo comparativo entre a CrowdHeritage e a Mukurtu.

A investigação busca identificar as funcionalidades das folksonomias em cada plataforma, visando compreender de que maneira essas arquiteturas tecnológicas influenciam a democratização da memória e o enriquecimento dos metadados. Ao confrontar as

abordagens de engajamento de massa da CrowdHeritage com os protocolos éticos e comunitários da Mukurtu, a pesquisa pretende evidenciar novos modelos de gestão da informação que priorizam a pluralidade de narrativas no ambiente digital.

Diante disso, busca-se compreender como essas plataformas mediam a relação entre os sujeitos e a memória cultural, atuando como espaços de negociação de sentidos que contribuem para a construção de representações mais diversas e inclusivas do patrimônio.

Esta pesquisa é integrante do projeto de pesquisa *Aplicações das Folksonomias em plataformas colaborativas: análise de diferentes facetas da representação da informação e do conhecimento em ambientes digitais* e contribui para o campo da Ciência da Informação, ao demonstrar que as folksonomias não se configuram apenas como uma ferramenta técnica relacionada à atribuição de etiquetas (*tags*), mas uma prática social de resistência e memória.

O estudo também evidencia como a tecnologia pode ser usada para preencher lacunas históricas e silenciamentos em acervos tradicionais, demonstrando que, ao permitir que comunidades (especialmente as sub-representadas, no caso da Mukurtu) organizem sua própria informação, as plataformas promovem o fortalecimento do pertencimento e o acesso democrático à cultura.

Entre o rigor e a subjetividade: a representação colaborativa como vetor de resignificação do patrimônio cultural digital

A representação da informação consiste em um processo de análise e síntese que visa descrever objetos informacionais sob duas perspectivas complementares: a física e a temática. A descrição física (ou representação descritiva) foca nos elementos extrínsecos que identificam o suporte e a autoria do documento, como título, autor, data e suporte físico. Por outro lado, a descrição temática dedica-se à análise do conteúdo semântico, traduzindo os assuntos em conceitos que permitam a recuperação precisa da informação em sistemas de busca. Essa dicotomia, tradicionalmente mediada por linguagens documentárias rígidas e especialistas, encontra novos contornos no ambiente digital, onde as folksonomias surgem para hibridizar essas práticas, permitindo que o usuário comum também atue como sujeito na construção de novos pontos de acesso temático.

Como destacam Sampaio, Dantas e Neves (2017), a subjetividade permeia tanto a organização e a representação da informação quanto a forma como os usuários a recuperam e interpretam. Essa constatação é crucial, pois evidencia que, mesmo no modelo tradicional de catalogação, a representação sempre envolveu mediações cognitivas e recortes contextuais, desmistificando a ideia de uma neutralidade absoluta na organização da informação e do conhecimento.

Dessa forma, a transição para modelos participativos e colaborativos não representa uma ruptura com o rigor técnico, mas sim a aceitação da natureza dinâmica da informação. No contexto do patrimônio cultural, essa abertura à subjetividade permite que diferentes camadas de significado sejam integradas ao objeto digital, transformando o ato de recuperar informação em uma experiência de diálogo entre o acervo e as vivências sociais dos usuários.

Com o advento da *Web 2.0*, os próprios usuários passaram a classificar conteúdos. É nesse contexto que surgem as folksonomias, entendidas como o resultado do processo de atribuição de etiquetas em ambientes colaborativos para fins de representação e recuperação da informação (SANTOS e CORRÊA, 2018). Por meio das folksonomias, os usuários têm a autonomia de criar suas próprias palavras-chave, conhecidas como *tags*, para diferentes tipos de materiais informacionais (como textos, imagens, sons e vídeos), visando otimizar e simplificar a recuperação desses conteúdos.

De acordo com Wal (2007), as folksonomias fundamentam-se na interação entre três elementos centrais: o objeto, a etiqueta (*tag*) e o usuário. Esse processo envolve três aspectos principais: (1) as *tags* funcionam como fragmentos informacionais vinculados diretamente ao objeto; (2) a eficácia do sistema depende de que o usuário compreenda a essência do que está rotulando; e (3) a subjetividade é uma característica inerente, visto que cada termo reflete a identidade, a experiência pregressa e a perspectiva individual de quem indexa. Essa tríade revela que as folksonomias não consistem em um fenômeno isolado, mas uma estrutura relacional. Ao reconhecer que o significado de um objeto cultural é construído socialmente, Wal (2007) destaca que a riqueza desse modelo reside justamente na soma de diferentes olhares, transformando a recuperação da informação em um reflexo da diversidade cognitiva da rede.

Dessa forma, as folksonomias consolidam a transição da autoridade exclusiva do especialista para um modelo de construção coletiva, no qual a linguagem natural e a participação social ampliam as dimensões da representação. Esse modelo valoriza a pluralidade de perspectivas e democratiza o acesso ao patrimônio, embora imponha desafios inerentes à consistência terminológica e à precisão na recuperação dos dados. Tal tensão entre a liberdade do usuário e o rigor do sistema é, precisamente, o que motiva a análise das arquiteturas das plataformas CrowdHeritage e Mukurtu, que buscam equilibrar esses dois mundos.

A adoção de modelos colaborativos de representação da informação, fundamentados nas folksonomias, oferece benefícios substanciais para a gestão de acervos digitais. Destaca-se, inicialmente, o enriquecimento semântico das coleções, visto que a pluralidade de termos atribuídos pelos usuários amplia significativamente as rotas de recuperação e as possibilidades de descoberta. Paralelamente, essa abordagem fomenta o engajamento comunitário, uma vez que o sujeito transcende a posição de consumidor passivo para assumir o papel de colaborador ativo na organização da informação. Tal prática, de natureza dialógica e social, potencializa o compartilhamento de saberes e favorece a consolidação de comunidades em torno de interesses comuns e memórias compartilhadas (SOUZA e JORENTE, 2023).

Entretanto, os mesmos aspectos que tornam as folksonomias inclusivas e participativas também geram desafios e desvantagens. Como ocorre em linguagem livre, sem padronização terminológica, surgem problemas como inconsistência e ambiguidades, além da ocorrência de polissemia (mesma palavra com vários significados), sinonímia (palavras diferentes para o mesmo conceito), erros de ortografia e uso de termos imprecisos ou irrelevantes (BRANDT e MEDEIROS, 2010). Esses fatores podem comprometer a qualidade dos metadados e dificultar a recuperação precisa da informação.

A discussão sobre representação e preservação da informação conecta-se diretamente ao debate sobre patrimônio cultural, pois ambos os campos tratam da seleção, organização e

conservação de bens. O patrimônio cultural, sendo o conjunto de bens (materiais e imateriais) de interesse coletivo, é perpetuado no tempo como uma manifestação e um testemunho do passado. Ao evocar acontecimentos importantes, ele se articula diretamente com a memória social.

De acordo com Silva Júnior e Tavares (2018), o patrimônio cultural atua como um alicerce para a compreensão do contexto e da vivência de um grupo social, estabelecendo uma conexão simbólica e histórica com o passado. Contudo, essa herança não deve ser vista como um conjunto estático de objetos, mas como um processo dinâmico de atribuição de sentidos que se renova no presente. No cenário digital, essa conexão é potencializada por ferramentas que permitem às comunidades não apenas contemplar, mas reinterpretar seus legados, garantindo que a memória preservada dialogue com as demandas contemporâneas e com a identidade em constante evolução dos sujeitos.

Nessa mesma direção, emergiu o conceito de patrimônio digital, compreendido como “recursos de conhecimento ou expressão criados digitalmente ou convertidos para o formato digital a partir de recursos analógicos já existentes, considerados de valor e que necessitam ser preservados para as gerações futuras” (UNESCO, 2003). Tal categoria amplia a compreensão do patrimônio ao abarcar bens nativos digitais ou digitalizados, os quais atuam como repositórios de identidades, memórias e práticas culturais. No entanto, a preservação do patrimônio digital ultrapassa a simples guarda de *bits* e *bytes*; ela exige mecanismos que garantam a sua interpretabilidade social ao longo do tempo. É nesse ponto que a representação colaborativa se torna vital: ao permitir que as comunidades interajam com esses objetos digitais por meio das folksonomias, o patrimônio deixa de ser um registro estático em um servidor para se tornar uma memória viva e acessível, capaz de ser ressignificada continuamente no ciberespaço.

Ao descrever um bem cultural (seja um documento histórico, uma prática imaterial ou um objeto digital) atribuem-se significados, contextos e valores que asseguram sua compreensão e permanência no tempo. Assim, a representação da informação não apenas organiza e facilita o acesso, como também atua diretamente na reprodução das identidades e memórias coletivas, garantindo que o patrimônio cultural, em suas diversas formas, seja transmitido às gerações futuras.

A seção a seguir é destinada a apresentação dos procedimentos metodológicos desta investigação.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, utilizando-se do procedimento bibliográfico para fundamentar a compreensão do objeto de estudo e documental para a análise das plataformas CrowdHeritage e Mukurtu.

A coleta das produções científicas foi realizada em agosto e setembro de 2025, nas bases de dados BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), Web of Science e no Portal de Periódicos CAPES. Para a recuperação dos trabalhos, foram empregados os descritores “folksonomias” (*folksonomies*), “plataformas colaborativas” (*collaborative platforms*) e “patrimônio cultural” (*cultural heritage*). Como critério de seleção, priorizaram-se

produções acadêmicas que apresentassem articulação direta com a temática, adotando-se os parâmetros de relevância científica e afinidade temática para a composição do referencial teórico.

Em uma segunda etapa, realizou-se uma análise documental e exploratória das plataformas CrowdHeritage e Mukurtu, com o intuito de investigar suas arquiteturas de participação e modelos de organização da informação. O estudo pautou-se na observação direta de suas interfaces e funcionalidades, buscando identificar as convergências e distinções entre as estratégias de crowdsourcing de massa e os protocolos de curadoria comunitária.

Para tanto, foram analisadas as interfaces, os recursos de representação e navegação, bem como a documentação oficial das plataformas. O foco analítico recaiu, especialmente, sobre os dados gerados pelos próprios usuários, a exemplo das *tags* e dos metadados colaborativos. Tal procedimento metodológico revelou-se profícuo para identificar e confrontar as funcionalidades e as evidências das práticas colaborativas de organização do conhecimento, permitindo a análise de interações reais sem a necessidade de intervenção direta ou experimentação controlada com os sujeitos. Essa postura não intrusiva garantiu a fidedignidade dos dados em seu ambiente natural de produção, preservando a espontaneidade das práticas folksonômicas observadas.

O CrowdHeritage, criado em 2018, é uma plataforma de *crowdsourcing* que combina inteligência humana e artificial para melhorar metadados de coleções de patrimônio cultural digital. Por meio de campanhas, os usuários podem adicionar anotações (como marcação semântica, de imagem ou localização) e validar informações existentes, usando recursos interativos como *rankings* e recompensas.

Já a Mukurtu é uma plataforma gratuita, móvel e de código aberto, criada em 2007 em parceria com a comunidade indígena Warumungu, na Austrália. Seu foco é preservar e compartilhar o patrimônio cultural de comunidades indígenas, garantindo soberania de dados e respeito aos protocolos culturais de cada povo. Desenvolvida e mantida pela Universidade Estadual de Washington, permite que as comunidades gerenciem seu acervo digital de forma ética, segura e nos seus próprios termos.

A seleção dessas plataformas fundamenta o estudo em um contraste analítico de grande potencial: enquanto a CrowdHeritage opera sob a lógica do *crowdsourcing* de massa (o modelo de 'multidão'), visando a escalabilidade e o enriquecimento de grandes acervos institucionais, a Mukurtu fundamenta-se na soberania informacional de grupos específicos (a abordagem de 'comunidade'), priorizando protocolos éticos e a autodeterminação cultural. Esse contraponto permite investigar como filosofias de colaboração distintas moldam a representação da informação e a inclusão de narrativas subalternizadas.

Análise e discussão dos resultados

Conforme Kaldeli *et al.* (2021), a CrowdHeritage constitui um ecossistema que integra inteligências humana e artificial para aprimorar a qualidade dos metadados de coleções de patrimônio cultural digital. Baseado na plataforma de *crowdsourcing*, o sistema oferece um fluxo de trabalho completo que combina a participação colaborativa no enriquecimento e validação de metadados com métodos automatizados de IA para a extração dessas informações.

Essa arquitetura permite que a IA realize o processamento em larga escala, enquanto o olhar humano, por meio das folksonomias, fornece o refinamento crítico e o contexto cultural necessários que os algoritmos ainda não alcançam. Assim, a CrowdHeritage exemplifica como a colaboração de massa pode conferir maior visibilidade a coleções institucionais, tornando o processo de indexação mais ágil, preciso e, simultaneamente, dialógico.

A Fig. 1 apresenta a interface principal da plataforma CrowdHeritage:

Fig. 1 - Interface principal da CrowdHeritage



Fonte: <https://crowdheritage.eu/en>.

Na CrowdHeritage, a interação dos usuários ocorre por meio de campanhas estruturadas de *crowdsourcing*, nas quais são incentivados a atribuir etiquetas (para descrever iconografias, indicar geolocalização ou sugerir termos de indexação) com o intuito de mitigar lacunas informacionais nos metadados originais. Somado ao enriquecimento direto, a plataforma permite a curadoria social via mecanismos de validação, em que a comunidade ratifica ou contesta informações existentes através de sistemas de votação. Para sustentar o engajamento contínuo, a plataforma incorpora estratégias de gamificação, como *rankings* de *performance* e sistemas de recompensas simbólicas. Essa abordagem transforma a representação da informação em um esforço coletivo lúdico, onde a inteligência coletiva atua como uma camada de controle de qualidade que refina e expande a acessibilidade dos acervos digitais de forma dinâmica.

A Fig. 2 apresenta o exemplo de recompensas que a plataforma oferece aos seus usuários etiquetadores.

Fig. 2- Print ilustrando as recompensas que a plataforma oferece aos seus usuários etiquetadores



Fonte: <https://crowdheritage.eu/en>.

A plataforma também se conecta a outras ferramentas já usadas no campo do patrimônio cultural, oferecendo um fluxo de trabalho completo: desde a coleta e padronização de dados de diferentes fontes, passando pelo processamento, até a publicação dos metadados enriquecidos em repositórios prontos para consulta pelos usuários.

No que se refere às funcionalidades, além do suporte a etiquetagem colaborativa, a plataforma permite a criação e configuração de campanhas personalizadas, a validação de metadados gerados por inteligência artificial, a comparação e avaliação de imagens e a exportação de dados para sistemas externos, como a Europeia e o MINT.

No âmbito dos conteúdos manipulados, o CrowdHeritage abrange diferentes tipos de documentos, tais como fotografias históricas, cartazes, jornais, álbuns de recortes e itens digitais raros. Além disso, possibilita a utilização de metadados tanto para processos de tradução automática quanto para marcações colaborativas.

No que tange à gestão de acessos, a plataforma estrutura-se em uma hierarquia de quatro perfis principais: o visitante, com permissões de consulta e navegação; o colaborador, que atua ativamente na indexação social, votação e comentários em campanhas; o organizador, responsável pelo gerenciamento de grupos e pela moderação dos conteúdos inseridos; e o usuário convidado, que acessa campanhas restritas sob aprovação prévia. Essa gradação de papéis estabelece um modelo de governança que equilibra a abertura democrática do crowdsourcing com mecanismos rigorosos de curadoria.

Os principais tipos de patrimônio encontrados na CrowdHeritage incluem:

- **Patrimônio artístico:** Obras de arte como pinturas, esculturas, desenhos e gravuras. As campanhas pedem aos usuários para identificar elementos, descrever cenas ou atribuir artistas a obras digitalizadas.
- **Patrimônio histórico e arqueológico:** Artefatos, documentos, mapas e fotografias que contam a história de um local ou período. O público pode ajudar a

transcrever textos antigos, identificar locais em fotos históricas ou categorizar objetos.

- **Patrimônio bibliográfico e documental:** Inclui manuscritos, livros raros, cartas, jornais e outros documentos textuais. As tarefas geralmente envolvem a correção de transcrições de texto e a adição de metadados.
- **Patrimônio arquitetônico e urbano:** Imagens e plantas de edifícios, monumentos e paisagens urbanas. Os usuários podem ajudar a identificar edifícios, marcar locais em mapas ou descrever detalhes arquitetônicos.

Essa diversidade mostra o potencial da plataforma para abranger tanto bens materiais quanto registros culturais visuais e simbólicos. Além disso, as iniciativas envolveram comunidades variadas, como especialistas (pesquisadores de moda, músicos, acadêmicos), instituições culturais (como a Filarmônica de Paris e a European Fashion Heritage Association), além do público em geral e da comunidade educacional, composta por professores e estudantes europeus (KALDELI *et al.*, 2021).

No que concerne às práticas de representação, a CrowdHeritage transcende as anotações livres ao orientar a participação dos usuários por meio de vocabulários controlados e tesauros especializados, tais como o *Europeana Fashion Thesaurus*, o MIMO (*Musical Instrument Museums Online*) e o Wikidata. Essa estratégia assegura a interoperabilidade semântica e a padronização dos metadados, mitigando as ambiguidades típicas da linguagem natural e potencializando a visibilidade e a reutilização de conteúdos em agregadores internacionais como a Europeana. Dessa forma, a plataforma promove um equilíbrio entre o rigor dos sistemas de organização do conhecimento e a fluidez da colaboração social, consolidando um modelo de representação que valoriza o patrimônio cultural digital enquanto recurso conectado e acessível.

De outro modo disposto, a plataforma Mukurtu é fruto de um projeto criado para capacitar comunidades a gerenciar, compartilhar, narrar e trocar seu patrimônio digital de forma culturalmente relevante e ética. Desenvolvido com uma abordagem aberta e orientada pela comunidade, a plataforma prioriza relações de respeito e confiança. Sua proposta central está no protagonismo das próprias comunidades na definição das categorias, na catalogação e no controle de acesso aos dados, permitindo que estabeleçam protocolos culturais que variam de acesso totalmente aberto a restrito, conforme valores e necessidades locais.

Entre seus principais recursos, destacam-se os selos de Conhecimento Tradicional (*Traditional Knowledge Labels* - TK), uma iniciativa voltada a comunidades indígenas que permite expressar condições locais e específicas para o uso, compartilhamento e circulação de conhecimento, conforme é possível visualizar na Fig. 3 a seguir.

Essas etiquetas fornecem informações adicionais sobre materiais do patrimônio cultural digital que estejam em domínio público ou pertençam a terceiros, muitas vezes ausentes em descrições tradicionais, e funcionam como guias culturais e sociais para orientar o uso respeitoso e adequado desses materiais.

Fig. 3 – Selos TK



Fonte: <https://localcontexts.org/labels/traditional-knowledge-labels/>.

Esse mecanismo reforça a soberania cultural ao permitir que as comunidades definam e comuniquem suas próprias diretrizes para o uso do patrimônio cultural digital. Além disso, a funcionalidade dos registros da comunidade possibilita que diferentes narrativas, conhecimentos e protocolos coexistem em relação a um mesmo item, valorizando perspectivas diversas.

Dessa forma, a plataforma Mukurtu institucionaliza o protagonismo comunitário nas práticas de representação ao permitir que as próprias comunidades definam as formas adequadas de descrever, classificar e gerir o acesso aos seus itens digitais. Esse processo é operacionalizado pela integração de protocolos culturais e pelas orientações dos Selos TK, que atuam como metadados sociais e jurídicos. Diferentemente dos sistemas de representação universais, essa abordagem reconhece que a informação possui contextos de uso específicos. Assim, a Mukurtu transforma a descrição do objeto em um ato de soberania, onde os Selos TK servem para comunicar ao público externo as regras de etiqueta e os direitos de propriedade intelectual indígena, preenchendo as lacunas deixadas pelo sistema de copyright convencional.

Essas orientações podem incluir, por exemplo, indicar que uma gravação de canto tradicional seja sempre atribuída à comunidade como um todo; definir que um manuscrito sagrado digitalizado tenha acesso restrito apenas a membros da comunidade ou pesquisadores autorizados; permitir que uma fotografia histórica receba narrativas adicionais de membros locais para contextualizar seu significado; ou determinar que um vídeo de dança tradicional só possa ser visualizado em determinadas épocas do ano, conforme regras culturais.

Os usuários da plataforma são majoritariamente comunidades indígenas e organizações locais que desejam preservar, administrar e compartilhar seu patrimônio cultural digital de maneira alinhada a seus protocolos. Instituições culturais, como museus, arquivos e bibliotecas, também podem utilizá-la, mas sempre em colaboração com as comunidades para garantir que suas perspectivas sejam respeitadas.

A Fig. 4 apresenta as coleções disponíveis na plataforma no menu “vitrine” da plataforma Mukurtu.

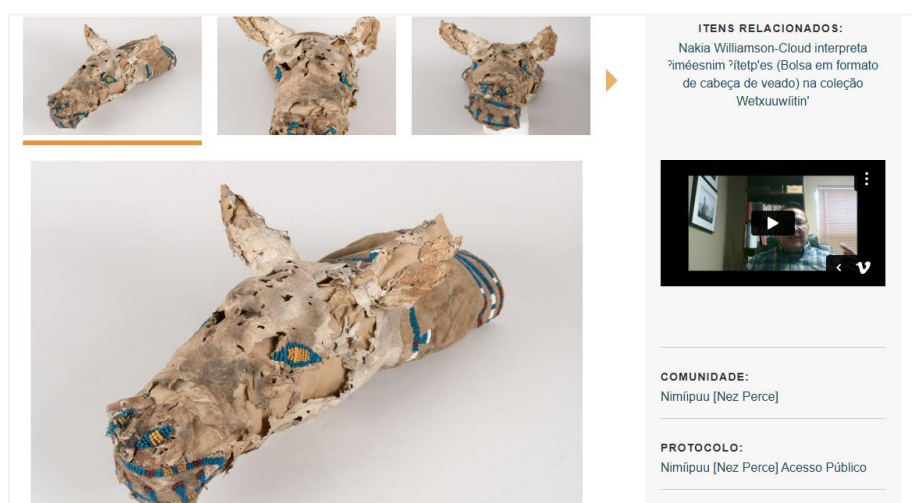
Fig. 4- Menu “vitrine” da plataforma Mukurtu



Fonte: <https://mukurtu.org/showcase/>.

Diferentemente de modelos voltados à participação de massa, a Mukurtu não incorpora recursos de gamificação ou tarefas convencionais de *crowdsourcing*, como a transcrição extensiva ou a etiquetagem competitiva de imagens. Sua arquitetura prioriza a gestão ética e a soberania informacional, centrando-se no controle comunitário sobre o ciclo de vida dos dados. A plataforma abarca uma diversidade de tipologias (incluindo registros iconográficos, acervos sonoros, produções audiovisuais e manuscritos) sempre sob a égide do contexto cultural. Essa opção metodológica reflete a compreensão de que o patrimônio de comunidades tradicionais e indígenas não é um recurso a ser 'explorado' pela inteligência coletiva global, mas um saber que exige protocolos específicos de cuidado. Assim, a Mukurtu substitui a lógica da escala pela lógica da pertinência, garantindo que a representação da informação respeite os tempos, os segredos e as hierarquias de conhecimento das próprias comunidades detentoras da memória.

Fig. 5 - Artefato representado por comunidade indígena na plataforma Mukurtu



Fonte: <https://mukurtu.org>.

A Fig. 5 apresenta um exemplo de artefato representado pela comunidade indígena na plataforma Mukurtu.

Já na Fig. 6 é possível visualizar a descrição e as etiquetas atribuídas pela comunidade indígena para a representação do artefato.

Fig. 6 - Descrições e etiquetas do artefato.

Metadados de imagem

RESUMO:

Uma bolsa de couro curado de um homem Nez Perce, com três peças, decorada com contas de vidro. A bolsa foi feita entre 1836 e 1845 e faz parte da Coleção Wetxuuwiitin'.

DESCRIÇÃO:

Esta bolsa decorada com miçangas, dividida em três partes, era usada como bolsa masculina para itens pessoais, possivelmente para fumar um cachimbo ou remédios. Não é uma bolsa de remédios tribal. A parte superior é feita de couro de bisão e a parte principal é de pele de um cervo ainda não nascido. A pele de bisão demonstra uso anterior à fabricação desta bolsa. A pele de cervo inclui apêndices semelhantes a pés, que foram encurtados e costurados.

NARRATIVA CULTURAL:

Nakia Williamson-Cloud sobre a conexão entre os itens da Coleção Wetxuuwiitin', os anciãos e a terra:

PALAVRAS-CHAVE:

contas

COLEÇÕES:

Wetxuuwiitin' anteriormente a Coleção Spalding-Allen (Nez Perce)

RÓTULOS DE CONHECIMENTO TRADICIONAL:



TK NC

FONTE:

Centro de Visitantes do Parque Histórico Nacional Nez Perce, Spalding, Idaho.

Fonte: <https://mukurtu.org>.

Dessa forma, a representação dos objetos no Mukurtu transcende a catalogação técnica tradicional, configurando-se como um exercício de soberania digital. Cada registro está profundamente ancorado nas tradições e narrativas das comunidades, permitindo que os guardiões retomem o controle sobre como seus saberes são apresentados, acessados e preservados.

A partir da análise das funcionalidades e características de ambas as plataformas, apresenta-se o Quadro 1, que sintetiza e facilita a compreensão dos dados comparados.

Quadro 1 - Comparação das plataformas de patrimônio cultural: CrowdHeritage e Mukurtu.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CROWDHERITAGE	MUKURTU
Usuários e Permissão	*Visitante: navega livremente *Colaborador: anota, vota, comenta e contribui *Organizador: criar, configurar e modera campanhas e vocabulários *Usuário convidado: acessa campanhas restritas mediante aprovação.	Comunidades indígenas e locais (controlam categorias, protocolos e acesso); Permissões orientadas por protocolos culturais definidos pelas comunidades, variando de acesso aberto a estritamente controlado.

Tipos de Documentos	Fotografias históricas, cartazes, jornais, álbuns de recortes, itens digitais raros.	Fotografias históricas, Áudios, Vídeos, Documentos textuais, Arquivos digitais.
Visibilidade	Interface pública acessível a qualquer pessoa, com possibilidade de campanhas restritas.	Definida pela comunidade; acesso condicionado a protocolos culturais e valores locais.
Etiquetas	Folksonomias construídas coletivamente.	Selos TK (Etiquetas de Conhecimento Tradicional) que expressam protocolos culturais, atribuição e formas corretas de uso dos materiais.
Quem etiqueta	Colaboradores e organizadores da campanha, de forma participativa.	Comunidades indígenas e locais, que aplicam etiquetas e definem categorias.
Personalização	Organização de campanhas e vocabulários adaptáveis pelos organizadores.	Rótulos TK personalizados via Local Contexts Hub; narrativas múltiplas para um mesmo item.
Inteligência Artificial (IA)	Combina inteligência humana e de máquina para melhorar a qualidade dos metadados.	Não utiliza IA; prioriza decisões humanas.
Foco	Plataforma de crowdsourcing para melhorar metadados de coleções digitais de patrimônio cultural.	Criado em 2007 com comunidades indígenas (Warumungu), foca na soberania de dados e no respeito a protocolos culturais.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em suma, o CrowdHeritage é uma plataforma mais aberta que aplica a colaboração ampla e a inteligência artificial para melhorar os metadados dos seus acervos; por outro lado, o Mukurtu é voltado para as comunidades indígenas, que possuem totalmente o acesso, o uso e as formas em organizar os materiais, e não fazem a aplicação de IA. Desse modo, a principal diferença entre as duas plataformas está no fato que CrowdHeritage aproveita das participações dos usuários para enriquecer as coleções e o Mukurtu valoriza mais a gestão comunitária, priorizando a soberania e protocolos definidos pelas comunidades.

Considerações finais

A análise realizada permitiu identificar que tanto a CrowdHeritage quanto a Mukurtu apresentam contribuições significativas para a representação colaborativa do patrimônio cultural digital, mas com enfoques distintos. Enquanto a primeira se estrutura como uma plataforma de *crowdsourcing* orientada à melhoria dos metadados por meio da integração entre inteligência humana e artificial, a segunda se fundamenta no protagonismo das comunidades, priorizando protocolos culturais e a soberania sobre seus próprios acervos digitais.

A CrowdHeritage destaca-se pelo caráter participativo aberto, que envolve diferentes perfis de usuários em campanhas gamificadas e orientadas por vocabulários controlados, garantindo consistência e padronização na descrição dos objetos culturais. Já a Mukurtu se diferencia por possibilitar que comunidades indígenas e locais definam suas próprias formas de organização, atribuição e acesso aos materiais, incorporando orientações éticas e culturais que ultrapassam a dimensão técnica da representação da informação.

Entretanto, a pesquisa apresentou algumas limitações, sobretudo em relação à CrowdHeritage, que esteve por vários momentos inativa, restringindo o acesso a determinados recursos e informações, o que dificultou a obtenção de exemplos visuais e a análise de aspectos mais específicos, como as comunidades atendidas em campanhas recentes. Apesar disso, a consulta a trabalhos como o de Kaldeli *et al.* (2021) possibilitou complementar lacunas e oferecer um panorama mais consistente sobre a plataforma.

Como sugestões para estudos futuros, propõe-se aprofundar a investigação sobre o impacto da participação dos usuários na qualidade dos metadados na CrowdHeritage, utilizando métricas de precisão, consistência e potencial de reutilização desses dados em outros contextos. Complementarmente, sugere-se explorar a aplicação prática dos Selos TK (*Traditional Knowledge*) do Mukurtu, analisando como diferentes comunidades os têm operacionalizado e de que maneira esses protocolos se articulam (ou tensionam) as práticas de catalogação das instituições culturais tradicionais.

Assim, compreender as especificidades de cada iniciativa não apenas evidencia a diversidade de abordagens para a representação da informação no patrimônio cultural digital, mas também aponta para a importância de estratégias que conciliam tecnologia, participação social e respeito às perspectivas culturais.

Referências bibliográficas

BRANDT, M.; MEDEIROS, M. B. B.

2010 Folksonomia: esquema de representação do conhecimento? *Transinformação*. 22:2 (2010).

KALDELI, E. [et al.]

2021 CrowdHeritage: crowdsourcing for improving the quality of cultural heritage metadata. *Information*. [Em linha]. 12:2 (2021) 64. [Consult. 12 ago. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/info12020064>.

MARTINS, G.; AZEVEDO NETTO, C. X.

2009 Mapeamento conceitual de uma ontologia de domínio do patrimônio imaterial à luz da análise semiótica e teoria do conceito. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10º, 2009, João Pessoa - *Anais [...]*. João Pessoa: ANCIB, 2009.

SAMPAIO, D. A.; DANTAS, E. R. F.; NEVES, D. A. B.

2017 Nas entrelinhas da cognição: tópicos de representação da informação. *Revista Folha de Rosto*. 3:1 (2017).

SANTOS, R. F.; CORREA, R. F.

2018 Análise das definições de folksonomia: em busca de uma síntese. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 23:2 (2018) 1-32.

SILVA JUNIOR, J. E.; TAVARES, A. L. O.

2018 Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. *Ciência da Informação em Revista*. 5:1 (2018).

SOUZA, G. O.; JORENTE, M. J. V.

2023 A Importância da folksonomia para a Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science*. 17 (2023).

TRIQUES, M. L.; SANTOS, R. F.; ALBUQUERQUE, A. C.

2023 Aplicaciones folksonómicas en plataformas colaborativas de patrimonio cultural: análisis comparativo de los proyectos CrowdHeritage y Arquigrafia. *Palabra Clave*. 12 (2023).

UNESCO

2003 *Charter on the preservation of the digital heritage*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2003. [Consult. 12 ago. 2025]. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179529.page=2>.

WAL, T. V.

2006 Online information folksonomy presentation posted. In *Personal Infocloud*. [Em linha]. 2006. [Consult. 12 ago. 2025]. Disponível em:
<http://www.personalinfocloud.com/blog?category=Folksonomy>.

Raimunda Fernanda dos Santos | raimunda.fernanda@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Leticya Jamily Sales Batista | jamilybatista79@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Resumo: Esta pesquisa, realizada por meio do método comparativo, teve como objetivo geral analisar ações desenvolvidas por museus especializados em pessoas com deficiência visual — mais especificamente os museus do toque (Museo Afis; Museo Tattile Statale Omero; Museo Tifológico de la ONCE). Neste sentido, visando elucidar o debate referente a esse modelo de museu, foi necessário: identificar categorias de/e museus especializados em pessoas com deficiência visual; sintetizar as ações desenvolvidas com base nas tipologias e componentes de acessibilidade; e comparar as ações realizadas entre os objetos da amostra. No que concerne os resultados, foi possível notar a presença de cinco das sete tipologias de acessibilidade (atitudinal; arquitetônica; metodológica; programática; comunicacional; natural e instrumental) apontadas na bibliografia especializada, em ações realizadas pelos museus (não individualmente). Além disso, todos os componentes de acessibilidade também encontram-se nos museus: uso, orientação, deslocamento e comunicação.

Palavras-chave: Acessibilidade em museus; Acessibilidade informacional; Acesso à informação; Memória; Museus acessíveis.

Abstract: This research, conducted using the comparative method, aimed to analyse actions developed by museums specialised in visually impaired people — more specifically, touch museums (Museo Afis; Museo Tattile Statale Omero; Museo Tifológico de la ONCE). To elucidate the debate regarding this museum model, it was necessary to: identify categories of museums specialised in visually impaired people; synthesise the actions developed based on the typologies and components of accessibility; and compare the actions performed among the objects in the sample. Regarding the results, it was possible to note the presence of five of the seven accessibility typologies (attitudinal; architectural; methodological; programmatic; communicational; natural; and instrumental) indicated in the specialised literature, in actions carried out by the museums (not individually). Furthermore, all accessibility components are also found in museums: use, orientation, movement, and communication.

Keywords: Accessibility in museums; Information accessibility; Access to information; Memory; Accessible museums.

Introdução

O museu, historicamente relacionado a *Μνημοσύνη* (*Mnēmosýnē* — *Mnemosine*), é a personificação da memória e da lembrança, mãe das nove musas — das artes e das ciências (HESÍODO, 1995). A Casa das Musas é definida hoje pelo Conseil International des Musées como:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, dedicada à pesquisa, coleta, conservação, interpretação e exposição do patrimônio material e imaterial. Aberto ao público, **acessível e inclusivo**, ele **incentiva a diversidade** e a sustentabilidade. Os museus operam e se

comunicam de forma ética e profissional, com a **participação de diversas comunidades**. Eles oferecem ao seu público uma variedade de experiências de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento (CONSEIL..., 2022, *tradução¹ e grifo próprio*).

Embora seja possível notar que o Conselho estabelece explicitamente parâmetros de integração social para pessoas com deficiência no que concerne a este modelo de organização, o pragmatismo do mundo real infelizmente costuma ignorar belas e estruturadas definições.

Em praticamente todas as modalidades de instituições que possuem vinculação ao universo da memória e da informação, é possível notar fragmentações a respeito da temática acessibilidade. Esse é o caso de bibliotecas (SILVA, 2025), repositórios (FRANCISCO, SILVA e GONÇALEZ, 2023) e arquivos (ALBUQUERQUE, SOUZA e GUIMARÃES, 2015). A solução geralmente é a adaptação de parte do acervo e/ou da instituição, ou instituições especializadas amplamente acessíveis, como as bibliotecas Braille. No caso dos museus, o mesmo se aplica.

Para efeito de ilustração, os museus mais populares (mais visitados em 2023) do globo segundo a Forbes (2024) – Musée du Louvre (2025), Zhōngguó Guójia Bówùguǎn (2025) e British Museum (2025) – são tradicionalmente ligados a arte e história e possuem um elemento em comum: seus acervos são amplamente difundidos por meio do espectro visual (pinturas, esculturas e afins). Porém, como sabemos, muitas pessoas possuem uma redução parcial ou até mesmo a perda total da visão. No Brasil, por exemplo, são cerca de 3% da população nacional, quase 7 milhões de brasileiros (INSTITUTO..., 2021; 2022).

Pensando a respeito das possibilidades de apropriação envolvendo a memória enquanto participe os museus, como na educação, entretenimento, cultura e no conhecimento, surge a seguinte questão: quais são as ações desenvolvidas por museus especializados em pessoas com deficiência visual? Visto isso, foi delimitado como objetivo geral a análise de ações realizadas por museus especializados em pessoas com deficiência visual. Enquanto objetivos específicos, foi necessário: identificar categorias de/e museus especializados em pessoas com deficiência visual; sintetizar as ações desenvolvidas com base nas tipologias e componentes de acessibilidade; e comparar as ações realizadas entre os objetos da amostra.

Este estudo se justifica simultaneamente no âmbito científico e social, pois evidencia a atuação de instituições de extrema relevância na sociedade, os museus. Além disso, propicia a possibilidade de aplicação prática de medidas de acessibilidade que visam a integração social de pessoas com deficiência na sociedade, tendo como exemplo esses museus especializados.

¹Texto no idioma original: [...] une institution permanente, à but non lucratif et au service de la société, qui se consacre à la recherche, la collecte, la conservation, l'interprétation et l'exposition du patrimoine matériel et immatériel. Ouvert au public, accessible et inclusif, il encourage la diversité et la durabilité. Les musées opèrent et communiquent de manière éthique et professionnelle, avec la participation de diverses communautés. Ils offrent à leurs publics des expériences variées d'éducation, de divertissement, de réflexion et de partage de connaissances.

Metodologia

De natureza básica, esta pesquisa fomenta a construção e fortalecimento teórico de discussões referentes à acessibilidade de pessoas com deficiência visual em museus acessíveis. Enquanto abordagem se classifica como qualitativa, pois foi necessária a compreensão de motivações, atitudes e pressupostos (HAGUETTE, 1995), que envolvem as temáticas, memória e acessibilidade.

Em respeito a sua tipologia, é definida enquanto descritiva, pois almejou observar, registrar e descrever fatos provenientes de uma realidade, a existência de museus projetados especificamente para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. No que concerne ao método, optou-se pelo método comparativo. Esse, por sua vez, permite a análise de duas ou mais realidades, assim como a investigação dos objetos por meio do realce de suas semelhanças e diferenças (COLLIER, 1992; GIL, 2008), e assim “explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHNEIDER e SCHIMITT, 1998:49).

Como objeto, foram selecionados três museus do toque, do montante de cinco existentes, segundo a instituição grega especializada em pessoas com deficiência visual Fáros Tyflón (2025). Os três foram selecionados, pois foram os únicos localizados; além disso, cumprem com a meta mínima considerada consistente e cientificamente aceita de 20% no que concerne às amostras em pesquisas descritivas (VALENTIM, 2022), sendo que os três selecionados constituem 60% da quantidade total existente desse modelo de museu.

Em relação à técnica de coleta, essa foi efetivada por meio da análise documental. Segundo Williams (2001), a cultura da documentação é o corpo do trabalho intelectual e imaginativo, é onde os mais diversos registros do pensamento e experiências humanas ganham forma. Para Duranti (1994), os documentos constituem a consequência de uma ação. Além disso:

[...] os documentos constituem-se em uma fonte poderosa de informação, cujos conteúdos podem oferecer evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE e ANDRÉ, 1986:39).

Segundo Briet (1951:7, *tradução² própria*) o documento é “qualquer evidência concreta ou simbólica, preservada ou registrada, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Neste sentido, os sítios digitais e publicações dos museus analisados foram utilizados como fonte primordial de evidências. No que concerne à sua seleção, essa se deu pelo crivo da pertinência (ALVARES, 2018), ou seja, os documentos precisam se adaptar aos objetivos previstos.

² Texto no idioma original: tout indice concret ou symbolique, conservé ou enregistré, aux fins de représenter, de reconstituer ou de prouver un phénomène ou physique ou intellectuel.

Acessibilidade em mãos

No que concerne à acessibilidade, essa pode ser compreendida como o rompimento total ou parcial de uma/ou mais barreira(s) que impeça(m) o exercício de direitos — preferencialmente de modo autônomo — os quais são restringidos por meio da deficiência. No Brasil (1999; 2004), define-se deficiência visual ao aporte de quatro categorias, das quais duas recebem nomenclaturas próprias:

- a) baixa visão, quando a acuidade visual do indivíduo resulta entre 0,3 e 0,05³, ou seja, entre 5% e 30% do que é considerado uma visão padrão (FIGUEIREDO, 2018), sendo caracterizada pelo comprometimento da visão mesmo após tratamento ou correção (FUNDAÇÃO..., 2025);
- b) cegueira, quando a acuidade visual é abaixo de 0,05, ou seja, 5%⁴ da visão padrão. Ressalta-se que a cegueira é a categoria mais grave da deficiência visual. A cegueira legal é a categoria onde os indivíduos podem ser capazes de notabilizar vultos, ou até mesmo os próprios dedos à sua frente (CONDE, 2016). Já a cegueira total presume a perda da visão total, ou seja, a ausência da percepção de luz.

Em relação às outras categorias com previsão legal, porém sem nomenclatura específica, encontram-se a deficiência visual, que ocorre quando a soma do campo visual dos dois olhos for menor ou igual a 60 graus. Para efeito de comparação, uma pessoa com a visão regular possui um campo visual de 180 graus. A última categoria configura-se como a junção de duas ou mais categorias anteriores.

Neste sentido, um museu programado para atender pessoas com deficiência visual precisa obrigatoriamente compreender as especificidades deste grupo. A particularidade da deficiência visual pressupõe a perda total ou parcial da visão, exigindo assim adaptação e elaboração de projetos que possam permitir o usufruto por parte dos objetos de memória por meio de outros sentidos, e podendo variar de categoria para categoria. Visto isso, foi feito um recorte específico no que concerne a pessoa cega, pois o foco dos museus estudados se encontra predominantemente nesta categoria.

Ao mergulharmos no universo da pessoa com deficiência visual, *vide* pessoa cega, são comumente fornecidos dois processos que propiciam a acessibilidade, por meio do som e do tato, embora possam ser desenvolvidos procedimentos que almejam a utilização de outros recursos sensoriais com o olfato e o paladar (ESCOLA..., 2020b), optando-se historicamente pela utilização de recursos sonoros e táteis, principalmente no que se refere aos registros, como as produções em Braille e audiolivros.

Outra questão de suma importância é que a acessibilidade é conceitualizada naquilo que podemos chamar de tipologias, sendo aceitas hoje em um total de sete modalidades: atitudinal; arquitetônica; metodológica; programática; comunicacional; natural e instrumental (SÁ, CAMPOS e SILVA, 2007; SASSAKI, 2009; FUNDAÇÃO..., 2020). Neste

³ Tradicionalmente medida por meio do teste de acuidade visual com a utilização da tabela de Snellen enquanto ferramenta, desenvolvida pelo oftalmologista holandês Herman Snellen (SNELLEN..., 2025b).

⁴ Vale ressaltar que tanto para a cegueira como para a baixa visão, o cálculo é feito com base no olho que possui a melhor acuidade.

molde, é preciso ressaltar que embora possam ser discutidas isoladamente, a aplicação de processos que visam a integração de pessoas com deficiência nunca ocorre por meio de apenas uma tipologia.

A acessibilidade arquitetônica, por exemplo, proporcionará raramente a inclusão de pessoas com deficiência em uma instituição onde não ocorra um processo de especialização de pessoal para o atendimento a essas pessoas, sendo capaz assim de praticar a acessibilidade atitudinal. O mesmo ocorre com os componentes de acessibilidade: orientação; deslocamento; uso e comunicação (ESCOLA..., 2020a; SILVA, 2025). É praticamente impossível incorporar procedimentos de orientação, sem garantir o devido deslocamento.

Em relação aos componentes de acessibilidade, esses são:

- a) orientação, que propicia a compreensão de espaço (legibilidade espacial), a partir de sua configuração arquitetônica e da sua organização funcional. Possibilita a compreensão do local onde se está e o percurso que se deve fazer para chegar a um determinado destino, podendo ser praticado por meio de suportes informativos como mapas, placas, sinais, letreiros etc.;
- b) deslocamento, relativo a movimento nos percursos horizontais e verticais e sua continuidade. Possibilita a movimentação de forma independente em percursos livres de obstáculos, de modo confortável e seguro, por meio de rampas adequadas, rotas acessíveis desimpedidas, plataformas elevatórias/elevadores;
- c) uso, fornecer meios para a utilização dos equipamentos e a participação de atividades. Os equipamentos devem ser acessíveis a todos os usuários e manuseados com segurança, conforto e autonomia, como acesso a balcões de informações e atendimento por cadeirantes de forma confortável, banheiros adaptados de maneira adequada, espaço reservado para cadeirante em sala de espera, estacionamento reservado para pessoa com deficiência, etc.;
- d) comunicação, troca e intercâmbio entre pessoas e equipamentos de tecnologia assistida, que permitam o ingresso e uso do ambiente, como terminais de computadores e telefones; profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); publicações em Braille, Língua Escrita de Sinais (ELIS), fonte ampliada; etc. (ESCOLA, 2020a; SILVA, 2025).

A respeito das tipologias de acessibilidade, temos a Atitudinal, que relaciona-se ao comportamento pessoal, social ou profissional perante a pessoa com deficiência. Tradicionalmente ligado ao uso de definições acuradas cientificamente como “pessoas com deficiência”, contrárias a expressões que possam ser ofensivas como “deficiente”, que reduzem o indivíduo na deficiência, ou “portador de deficiência”, pois induz a concepção da possibilidade de não portar ou até mesmo de transmitir.

Além disso, podemos citar a interação direta com a pessoa com deficiência, em vez de seu acompanhante (FUNDAÇÃO..., 2020). No caso específico da pessoa com deficiência visual, podemos destacar “a compreensão da necessidade da utilização de cão guia por parte da pessoa com deficiência, em ambientes que tradicionalmente impedem a entrada de animais” (SILVA, 2025:54).

A Arquitetônica é comumente associada aos espaços físicos, buscando garantir a dissolução de barreiras físicas por meio de rampas, elevadores, corredores, banheiros, pisos táteis etc. Ressalta-se que os elementos que fornecem a acessibilidade arquitetônica, precisam coexistir com os instrumentos (BADIA, 2023).

Neste senso, a adequação da instalação de um museu garante não apenas a movimentação, mas também está intrinsecamente ligada ao uso. No caso dos objetos museológicos, estes também necessitam de localização estratégica, e adequação para o público, em concordância junto à arquitetura do local.

A Metodológica, chamada por vezes de pedagógica, almeja propiciar a acessibilidade por meio do ensino, sendo originalmente discutidas, na formação do profissional especializado, práticas pedagógicas e a utilização de recursos acessíveis como o Braille, por exemplo (SILVA, 2025).

Vale ressaltar que assim como as outras modalidades de acessibilidade, essa pode/deve se alterar de acordo com cada deficiência. Além disso, é necessário compreender as especificidades dentro da deficiência específica. No caso de crianças cegas, por exemplo, a presença de brinquedos, um “material didático que propicia a construção sólida do conhecimento” (ALMEIDA, 2016:4) é de extrema importância.

A Instrumental refere-se a acessibilidade por meio de utensílios, instrumentos e ferramentas, como *softwares* e *hardwares* para acesso eletrônico. A literatura referente a tiflogia comumente associa esse modelo de acessibilidade aos leitores de tela, linhas Braille, áudio livros, etc. Essa tipologia permite o acesso ao acervo de uma instituição de modo autônomo (SILVA e PARREIRA, 2023).

No caso de museus, que porventura tenham em seu acervo materiais frágeis ao toque, a utilização de réplicas pode ser aplicada (SILVA, 2025). Em casos extremos, onde não seja possível a produção de réplicas, a publicação de materiais em áudio ou em Braille próxima a objetos, pode satisfazer, momentaneamente, uma necessidade informacional relativa àquele objeto específico. Para Borunã (2011) no caso de bibliotecas acessíveis é necessário oferecer pelo menos um modo de acesso à leitura de qualquer documento de um acervo; em museus isso também se aplica.

A Programática diz respeito à legislação, normas e regimentos que respeitam e atendem os direitos e necessidades das pessoas com deficiência. No caso do Brasil, podemos citar o *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, de 2015, e a *Lei n.º 10.436*, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Neste sentido, a acessibilidade programática busca romper barreiras por meio de instrumentalização normativa de qualquer âmbito. É de extrema relevância, pois trata das políticas de acessibilidade em um Estado ou organização (FUNDAÇÃO..., 2020).

A Comunicacional se refere aos processos que almejam garantir a devida comunicação no que concerne à pessoa com deficiência. Podemos associar essa modalidade a LIBRAS, ao Braille, sítios digitais acessíveis, etc.

Neste caso, o museu precisa não apenas das coleções acessíveis, mas de um sistema de comunicação que possa compreender as especificidades da pessoa com deficiência. Em relação à deficiência auditiva, a presença de um intérprete de LIBRAS; no caso da

deficiência visual, publicações adaptadas nas redes sociais do museu, guias de visitação em Braille, etc. (SILVA, 2025).

Museu do toque

O museu, lugar de memória, é capaz de corporificar, “[...] uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas” (ASSMANN, 2011:264). Por sua vez, nos é necessária, pois precisamos de um passado para validar nossa humanidade (BIZELLO, 2025), ou seja, uma existência coletivizada (HALBWACHS, 1990), experiências passadas, partilhadas, significadas e ressignificadas (BENJAMIN, 1987). De modo eufemista:

A memória ignora a decadência e a morte; a memória ergue-se contra as faces do tempo e alisa suas rugas físicas e conceituais; levanta-se como obstáculo à continuidade da consciência e dificulta a possibilidade de regredir para além das necessidades do destino atual tanto quanto propõe matéria-prima a inteligência analítica e corrosiva. É a memória um dos instrumentos de melhoramento do mundo - por dotar o passado, quer dizer, na essência, a infância, de uma aura idealizante (COELHO, 1997:249).

Segundo Jardim (2005), similar a verdade, a memória é ponderada entre aquilo que foi, que é, e o que será. Coincidentemente ou não, a informação possui definição semelhante provinda da escola de mediação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015; 2020), onde a informação não é instituída em uma mera forma. Neste sentido, a informação enquanto constructo — um conjunto de significados constituídos por meio das relações — nunca está pronta, nunca será dada, essa está em um processo eterno e etéreo de construção.

Conforme afirma Dijck (2007), a memória é materializada por meio de objetos, os objetos são produzidos para podermos recordar. Comunicar para si e para o outro, o passado. De modo tácito, a memória é provinda do desejo de imperecibilidade, e necessita de objetos de recordação e de criação de novas memórias, para assim impedir o perecer da própria memória (ARENDT, 2007), ou seja, de tudo aquilo que valida nossa própria existência, a vontade de existir para si e para os outros. O museu, nesse caso, pode ser capaz de existir em nome dessa função social.

Em relação ao museu do toque, calcula-se a existência de cinco museus desse mesmo modelo (FÁROS TYFLÓN, 2025) e sua caracterização se concretiza em sua formulação. Embora a prática de adaptar parte do acervo de um museu seja algo digno de reconhecimento, os museus do toque são exclusivamente arquitetados para essa modalidade de uso.

O Μουσείο Αφής (Mouseío Afís), localizado em Atenas (mais especificamente em Caliteia), foi criado em 1984 pelo conselho do Φάρος Τυφλών (Fáros Tyflón), uma associação de direito privado especializada em pessoas com deficiência, que atua no suporte a pessoas cegas e com baixa visão — especialmente recém-cegas — e familiares (FÁROS TYFLÓN, 2025; MOUSEÍO AFÍS, 2025).

Após o terremoto de 1999, que danificou parte do museu, iniciou-se um projeto de restauração, com reabertura ao público ocorrendo no ano de 2004. Com o intuito de abordar a cultura grega antiga e também conscientizar a respeito do universo da pessoa

com deficiência visual, se caracteriza pelo contato tátil com as peças (MOUSEÍO AFÍS, 2025), um dos principais meios de relação entre uma pessoa cega e o mundo.

O Museo Omero foi idealizado pelo casal de cegos Aldo Grassini e Daniela Bottegoni, críticos da lógica estabelecida pela maioria esmagadora de museus no globo de "não pode tocar". Ao lado de Rosa Brunori Ciriaco, diretora do Departamento de Serviços Sociais da Região de Marche e da Prefeitura de Ancona, foi criado em 29 de maio de 1993 o Museo Tattile Statale Omero (2025).

O museu cívico italiano, que hoje se encontra em Ancona, passa a ser reconhecido legalmente enquanto um museu estatal em 1999:

O Museo Omero reúne materiais, objetos ou reproduções perfeitas das diversas formas de artes plásticas e manifestações histórico-culturais da organização do meio ambiente, do espaço e da vida humana, com o objetivo de promover o crescimento e a integração cultural dos deficientes visuais e difundir entre eles o conhecimento da realidade (ITALIA, 1999:art. 2º, *tradução⁵ própria*).

Atualmente é administrado pela Prefeitura de Ancona e pelo Ministério da Cultura da Itália. E possui a pretensão de ser reconhecido como um espaço cultural sem barreiras para todo o público (MUSEO... , 2025).

O Museo Tifológico de la ONCE, criado pela Organización Nacional de Ciegos de España (ONCE), foi criado em 1992 e se define como um museu feito para ver e tocar. O museu, localizado em Madrid, almeja garantir a igualdade e acesso à cultura para pessoas com deficiência visual e pessoas sem deficiência (ORGANIZACIÓN..., 2025).

A Organización Nacional de Ciegos de España (2025), existente há mais de oito décadas (surgimento em 1938), possui enquanto foco a promoção da inclusão social de pessoas cegas e pessoas com outras deficiências. Além disso, a associação sem fins lucrativos tem como prioridade a formação da pessoa com deficiência e sua integração no mercado de trabalho.

Resultados

Visando elucidar os dados coletados referentes aos procedimentos de atuação efetuados por parte dos museus do toque selecionados como objeto de estudo (Mouseío Afís; Museo Tattile Statale Omero; Museo Tifológico de la ONCE), foi necessária a elaboração de um quadro. Neste sentido, as ações realizadas por parte dos museus em senso de permear a acessibilidade de pessoas com deficiência visual neste modelo de instituição podem ser consultadas a seguir:

⁵ Texto no idioma original: Il Museo Omero raccoglie materiali, oggetti o perfette riproduzioni delle diverse forme di arti plastiche e delle manifestazioni storico-culturali dell'organizzazione dell'ambiente, dello spazio e della vita dell'uomo, al fine di promuovere la crescita e l'integrazione culturale dei minorati della vista e di diffondere tra essi la conoscenza della realtà.

Quadro 1 – Ações desenvolvidas pelos museus do toque, tipologias e componentes de acessibilidade nos quais se enquadram

Mouseío Afis (Μουσείο Αφής)	Livro de visitas: publicação de comentários produzidos por figuras públicas e/ou políticas que tenham visitado o museu (comunicacional / comunicação)	Referenciação na imprensa: reportagens publicadas pela imprensa tendo como foco o museu (comunicacional / comunicação)
	Voluntariado: processo de construção civil na atuação do museu (metodológica / orientação; uso)	Visita: podendo ser guiada ou não; gratuita para pessoas com deficiência e acompanhantes; permite a utilização de faixas para o cobrimento dos olhos por parte de pessoas não cegas, para evidenciar a vivência da pessoa cega (atitudinal; metodológica / uso)
	Rampa especial na entrada do prédio; elevador de escadas; banheiros adaptados; Saídas de emergência em ambos os andares (arquitetônica / deslocamento)	Plantas em relevo do espaço na entrada; Aplicativo de navegação automática; Material informativo acessível em letras grandes e em Braille (comunicacional; instrumental / orientação; comunicação)
	Coleções disponíveis para o toque: Obras de artistas com deficiência visual; Embarcações; Período Arcaico; Estilo Estrito; Coleção Bizantina; Período geométrico; Período Helenístico; Período Clássico; Período Cicládico; Modelos; Período Minoico; Período Micênico; Período Neolítico; História Grega Moderna; Moeda; Período Romano (instrumental / uso)	Apresentações temáticas: visitas específicas tendo como base uma ou mais obras (metodológica; atitudinal; comunicacional / uso; comunicação)
	Educação (programas educacionais): Grupos escolares; Programas online; Equipamentos de museu; Famílias e crianças; Grupos especiais; Seminários profissionais (metodológica; comunicacional; atitudinal / comunicação)	Colaborações: Ações para garantir condições equitativas de acessibilidade em outras instituições e plataformas (instrumental; metodológica / uso)
Museo Tattile Statale Omero	Visita: entrada gratuita; permite visita guiada com os olhos vendados para visitantes não cegos e workshops (metodológica / uso)	Material multilíngue e em Braille; Guias de áudio acessíveis; Guia de preparo pré-visita; Periódico próprio; Comunicação Aumentativa e Alternativa (comunicacional / comunicação)

	Entrada acessível ao prédio e a todas a salas por meio de elevador; fornecimento de cadeira de rodas; Maquete volumétrica do prédio; Desenhos em relevo com um mapa dos cômodos (arquitetônica; instrumental / deslocamento; orientação)	Obras (cópias e originais), disponíveis para interação pelo toque; Informações em Braille (painéis e legendas); Plataformas móveis com escada para exploração tátil das obras mais altas; Obras acompanhadas de vídeos acessíveis; Espaço “Fuori tutti”, para pessoas com autismo (instrumental / uso)
	Projetos: parcerias com instituições, universidades e parceiros italianos e internacionais (metodológica; instrumental; atitudinal / uso; comunicação)	Espaço: Entrada; grego e romano; Expressões faciais humanas; Ancona; Medieval e século XV; Pinturas; Renascimento; Movimento esculpido; Século XX e Contemporâneo; Depósito (instrumental / uso)
	Educação: Escolas; Famílias; Adultos e Grupos (metodológica / comunicação)	Serviços: atividades científicas e de planejamento; centro de documentação; publicação de catálogos e materiais; projetos e colaborações regionais, nacionais e internacionais com escolas, organizações e museus; cursos de treinamento; consultoria para organizações, instituições e museus; hospedagem de alunos de graduação e recém-formados para estágios e colocação; projetos de serviços públicos (atitudinal; instrumental / uso)
Museo Tifológico de la ONCE	Coleções: Reproduções de monumentos nacionais e internacionais; Obras de artistas cegos e com deficiência visual grave; Material tifológico (instrumental / uso)	Sistemas de orientação em relevo; Informações em Braille e caracteres grandes para facilitar a leitura (instrumental / orientação)
	Visita: gratuita; guias de áudio; visita virtual (instrumental / orientação)	Voluntariado: voluntários da Organización Nacional de Ciegos de España (ONCE) e da Confederación de Aulas de la Tercera Edad (CEATE) na atuação do museu (metodológica / orientação; uso)
	Oficinas: Braille; Trabalhando os sentidos; Aproximando-se do Braille (metodológica / comunicação)	Catálogo de obras online (instrumental / uso)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Durante a análise dos dados coletados foi possível identificar que o Museo Tifológico de la ONCE, ou seja, um museu especializado em tifologia — área dedicada a compreender e estudar a deficiência visual⁶ — foi o que realizou e/ou planejou o menor número de ações dentre os objetos. Isso provavelmente se deve ao fato do museu ser uma extensão de outra instituição, a Organización Nacional de Ciegos de España. Portanto, sua atuação está intrinsecamente ligada à organização, buscando promover os artistas cegos e com baixa visão afiliados à ONCE, ou seja, um museu institucional. Em outras palavras, sua função de memória é baseada nas características históricas e funcionais da instituição (PARRELA e NASCIMENTO, 2019), neste caso, de origem.

Em comparação, o Mouseío Afís (embora proceda de instituição especializada em pessoas com deficiência visual — Fáros Tyflón) e o Museo Tattile Statale Omero (pertencente ao poder público italiano, hoje) mantêm funcionamento de modo protoindependente, ou seja, não são restringidos pela instituição e/ou formação de origem na sua totalidade. Neste sentido, os museus supracitados, não foram desenvolvidos para atender as necessidades de suas instituições de origem, mas sim atuar em frente às comunidades de pessoas com deficiência visual nas sociedades onde os museus se encontram.

No que concerne às tipologias de acessibilidade, é possível notar que, em âmbito arquitetônico, o museu italiano e o grego, explicitam por meio da documentação consultada, como: elevadores, maquete volumétrica e desenhos em relevo do prédio e suas salas, rampas e banheiros adaptados, etc., rompendo em parte barreiras vinculadas a edificação, mas também propiciando o deslocamento e orientação (em específico o Museo Omero) de modo autônomo no museu por parte da pessoa com deficiência, essencial para a constituição da memória do lugar.

O Museo de la ONCE, por sua vez, possui características demarcadas, as tipologias metodológica e instrumental, voltadas para o uso pragmático do acervo. Nos sistemas de orientação em relevo, informações em Braille e caracteres grandes para facilitar a leitura, não existe apontamento em sentido arquitetônico. Pelo menos não na documentação analisada.

Em senso metodológico, ou pedagógico, a presença de oficinas, voluntariado, visitas guiadas, etc., a tríplice de museus, parece seguir os mesmos parâmetros de atuação. As visitas guiadas (por pessoas ou áudios), por exemplo, além de propiciarem o processo de orientação, possuem o papel de instruir as pessoas com ou sem deficiência sobre as obras ali presentes, ou seja, em senso memorialístico, artístico e histórico.

Além disso, as oficinas realizadas, como as oficinas em Braille realizadas pelo Museo de la Once, podem suprir, por vezes, a ausência de ações semelhantes em escolas. Como sabemos, a marginalização da pessoa com deficiência, ou melhor, da criança com deficiência (mas não apenas desta), no processo primário de ensino (alfabetização) costuma ser precarizado por diversos fatores, como a ausência de publicação em formatos acessíveis, materiais desatualizados em escolas, ausência de profissionais especializados entre outros.

⁶ Do grego *tiphlos* - cego e *logos* - fundamento lógico de um argumento e/ou raciocínio (GUERREIRO, 2020).

Em relação à modalidade atitudinal conectada aqui ao componente de comunicação, pôde ser vista por meio de ações como: a participação de grupos escolares, parcerias com outras instituições, seminários profissionais, etc. Neste aspecto, o Museo Omero e o Mouseío Afís apontam uma projeção de medidas para com a acessibilidade atitudinal, na lógica de formação de terceiros.

No sentido instrumental, principalmente aquele ligado ao uso, base de atuação dos museus do toque, ou seja, aquilo que os destaca de outras instituições (denominadas museu) existentes no mundo, podemos em primeiro lugar apontar a possibilidade de interação direta entre público do museu com as obras que ali se encontram. Embora pareça absurda a impossibilidade de tocar em obras (sendo que o toque é uma das principais maneiras existentes para uma pessoa cega experimentar o mundo), não é arriscado afirmar que a maioria esmagadora das instituições similares proíbem tal ato.

Fig. 1 – Menina com máscara em exposição⁷



Descrição do conteúdo visual presente na Fig. 1: fotografia de uma garota de pele clara e cabelo castanho-claro, vestindo blusa longa amarela, máscara preta e venda nos olhos. A jovem encontra-se posicionada de costas com as mãos sobre o busto de uma estátua branca (produzida em mármore). O busto apresenta o rosto, pescoço, trapézio e cabeça de um homem (com uma faixa). A escultura se chama Cabeça de Diadúmeno.

Fonte: Mouseío Afís (2022).

Neste parâmetro, a constituição de um museu (neste caso dos três estudados) que permita a manipulação em mãos de todos os objetos ali presentes é no mínimo admirável. Analisando a documentação consultada referente às coleções do museu, foi possível identificar que:

⁷ Título no idioma original: Κορίτσι με Μάσκα Έκθεμα.

1 - O Mouseío Afís conta hoje com 15 exposições: Coleção Roukoutakis⁸ — obras de artistas com deficiência visual; Período Arcaico (700 a.C. — 480 a.C.)⁹; Período Estrito (780 a.C. — 450 a.C.)¹⁰; Coleção Bizantina¹¹; Período Geométrico (1100 a.C. — 700 a.C.)¹²; Período Helenístico (323 a.C. — 31 a.C.)¹³; Período Clássico (450 a.C. — 323 a.C.)¹⁴; Período Cicládico (3200 a.C. — 2000 a.C.)¹⁵; Período Minoico (2600 a.C. — 1500 a.C.)¹⁶; Período Micênico (1700 a.C. -1100 a.C.)¹⁷; Período Neolítico (10000 a.C. -7000 a.C.)¹⁸; História Grega Moderna (1821 — hoje)¹⁹; Período Romano (31 a.C. — 330 d.C.)²⁰; Modelos (maquetes) e réplicas²¹; Moedas — Coleção de moedas de vários períodos²²; Vasos — Coleção de vasos de vários períodos²³. Em um cálculo geral, foram recuperadas 90 obras, sendo a maioria delas esculturas.

2 - O Museo Tattile Statale Omero possui em seu acervo de exposições as salas: Greco e Romano (arte antiga reproduzida em gesso e resina); Mimica del volto umano (ânimo e estados do rosto humano); Ancona (obras de memória da cidade onde o museu encontra-se); Medievale e '400 (história da idade média em relevo e maquetes arquitetônicas); Dipinti (adaptação de pinturas para o relevo); Rinascimentale (exposição em homenagem a Michelangelo Buonarroti²⁴, com suas obras replicadas em tamanho real); Movimento scolpito (réplicas de famosas esculturas neoclássicas do Museu do Louvre — com foco em movimentações do corpo humano: esforço, dança, corrida, voo e queda); '900 e Contemporaneo (arte contemporânea espaço desenvolvido para tornar obras de arte originais acessíveis aos sentidos); Depósito (achados arqueológicos, atualmente guardados). Foi possível identificar o total de 229 obras presentes no museu, calculando a partir dos 10 espaços (8 salas de exposições, entrada e depósito), com sua maioria também em formatos de escultura.

3 - O Museo Tifológico de la ONCE possui cinco coleções sendo elas: Reproducciones de monumentos — nacionais e internacionais — (para transmitir conceitos a pessoas cegas e com deficiência visual por meio de maquetes); Obras de Arte (divididas entre: artistas com deficiência visual grave; escultores sem deficiência visual grave); Material

8 Exposição no idioma original: Συλλογή Ρουκουτάκη.

9 Exposição no idioma original: Αρχαϊκή Περίοδος (700 π.Χ. — 480 π.Χ.).

10 Exposição no idioma original: Αυστηρού Ρυθμού (780 π.Χ. — 450 π.Χ.).

11 Exposição no idioma original: Βυζαντινή Συλλογή.

12 Exposição no idioma original: Γεωμετρική Περίοδος (1100 π.Χ. — 700 π.Χ.).

13 Exposição no idioma original: Ελληνιστική Περίοδος (323 π.Χ. — 31 π.Χ.).

14 Exposição no idioma original: Κλασική Περίοδος (450 π.Χ. — 323 π.Χ.).

15 Exposição no idioma original: Κυκλαδική Περίοδος (3200 π.Χ. — 2000 π.Χ.).

16 Exposição no idioma original: Μινωική Περίοδος (2600 π.Χ. — 1500 π.Χ.).

17 Exposição no idioma original: Μυκηναϊκή Περίοδος (1700 π.Χ. -1100 π.Χ.).

18 Exposição no idioma original: Νεολιθική Περίοδος (10000 π.Χ. -7000 π.Χ.).

19 Exposição no idioma original: Νεότερη Ελληνική Ιστορία (1821 — Σήμερα).

20 Exposição no idioma original: Ρωμαϊκή Περίοδος (31 π.Χ. — 330 μ.Χ.).

21 Exposição no idioma original: Μακέτες & αντίγραφα.

22 Exposição no idioma original: Νομίσματα — Συλλογή νομισμάτων από διάφορες περιόδους.

23 Exposição no idioma original: Αγγεία — Συλλογή αγγείων από διάφορες περιόδους.

24 Michelangelo Buonarroti (06/03/1475 — 18/02/1564), escultor, pintor, arquiteto e poeta italiano (MICHELANGELO, 2025a).

tifológico (objetos utilizados entre os séculos XIX e XX em diferentes contextos envolvendo a escrita e a leitura por parte da pessoa cega); Material bibliográfico (livros em Braille, relevo, partituras, etc.); Historia del cupón (bilhetes de rifa criados pela organização para aquisição de verba para a instituição e seu auto mantimento). O montante de *itens* expostos chega ao entorno de 450 (desconsiderando o acervo de material bibliográfico, pois esse não foi possível consultar na sua totalidade), com uma variação maior entre as categorias quando comparado aos museus supracitados, sendo a maioria das obras, estátuas e pinturas.

A utilização de meios digitais como no caso do Museo de la ONCE por intermédio de visitas técnicas virtual (embora caiba em estudo futuro, a avaliação de acessibilidade do sítio) influenciam na materialidade da memória, ou seja, como nos recordamos. Neste sentido, a mediação da memória em universo digital por meio do aparato tecnológico também é uma possibilidade, potencializando, assim, a construção de museus — em senso acessível à pessoa com deficiência — como os cibermuseus.

Na lógica da acessibilidade comunicacional — essa ligada ao componente, comunicação — os museus costumam divulgar suas ações por meio de reportagens, apresentações temáticas por meio de obras específicas e programas educacionais como os seminários. Neste sentido, é possível notar que os processos de comunicação envolvendo o museu e a pessoa com deficiência, ocorrem tanto nas dependências do museu, quanto fora. Porém, a ação mais direta fica a par da produção de materiais acessíveis em Braille, áudio, em relevo e por meio dos próprios funcionários do museu nos procedimentos de atendimento e guia.

A acessibilidade programática encontra-se ausente nas ações desenvolvidas, ou seja, legislação, normas e regimentos que respeitam e atendem os direitos e necessidades das pessoas com deficiência. Embora esse modelo de acessibilidade seja encontrado ‘nas sombras’, pois é utilizado na legislação de criação das instituições, por exemplo, esperava-se que ações realizadas pudessem transportar consigo instruções normativas que fortalecessem os procedimentos instaurados pelo museu, o que não ocorreu.

Destaca-se que a tipologia natural também não aparece na documentação de nenhum dos museus. Embora seja tradicionalmente ligada às barreiras e soluções envolvendo a flora (árvores e raízes que podem interferir na locomoção, a utilização de flores com fragrância para orientação por meio do olfato) e rotas fluviais (pontes e embarcações acessíveis em rios e lagos), destaca-se que o clima pode afetar de diferentes maneiras a vida da pessoa com deficiência.

Um exemplo seria a localização do museu próximo a locais com fortes chuvas e alagamentos, o que pode impedir a presença de pessoas que se locomovem por meio de cadeiras de rodas, ou utilizam a bengala ao redor do museu. A presença de elementos acessíveis na lógica natural, como as flores supracitadas, poderiam ser utilizadas pelo museu não apenas no senso de orientação, mas também para constituir a ideia da memória olfativa, por meio de flores nativas das regiões onde os museus se encontram localizados (evidenciando também a memória nativa — natural — da comunidade).

Em senso de complemento destaca-se que entre os museus analisados, o Mouseío Afís na Grécia, conta com o maior número de ações recuperadas, porém, é o que possui o menor número de obras (embora divididas no maior número de exposições), com uma variedade histórica que perpassa diversos pontos distintos da longevidade da sociedade grega,

garantindo assim, que os aspectos culturais sejam perpetuados para as pessoas cegas que ali vivem.

O Museo Tattile Statale Omero, localizado na Itália, por sua vez, possui um número menor de exposições, com uma variedade maior de obras, e mantém vínculo direto com o poder público italiano. Seu foco está não apenas na manutenção de obras acessíveis, mas também possui o caráter cívico de manter viva a memória da cidade, Ancona.

Em relação ao Museo Tifológico, que pertence a uma instituição especializada de quase um século de existência, é o que possui o maior número de obras, no menor número de coleções e com a menor quantidade de ações realizadas. Entende-se que, por ser um museu institucional, acaba servindo de apoio para a Organización Nacional de Ciegos de España, mas não como qualidade diminuta, pois permite a aplicação de projetos que perpassam o ambiente do museu, potenciando a integração de pessoas com deficiência visual em outros setores, como o mercado de trabalho.

Considerações finais

Em relação aos objetivos – geral: análise de ações realizadas por museus especializados em pessoas com deficiência visual; e específicos: identificar categorias de/e museus especializados em pessoas com deficiência visual; sintetizar as ações desenvolvidas com base nas tipologias e componentes de acessibilidade; e comparar as ações realizadas entre os objetos da amostra – pode se dizer que foram alcançados.

Sendo os museus identificados como museus do toque – Mouseio Afis, Museo Tattile Statale Omero, Museo Tifológico de la ONCE, as ações realizadas pelos mesmos, recuperadas por meio de documentação institucional, foram compiladas no Quadro 1, acima apresentado, sendo a comparação construída no decorrer da seção 4 – Resultados.

Neste sentido, foi possível notar a presença de cinco das sete tipologias de acessibilidade (atitudinal; arquitetônica; metodológica; programática; comunicacional; natural e instrumental) apontadas na bibliografia especializada, em ações realizadas pelos museus (não individualmente). Além disso, todos os componentes de acessibilidade também encontram-se nos museus: uso, orientação, deslocamento e comunicação.

Enquanto limitação de pesquisa, destaca-se a impossibilidade pragmática de visitas técnicas realizadas nos museus do toque aqui utilizados como objeto de estudo. A experimentação presencial das atividades programadas pelas instituições poderia fornecer subsídios relevantes para a composição do estudo, assim como na formação de argumentações para a implementação de acervos ou partes de acervos especializados em outros museus, como em museus brasileiros acessíveis.

Outro apontamento enquanto limitação é a ausência de uma avaliação aprofundada da acessibilidade presente nos sítios digitais dos museus, embora não tenha sido objeto de estudo. Em avaliação breve nas páginas iniciais dos sites, foi possível constatar que os sítios obtiveram nota em torno de 9.0 de 10, com base na avaliação automática efetuada pelo *software* português AccessMonitor (Agência para a Modernização Administrativa, 2025), que avalia a acessibilidade com base nas *Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da*

Web — *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG)²⁵. Porém, essa avaliação primária e superficial é insuficiente para afirmar que os sítios digitais dos museus utilizados como amostra são de fato acessíveis.

No decorrer do estudo foi possível perceber que alguns dos autores citados, mais especificamente duas autoras, são cegos: Maria da Gloria de Souza Almeida, doutora em Letras e professora aposentada do Instituto Benjamin Constant (2024) e Adriana-Elena Borună, doutora em Filologia e editora chefe do periódico científico da Biblioteca Nacional da Romênia²⁶ (CHILIANU, 2014). Pensando nisso, entende-se como uma proposta de pesquisa futura interessante, a análise de autores com deficiência referenciados na área da Ciência da Informação.

Hipotetiza-se que, após medidas de acessibilidade implementadas no Brasil ao longo dos anos, o número de pesquisadores com deficiência pode ter aumentado no país, e na área da Ciência da Informação. Essa proposta poderia evidenciar políticas públicas de integração social de pessoas com deficiência no universo acadêmico, principalmente quando comparado com as leis, normas e decretos que buscam garantir essa inclusão (acessibilidade programática).

Ressalta-se a importância e a necessidade da aplicação de medidas acessíveis em todas e quaisquer instituições devotadas à informação e memória. Ambas modalidades de organização (por vezes simultânea), evidenciam característica marcante de nossa espécie, a humanidade, e essa jamais deve ser renegada a nenhuma pessoa. Neste sentido, compreende-se que os museus possuem a potencialidade de nos validar enquanto indivíduos e sociedade, por meio da memória, de seu acesso, de seus processos de apreciação e de suas relações.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; SOUZA, M. R. F.; GUIMARÃES, I. J. B.

2015 Organização da informação e acessibilidade para usuários cegos em bibliotecas, arquivos, museus e web. *Biblionline*. [Em linha]. 11:2 (2015) 43-56. [Consult. 28 jul. 2025] Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/16617>.

ALMEIDA, M. G. S.

2016 *Aprendendo pelo tato*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2020 *Bibliotecário e a mediação da informação*: [entrevista concedida à] *Biblio Connect*. [Em linha]. Vídeo (52:66). 2020. [Consult. 5 set. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GFdeZw9s57k>. Acesso em: 18 ago. 2025.

²⁵ Desenvolvidas pela Web Accessibility Initiative (WAI), setor especializado em acessibilidade de pessoas com deficiência na *Web* do World Wide Web Consortium (W3C, 2025).

²⁶ Instituição: Biblioteca Națională a României (Biblioteca Nacional da Romênia); Periódico: *Informare și documentare: activitate științifică și profesională* (Informação e documentação: atividade científica e profissional).

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. - *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 2015, p. 9-32.

ALVARES, L. M. A. R.

2018 *Análise do conteúdo*. [Em linha]. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2018. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <http://lillianalvares.fci.unb.br/organizacao-da-informacao>.

ARENDT, H. A.

2007 *Condição humana*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSMANN, A.

2011 *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BADIA, M. V. S.

2023 *Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil, 2022*. Brasília: Ministério da Cultura, 2023.

BENJAMIN, W.

1987 *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura: obras escolhidas. Vol. 1 -Auswahl in Drei Bänden*. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIZELLO, M. L.

2025 *Memória coletiva*. In BIZELLO, M. L. *Dimensões e perspectivas da memória, informação e tecnologia na contemporaneidade*. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2025.

Aula ministrada a 5 ago. 2025, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

BORUNĂ, A. E.

2011 Accesibilitate și design universal în colecțiile de bibliotecă. *Informare și documentare: activitate științifică și profesională*. [Em linha]. 3 (2011) 48-60. [Consult. 3 ago. 2025]. Disponível em: <https://bibnat.ro/wp-content/uploads/2024/03/Informare-si-documentare-Vol-III.pdf>.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2015 *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 2015. [Consult. 4 ago. 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2004 *Decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta a lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 2004. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2002 *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 2002. [Consult. 4 ago. 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1999 *Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 1999. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

BRIET. S.

1951 *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

BRITISH MUSEUM

2025 *Exhibitions and events*. [Em linha]. London: British Museum, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/exhibitions-events>.

CHILIANU, D.

2014 *Eroii anonimi ai României: O nevăzătoare îi ghidează pe cititori! Adriana Borună este singura angajată a Bibliotecii Naționale a României care se ocupă de persoanele cu handicap de vedere*. [Em linha]. București: Libertatea, 2014. [Consult. 4 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.libertatea.ro/stiri/eroii-anonimi-ai-romaniei-o-nevazatoare-ii-ghideaza-pe-cititori-adriana-boruna-este-singura-angajata-a-bibliotecii-nationale-a-romaniei-care-se-ocupa-de-persoanele-cu-handicap-de-vedere-1051997>.

COELHO, Teixeira

1997 *Memória*. In *Dicionário crítico de política cultural: Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLLIER, D.

1992 Método comparativo. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. [Em linha]. 5 (1992) 21-46. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <https://rucp.cienciassociales.edu.uy/index.php/rucp/article/view/285>.

CONDE, A. J. M.

2016 *Definição de cegueira e baixa visão*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2016. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <http://antigo.ibr.gov.br/educacao/71-educacao-basica/ensino-fundamental/258-definicao-de-cegueira-e-baixa-visao>.

CONSEIL INTERNATIONAL DES MUSÉES

2022 *Définition du musée*. [Em linha]. Paris: Conseil International des Musées, 2022. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://icom.museum/fr/ressources/normes-et-lignes-directrices/definition-du-musee/>.

DIJCK, J.

2007 *Mediated Memories in the Digital Age*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

DURANTI, L.

1994 Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*. [Em linha]. 7:13 (1994) 50-64. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976>.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Brasil

2020a *Curso de acessibilidade em espaços edificados de uso público*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Brasil

2020b *Curso de acessibilidade em museus*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020.

FÁROS TYFLÓN

2025 *Mouseío Afís = Μουσείο Αφής*. [Em linha]. Athinás: Fáros Tyflón, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://fte.gr/moyseio-afis/>.

FIGUEIREDO, J. R. M.

2018 *Um Universo entre outros dois*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2018. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/fique-por-dentro/um-universo-entre-outros-dois>.

FORBES BRASIL

2024 *Os 20 museus mais visitados do mundo em 2023*. [Em linha]. São Paulo: Forbes Brasil, 2024. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbeslife/2024/08/os-20-museus-mais-visitados-do-mundo-em-2023/>.

FRANCISCO, L. A.; SILVA, T. E.; GONÇALEZ, P. R. V. A.

2023 Acessibilidade nos repositórios institucionais das universidades brasileiras e mexicanas: um estudo a partir do modelo social da deficiência. *Brazilian Journal of Information Science*. [Em linha]. 17 (mar. 2023) 1-25. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12983>.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS

2025 *A Deficiência*. [Em linha]. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/a-deficiencia/>.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS

2020 *Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva*. [Em linha]. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2020. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>.

GIL, A. C.

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRO, A. D.

2025 [Tiflogia]: Definição. [Em linha]. Castelo de Vide; Lisboa: Centro de Experiência Viva Museu de Tiflogia, 2025. [Consult. 1 set. 2025]. Disponível em: <https://www.tiflogia.pt/definicao>. Acesso em: 01 set. 2025.

HALBWACHS, M.

1990 *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HESÍODO

1995 *Teogonia: a origem dos Deuses*. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

2024 *IBC 170 anos: Depoimento de Maria da Glória Souza Almeida*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ojnoitn_fOw. Acesso em: 04 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

2022 *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: pessoas com deficiência*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

2021 *Pesquisa nacional de saúde 2019: ciclos de vida*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2101846&view=detalhes>.

ITÁLIA. Leis, decretos, etc.

1999 *Legge 25 novembre 1999, n. 452*. Istituzione del Museo tattile statale “Omero Roma”. [Em linha]. 1999. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.parlamento.it/parlam/leggi/99452l.htm>.

JARDIM, A.

2005 *Música: vigência do pensar poético*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.

1986 *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MICHELANGELO

2025a Michelangelo In *Encyclopædia Britannica*. [Em linha]. 2025. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Michelangelo>.

MOUSEÍO AFÍS

2025 *Istoria Kai Orama*. [Em linha]. Athinás: Mouseío Afís, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://tactualmuseum.gr/istoria-kai-orama/>.

MOUSEÍO AFÍS

2022 *Koritsi me Maska Ekthema*. [Em linha]. Athinás: Mouseío Afís, 2022. [Consult. 8 set. 2025]. Disponível em: <https://tactualmuseum.gr/wp-content/uploads/2022/06/koritsi-me-maska-ekthema.jpg>.

MUSÉE DU LOUVRE

2025 *La Programmation du musée*. [Em linha]. Paris: Louvre, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.louvre.fr/expositions-et-evenements/expositions>.

MUSEO TATTILE STATALE OMERO

2025 *Museo*. [Em linha]. Ancona: Museo Tattile Statale Omero, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.museoomero.it/museo/>.

ORGANIZACIÓN NACIONAL DE CIEGOS DE ESPAÑA

2025 *Grupo Social ONCE: la suma de ONCE, Fundación ONCE e Ilunion*. [Em linha]. Madrid: Organización Nacional de Ciegos de España, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.once.es/conocenos/grupo-social-once>.

ORGANIZACIÓN NACIONAL DE CIEGOS DE ESPAÑA. Museo Tifológico

2025 *El museo*. [Em linha]. Madrid: Museo Tifológico de la Organización Nacional de Ciegos de España, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://museo.once.es/que-es>. Acesso em: 01 ago. 2025.

PARRELA, I. D.; NASCIMENTO, A. O.

2019 Memória institucional e arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 24 (2019) 176-188. [Consult. 1 set. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22277>.

PORTUGAL. Agência para a Modernização Administrativa

2025 *AccessMonitor*. [Em linha]. Lisboa: AccessMonitor, 2025. [Consult. 4 set. 2025]. Disponível em: <https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C.

2007 *Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência visual*. Brasília: Secretaria de Educação Especial; Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, 2007.

SASSAKI, R. K.

2009 Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*. [Em linha]. 12 (2009) 10-16. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55508>.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J.

1998 O Uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*. 9 (1998) 49-87.

SILVA, I. M.

2025 O Papel inclusivo das bibliotecas públicas do interior paulista: mediação da informação direcionada à pessoas com deficiência visual. [Em linha]. Marília, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/261515>.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SILVA, W. J.; PARREIRA, G. G.

2023 *Atendimento inclusivo: guia de orientações para bibliotecários e auxiliares de biblioteca*. Anápolis: Instituto Federal de Goiás, 2023.

SNELLEN CHART

2025b Snellen chart. In *Encyclopædia Britannica*. [Em linha]. 2025. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/Snellen-chart>.

VALENTIM, M. L. P.

2022 *Conhecimento e metodologia científica*. [Em linha]. Marília: M. V., 2022. [Consult. 29 jul. 2025]. Disponível em: https://valentim.pro.br/wp-content/uploads/2022/07/Conhecimento_Cienti%CC%81fico.pdf.

WILLIAMS, R.

2001 *The Long revolution*. Peterborough: Broadview Press, 2001.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM

2025 *Making the Web accessible*. [Em linha]. Cambridge: World Wide Web Consortium, 2025. [Consult. 4 set. 2025]. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/>.

ZHŌNGGUÓ GUÓJIĀ BÓWÙGUǎN

2025 *Zhǎnlǎn*. [Em linha]. Běijīng: Zhōngguó Guójiā Bówùguǎn, 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em: <http://chnmuseum.cn/>.

Igor Mendes da Silva | igor.m.silva@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Abstract: This study presents a scientometric analysis of the representation of museological objects in the international scientific literature. It employs a dual quantitative-qualitative approach, combining bibliometric analysis, domain analysis, and content analysis. Data from the Web of Science Core Collection were used, spanning from 2012 to 2022, and tools such as EndNote x20, Biblioshiny, and VOSviewer. The scientific production over time shows an initial stability in research output from 2012 to 2016, followed by a marked increase from 2017 onwards. The analysis of 491 retrieved documents reveals that 40 authors are the elite contributors in museological studies, revealing the field's global significance. Integration of information science with museology is evident in the retrieved works, reflecting an interdisciplinary approach. Finally, the research concludes that online access to museum collections is still a challenge for most museums, underscoring the importance of assignment of metadata and semantic enrichment.

Keywords: Bibliometric analysis; Co-word analysis; Museological objects representation; Scientific production analysis.

Resumo: Este estudo apresenta uma análise cientométrica da representação de objetos museológicos na literatura científica internacional. Adota uma abordagem dual quantitativa-qualitativa, combinando análise bibliométrica, análise de domínio e análise de conteúdo. Foram utilizados dados da Web of Science Core Collection, abrangendo o período de 2012 a 2022, e ferramentas como EndNote x20, Biblioshiny e VOSviewer. A produção científica ao longo do tempo mostra uma estabilidade inicial na produção de pesquisas de 2012 a 2016, seguida por um aumento acentuado a partir de 2017. A análise de 491 documentos recuperados revela que 40 autores são os principais contribuintes nos estudos museológicos, evidenciando a relevância global do campo. A integração da ciência da informação com a museologia é evidente nas obras recuperadas, refletindo uma abordagem interdisciplinar. Por fim, a pesquisa conclui que o acesso *online* às coleções de museus ainda é um desafio para a maioria dos museus, destacando a importância da atribuição de metadados e do enriquecimento semântico.

Palavras-chave: Análise bibliométrica; Análise de co-palavra; Representação de objetos museológicos; Análise da produção científica.

1. Introduction

Most museums articulate their own methods for describing and representing their objects. With the arrival of new semantic technologies, a series of mechanisms are implemented to integrate the resources on the Web and provide information about museum objects.

The relationship between information science and museology is a crucial element of this study. Information science focuses on the organization, management, and dissemination of information, while museology focuses on museums, collections, and their societal roles. These fields intersect areas like information management within museums, archival practices, and the digitisation of collections.

This facilitates the development of innovative and more expressive forms of information representation. By intertwining semantic technology methods, a more precise and logically structured sense of the network of interrelated information is achieved. This approach can be leveraged to uncover new knowledge and interconnect data generated and maintained across varied contexts, facilitating the linkage of museum collection objects and enhancing their representation.

In the museum domain, metadata facilitates the establishment of meaningful connections, offering context to the objects and uncovering their historical trajectories. “Museum curators use metadata as a way to interpret collections, conveying to visitors artifacts’ historical and societal significance, as well as describing the relationship of objects to one another” (RILEY, 2017:5).

Therefore, ensuring the clarity of metadata standards, as mentioned by Simionato *et al.* (2017), is crucial for preserving data integrity and preventing ambiguity, as well as avoiding decontextualised and incomplete representations. Although the guidelines propose a diversity of perspectives for analysing and describing aspects of informational objects, enriched with the establishment of complex conceptual relationships, the adoption of a basic metadata scheme already supports a certain level of standardization and interoperability (Silva & Lara, 2021).

Concerning museums, metadata tools implemented since the 1970s and late 90s include: data value standards, such as: Art & Architecture Thesaurus (AAT) and ICONCLASS; data structure standard like: Categories for the Description of Works of Art (CDWA), in addition to CDWA Lite XML (eXtensible Markup Language) schema, and data content standard including: Cataloguing Cultural Objects (CCO), Lightweight Information Describing Objects (LIDO), Spectrum; and the primarily conceptual framework in the field of museums and cultural heritage: CIDOC Conceptual Reference Model (GILLILAND-SWETLAND, 2017).

Schemes, standards, and models developed for representation in the Semantic Web must be grounded in interdisciplinarity. Oldman *et al.* (2015) accentuate that numerous information systems store significant data lacking explicit meanings. This poses a challenge for experts in information representation or documentalists, who without the help of experts in the domain cannot grasp how the information should be accurately represented.

According to Marcondes (2019), registration and documentation are essential prerequisites for the museumization process. In this context, the Getty Institute recommends a minimum standard of description fields for museum objects, known as Object ID. This standard ensures unambiguous identification of each object and includes one or more images (THORNES *et al.*, 1999).

Cardozo-Padilha and Arruda-Café (2017) emphasise that semantic interoperability challenges in museum cataloguing arise from the use of different terms for the same metadata or overly broad concepts, leading to ambiguity and requiring additional effort from users and researchers to navigate the terminological inconsistencies. To address this, it is essential to develop an information structure that integrates all resources describing the objects, utilising a standardised language that enables the categorization of elements as shared members of a specific group or category.

In this sense, Silva (2021) indicates that among the specific cataloguing guidelines for art objects are the Categories for the Description of Works of Art (CDWA) and among the tools for indexing art objects, the Art & Architecture Thesaurus (AAT). Furthermore, Klic *et al.* (2018) state that normalising terms using Getty's AAT helps to reconcile the many variants as well as various inconsistencies in the source data of a work or source. Based on this, it can be considered that metadata facilitates and speeds up searches, helping to integrate all resources under a much more standardised vision.

The complexities arise from the unique characteristics of each museum and the diverse typology of objects, making the subject more intricate. Thus, there is a need for mapping the scientific production in this field, aiming to identify gaps in museum studies and explore possibilities through the application of interdisciplinary methods to approach the representation of information of objects in museums.

Given this, the research question is as follows: What do bibliometric analyses reveal regarding publication performance, trends and predominant themes and co-words networks? The objective is to conduct a bibliometric analysis of the representation of museological objects in international scientific literature, aiming to describe the behaviour of publication activity, identify predominant keywords, uncover research trends and map co-words network. An overview of publications on museological information representation was developed, aiming to improve the accessibility, management, and retrieval of information related to museum objects within their collections.

1.2. Museological objects representation

Essential elements in fields like museology and information science include conceptual accuracy, specialised language, and methods for information retrieval and preservation. Bräscher-Medeiros and Arruda-Café (2008) presented the role of information representation as both an intrinsic aspect of the information organisation process. Specific languages, such as classifications, thesauri, taxonomies, and ontologies, emerge as integral components in representing museological objects. UNESCO (2009) defines museological objects as part of cultural heritage, including artifacts, monuments, and sites with symbolic, historical, and social significance. This study focuses on museological objects as part of cultural heritage.

Standardisation and structuring of descriptions in museums are essential for representing objects in the digital era, as noted by Batista-Lima *et al.* (2016). Harpring (2016) emphasises the importance of glossaries, thesauri, and specialised dictionaries for language standardisation.

Museum professionals infer valuable information from objects, addressing gaps through research and analysis, often requiring detailed documentation fields to capture aspects like an object's stylistic evolution. Metadata represents diverse museum resources and allows interoperability among cultural heritage collections. Fortier and Ménard (2017) note that online access to collections remains a challenge, and many museums still use inconsistent metadata practices. Scherp *et al.* (2012) argue that existing metadata models and standards often lack compatibility and sufficient semantic richness to describe museum collections effectively.

2. Methodology

This research comprises three core strategies: bibliometric analysis, domain analysis, and categorical content analysis. Bibliometric method (GLÄNZEL, 2003) was employed to analyse and map the museological representation scientific subdomain, focusing on measurement and analysis of published scientific literature that aims to uncover research trends, emerging and predominant topics and co-words networks. In addition, Bardin's categorical content analysis (1977), adhering to the rules of exhaustiveness, representativeness, homogeneity, and relevance was used, to guide the inclusion criteria for sample selection and its in-deep analysis. On the other hand, Hjørland's domain analysis (2002) allowed a better understanding of the relationships between disciplines within the studied domain, which enriched the interpretation of intellectual dynamics findings and aligned them with the theoretical foundations of knowledge organisation.

2.1. Data collection and search strategy

The Web of Science Core Collection (WoS) international database was selected for this research due to its advantageous classification system in the library and information science discipline, which enables the precise retrieval of articles related to museological objects representation. The following search strategy was adopted: "museological collection" (Topic) OR "museum collection" (Topic) OR "museum objects" (Topic) AND "metadata" (Topic), also refined to only retrieve documents categorised as Proceeding Paper, Review Article, Book Chapter, Data Paper, or Articles for the period 2012-2022. The search, conducted on 10/10/2023, retrieved 491 items.

2.2. Bibliometric indicators

Bibliometric indicators of publication activity, along with advanced data-analytical methods (GLÄNZEL, 2003) were applied. The total number of publications, paper frequency by year, to enabled the identification of research activity peaks between 2012 and 2022; elite of researchers, based on Price's Law (1976), which states that the square root of the total number of authors in a field corresponds to those prolific authors; core, moderately and minimally productive journals, following Bradford's Law (1934), that provided a well-established framework for understanding the distribution of scholarly contributions across different zones.

2.2.1. Co-word clustering technique

A co-word analysis was conducted to map the conceptual structure and visualise complex bibliometric data, facilitating the interpretation of connections between author's keywords (ARIA and CUCCURULLO, 2017). This analysis emphasised dominant topics and sub-topics, as well as identified under-researched areas and emerging trends that may point to future directions for the museological field.

2.3. Co-word clustering technique

In the first step, a robust process for the identification of noun phrases within the author's keywords is employed. This involves the application of standardising the data using EndNote x20 software (CLARIVATE..., 2024). This process included removing duplicates,

ensuring the quality of records for bibliometric analysis, managing document references more efficiently, and facilitating the content analysis of abstracts, which was essential for grasping the wider context of the research landscape. Biblioshiny, the graphical interface of the R-package 'bibliometrix' (ARIA and CUCCURULLO, 2017), was used for its robust bibliometric data management and analysis capabilities. To map the conceptual structure a co-word analysis was developed, with a unit of analysis (author keywords).

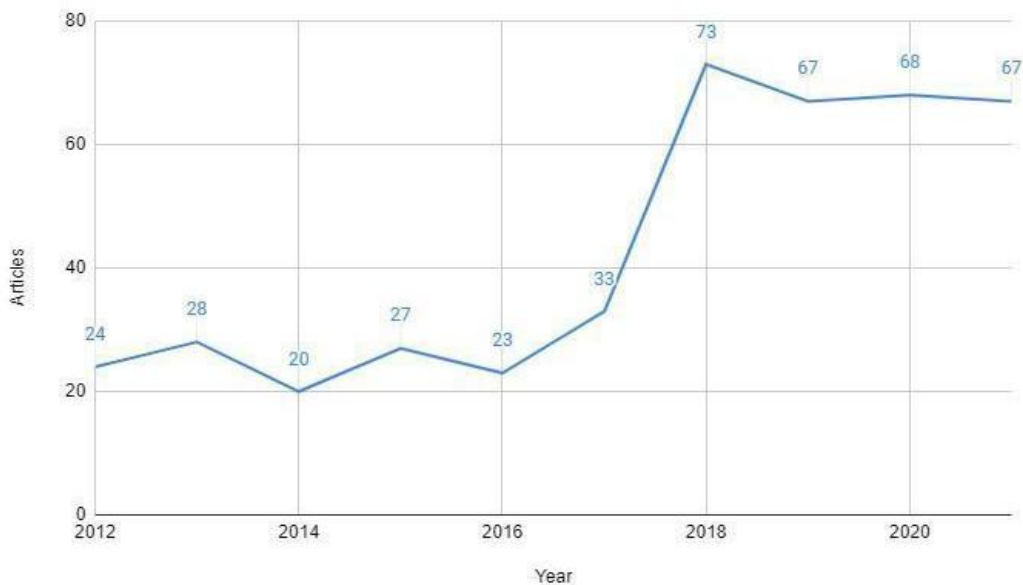
Finally, drawing on the methodology by Bornmann *et al.* (2017), was used a function to create a network based on the co-occurrence of authors' keywords (adjectives or nouns). This network was represented on a two-dimensional map.

3. Results

3.1. Scientific productivity

The temporal distribution of publications in museological objects representation research from 2012 to 2022 is displayed in Fig. 1. This visualisation maps the number of publications per year, providing growth trends within the field over the specified period.

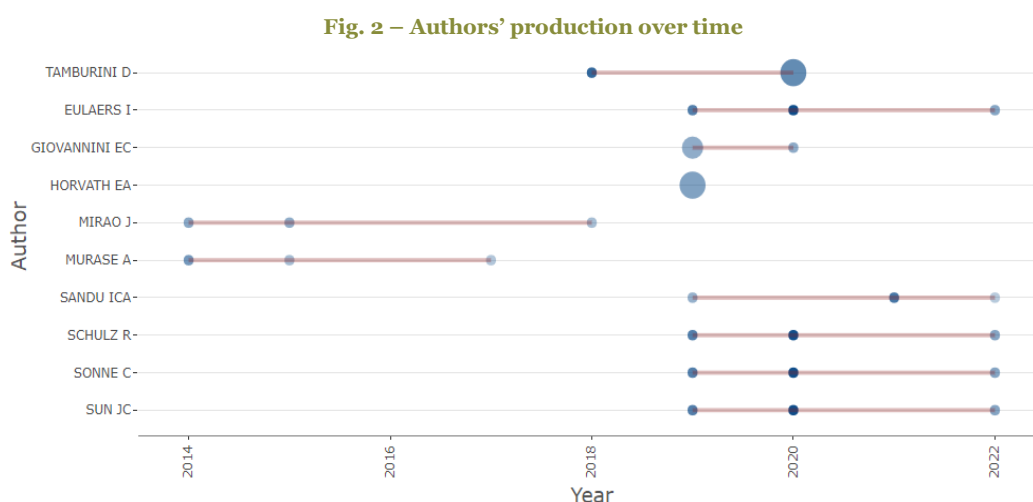
Fig. 1 - Annual scientific production



Source: elaborated by the authors (2024).

From 2012 to 2016, publication numbers remained stable, ranging from 20 to 28 articles per year, indicating a steady research output. However, after 2017, a notable increase occurred, with publications rising to 33 in 2017 and surging to 73 in 2018. This upward trend continued through 2021, maintaining high annual output of 67 to 73 articles. Despite a 15.03% annual growth rate, the later years show growing interest and development in the field.

Furthermore, the analysis of the 1,573 authors' production over time (Fig. 2) reveals the diverse and dynamic nature of scholarly contributions to museological representation studies. In this visualisation, the colour intensity and circle size indicate authors' scholarly and productivity. The size of the circles reflects the number of articles published each year, with larger circles signifying higher productivity.

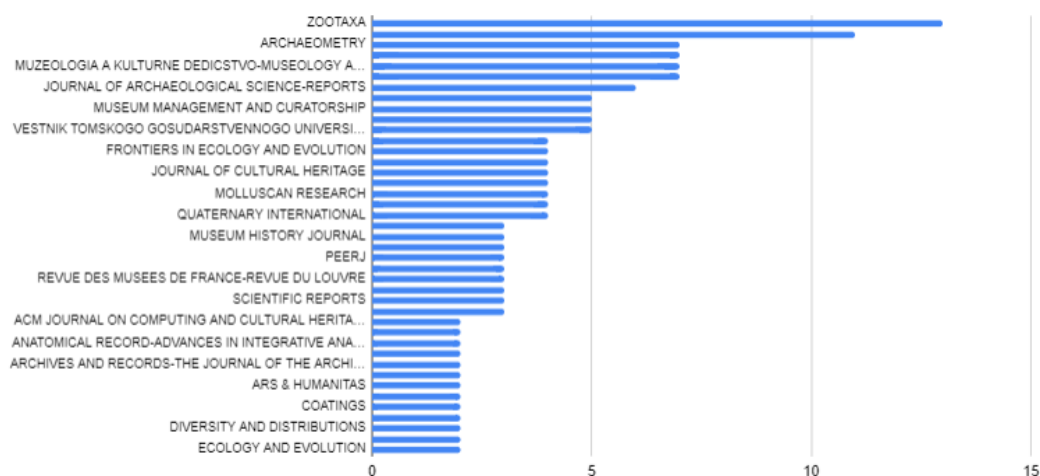


Source: elaborated by the authors (2024).

The elite or most prolific contributors of the field of museological studies are 40 ($\sqrt{1,573} \approx 40$). Fig. 2 only shows the ten authors with the highest frequency of publications. Tamburini D, with 4 publications, has the highest number of publications in the domain, followed by several authors with 3 publications each, such as Sandu ICA, Eulaers I, Giovannini EC, and Horvath EA.

Some publication frequencies show variations across years. For example, Eulaers I maintained a steady output, with one publication each in 2019, 2020, and 2022. Giovannini EC experienced a peak in productivity in 2019, with two publications, while Horvath EA's most productive year was 2019 with three publications. Mirao J's contributions were spread across 2014, 2015, and 2018, while Murase A made a notable contribution with a single publication in 2014. These trends reflect the research output dynamics within the broad and collaborative field of museological studies.

The analysis of source production, applying Bradford's Law (1934) to the retrieved documents, identified a total of 341 sources. This distribution (Fig. 3) underscores a concentrated core of highly productive sources (Zone 1) that contribute a disproportionately large share of articles. Beyond this core lies a broader category of moderately productive sources (Zone 2) and an extensive group of minimally productive sources (Zone 3). Quantitatively, Zone 1 comprises 41 sources (12.02% of the total), Zone 2 includes 138 sources (40.47%), and Zone 3 encompasses 162 sources (47.51%).

Fig. 3 - Core sources in Zone 1 by Bradford's Law

Source: elaborated by the authors (2024).

This distribution reveals the hierarchical nature of source productivity within the dataset, revealing the dominance of a select core over more extensive but less prolific segments. A comprehensive description of these findings is provided below:

Core Journals (Zone 1): Zootaxa (13), Zookeys (11), Archaeometry (7), Heritage Science (7), Museology (7), A Kulturne Dedicstvo-Museology and Cultural Heritage (7) and PLOS ONE (7). According to Bradford's Law (1934), Zone 1 comprises core journals and represents the backbone of the research landscape. They are likely to be central to the research topic and collectively account for a substantial number of articles.

Moderately Productive Journals (Zone 2): journals listed from Vestnik Tomskogo Gosudarstvennogo Universiteta to Scientific Reports fall into Zone 2. They are moderately productive and contribute to the overall body of literature, but to a lesser extent than the core journals.

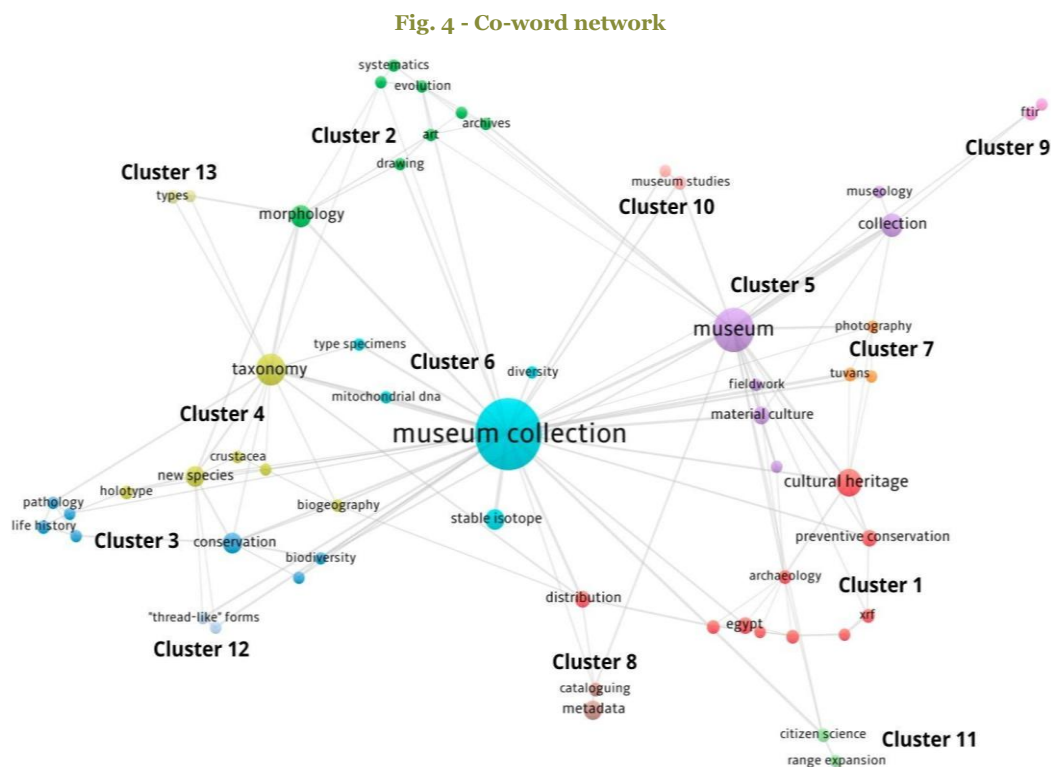
Minimally Productive Journals (Zone 3): the remaining journals. Individually, these journals contribute with fewer articles than those in Zones 1 and 2. Zone 3 represents a long tail of less influential sources that, collectively, contribute with a smaller proportion of articles.

The distribution is consistent with Bradford's Law (1934), indicating a geometric growth in the number of sources in the three zones. The sources in Zone 1 reveal a diverse array of source types, reflecting a comprehensive engagement with various disciplines, including natural sciences, cultural heritage, environmental studies, and more. The presence of multidisciplinary and specialised journals underscores the richness of the core sources in this group, confirming the concentration of productivity in certain sources.

3.2. Conceptual structure

Co-word network (Fig. 4) is structured in 13 clusters and 57 nodes, and each cluster represents a specific thematic area within museology and related disciplines. The node size

corresponds to the item's weight; for instance, a keyword that appears more frequently will have a larger node. Each cluster represents a set of keywords that are often related. The colour coding helps to visually separate different clusters (themes or subject areas within the research subfield). Also, it is important to observe the distance between nodes in the map; nodes that are closer are more related and the lines indicate a relationship between them.



Source: elaborated by the authors (2024).

The following analysis prioritises the perspective of this research, focusing on those clusters most closely aligned with information science and museological representation practices, following the criteria of cluster's size, its position in the network, and co-occurrence frequency of the nodes. There are six key clusters (1, 5, 6, 8, 10, and 11) that offer in-depth understanding about metadata management, cataloguing, and museum studies. While other clusters (2, 3, 4, 7, 9, 12, and 13) are relevant to the broader field, they represent more specific case studies related to natural history, conservation, analytical techniques, and specific biological classifications. To facilitate analysis and improve thematic identification, generic categories (indicated in parentheses) were assigned to each cluster, allowing a clearer understanding of the themes and topics represented within each group of related scientific works.

In cluster 6 (5 nodes) (Museum Collections and Metadata) there is a focus on museum collection as a dominant topic. Emerging themes like metadata and cataloguing reveal a shift toward improving accessibility and organization within museum systems. The focus on metadata and cataloguing practices reflects the critical role of data management in enhancing the usability of collections. Wehi *et al.* (2012) emphasise the critical need for

robust metadata systems, discussing how biases in museum collections can distort research outcomes. Hardenbroek *et al.* (2012) and Chatterjee *et al.* (2015) rely on isotopic analyses to connect specimens to shifts in climate and water quality. Metadata can standardise the documentation of these associations, facilitating reliable longitudinal and cross-regional comparisons. The inclusion of provenance information is essential for precise interpretation. Migaszewski and Mader (2019) discuss the significance of maintaining historical and geological context when examining rose-like calcite slabs from Poland, noting that a metadata framework helps preserve and make these details accessible. Focusing on museum collections and metadata, the importance of systematic documentation and data integration is emphasised. This approach not only enhances the reliability of research but also supports innovative analyses and boosts the educational and societal value of museum collections. Ultimately, preserving unique specimens relies on precise documentation.

Cluster 5 (6 nodes) (Museology and Material Culture) includes key topics like museum and material culture that emphasise traditional themes, while fieldwork and collection suggest emerging topics focused on practical aspects of museum work. The appearance of museology as a topic indicates a growing interest in theoretical discussions about the role and function of museums in contemporary society. The cluster's themes suggest a balanced approach, blending theoretical considerations with practical challenges in the field. Grant (2022) investigates the intersections between material culture, museum collections, and their wider sociocultural and historical contexts. Tidy and Turner (2020) offer a framework for understanding museums as active agents in the socio-political dynamics of coloniality, advocating for the use of intimacy as a methodological approach in field research.

In cluster 1 (10 nodes) (Archaeology and Heritage Studies), research primarily focuses on representation of cultural objects through a variety of analytical methods. Key topics include archaeology, cultural heritage, and specific techniques such as radiocarbon dating. Emerging topics like iconography are related to spatial analysis and visual heritage representation. Felippi, Rüttschilling and Perry (2018) details preventive conservation efforts for textile collections, emphasising in documentation and cataloguing. Furthermore, Micoli *et al.* (2019) underscores the significance of situating objects within their cultural and ritual contexts, advocating for context-specific metadata that includes both technical details and interpretative information. The focus on Egypt and preventive conservation reflects growing concerns for preservation in regions with rich archaeological histories.

Within cluster 8 (2 nodes) (Cataloguing and Metadata Management) a set of connections is explored, delving into topics, such as cataloguing and metadata, accentuating a critical role of systematic organization and documentation in museum practices. These emerging themes demonstrate a transition towards exploring the challenges of digital preservation and access. The cluster underscores the importance of metadata management as museums adapt to the demands of modern research and public engagement, emphasising cataloguing as essential for maintaining and enhancing collections in the digital age (WESTERBY and KEEGAN, 2019).

In cluster 10 (2 nodes) (Museum Studies and Collecting) there is a focus on museum studies and collecting as key themes. These topics underscore the dual emphasis on theoretical frameworks and practical elements of museum practice. Collecting activities reveals a response to the dynamic nature of these institutions and their role in preserving cultural and scientific heritage (CLARK *et al.*, 2018; HRUSKOVÁ, 2020; KOS, 2020).

Cluster 11 (2 nodes) (Citizen Science) is related to public participation in museums research, practices and technical processes, commonly known as citizen science (SPEAR, PAULY and KAISER, 2017; ENCARNAÇÃO *et al.*, 2022). This emerging area emphasises the democratisation of scientific knowledge and the engagement of non-specialists in contributing to museological and scientific initiatives.

Although the other clusters contribute significantly to the studied field, they focus on more specialised case studies. Cluster 4 (Taxonomy and Biogeography) focuses on species classification and geographic distribution, emphasising taxonomy and new species (MITA and ROSA, 2019; WILLIAMS and SNYMAN, 2021). Cluster 2 (Natural History and Evolution) explores species diversity and evolutionary adaptations, with growing interest in mollusks and biodiversity (WESENER and ANILKUMAR, 2020). Cluster 3 (Conservation and Ecology) emphasises ecosystem health and conservation strategies, underscoring the critical role of museum collections in studying life cycles, comparative anatomy, developmental biology, life history hypotheses, and providing valuable perspectives on taxonomic variation, environmental context, and ecological dynamics (MCRAE and ARONSEN, 2018). Cluster 7 (Photography and Ethnography) integrates cultural narratives and visual media, accentuating the documentation, preservation, and analysis of photographic negatives, while underscoring the need for systematic classification and field-based documentation, which align with the cluster's focus on biodiversity and conservation strategies (STANULEVICH, 2020). Cluster 9 (Analytical Techniques) applies advanced scientific methods for object's analysis, including from gemstones and mummies to paintings and historical tools (VANDENBEUSCH *et al.*, 2021). Cluster 13 (Diptera and Type Specimens) represents foundational taxonomic research (AMORIM and OLIVEIRA, 2013), and Cluster 12 (Marine Biology) bridges natural history and marine biodiversity, reflecting museology's interdisciplinary scope while emphasising the role of museum collections in filling knowledge gaps, refining species representation through taxonomic revision, and deepening the ecological understanding of marine systems (HORVATH, 2019).

Finally, it is important to mention that, although all these analysed studies are related to the domain of metadata, only a limited number focus on a theoretical proposal for creating metadata schemes or descriptors as a central theme. In this sense, Qarabolaq *et al.* (2012), studied the standard PREMIS preservation metadata, developed using XML to record metadata for maintaining information resources in digital packages, has a determining role in optimal information management in virtual museums.

The main metadata standards used by virtual museums are presented by Sylaiou *et al.* (2018), along with the qualitative results of an extensive survey conducted within the framework of the ViMM project to identify the strengths and weaknesses of the metadata standards most commonly used. Rezende, Ferreira and Manini (2019) provided a definition for descriptors (metadata) used to index 50 objects from the museum collection, focusing on the typology of natural history, the field of morphological sciences, and the specialty of human anatomy.

A conceptual model that connects metadata to communication processes, thereby enabling a more systematic treatment of metadata, is presented by Konsa (2020). The introduction of structured metadata in Estonian museums began in 1992, when KVIS (Information System of Cultural Values) was developed by AS GenNet Laboratories under the commission of the Ministry of Culture. The development of KVIS was based on the CIDOC

data model of the International Council of Museums and SWETERM, the Swedish standard for forming name attributes. This object-oriented data model focused not on the object but on the event, a description approach also supported by the CRM (Conceptual Reference Model) adopted by CIDOC.

Silva and Lara (2021) propose a basic metadata scheme for the descriptive representation of artworks in Brazilian museums, drawing from international guidelines to create a framework suitable for the Brazilian context. They examined three key standards for the descriptive representation of museum objects: the SPECTRUM guidelines from Collections Trust in the United Kingdom; the CIDOC-ICOM Categories of Information, associated with UNESCO, and the CDWA, developed by the Getty Research Institute in the United States. Based on these guidelines, a concrete metadata scheme was developed as a methodological guide for the basic descriptive representation of artwork collections in Brazil.

Metadata profiles adopted for displaying archival and museum objects in the Common Digital Space of Scientific Knowledge (CDSSK), with one of the prototypes being the digital library "Scientific Heritage of Russia" (DL SHR), were discussed by Kalenov *et al.* (2021). Also, two cases from museums in the USA (the Smithsonian Transcription Center and the National Gallery of Art collection on Wikimedia Commons) about vocabulary in museum collection practices were investigated, which feature opposite participatory strategies for enriching images with metadata, were investigated by Hansson and Dahlgren (2022).

4. Conclusions

This study underscores the role of museological objects representation within the broader context of cultural heritage, emphasising the need to improve standardisation and enhance description in the digital era. While metadata is recognised as a vital tool for optimising interoperability and providing essential information about museum resources, current practices are still insufficient to fully capture the semantic richness of these objects. However, this research presents a significant advancement by unveiling the integration of information science with museology, as discovered through topic clusters identified in the content structure analysis.

The scientific production over time shows an initial stability in research output from 2012 to 2016, followed by a marked increase from 2017 onwards. On the other hand, the analysis of authors' production reflects the diversity in scholarly contributions. The application of Price's Law identifies the most prolific authors, with Tamburini D leading. Individual publication patterns of these authors reveal varying rhythms of research output, indicative of the dynamic nature of the field.

Distribution of sources within the dataset reveals a hierarchical distribution of research productivity, with core journals like Zootaxa and PLOS ONE accounting for the majority of articles, in line with Bradford's Law. Moderately productive journals contribute to the literature to a lesser extent, while minimally productive journals have a smaller individual impact. The core journals reflect a diverse, multidisciplinary engagement, confirming the concentration of research in a select group of sources.

Co-word map illustrated a rich and complex interconnected content structure in the study of museological objects representation. The interaction between clusters focused on the

natural sciences, humanities, and social sciences, along with the centrality of themes such as museum collections, material culture, and information management, demonstrates the inherently interdisciplinary nature of this field of study. Additionally, topics such as photography and citizen science were also emphasised in this analysis.

Integration of information science with museology is evident in the retrieved works (QARABOLAQ *et al.*, 2012; SYLAIU *et al.*, 2018; REZENDE, FERREIRA and MANINI, 2019; KONSA; 2020; SILVA and LARA, 2021; KALENOV *et al.*, 2021; HANSSON and DAHLGREN, 2022) of the topic clusters identified in the content structure analysis. Topics like metadata management, digital curation, and the use of advanced technological tools for artifact analysis underscore a paradigm shift in museum practices. The emphasis on metadata, particularly in the context of digital libraries and virtual museums, signifies the importance of efficient information organisation and accessibility in preserving museum collections.

Findings reveal a strong interdisciplinary focus within the scientific discourse. However, focus remains on preservation-centric practices rather than on enriching the descriptions of museum objects. Additionally, there is a lack of semantic metadata integration with unstructured content. This gap in the literature presents an opportunity for future research.

References

AMORIM, D. D.; OLIVEIRA, S. S.

2013 Types of Neotropical Mycetophilidae (Diptera) at the Natural History Museum collection, London. *Zootaxa*. [Online]. 3726:1 (2013) 1-119. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://www.mapress.com/zootaxa/2013/f/z03726p119f.pdf>.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C.

2017 Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*. [Online]. 11:4 (2017) 959-975. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>.

BARDIN, L.

2010 *Content analysis*. 2nd ed. Lisbon: Edições 70, 1982.

BATISTA-LIMA, F. R.; SANTOS, P. L. V. A. C.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E.

2016 Metadata standard in the museological domain. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Online]. 21:3 (2016) 50-69. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2639>.

BORNMANN, L.; HAUNSCHILD, R.; HUG, S. E.

2018 Visualizing the context of citations referencing papers published by Eugene Garfield: A new type of keyword co-occurrence analysis. *Scientometrics*. [Online]. 114 (2018) 427-437. [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2591-8>.

BRADFORD, S. C.

1934 Sources of information on specific subjects. *Engineering*. 23 (1934) 85-88.

BRÄSCHER-MEDEIROS, M.; ARRUDA-CAMPO, L. M.

2009 Organization of information or organization of knowledge. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9º, São Paulo, 2009 – *Anais...* [Online]. São Paulo: ENANCIB, 2009, 1-14. [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/176535>.

CARDOZO-PADILHA, R. C.; ARRUDA-CAMPO, L. M.

2017 Semantic interoperability between museum collections: discussing the case of the Museums of Image and Sound. *Em Questão*. [Online]. 23:1 (2017) 113-128. [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.19132/1808-5245231.113-128>.

CHATTERJEE, M. [et al.]

2015 Isotopic and geochemical characterization of invader tilapia fishes from water bodies of West Bengal and Karnataka, India. *Environmental Monitoring and Assessment*. [Online]. 187:11 (2015). [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10661-015-4929-0>.

CLARIVATE ANALYTICS

2024 *EndNote* [software]. [Online]. 2024. [Accessed: 24 Dec. 2023]. Available at: <https://endnote.com/>.

CLARK, A. [et al.]

2018 More than souvenirs: Lady Annie Brassey's curated collections. *Journeys: The International Journal of Travel and Travel Writing*. [Online]. 19:2 (2018) 82-105. [Accessed: 24 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.3167/jvs.2018.190205>.

ENCARNAÇÃO, J. [et al.]

2022 Coastal countercurrents increase propagule pressure of an aquatic invasive species to an area where previous introductions failed. *Estuaries and Coasts*. [Online]. 45:8 (2022) 2504-2518. [Accessed: 24 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1007/s12237-022-01092-8>.

FELIPPI, V.; RÜTHSCHILLING, E. A.; PERRY, G.

2018 Laces: a case study of preservation of the UFRGS Fashion and Textile Museum collection. *Conservar Patrimônio*. [Online]. 29 (2018) 71-80. [Accessed: 24 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.14568/cp2017036>.

FORTIER, A.; MÉNARD, E.

2017 Laying the ground for DOLMEN: offering a simple standardization starts with understanding what museums do. *Knowledge Organization*. [Online]. 44:7 (2017) 485-493. [Accessed: 26 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-7-485>.

GILLILAND-SWETLAND, A. J.

2017 Setting the stage. In WILLIAMS, J. - *Introduction to Metadata*. 3rd ed. [Online]. Los Angeles: Getty Publications, 2017. 2017, p. 1-19. [Accessed: 26 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1177/155019061701300104>.

GLÄNZEL, W.

2003 *Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators*. *Course handouts*. [Online]. 2003. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://bit.ly/41TTv8p>.

GRANT, C.

2022 Documenting an endangered Cambodian musical tradition: unexpected findings on the provenance of the British Museum's "Asset 1380796001". *International Journal of Intangible Heritage*. [Online]. 17 (2022) 123-133. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://www.ijih.org/volumes/article/1048>.

HANSSON, K.; DAHLGREN, A. N.

2022 Choice, negotiation, and pluralism: a conceptual framework for participatory technologies in museum collections. *Computer Supported Cooperative Work*. [Online]. 31:4 (2022) 603-631. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10606-022-09441-8>.

HARDENBROEK, M. [et al.]

2012 North American transect of stable hydrogen and oxygen isotopes in water beetles from a museum collection. *Journal of Paleolimnology*. [Online]. 48:2 (2012) 461-470. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10933-012-9623-4>.

HARPRING, P.

2016 *Introduction to controlled vocabularies: terminology for art, architecture, and other cultural works*. [Online]. São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 2016. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://bit.ly/3BZfJLH>.

HJØRLAND, B.

2002 Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*. [Online]. 58:4 (2002) 422-462. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1108/00220410210431136>.

HORVATH, E. A.

2019 A Review of gorgonian coral species held in the Santa Barbara Museum of Natural History research collection. *Zookeys*. [Online]. 860 (2019) 1-66. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.3897/zookeys.860.19961>.

HRUSKOVÁ, K.

2020 Uniform buttons within the context of the collection of the Waldes Museum of Buttons and Fasteners. *Muzeologia a Kulturne Dedicstvo*. [Online]. 8:4 (2020) 5-21. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.46284/mkd.2020.8.4.1>.

KALENOV, N. [et al.]

2020 Digital Library "Scientific Heritage of Russia". In INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER-HUMAN INTERACTION RESEARCH AND APPLICATIONS (CHIRA 2020), 4th, Budapest, 2020 – *Proceedings...* [Online]. Setúbal: CHIRA, 2020, 104-111. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.5220/0010106001040111>.

KLIC, L. [et al.]

2018 The Drawings of the Florentine Painters: From Print Catalog to Linked Open Data. *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America*. [Online]. 37:1 (2018) 33-43. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1086/697276>.

KONSA, K.

2020 The Origin of metadata: a perspective on information theory. *Ajalooline Ajakiri: The Estonian Historical Journal*. [Online]. 172:2 (2020) 141-167. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.12697/aa.2020.2.03>.

KOS, M.

2020 From the Regional Museum for Carniola to the National Museum of Slovenia: Collection, Collections and Collection Policy. *Ars & Humanitas* [Online]. 14:2 (2020) 15-27. [Accessed: 23 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.4312/ars.14.2.15-27>.

QARABOLAQ, Z. F. [et al.]

2013 The Role of PREMIS Preservation Metadata in Information Management in Virtual Museums. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTEGRATED INFORMATION (IC-ININFO), 2nd, Budapest, 2012. *Proceedings...* [Online]. [S. l.]: IC-ININFO, 2013, 1-10. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.02.067>.

MCRAE, R.; ARONSEN, G. P.

2018 Inventory and Assessment of the Gorilla gorilla (Savage, 1847) Skeletal Collection Housed at the Yale Peabody Museum of Natural History. *Bulletin of the Peabody Museum of Natural History*. [Online]. 59:2 (2018) 199-247. [Accessed: 23 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.3374/014.059.0205>.

MARCONDES, C. H.

2019 Proposta de uma classificação geral de objetos museológicos. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Online]. 24:2 (2019) 103-123. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3155>.

MICOLI, L. L. [et al.]

2019 Digital contents for enhancing the communication of museum exhibition: the Pervival Project. In INTERNATIONAL WORKSHOP 3D-ARCH: 3D VIRTUAL RECONSTRUCTION AND VISUALIZATION OF COMPLEX ARCHITECTURES, 8th, Bergamo, 2019 - *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, v. XLII-2/W9: *Proceedings...* [Online]. Göttingen: 3D-ARCH, 2019, 487-493. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLII-2-W9-487-2019>.

MITA, T.; ROSA, P.

2019 Redescription of *Chrysidea pumiloides* Zimmermann, 1956, and description of three new species from Madagascar (Hymenoptera: Chrysidae). *European Journal of Taxonomy*. [Online]. 564 (2019) 1-20. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.5852/ejt.2019.564>.

MIGASZEWSKI, Z. M.; MADER, A.

2019 The Use of Museum Collection for Studying the Origin of “Rose-Like” Calcite in the Holy Cross Mountains (South-Central Poland). *Geoheritage*. [Online]. 11:4 (2019) 1307-1314. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1007/s12371-019-00369-y>.

OLDMAN, D.; DOERR, M.; GRADMAN, S.

2015 Zen and the Art of Linked Data. In *A New Companion to Digital Humanities*. Ed. By S. Schreibman, R. Siesmens, J. Unsworth. [Online]. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015, p. 251-273. [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1002/9781118680605.ch18>.

PRICE, D. S.

1976 A General Theory of Bibliometric and Other Cumulative Advantage Processes. *Journal of the American Society for Information Science (JASIST)*. [Online]. 27:5 (1976) 292-306. [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1002/asi.4630270505>.

REZENDE, L. C.; FERREIRA, J. R.; MANINI, M. P.

2019 Index of digital images anatomical: incorporation of a written for imagery. *Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*. [Online]. 77 (2019) 27-37. [Accessed: 26 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.5195/biblios.2019.433>.

RILEY, J.

2017 Understanding metadata: what is metadata, and what is it for? *NISO*. [Online]. (2017). [Accessed: 20 Dec. 2023]. Available at: <https://bit.ly/429Hzoz>.

SCHERP, A.; SAATHOFF, C.; SCHEGLMANN, S.

2012 A Pattern System for Describing the Semantics of Structured Multimedia Documents. *International Journal of Semantic Computing*. [Online]. 6:3 (2012) 263-288. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1142/S1793351X12400089>.

SILVA, C. A.; LARA, M. L. G.

2021 Esquema básico de metadados para representação descritiva de obras de arte em museus brasileiros. *Transinformação*. [Online]. 33:e200050 (2021) 1-15. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202133e200050>.

SIMIONATO, A. C.; ARAKAKI, F. A.; SANTOS, P. L. V. A. C.

2017 Descrição em bibliotecas, arquivos, museus e galerias de arte: linkando recursos e comunidades. *Informação & Informação*. [Online]. 22:2 (2017) 449-466. [Accessed: 27 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p449>.

SPEAR, D. M.; PAULY, G. B.; KAISER, K.

2017 Citizen science as a tool for augmenting museum collection data from urban areas. *Frontiers in Ecology and Evolution*. [Online]. 5:12 (2017). [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.3389/fevo.2017.00086>.

STANULEVICH, N. A.

2020 Expeditionary negatives of Tuva in the Kunstkamera collection, 1952 and 1953. *Novye Issledovaniya Tuva = New Research of Tuva*. [Online]. 3 (2020) 240-252. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.25178/nit.2020.3.17>.

SYLAIYOU, S.; LAGOUDI, E.; MARTINS, J.

2018 Metadata standards for virtual museums. In *Digital Heritage. Progress in Cultural Heritage: Documentation, Preservation, and Protection*. Ed. M. Joannides... [et al.]. [Online]. Chicago, Illinois: Springer International Publishing, 2018, p. 483-497. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: https://doi.org/10.1007/978-3-030-01762-0_42.

THORNES, R.; DORELL, P.; LIE, H.

1999 *Introduction to Object ID: Guidelines for Making Records that Describe Art, Antiques, and Antiquities*. [Online]. Los Angeles: Getty Information Institute, 1999. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://bit.ly/3ZQVNT9>.

TIDY, J.; TURNER, J.

2020 The Intimate international relations of museums: a method. *Millennium: Journal of International Studies*. [Online]. 48:2 (2020) 117-142. [Accessed: 28 Dec. 2024]. Available at: <https://doi.org/10.1177/0305829819889131>.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS

2009 *Cultural heritage: Definition*. [Online]. 2009. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://whc.unesco.org/en/glossary/224/>.

VANDENBEUSCH, M.; STACEY, R.; ANTOINE, D.

2021 Rediscovering Nestawedjat: Embalming residue analyses reunite the mummified remains of an ancient Egyptian woman with her coffins. *Journal of Archaeological Science: Reports*. [Online]. 40:103186 (2021) 1-7. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2021.103186>.

WEHI, P. M.; WHAANGA, H.; TREWICK, S. A.

2012 Artefacts, biology and bias in museum collection research. *Molecular Ecology*. [Online]. 21:13 (2012) 3103-3109. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1365-294X.2012.05589.x>.

WESENER, T.; ANILKUMAR, P. A.

2020 The Millipedes collected by the Museum “La Specola” on Madagascar 1989/1991, with the description of three new species of giant pill-millipedes (Diplopoda, Sphaerotheriida, Arthrosphaeridae). *ZooKeys*. [Online]. 930 (2020) 3-35. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.3897/zookeys.930.47620>.

WESTERBY, G.; KEEGAN, K.

2019 Digital Art History and the Museum: The Online Scholarly Collection Catalogues at the Art Institute of Chicago. *Visual Resources: An International Journal on Images and Their Uses*. [Online]. 35:1-2 (2019) 141-154. [Accessed: 26 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.1080/01973762.2018.1553445>.

WILLIAMS, K. A.; SNYMAN, L. P.

2021 Tabanidae (Diptera) holotypes in the KwaZulu-Natal Museum collection. Part I. Haematopota Meigen, 1803. *African Invertebrates*. [Online]. 62:2 (2021) 485-495. [Accessed: 16 Dec. 2023]. Available at: <https://doi.org/10.3897/afrinvertebr.62.76103>.

Beatriz Tarré Alonso | bettytarrealonso@gmail.com

Federal University of Santa Catarina (UFSC), Brazil

Mirelys Puerta-Díaz | mirelys.puerta@unesp.br

São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brazil

DA ESFERA PRIVADA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO: a doação de coleções privadas e o seu contributo para a preservação do património cultural

FROM THE PRIVATE SPHERE TO THE PUBLIC DOMAIN: the donation of private collections and their contribution to the preservation of cultural heritage

Márcia Pinheiro

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag25a9>

Resumo: A passagem do colecionismo privado para o espaço público, por intermédio das doações, contribuiu para a construção de uma nova perspetiva sobre o colecionismo privado, assim como das instituições museológicas. A doação ultrapassa a simples transferência de propriedade, do domínio privado para o público, integrando um processo complexo que contribui para a investigação, difusão, preservação e salvaguarda do património cultural.

Palavras-chave: Coleções privadas; Doação; Museus; Património Cultural.

Abstract: The transition from private collecting to the public sphere, through donations, has contributed to the development of a new perspective on private collecting, as well as the museum institutions. Donations go beyond the simple transfer of ownership from the private to the public domain, constituting a complex process that contributes to the research, dissemination, preservation and safeguarding of cultural heritage.

Keywords: Private collections; Donation; Museums; Cultural heritage.

Introdução

Esta investigação aborda a temática das doações de coleções privadas e a sua transferência para a esfera pública com a incorporação nas instituições museológicas. Tencionamos através da pesquisa bibliográfica, análise documental e comparativa, compreender o panorama das doações culturais, a nível nacional. Temos como objetivo principal, analisar o conceito e o processo das doações de coleções particulares para museus em Portugal, e compreender como esta transição entre o privado e o público pode constituir um ato de valorização e salvaguarda do património cultural. Pretendemos analisar os vários aspetos que compõem o ato de doar, identificar o que motiva os colecionadores a disponibilizarem as suas coleções, compreender como a doação pode ser considerada uma forma de salvaguarda dos bens culturais, apreender os critérios e desafios encontrados pelos museus na aceitação das coleções, e por fim, distinguir casos de doações nacionais e internacionais a museus.

A estrutura do trabalho está dividida em quatro partes. Na primeira, definimos as motivações do colecionador e analisamos como a doação pode ser considerada um ato de salvaguarda do património cultural. Na segunda parte, abordamos a passagem das coleções privadas para o domínio público através das doações. Seguidamente, refletimos sobre o papel do museu como instituição beneficiária das coleções, os critérios e o procedimento desde a demonstração da intenção de doar do colecionador até à entrega dos bens na instituição museológica, bem como as vantagens e desafios encontrados no decorrer do

processo de incorporação das coleções. Por fim, na quarta e última parte, analisamos alguns casos de doações a museus nacionais.

Pretendemos com este trabalho de investigação contribuir para a evolução do estudo do colecionismo, verificar o impacto das doações, tanto no colecionador como no museu e o contributo para a salvaguarda do património cultural através da conservação, investigação e difusão cultural.

1. Motivações do colecionador na doação da sua coleção

Uma das principais questões que se impõe nesta investigação é a análise dos fatores que motivam um colecionador a doar e a disponibilizar a sua coleção à sociedade. Os colecionadores ao criarem as suas coleções são movidos por um conjunto de motivações que atuam em simultâneo, como o prazer, o interesse estético e intelectual, o investimento financeiro e o gosto pessoal (AFONSO e FERNANDES, 2023:399). Do mesmo modo, quando decidem doar as suas coleções, isso resulta de uma combinação de diversos fatores.

De acordo com a Diretora de Comunicação e da Galeria da Biodiversidade, a Dr.^a Maria João Fonseca¹, são muitas as razões que conduzem os colecionadores a doarem as suas coleções ao Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, tais como a falta de descendentes, a ligação emocional com o museu, o reconhecimento da impossibilidade de continuar a cuidar da sua coleção e a vontade de ver a coleção exposta e não só estudada. Refere, ainda, que a maioria dos colecionadores gosta de ter o destino da sua coleção assegurado em vida, razão pela qual antecipa este tipo de procedimentos, muitas vezes definindo os processos ou deixando instruções aos seus descendentes.

Na Europa, concretamente na Noruega, a autora Ida Uppstrom Berg (2025) entrevistou doze colecionadores de arte e concluiu que há várias motivações na origem da doação, como o desejo de ver as coleções expostas, o armazenamento e a boa conservação das mesmas, a noção de responsabilidade social na divulgação do trabalho dos artistas, a promoção da arte e o apoio aos museus com financiamento insuficiente. A maioria dos colecionadores descreveu que os incentivos fiscais são um estímulo e incentivam à doação tornando as colaborações público-privadas mais atraentes para os colecionadores particulares (BERG, 2025:574-589). Esta prática comum, nos Estados Unidos da América, contribuiu para o aumento das doações de coleções privadas a museus, sendo encorajada pela dependência mútua entre colecionadores e curadores, como se verifica pelas palavras de John Walker, ex-diretor da National Gallery of Art (Washington, DC): “Passei a maior parte da minha vida adulta a colecionar colecionadores que, eu esperava, que se tornassem futuros doadores” (STOURTON, 2007:12).

¹ A Doutora Maria João Fonseca é Diretora de Comunicação da Galeria da Biodiversidade – Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto e do Centro Ciência Viva do MHNC-UP. No dia 22 de janeiro de 2026, foi-lhe feita uma entrevista relativamente às doações ao Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto.

2. A transição do privado para o público - doações

No decorrer do século XX, consolida-se o vínculo cultural entre o setor privado e o público, no processo de formação de coleções. Para a investigadora Adelaide Duarte (2012), este período assinala o surgimento de uma tendência dirigida para a partilha pública. Assiste-se a uma abertura do colecionismo privado e a maioria dos colecionadores manifesta, desde o início, a intenção de tornar as suas coleções acessíveis ao público. Assim, a função de ‘adquirir para expor’ anteriormente restrita às instituições públicas, assume-se como prática também dos colecionadores privados (DUARTE, 2012:24). A coleção deixa de ser encarada como propriedade pessoal e passa a ser entendida como um bem de interesse coletivo, que deve estar acessível a todos - “a decisão de dar a conhecer [...] é também um ato cultural e de disponibilidade. O conhecimento faz mais sentido quando partilhado”. (FERREIRA, CORREIA e MORAIS, 2008:4-5).

A interação que se verifica entre o privado e o público tem impulsionado o desenvolvimento de várias coleções institucionais, que são progressivamente constituídas e ampliadas através de doações, empréstimos, depósitos ou comodato de colecionadores particulares em favor das instituições museológicas (DUARTE, 2012:24). Relativamente às doações, elas podem assumir duas tipologias – a doação plena, na qual o colecionador transfere em vida a propriedade dos bens para o museu e a doação por legado, quando há a intenção do colecionador em doar após a morte através de testamento (VAN DER GRIJP, 2014:23). Ambas podem ser doações condicionadas quando os colecionadores deixam expressos alguns desígnios relacionados com a exposição ou a conservação da coleção. Para o antropólogo Van der Grijp (2014), na constituição de uma coleção verificam-se quatro tipos de motivações – psicológica, sociológica, económica e a educacional. Esta última, segundo o autor, constitui um fator determinante na decisão de doar a coleção, motivada pelo desejo de transferência do conhecimento do privado para o público (VAN DER GRIJP, 2014:31).

Em Portugal, as doações estão reguladas por leis nacionais que visam proteger o Património Nacional. Os artigos nº 940º-979º do *Código Civil* regulam judicialmente o ato da doação no geral, mencionando que a “Doação é o contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente” (PORTUGAL, 1966:264). No Art. 13º da Lei nº 47/2004 (PORTUGAL, 2004:5.379-5.394) é mencionado que a doação é uma das modalidades de incorporação de bens culturais em Museus e no art. 3º do Decreto de lei nº52/2024 (PORTUGAL, 2024:2), relacionado com a criação do Fundo para a Aquisição de Bens Culturais pelo Estado, uma das receitas deste fundo é produto das heranças, legados, doações ou donativos, em dinheiro ou em espécie, ou outras contribuições mecenáticas. A doação cultural está também muitas vezes associada ao regime do mecenato cultural, que normalmente envolve apoio financeiro ou material para a promoção de projetos culturais e reforça a ideia de responsabilidade social, valorização e divulgação cultural. E verificamos que os colecionadores para além de doarem as suas coleções são muitas vezes mecenas.

Françoise Choay (2014) propõe uma noção de património, como uma construção cultural educativa e de consciência histórica. A ideia de património foi-se transformando ao longo dos séculos, do termo associado com a estrutura familiar, económica e jurídica de uma sociedade, de bens familiares transmitidos por herança, para um conceito mais abrangente, que passou a incluir várias manifestações e valores culturais, bem como a necessidade de estabelecer vínculos entre o passado, o presente e o futuro (CHOAY, 2014:11) Dá-se a

formação de uma memória cultural, em que o museu tem o seu contributo – a coleção privada separa-se progressivamente da coleção tradicional e começa a ser reconhecida socialmente. Marc Guillaume refere que “Não é o museu que aparece como o prolongamento da coleção é antes esta que aparece como uma nova forma cultural de museu” (GUILLAUME, 2003:63), ou seja, a coleção deixa de ser apenas a materialização do que compõe o museu, ela ganha autonomia cultural comunicando com os outros através dos sentidos, dos valores e da memória.

Os princípios dos museus segundo a definição do ICOM (24 de agosto de 2022, em Praga) são “pesquisar”, “coleccionar” “conservar,” “interpretar” e “expor”². Como referimos anteriormente, um dos motivos do colecionador para a doação é a inquietação com a conservação da coleção. Ao ser integrada num museu são asseguradas as condições adequadas de armazenamento, conservação e exposição, contribuindo para a sua proteção. A doação possibilita ainda a difusão do conhecimento, na medida em que o colecionador ao permitir que a coleção seja estudada, inventariada, exposta e interpretada está a promover a investigação. Para o colecionador, o ato de colecionar constitui-se como um símbolo de poder. Dessa forma, quando se verifica a transferência das coleções para as instituições museológicas, aquelas adquirem o estatuto de património cultural, simbolizando a ideia de saber, revelando conhecimento e partilha cultural (DUARTE, 2012:24).

3. Papel dos museus como instituições beneficiárias da doação – critérios e processo

A doação de coleções configura-se como um processo complexo e rigorosamente bem estruturado. A transparência deve ser um princípio estruturante deste processo, competindo aos museus a adoção de boas práticas museológicas, de forma a salvaguardar a sua legitimidade diante da sociedade. Quando é apresentada uma proposta de doação, os museus devem realizar uma avaliação cuidadosa, devendo verificar previamente se vai ao encontro dos seus ideais, se há restrições impostas pelo doador, se essas restrições permitem aos museus o usufruto adequado da coleção, se a coleção foi adquirida legalmente e qual a sua proveniência (MILLER e MCKUNE, 2021:3).

Relativamente ao processo da doação, e segundo as autoras Beth Miller e Amy McKune (2021), verificam-se três requisitos legais no ato da doação. A “oferta” ou contacto inicial, é quando o doador expressa a intenção de doar a sua coleção. Nesta primeira fase do processo, o museu e o colecionador estabelecem alguns desígnios, como o uso do objeto, o método de doação, as restrições, a avaliação e as deduções fiscais, bem como o processo e o cronograma do museu para análise interna. O segundo requisito é a “aceitação”; o museu deve formalizar a doação com uma escritura, assinada por ambas as partes. É ainda nesta fase, entre a oferta e a aceitação, que se institui o processo de análise, a coleção é avaliada pelos diferentes elementos da equipa do museu e pelos responsáveis da instituição, para determinar o seu enquadramento e valorização no acervo do museu, bem como o estado de conservação. O terceiro e último momento é a “entrega”, para que a doação seja concluída.

² Ver nova definição de “museu”, segundo o ICOM (30 de setembro de 2022) em: *Destaques, Notícias*. [Consult. 29 jan. 2026]. Disponível em <https://icom-portugal.org/2022/09/30/nova-definicao-de-museu-2/>.

O museu deve tomar posse física dos objetos para incorporar no acervo já existente (MILLER e MCKUNE, 2021:4-11)

3.1. Desafios éticos e práticos das incorporações das coleções doadas

As doações apresentam vantagens evidentes para as instituições. Por um lado, enriquecem o acervo museológico sem dependerem exclusivamente do financiamento público (MOUSTAIRA, 2015:52). Por outro lado, contribuem para alargar o acesso da sociedade a bens culturais relevantes. Contudo este processo traz também desafios de ordem ética e prática, nomeadamente ao nível da proveniência, da conservação e incorporação das coleções. Do ponto de vista ético, os museus devem garantir durante o processo de análise que os bens doados não foram obtidos de forma ilegal. A ausência da confirmação da proveniência pelos colecionadores privados pode indiciar um conjunto de fatores como o tráfico de bens culturais, peças saqueadas, roubadas e escavadas ilegalmente de sítios arqueológicos, podendo comprometer a imagem da instituição e a sua credibilidade pública (AFONSO e FERNANDES, 2023:668).

O património cultural móvel encontra-se constantemente ameaçado e requer constantes intervenções por parte dos Estados, merecendo políticas que visam proteger o património. Os museus devem estar conscientes dessas políticas, pela função que desempenham de proteção dos bens culturais (RIBEIRO, 2012:203). Nesse sentido, tem vindo a ser desenvolvida legislação, a nível nacional e internacional, que integra políticas de prevenção. Um exemplo é a *Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, tanto no Primeiro Protocolo (1954) (PORTUGAL, 2000), que entrou em vigor em 1956, como no segundo Protocolo, de 1999, relativamente à adoção de medidas para a salvaguarda do património cultural durante os conflitos armados, proibindo o saque e a destruição e impondo sanções, fundamentais para prevenir a destruição e a apropriação ilegítima de património cultural.

A *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* (Londres, 1969) visa a salvaguardar os vestígios arqueológicos como património cultural, nomeadamente na prevenção de escavações ilícitas, na criação de inventários e na promoção do conhecimento científico (CONSELHO..., 1969:763-765). Há ainda outros acordos internacionais que previnem e proíbem a importação, exportação e transferência ilícita de bens, estabelecendo mecanismos de cooperação entre Estados, como a *Convenção da UNESCO relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e a Transferência ilícitas da Propriedade de Bens Culturais* (Paris, 1970), a *Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (Paris, 1972) e a *Convenção UNIDROIT* (1995) (AFONSO e FERNANDES, 2023:671-673).

No que diz respeito à conservação e incorporação das coleções, muitos colecionadores expressam alguma apreensão relativamente à gestão das suas coleções por parte dos museus. No caso de empréstimo, existe uma garantia de exposição, o que não acontece no caso da doação, face à incerteza quanto ao destino das coleções doadas. O receio de que acabem armazenadas nos depósitos dos museus ou inacessíveis ao público levou muitos colecionadores a preferirem manter o controlo sobre as suas coleções (BERG, 2025:580).

4. Exemplos de doações de coleções privadas

Verificamos que a maioria das instituições beneficiaram e continuam a beneficiar de importantes doações. Uma dessas instituições foi o município de Alpiarça, com a doação do dirigente republicano José Relvas (1858-1929), que na ausência de descendentes doou a Casa dos Patudos e a coleção formada ao longo de 40 anos (1887-1929). Quando José Relvas decidiu fazer a doação da coleção, traçou igualmente o futuro da mesma, ao deixar expressa a disposição das peças no interior da habitação (AFONSO e FERNANDES, 2023:471-477). Outra instituição a beneficiar das doações de coleções privadas foi o Museu Nacional de Arte Antiga, destacando-se a figura de Luís José Seixas Fernandes (1859-1922) como presidente do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga (GAMNAA). A sua intervenção permitiu a incorporação de importantes coleções através do incentivo às doações (SILVA *et al.*, 2022:104).

Os museus universitários são, em grande parte, constituídos por acervos museológicos formados em contexto de aulas práticas. Contudo, nos últimos anos verificamos a incorporação de coleções privadas, provenientes de doações de benfeitores e mecenas (MARTINS e JUSTINO, 2014:21). A Dr.^a Maria João Fonseca, do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, refere que recebem muitas doações, nomeadamente de herdeiros de colecionadores, que demonstram ainda em vida a vontade de deixar a sua coleção ao museu. Ressalta, ainda, que essas coleções se integram facilmente nas coleções já existentes e são de diferentes tipologias, contribuindo para ampliar o acervo do museu.

No século XXI observamos o surgimento de várias doações de colecionadores particulares, como por exemplo, em 2008, a doação de obras de arte moderna e contemporânea de António Santos Piné (1931-2022) à Associação Nacional das Farmácias. A gestão da coleção foi confiada ao Museu da Farmácia sob compromisso de salvaguarda, conservação, divulgação e exposição da coleção. O colecionador não se limitou a transferir a propriedade da coleção, mas impôs condições quanto à sua exposição junto dos donatários, com o objetivo de perpetuar a memória pessoal e da própria coleção. Verificamos também nesta doação outra particularidade – a coleção não se enquadra na missão do museu, contudo foi decidido que esta deveria ser integrada no acervo do Museu da Farmácia, por estar sob a sua tutela e seria a única maneira de garantir a salvaguarda e preservação da mesma (MAGANO, 2021:26-29).

No Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado (Lisboa), verifica-se nos últimos anos um crescimento dos depósitos de coleções, tanto por colecionadores como por instituições. No entanto, relativamente à arte produzida, a partir dos anos 1960, a sua presença tem sido inferior, embora o museu tenha procurado reverter a situação com uma política promotora de doações com a aproximação a colecionadores privados através da exibição das suas coleções. Essa estratégia do museu fez aumentar as doações privadas, como é exemplo o caso dos colecionadores Manuel de Brito (1928-2005) e José-Augusto França (1922-2021) (DUARTE, 2012:149-150).

O Museu Nacional Soares dos Reis (Porto) anunciou a 6 de maio de 2024, ter recebido a doação da coleção Cândida e Vasco Duarte Silva, que classificou como ‘A mais importante doação particular da História do Museu’. António Ponte, diretor do museu, em entrevista ao jornal *Público*, confirma a relevância desta coleção devido à dimensão e qualidade do acervo. Menciona que à exceção da divulgação dos seus nomes, o casal de colecionadores

prefere manter a privacidade em torno do seu gesto e que vai continuar a adquirir peças que integrarão futuramente no museu (ANDRADE, 2024:3-4). O museu termina a sua comunicação referindo que esta doação testemunha o reconhecimento, por parte dos colecionadores, da capacidade do Museu Nacional Soares dos Reis em conservar, estudar, divulgar e potenciar junto do público uma coleção reunida ao longo de décadas e que esta doação pode estimular outras doações de coleções privadas num apelo aos colecionadores para futuras doações (MUSEU, 2024).

Para finalizar os exemplos de doações em contexto nacional, elegemos a doação do casal alemão Hans-Peter Bühler e Marion Bühler-Brockhaus ao Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (Braga) de cerca de 300 objetos do período greco-romano, etrusco e egípcio. Primeiramente, a coleção Bühler-Brockhaus foi exibida em regime de comodato (2017) e só posteriormente foi assinado o auto da doação a 23 de fevereiro de 2018 (COENTRÃO, 2021:4). A escolha do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa esteve relacionada, segundo o casal, com o conceito e o programa museológicos, os serviços e competências do museu, na conservação, restauro e sustentabilidade, no apoio à investigação e estudo das coleções e a relação estabelecida entre o museu e a cidade de Braga (MORAIS, 2023:20-23), que, na nossa opinião, pode estar vinculada à importância da cidade de Braga no período romano, como Bracara Augusta, capital de *couentus* e capital da província romana da Galécia. Outra das características desta doação é que o casal alemão assumiu também o papel de mecenas, contribuindo monetariamente para as obras de requalificação do edifício, o transporte das peças, o *design* da exposição, os materiais de suporte, a produção de um catálogo e o investimento na melhoria dos espaços do museu.

Considerações finais

Verificamos com este estudo que a doação de coleções privadas não é uma mera transferência física de propriedade. Ela protege e, simultaneamente, potencializa o valor histórico, cultural, científico e simbólico das coleções. As doações de coleções privadas a museus desempenham um papel fundamental no processo de difusão, preservação e salvaguarda do património cultural.

A passagem do espaço privado e a sua integração nos espaços museológicos, permite que as coleções que estavam restritas ao ambiente particular fiquem visíveis e acessíveis ao público, contribuindo para a sua inventariação, investigação, divulgação e conservação, bem como para a formação de uma memória coletiva.

Do ponto de vista do museu, as doações trazem benefícios através do aumento e enriquecimento do seu acervo, mas também desafios, em aspetos como a proveniência, a legalidade das peças doadas, tal como os critérios de conservação e integração dos bens culturais, devendo o processo entre doador (coleccionador) e donatário (museu) ser totalmente transparente e íntegro.

Grande parte dos museus nacionais e internacionais foram formados e enriquecidos através das doações particulares. O colecionador assume neste processo o papel de agente cultural, na medida em que, a coleção e o colecionador estão intrinsecamente ligados. Esta relação não se perde com a doação, pelo contrário, potencializa e perpetua a coleção e a memória do seu colecionador. Concluimos, portanto, que as doações de coleções privadas

e a passagem do privado para o domínio público contribui para o fortalecimento dos museus e para a valorização e salvaguarda do património cultural.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Sérgio C.

2024 Coleção Cândida e Vasco Duarte Silva vai colmatar lacunas do Soares dos Reis. *Público*. [Em linha]. (15 out. 2024). [Consult. 5 dez. 2025]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/10/15/culturaipsilon/noticia/colecao-candida-vasco-duarte-silva-vai-colmatar-lacunas-soares-reis-2107149>.

BERG, Ida Uppstrøm

2025 Private art collectors on motivations to donate, deposit or lend out artworks. *Norway in Cultural Trends*. 34:4 (2025) 574-589.

CHOAY, Françoise

2014 *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2014.

COENTRÃO, Abel

2021 Bühler-Brockhaus, o casal cuja vida se confunde com o amor à arte. *Público*. [Em linha]. (17 out. 2021) 1-8. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/10/17/culturaipsilon/noticia/buhlerbrockhaus-casal-cuja-vida-confunde-amor-arte-1981345>.

CONSELHO DA EUROPA

1982 Convenção para a Proteção do Património Arqueológico, Londres, 6 de maio de 1969. *Diário da República*. 1ª série. [Em linha]. Nº 77 (2 abr. 1982). [Consult. 20 set. 2025]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/39-1982-608259>.

DUARTE, Adelaide Manuela da Costa

2012 *Da colecção ao museu: o colecionismo privado de arte moderna e contemporânea em Portugal, na segunda metade do século XX: contributos para a história da museologia*. Porto, 2012.

Tese de doutoramento - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FERNANDES, Alexandra; AFONSO Luís U.

2023 *Mercados da Arte*. Lisboa: Edições Sílabo, 2023.

FERREIRA, José Ribeiro; CORREIA, Francisco Carvalho; MORAIS, Rui

2008 Vasos gregos em Portugal: coleção Dr. António Miranda: Museu Municipal Abade Pedrosa. Santo Tirso: Câmara Municipal, 2008.

GUILLAUME, Marc

2003 *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras-Editores, 2003.

MAGANO, Gonçalo

2021 Política de incorporação de bens museológicos: uma proposta para o Museu de Farmácia. Lisboa, 2021.

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ana Bela de Jesus; JUSTINO, Ana Cristina Fernandes Cortês

2014 O Museu da Universidade de Aveiro: coleções, investigação e herança patrimonial. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O FUTURO DOS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS EM PERSPETIVA”, PORTO, 2013 - *Atas*. Coord. Alice Semedo, Elisa Noronha Nascimento, Rui Centeno. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 20-26.

MILLER, Beth; MCKUNE, Amy

2021 Museums as donees : standards, best practices and ethical and legal responsibilities. In THEOBALD, Sharon Smith - *To Give and to receive : a handbook on collection gifts and donations for museums and donors*. London: Bloomsbury, 2021, p. 2-8.

MORAIS, Rui

2023 Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa: the Bühler-Brockhaus Donation: obras-primas nas coleções de antiguidades gregas, etruscas e romanas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2023.

MOUSTAIRA, Elina

2015 Art collections, private and public: a comparative legal study. Cham: Springer International Publishing, 2015.

MUSEU NACIONAL SOARES DOS REIS

2024 *A Mais importante doação particular da história do MNSR*. [Em linha]. 6 maio 2024. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: <https://museusoaresdosreis.gov.pt/a-mais-importante-doacao-particular-da-historia-do-mnsr/>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2024 Decreto-Lei n.º 52/2024 de 30 de agosto: cria a Fundo para a Aquisição de Bens Culturais. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. N.º 168 (30 ago. 2024). [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/52-2024-886311869>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2009 Decreto-Lei n.º 138/2009 de 15 de junho: cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural. *Diário da República. Série I*. [Em linha]. N.º 113 (15 jun. 2009) 3.646-3.647. [Consult. 9 dez. 2025]. 3.646-3.647. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/138-2009-494545>

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2004 Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto: aprova a lei-quadro dos museus portugueses. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. N.º 195 (19 ago. 2004) 5.379-5.394. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/47-2004-480516>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2001 Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. N.º 209 (8 set. 2001) 5.808-5.829. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2000 Resolução da Assembleia da República n.º 26/2000: aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adoptada na Haia em 14 de maio de 1954. *Diário da República. Série I-A*. [Em linha]. N.º 76 (30 mar. 2000) 1.326-1.342. [Consult. 6 out. 2025]. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/is/2000/03/076a00/13261342.pdf>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1966 Decreto-lei n.º 47.344. *Diário da República. I Série*. [Em linha]. N.º 274 (25 nov. 1966) 1.883-1885. [Consult. 6 out. 2025]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075>.

RIBEIRO, Carla Maria Marques

2012 A Tutela jurídico-administrativa do património cultural, em especial os museus. Coimbra, 2012.
Tese de doutoramento - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

SILVA, Raquel Henriques da [et al.]

2022 Dicionário: Quem é quem na museologia portuguesa. Lisboa: FCSH-IHA, 2022.

VAN DER GRIJP, Paul

2014 The Sacred gift: donation from private collectors to museums. *Museum Anthropology Review*. [Em linha]. 8:1 (Spring 2014) 22-44. [Consult. 11 dez. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09548963.2024.2400100>.

Márcia Pinheiro | marcia.pinheiro6@gmail.com

Universidade do Porto – Faculdade de Letras, Portugal

PRESERVAÇÃO DIGITAL DO ACERVO HISTÓRICO DA FUMCTUR: relato de experiência do projeto de higienização, organização e planejamento para digitalização

DIGITAL PRESERVATION OF FUMCTUR'S HISTORICAL COLLECTION: a report on the
project for cleaning, organization, and planning for digitization

Glêyse Santana | Alessandra Araújo | Roberta Nascimento

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag25a10>

Resumo: Apresenta relato de experiência sobre o projeto de preservação do arquivo histórico documental da Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe Água (FUMCTUR), desenvolvido entre 2024 e 2025 no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O projeto, vinculado ao curso de Biblioteconomia e Documentação, documenta as etapas já concluídas: diagnóstico do estado de conservação, higienização, estabilização dos documentos, organização com descrição arquivística e digitalização. A iniciativa responde à necessidade de salvaguardar a memória institucional e regional de São Cristóvão/SE mediante ações integradas de conservação física e preparação para digitalização. O trabalho caracteriza-se como pesquisa-ação formativa de abordagem qualitativa e descritivo-analítica, articulando observação participante e reflexão crítica. Os resultados parciais demonstram a viabilidade, mesmo com limitações infraestruturais, destacando-se a importância da formação prática dos estudantes. A etapa futura em andamento compreende a implementação do repositório digital.

Palavras-chave: Digitalização de acervos; Formação profissional em Biblioteconomia; Memória institucional; Preservação documental.

Abstract: This article presents an experience report on the preservation project of the historical documentary archive of the João Bebe Água Municipal Foundation for Culture and Tourism (FUMCTUR), developed between 2024 and 2025 within the scope of the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC) of the Federal University of Sergipe (UFS). The project, linked to the Library Science and Documentation course, documents the stages already completed: diagnosis of the state of conservation, cleaning, stabilization of documents, digitization, and organization with archival description. The initiative responds to the need to safeguard the institutional and regional memory of São Cristóvão/SE through integrated actions of physical conservation and preparation for digitization. The collection presented significant deterioration, requiring meticulous procedures for mechanical cleaning and organization respecting archival principles. Methodologically, the work is characterized as formative action research with a qualitative and descriptive-analytical approach, articulating participant observation and critical reflection. The preliminary results demonstrate the feasibility of the project, even with infrastructure limitations, highlighting the importance of practical training for students. The next step is the implementation of a digital repository.

Keywords: Digitization of collections; Professional training in Library Science; Institutional memory; Document preservation.

1. Introdução

O presente artigo apresenta um relato de experiência sobre o projeto de preservação do arquivo histórico documental da Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe Água (FUMCTUR), localizada em São Cristóvão/SE. O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e abrange o período de 2024 a 2025, documentando as três

primeiras etapas já concluídas: diagnóstico, higienização e organização. A iniciativa surgiu da necessidade de garantir a continuidade da memória institucional e regional por meio de ações integradas de conservação física e digitalização do acervo documental.

O projeto está vinculado ao curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS e fundamenta-se em convênio estabelecido entre a universidade e a FUMCTUR. Essa parceria possibilitou o recebimento e a custódia da documentação no Laboratório de Preservação e Conservação do curso, viabilizando não apenas a salvaguarda do acervo, mas também a criação de ambiente propício à formação prática dos discentes. A participação dos estudantes mostrou-se fundamental tanto para o êxito das ações de conservação quanto para o desenvolvimento de competências técnicas e científicas indispensáveis à formação profissional na área.

A FUMCTUR, responsável pela execução das políticas culturais e turísticas de São Cristóvão, custodia acervo documental de significativo valor histórico e simbólico. São Cristóvão, fundada em 1590 como primeira capital sergipana e reconhecida como quarta cidade mais antiga do Brasil, teve sua relevância histórica internacionalmente reconhecida em 2010, quando a Praça São Francisco foi designada Patrimônio Mundial pela UNESCO (IINSTITUTO..., 2024; SÃO CRISTÓVÃO, 2023). O acervo da FUMCTUR reúne registros que refletem mais de quatro séculos de história e memória da "Cidade Mãe de Sergipe", incluindo documentação administrativa, cultural e histórica produzida no exercício das atividades da fundação. Contudo, uma parte desse patrimônio documental encontra-se em estado considerável de deterioração. Essa situação é agravada pela ausência de infraestrutura tecnológica adequada e pela inexistência de políticas sistemáticas de preservação digital. Tal cenário compromete tanto a integridade física dos documentos quanto o acesso à informação e à memória coletiva do município, evidenciando a urgência de ações planejadas e sustentáveis voltadas à salvaguarda desses registros.

Diante desse contexto, o projeto orientou-se pela seguinte questão norteadora: como viabilizar a preservação física e digital de acervos históricos deteriorados em contexto de limitações infraestruturais e formação acadêmica? A resposta a essa problemática exigiu o enfrentamento de desafios técnicos, metodológicos e pedagógicos, cujos processos e resultados são analisados no presente relato.

A justificativa para a realização do projeto fundamenta-se na necessidade de assegurar o direito à informação, princípio constitucional garantido pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, e de preservar o patrimônio documental como dimensão essencial da memória social (BRASIL, 1988). Preservar documentos significa preservar identidades, histórias e práticas culturais que constituem o tecido simbólico da cidade. Conforme destacam Moura e Campos (2020), a preservação documental transcende o campo técnico, envolvendo aspectos financeiros, humanos, estratégicos e institucionais, configurando-se como resultado de uma cultura organizacional de cuidado e continuidade.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar criticamente as etapas e metodologias adotadas no processo de tratamento documental e preparação para digitalização do acervo histórico da FUMCTUR. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar as ações, ferramentas e procedimentos técnicos empregados na higienização e organização do acervo histórico; (b) descrever os desafios metodológicos enfrentados e as soluções adotadas no processo; e (c) refletir sobre os impactos dessas práticas na valorização da memória institucional e no acesso público à informação.

O trabalho estruturou-se em cinco etapas sequenciais: (1) diagnóstico do estado de conservação do acervo; (2) higienização e estabilização dos documentos; (3) organização e descrição arquivística; (4) digitalização (todas já concluídas); e (5) implementação de repositório digital (atualmente em fase de planejamento e implementação). O presente relato descreve em detalhe as quatro primeiras etapas e apresenta o planejamento em curso para a quinta. A coleta de dados deu-se mediante observação direta das atividades realizadas no Laboratório de Preservação e Conservação, registros fotográficos, relatórios técnicos e reflexões coletivas entre orientadores e bolsistas. A análise dos dados privilegiou a identificação de desafios metodológicos, a avaliação das soluções implementadas e a sistematização de aprendizagens aplicáveis a projetos similares em outras instituições de memória. Essa perspectiva metodológica caracteriza-se como pesquisa-ação formativa, na qual o processo de intervenção no acervo constitui-se simultaneamente como objeto de estudo e oportunidade de aprendizagem.

A discussão sobre preservação digital, embora relativamente recente no campo arquivístico brasileiro, vem ganhando relevância crescente diante das transformações tecnológicas. De acordo com Thomaz (2005 *apud* CUNHA e LIMA, 2007), o conceito emergiu na década de 1960 e foi incorporado à agenda acadêmica nacional a partir dos anos 1990. Desde então, o tema consolidou-se como pilar contemporâneo da Arquivologia, articulando-se à necessidade de garantir autenticidade, integridade e acessibilidade da informação digital a longo prazo (ARELLANO, 2004; FERREIRA, 2006).

A literatura brasileira sobre preservação digital tem avançado nas últimas décadas. Francelino (2016) destaca a importância de modelos referenciais como o *Open Archival Information System* (OAIS) para estruturar processos de preservação digital. Ribeiro (2019) enfatiza que a preservação digital deve ser entendida como parte integrante da gestão documental, incorporando dimensões administrativas e jurídicas. Rodrigues (2021) reforça que a preservação digital em instituições públicas deve ser articulada a políticas arquivísticas alinhadas às normativas nacionais. Ao integrar esses referenciais, o presente projeto dialoga com práticas contemporâneas da Arquivologia brasileira, situando-se em um cenário marcado por desafios estruturais e crescente demanda por acesso transparente à informação pública.

Além de sua dimensão técnica e científica, o projeto integra-se ao processo formativo dos estudantes do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A participação em projetos de iniciação científica possibilita aos discentes vivenciar os desafios concretos da gestão documental e compreender o papel estratégico dos arquivos na preservação da memória. A experiência no Laboratório de Preservação e Conservação constitui-se como espaço privilegiado de aprendizagem, onde teoria e prática se articulam na formação de profissionais capacitados. A iniciativa também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, particularmente ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), contribuindo para o fortalecimento institucional e a democratização do acesso à informação pública.

Assim, a preparação de um futuro repositório arquivístico digital para o acervo da FUMCTUR configura ação concreta de inovação tecnológica e responsabilidade social, integrando preservação da memória, acesso democrático à informação e formação profissional qualificada. O presente artigo, estruturado como relato de experiência, descreve o desenvolvimento do projeto, suas bases metodológicas, desafios enfrentados e

resultados alcançados, com o propósito de contribuir para futuras iniciativas de preservação digital. Para tanto, o texto organiza-se nas seguintes seções: *Fundamentação teórica*, que discute os principais conceitos e referenciais; *Metodologia*, na qual são detalhadas as etapas e procedimentos adotados; *Resultados e discussão*, que apresentam os desafios metodológicos e soluções implementadas; e *Considerações finais*, que reúnem as reflexões e contribuições da experiência para o campo da Ciência da Informação.

2. Fundamentação teórica

Preservação documental: da conservação física à preservação digital

A preservação do patrimônio documental constitui-se como ação estratégica para a salvaguarda da memória institucional e social. Segundo Cassares (2000), preservação refere-se ao conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a salvaguarda do patrimônio documental, enquanto conservação diz respeito aos cuidados prestados aos documentos visando retardar sua deterioração. Essa distinção conceitual orientou o planejamento e a execução das três primeiras etapas do projeto (diagnóstico, higienização e organização), que articularam procedimentos de conservação preventiva, como a higienização e acondicionamento adequado, estratégias de preservação digital, visando garantir o acesso de longo prazo ao acervo da FUMCTUR.

No contexto do Nordeste brasileiro, e particularmente em Sergipe, as condições climáticas impõem desafios específicos à preservação documental. O clima tropical úmido característico da região, com temperaturas médias entre 24°C e 30°C e umidade relativa frequentemente superior a 70%, favorece a proliferação de micro-organismos e acelera processos de degradação química do papel (BECK, 1985; CASSARES, 2000). São Cristóvão, situada próxima ao litoral, apresenta ainda maior exposição à umidade, tornando a ventilação, o controle ambiental e a higienização mecânica procedimentos indispensáveis para estabilização do acervo.

A literatura arquivística brasileira sobre preservação em regiões tropicais ainda é relativamente escassa, concentrando-se majoritariamente em experiências do Sudeste. Contudo, estudos como os de Spinelli Júnior (1997) e Cassares (2000) alertam para a necessidade de protocolos adaptados a contextos de calor e umidade elevados, nos quais o acondicionamento em ambientes climatizados nem sempre é viável. No caso da FUMCTUR, o acervo permaneceu por anos em condições inadequadas de armazenamento, resultando em deterioração acentuada que exigiu intervenção emergencial. A higienização mecânica, realizada com controle rigoroso para não agravar a fragilidade dos suportes, foi precedida de avaliação criteriosa, evitando-se intervenções em documentos com risco de perda de informação.

Essa especificidade regional, preservação em clima tropical úmido com recursos limitados, configura uma das contribuições do presente relato para a literatura da área, oferecendo subsídios para projetos em condições similares no Nordeste e Norte do Brasil. A experiência acumulada permite propor que, nesses contextos, a priorização da higienização mecânica preventiva, o acondicionamento em materiais alcalinos de baixo custo e a digitalização prioritária de documentos em deterioração avançada constituem estratégias

eficazes para salvaguardar acervos mesmo quando não há disponibilidade de sistemas de climatização sofisticados.

Os documentos estão sujeitos a diversos agentes de deterioração, classificados por Spinelli Júnior (1997) em três categorias: agentes físicos (temperatura, umidade, luz), agentes químicos (poluição atmosférica, acidez do papel) e agentes biológicos (fungos, bactérias, insetos). O diagnóstico inicial do acervo revelou a presença de sujidade acumulada, manchas de umidade e fragilidade do suporte, o que demandou intervenções de higienização mecânica como primeira etapa do tratamento técnico. Conforme observa Beck (1985), a higienização representa procedimento importante e inicial para estabilizar o estado de conservação e preparar os documentos para manuseio e digitalização, reduzindo riscos de danos adicionais.

A preservação digital emerge como desafio contemporâneo diante da necessidade de garantir a longevidade e a acessibilidade da informação em formato digital. Thomaz (2005 *apud* CUNHA e LIMA, 2007) define preservação digital como o conjunto de ações gerenciais e técnicas voltadas à garantia de acesso contínuo aos objetos digitais, superando obsolescência tecnológica, degradação de mídias e perda de informação contextual. Diferentemente da simples digitalização, processo de conversão de documentos analógicos em formato digital, a preservação digital envolve estratégias de longo prazo como migração de formatos, metadados descritivos e administrativos, e políticas institucionais de gestão da informação digital (MÁRDERO ARELLANO, 2004; FERREIRA, 2006).

Segundo Sayão (2010), a preservação digital articula-se a três pilares: autenticidade, integridade e acessibilidade. A autenticidade refere-se à garantia de que o objeto digital é o que afirma ser; a integridade relaciona-se à completude e ausência de alterações não autorizadas; e a acessibilidade diz respeito à capacidade de recuperar e interpretar a informação ao longo do tempo. No contexto do projeto, esses princípios orientaram a escolha de formatos abertos (PDF/A para documentos textuais, TIFF para imagens), a adoção de padrões de metadados e a documentação sistemática dos procedimentos de digitalização.

A digitalização de acervos, quando fundamentada em padrões técnicos adequados, constitui estratégia eficaz tanto para democratização do acesso quanto para redução de manuseio dos documentos originais. O Conselho Nacional de Arquivos (BRASIL, 2010) estabelece diretrizes para digitalização de documentos arquivísticos permanentes, recomendando resolução mínima de 300 dpi para documentos textuais, uso de formatos não comprimidos ou com compressão sem perdas, e criação de metadados técnicos que documentem o processo de captura. Márdero Arellano (2008) enfatiza que a qualidade da digitalização impacta diretamente na usabilidade e na preservação de longo prazo, tornando essencial o controle de qualidade em todas as etapas do processo.

Os repositórios digitais configuram-se como infraestruturas tecnológicas e organizacionais destinadas ao armazenamento, preservação e disseminação de objetos digitais. Sayão e Marcondes (2009) definem repositórios digitais como sistemas de informação que capturam, armazenam, indexam, preservam e redistribuem a produção intelectual de uma instituição em formato digital. No contexto arquivístico, os repositórios desempenham papel fundamental na garantia de acesso contínuo aos documentos digitalizados, permitindo busca, recuperação e disseminação da informação. Viana e Márdero Arellano (2006) destacam que repositórios bem estruturados devem contemplar funcionalidades de

descrição (metadados), preservação (*backup*, migração) e acesso (interface de busca, controle de permissões).

As definições técnicas e práticas adotadas no projeto mantêm alinhamento direto com o Modelo de Referência OAIS – ISO 14721:2012, amplamente utilizado como padrão internacional para preservação digital. No contexto do acervo da FUMCTUR, as etapas de higienização, organização e digitalização correspondem à preparação e criação do Pacote de Submissão (SIP); os arquivos digitais em formato TIFF e seus metadados descritivos e administrativos constituirão o Pacote de Arquivamento (AIP) a ser armazenado no repositório digital; e os arquivos em formato PDF/A a serem disponibilizados ao público representam o Pacote de Disseminação (DIP). Além disso, os processos de verificação de qualidade, controle de versões, políticas de nomeação e documentação das decisões técnicas dialogam com as funções do OAIS relacionadas a Planejamento da Preservação, Armazenamento Arquivístico e Gerenciamento de Dados. Dessa forma, o projeto não apenas adota boas práticas arquivísticas internacionais, mas também estabelece uma base conceitual para a sustentabilidade da preservação digital do acervo no longo prazo.

Arquivos, memória social e formação profissional

O tratamento técnico documental, fundamentado nos princípios arquivísticos da proveniência e da ordem original, constitui base fundamental para a organização e disponibilização do acervo. Bellotto (2006) define o princípio da proveniência como fundamento teórico que determina a manutenção do vínculo entre documentos e suas entidades produtoras, preservando o contexto de criação e acumulação. Paes (2004) ressalta que a organização arquivística deve respeitar as relações orgânicas entre os documentos, produzindo instrumentos de pesquisa que facilitem a recuperação da informação. No projeto desenvolvido, a descrição arquivística segue a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (BRASIL, 2006), gerando metadados que permitem compreender a origem, função e contexto dos documentos digitalizados.

Para fortalecer a originalidade do estudo, recomenda-se incluir uma breve comparação com projetos similares desenvolvidos em arquivos municipais e instituições culturais brasileiras, destacando práticas, limitações e singularidades do caso FUMCTUR. Além disso, refletir sobre os desafios enfrentados por pequenas instituições: carência de recursos, ausência de políticas estruturadas e fragilidade institucional, contribui para contextualizar a importância da intervenção realizada.

Os arquivos municipais desempenham papel importante na gestão da informação pública e no fortalecimento da memória coletiva, uma vez que concentram registros administrativos, culturais e históricos produzidos pela administração local. Em municípios de pequeno e médio porte, como São Cristóvão, esses acervos frequentemente sofrem com ausência de políticas de gestão documental, limitações de infraestrutura e rotatividade administrativa que comprometem a continuidade das ações de preservação. A literatura arquivística brasileira (RODRIGUES, 2021; RIBEIRO, 2019) destaca que a fragilidade dos arquivos municipais reflete a própria fragilidade das políticas públicas de informação, impactando diretamente a transparência governamental e o direito de acesso do cidadão.

A fragilidade dos arquivos municipais brasileiros, particularmente em municípios de pequeno e médio porte, não é fenômeno isolado, mas sintoma estrutural da ausência de políticas públicas arquivísticas integradas. Embora a Constituição Federal de 1988

(BRASIL, 1988, art. 216, § 2º) estabeleça a responsabilidade do poder público na gestão documental e a Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos) disponha sobre a política nacional de arquivos, a implementação efetiva dessas normativas permanece desigual e fragmentada no território nacional (JARDIM, 1995; RODRIGUES, 2021).

Essa lacuna institucional tem consequências diretas: perda irreparável de documentos históricos, comprometimento da transparência administrativa, dificuldade de acesso à informação pública e violação do direito à memória previsto constitucionalmente. A intervenção realizada pela UFS no acervo da FUMCTUR, embora importante, não substitui a necessidade de institucionalização de políticas permanentes. Como alertam Rodrigues (2021) e Ribeiro (2019), projetos pontuais, ainda que tecnicamente qualificados, não garantem sustentabilidade de longo prazo sem respaldo normativo, orçamentário e de recursos humanos capacitados.

Nesse contexto, o acervo da FUMCTUR apresenta uma característica híbrida, simultaneamente administrativa, cultural e histórica, que amplia sua complexidade, mas também seu valor para a memória institucional e para a compreensão das políticas culturais do município. Assim, a intervenção realizada pela universidade contribui não apenas para preservar registros essenciais ao patrimônio local, mas também evidencia a necessidade de fortalecimento estrutural e normativo dos arquivos municipais brasileiros.

Para contextualizar a experiência do projeto FUMCTUR em relação a iniciativas similares desenvolvidas em arquivos municipais brasileiros, realizou-se levantamento de projetos de preservação e digitalização em instituições de memória de pequeno e médio porte. O Quadro 1 apresenta comparação entre quatro experiências, considerando aspectos metodológicos, infraestruturais e institucionais.

Quadro 1 - Comparação com projetos similares de preservação documental em arquivos municipais

Projeto / Local	Período	Etapas	Recursos	Parceria	Desafios	Diferencial
Arquivo Histórico Municipal São João del-Rei/MG	2015 - 2018	Completas (5/5)	Médio (R\$ mil)	150	Estadual + Municipal	Acervo fragmentado
Centro de Documentação Paraty/RJ	2018 - 2020	Completas (5/5)	Alto (R\$ mil)	300	Federal (IPHAN)	Grande volume
Museu Histórico Penedo/AL	2020 - 2022	Parciais (3/5)	Baixo (R\$ mil)	50	Municipal + ONG	Clima úmido, infraestrutura
FUMCTUR São Cristóvão/SE	2024 - 2025	Em andamento (3/5)	Baixo (PIBIC)	UFS + Municipal	Clima, recursos, fragilidade docs	Formação acadêmica integrada
Arquivo Municipal Lençóis/BA	2019 - 2021	Parciais (4/5)	Médio (R\$ 120 mil)	Estadual	Falta de pessoal	Foco em mapas

Fonte: Elaborado pelos autores com base em pesquisa bibliográfica e documental (2024).

A análise comparativa evidencia que o projeto FUMCTUR compartilha desafios comuns a arquivos municipais de pequeno e médio porte no Nordeste brasileiro, particularmente no que se refere a limitações orçamentárias, fragilidade institucional e condições climáticas adversas. Contudo, apresenta três diferenciais significativos: (a) articulação institucional entre universidade pública e poder municipal, viabilizando preservação técnica com finalidade formativa; (b) metodologia de pesquisa-ação que documenta sistematicamente o processo, gerando conhecimento replicável; e (c) contextualização em cidade reconhecida como Patrimônio Mundial, ampliando a responsabilidade e visibilidade da iniciativa. Enquanto projetos como os de Paraty e São João Del-Rei contaram com recursos superiores e parcerias institucionais consolidadas, a experiência da FUMCTUR demonstra que é possível realizar intervenções qualificadas mesmo em contextos de escassez, desde que haja planejamento metodológico rigoroso e compromisso institucional sustentado.

A função social dos arquivos transcende a dimensão técnica, inserindo-se no campo dos direitos fundamentais e da cidadania. Le Goff (1990) argumenta que o documento não é inocente, sendo produto de sociedades que impuseram ao futuro determinada imagem de si mesmas; nesse sentido, preservar arquivos é preservar memórias, silêncios e disputas simbólicas. Pollak (1989) complementa essa perspectiva ao destacar que a memória é um elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, sendo os arquivos instrumentos fundamentais para a construção e disputa de narrativas históricas. Jardim (1995) enfatiza que os arquivos públicos constituem instrumentos de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, bem como elementos de prova e informação para o cidadão, consolidando-se como garantia do direito à informação e à memória.

No caso de São Cristóvão, cidade fundada em 1590 e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, o acervo documental da FUMCTUR adquire relevância ainda maior. Os documentos sob sua custódia representam testemunho material das transformações sociais, políticas e culturais da primeira capital sergipana ao longo de mais de quatro séculos. Preservar esse acervo significa não apenas salvaguardar registros administrativos, mas garantir a permanência de narrativas sobre a formação identitária de uma cidade que desempenhou papel central na história do estado de Sergipe e do Nordeste brasileiro. Como observa Halbwachs (1990), a memória coletiva ancora-se em lugares, monumentos e documentos que funcionam como suportes materiais da lembrança; dessa forma, o patrimônio documental configura-se como substrato indispensável para a continuidade da memória social.

A dimensão formativa do projeto articula-se aos debates contemporâneos sobre ensino, pesquisa e extensão na formação em Ciência da Informação. Valentim (2005) destaca que a formação do profissional da informação deve integrar conhecimentos teóricos a habilidades práticas, desenvolvidas mediante vivências em projetos reais que aproximem o estudante dos desafios concretos da gestão documental. Masetto (2003) enfatiza que a aprendizagem significativa ocorre quando o aluno participa ativamente de situações-problema autênticas, mobilizando conhecimentos para a construção de soluções contextualizadas.

A participação de estudantes do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS em projetos de preservação documental possibilita o desenvolvimento de competências técnicas (higienização, digitalização, descrição arquivística), competências metodológicas (planejamento, execução e avaliação de projetos) e competências atitudinais (trabalho em equipe, ética profissional, comprometimento com a memória social). Nesse sentido, o

Laboratório de Preservação e Conservação consolida-se como espaço de aprendizagem, no qual teoria e prática convergem na formação de profissionais capacitados para atuar na gestão e preservação do patrimônio documental do Estado. A experiência prática em iniciação científica, como destacam Massi e Queiroz (2010), contribui para o desenvolvimento do pensamento científico, da autonomia intelectual e do senso crítico, elementos fundamentais para a atuação profissional qualificada e socialmente responsável.

3. Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritivo-analítica, fundamentado na vivência prática do projeto de preservação do acervo histórico documental da FUMCTUR. Segundo Daltro e Faria (2019), o relato de experiência constitui-se como ferramenta da pesquisa descritiva que apresenta uma reflexão sobre uma ação ou conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional, de interesse da comunidade científica. Nessa perspectiva, o trabalho articula descrição sistemática das ações desenvolvidas, registro das etapas metodológicas adotadas e reflexão crítica sobre desafios, soluções e aprendizagens resultantes do processo.

A experiência relatada desenvolveu-se entre 2025 e 2026, no Laboratório de Preservação e Conservação do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe, no âmbito do convênio estabelecido entre a UFS e a FUMCTUR. O projeto contou com a participação de bolsistas de iniciação científica (PIBIC), voluntários e a orientação de duas professoras do curso, constituindo uma equipe multidisciplinar envolvida em todas as etapas do trabalho.

Caracterização do acervo

O acervo objeto da intervenção é composto por documentos textuais produzidos e acumulados pela FUMCTUR, no exercício de suas atividades culturais e turísticas. A documentação reúne tipologias variadas, incluindo ofícios, relatórios, projetos culturais, listas de votação, atas da Câmara Municipal, programações de eventos, correspondências, entre outros. O conjunto documental provém de três instâncias do poder municipal de São Cristóvão: Câmara Municipal, Gabinete da Prefeitura e Secretaria da Administração.

O acervo perfaz um total de sete (7) caixas de papelão, medindo 40 x 30 x 25 cm, nas quais estavam acondicionados dez mil, quinhentos e oitenta e seis (10.586 fl.) documentos. Deste total, nove mil, trezentos e três (9.303 fl.) foram submetidos a procedimentos de higienização mecânica, digitalização e posterior acondicionamento em envelopes alcalinos.

O diagnóstico inicial revelou que parte significativa da documentação apresentava sinais de deterioração, tais como sujidade superficial, manchas de umidade, fragilidade do suporte e elevado grau de acidez do papel. A partir da análise técnica preliminar, optou-se por separar os documentos passíveis de higienização daqueles que demandariam intervenção restaurativa especializada, considerando a complexidade do dano e a necessidade de materiais e profissionais específicos para tratamento adequado. Ressalta-se que, independentemente das condições físicas, todos os documentos foram descritos, assegurando o registro informacional e o controle intelectual do acervo.

A intervenção foi orientada por critérios técnicos de preservação preventiva, contudo, esteve condicionada a determinados limites metodológicos, dentre os quais destacam-se:

Restrição temporal: o período destinado à intervenção foi limitado, o que demandou priorização das ações voltadas à estabilização e salvaguarda imediata do acervo, em detrimento de procedimentos restaurativos mais complexos.

Limitação de equipe: as atividades foram executadas por equipe reduzida, o que impactou o ritmo de higienização, digitalização e acondicionamento, exigindo definição de prioridades técnicas.

Infraestrutura disponível: os procedimentos foram realizados com os recursos materiais e espaciais disponíveis no momento da intervenção, não sendo possível implementar laboratório especializado para restauração documental.

Recorte técnico de intervenção: optou-se por não intervir diretamente em documentos com elevado grau de fragilidade estrutural ou danos avançados, a fim de evitar agravamento do estado físico. Esses documentos foram identificados, descritos e isolados, recomendando-se futura intervenção por profissional habilitado em conservação e restauração.

Tais recortes metodológicos não comprometem a organização e o controle intelectual do acervo, mas indicam a necessidade de continuidade das ações de preservação em etapas futuras, especialmente no que se refere à restauração especializada.

Etapas do projeto

O desenvolvimento do projeto estrutura-se em cinco etapas sequenciais e interdependentes, das quais quatro já foram concluídas e uma encontra-se em fase de planejamento e implementação:

Etapas 1 – Diagnóstico do estado de conservação (CONCLUÍDA): Realizou-se avaliação visual e tátil dos documentos para identificar tipos e graus de deterioração, registro fotográfico do estado inicial e mapeamento das necessidades de intervenção. Essa etapa fundamentou-se nas orientações de Cassares (2000) para diagnóstico de acervos documentais.

Etapas 2 – Higienização e estabilização (CONCLUÍDA): Procedeu-se à higienização mecânica a seco dos documentos, utilizando trinchas de cerdas macias e pó de borracha. A higienização foi realizada documento por documento, em mesa de trabalho adequada, com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Os documentos higienizados foram acondicionados provisoriamente em envelopes de papel alcalino, seguindo recomendações de Beck (1985) e Spinelli Júnior (1997).

Etapas 3 – Organização e descrição arquivística (CONCLUÍDA): Os documentos foram organizados respeitando os princípios da proveniência e da ordem original, quando identificável. Realizou-se a classificação por tipologia documental e a descrição seguindo a *Norma Brasileira de Descrição*

Arquivística (NOBRADE), com elaboração de metadados descritivos que incluem: código de referência, título, data, produtor, dimensão e suporte, conteúdo, entre outros campos relevantes.

Etapas 4 – Digitalização (CONCLUÍDA): A digitalização foi realizada seguindo as diretrizes do CONARQ (2010), com resolução mínima de 300 dpi para documentos textuais. Foram definidos os padrões de nomenclatura de arquivos, os formatos de preservação (TIFF) e de acesso (PDF/A), bem como os procedimentos de controle de qualidade. A escolha dos equipamentos de digitalização considerou as características físicas do acervo, incluindo documentos encadernados e materiais de diferentes dimensões.

Etapas 5 – Implementação do repositório digital (EM PLANEJAMENTO): Encontra-se em fase de análise a seleção da plataforma de repositório digital mais adequada às necessidades do projeto. Estão sendo avaliadas opções como DSpace, Tainacan, AtoM e Omeka, considerando critérios como: compatibilidade com padrões arquivísticos, facilidade de uso, possibilidade de customização, existência de comunidade ativa de desenvolvedores, requisitos de infraestrutura e sustentabilidade de longo prazo.

Instrumentos e procedimentos de registro

A documentação da experiência realizou-se mediante múltiplos instrumentos: (a) diário de campo, no qual foram registradas observações sobre o processo de trabalho, dificuldades encontradas e soluções adotadas; (b) registro fotográfico, que documentou o estado inicial dos documentos, as etapas de intervenção e os resultados alcançados; (c) planilhas de controle, contendo informações sobre quantidade de documentos processados, tempo despendido em cada etapa e indicadores de qualidade; (d) relatórios periódicos de acompanhamento das atividades, apresentados à coordenação do projeto e à instituição parceira.

Análise e reflexão

A análise dos dados coletados privilegiou abordagem qualitativa, com ênfase na identificação de desafios metodológicos, avaliação das estratégias implementadas e sistematização de aprendizagens. As reflexões foram construídas coletivamente pela equipe do projeto, em reuniões periódicas de avaliação, nas quais se discutiram aspectos técnicos, pedagógicos e institucionais da experiência. Essa perspectiva reflexiva, conforme propõem Daltro e Faria (2019), permite que o relato de experiência transcenda a mera descrição de atividades, configurando-se como exercício crítico que produz conhecimento aplicável a contextos similares.

4. Resultados e discussão

Em relatos de experiência, os resultados não se limitam a dados quantitativos, mas abrangem processos, aprendizagens, desafios superados e transformações observadas. Esta seção apresenta os principais achados do projeto até o momento, de forma integrada à discussão, articulando dados concretos das etapas concluídas, reflexões críticas sobre os processos vivenciados e perspectivas para as etapas em andamento.

Diagnóstico e intervenção conservativa: primeiros passos

A primeira etapa do projeto revelou um cenário preocupante quanto ao estado de conservação do acervo. Uma proporção considerável dos documentos avaliados apresentava sujidade superficial acumulada, evidências de manchas de umidade e fragilidade significativa do suporte papel. Esses dados confirmam a observação de Cassares (2000) sobre a vulnerabilidade de acervos que permanecem sem tratamento técnico adequado, especialmente em regiões com clima quente e úmido como o estado de Sergipe.

O processo de higienização mostrou-se mais desafiador do que inicialmente previsto. A fragilidade de alguns documentos exigiu ajustes na técnica de limpeza, com redução da pressão das trinchas e, em casos extremos, a opção por não intervir para evitar danos maiores. Essa experiência evidenciou a importância do que Spinelli Júnior (1997) denomina "conservação criteriosa", na qual a decisão de intervir deve ser precedida de avaliação técnica rigorosa. A participação dos estudantes nessa etapa foi fundamental para o desenvolvimento da sensibilidade necessária ao manuseio de documentos históricos, competência que transcende o conhecimento teórico e consolida-se apenas pela prática supervisionada.

Um aspecto relevante observado foi o tempo necessário para a higienização. A realidade demonstrou que a média efetiva de documentos tratados por dia foi inferior à estimativa inicial, considerando a fragilidade dos materiais e a necessidade de pausas para não comprometer a qualidade do trabalho. Esse dado tem implicações diretas para o planejamento de projetos similares, evidenciando que cronogramas excessivamente otimistas podem comprometer tanto a preservação dos documentos quanto a saúde física dos profissionais envolvidos.

Organização e descrição: desafios da ordem original

A organização do acervo apresentou dificuldades relacionadas à inexistência de uma classificação prévia consistente. Embora o princípio da ordem original, discutido por Bellotto (2006), seja fundamental na Arquivologia, constatou-se que parte da documentação havia perdido sua ordenação ao longo do tempo, resultado de sucessivos rearranjos e ausência de gestão documental sistemática. Essa situação exigiu decisões metodológicas complexas: manter a "desordem" encontrada, documentando-a como parte da história do acervo, ou estabelecer nova organização funcional que facilitasse o acesso?

Optou-se por uma abordagem intermediária. Quando identificável, a ordem original foi respeitada e documentada nos metadados descritivos. Nos casos em que a ordenação estava irremediavelmente comprometida, procedeu-se a uma organização por tipologia documental (ofícios, atas, relatórios, listas de pagamento, listas eleitorais, projetos culturais, etc.) e ordem cronológica, sempre explicitando nos instrumentos de pesquisa os critérios adotados e as intervenções realizadas. Essa decisão dialoga com as reflexões de Paes (2004) sobre a necessidade de equilibrar rigor técnico e pragmatismo na gestão de acervos acumulados.

A aplicação da NOBRADE para descrição arquivística revelou-se simultaneamente desafiadora e enriquecedora. A norma, embora robusta, demanda familiaridade com conceitos arquivísticos nem sempre triviais para estudantes em formação. Foram necessárias várias rodadas de revisão dos metadados, com discussões coletivas sobre campos como "âmbito e conteúdo" e "existência de documentos relacionados". Esse

processo, embora trabalhoso, consolidou aprendizagens significativas sobre a importância da descrição padronizada para a recuperação da informação e o acesso democrático aos acervos.

A conclusão dessa etapa resultou na criação de registros descritivos estruturados, que servirão de base para a alimentação do repositório digital. A criação de planilhas de controle com os metadados padronizados facilitará a posterior importação dos dados na plataforma escolhida, evidenciando a importância do planejamento integrado entre as diferentes etapas do projeto.

Preparação para a digitalização: planejamento e desafios técnicos

Com a conclusão das etapas de higienização e organização, o projeto avançou para a fase de digitalização, que apresentou desafios técnicos, metodológicos e infraestruturais específicos. O planejamento dessa etapa foi orientado pelas diretrizes do CONARQ (2010) e pelas reflexões de Márdero Arellano (2008) sobre qualidade e padrões na digitalização de acervos permanentes.

Um primeiro desafio identificado refere-se à heterogeneidade do acervo. A documentação da FUMCTUR inclui materiais em diferentes formatos: documentos textuais em papel de diversos tamanhos, cartazes, *folders* e materiais encadernados. Essa diversidade exige equipamentos e configurações técnicas diferenciadas. A definição de um *scanner* adequado considera não apenas a resolução necessária (mínimo de 300 dpi para textos e 600 dpi para fotografias, conforme o CONARQ (2010)), mas também a capacidade de processar documentos de diferentes dimensões sem causar danos aos originais.

A escolha dos formatos de arquivo também demanda decisão criteriosa. Conforme recomendam Sayão (2010) e Ferreira (2006), a preservação digital de longo prazo exige a criação de arquivos-matriz em formatos não comprimidos ou com compressão sem perdas (como TIFF), enquanto a disponibilização para acesso pode utilizar formatos mais leves (como PDF/A). Essa estratégia de "dupla geração", uma para preservação e outra para acesso, aumenta os custos de armazenamento, mas garante tanto a qualidade quanto a usabilidade dos objetos digitais.

A padronização da nomenclatura dos arquivos digitais foi definida considerando critérios de identificação única, ordenação lógica e compatibilidade com sistemas operacionais diversos. Outro aspecto foi o controle de qualidade da digitalização. Thomaz (2005 *apud* CUNHA e LIMA, 2007) alerta que falhas no processo de captura podem comprometer irreversivelmente a utilidade dos objetos digitais. Após análise foi elaborado um protocolo de verificação que inclui checagem de resolução, nitidez, enquadramento, fidelidade cromática e integridade do arquivo.

Escolha do repositório digital: critérios e desafios

A seleção da plataforma de repositório digital constitui decisão estratégica que impactará a sustentabilidade de longo prazo do projeto. Sayão e Marcondes (2009) enfatizam que repositórios digitais não são meras ferramentas de armazenamento, mas ecossistemas complexos que articulam tecnologia, informação, gestão e acesso. Nesse sentido, a escolha deve considerar múltiplas dimensões.

Os critérios técnicos em avaliação incluem: (a) compatibilidade com padrões arquivísticos (Dublin Core, EAD, METS); (b) capacidade de importação e exportação de metadados; (c) funcionalidades de busca e recuperação; (d) possibilidade de customização da interface; (e) requisitos de infraestrutura (servidor, banco de dados); (f) facilidade de atualização e manutenção.

Os critérios institucionais envolvem: (a) adoção de *software* livre *versus* proprietário; (b) existência de comunidade ativa de desenvolvedores e usuários; (c) disponibilidade de documentação técnica em português; (d) casos de sucesso em instituições similares; (e) sustentabilidade de longo prazo.

Estão sendo avaliadas as seguintes plataformas: DSpace (amplamente adotado em repositórios institucionais acadêmicos), Tainacan (desenvolvido no Brasil especificamente para coleções culturais), AtoM (Access to Memory, voltado para descrição arquivística) e Omeka (focado em exposições virtuais e narrativas digitais). Cada opção apresenta vantagens e limitações que estão sendo ponderadas em relação às necessidades específicas do acervo da FUMCTUR e às capacidades técnicas da equipe.

A experiência de outras instituições culturais sergipanas será consultada, buscando identificar boas práticas e desafios comuns. Viana e Márdero Arellano (2006) destacam a importância dessa troca de experiências para decisões mais fundamentadas e para a construção de redes colaborativas de preservação digital.

Aprendizagens formativas e desafios institucionais

Para além dos aspectos técnicos, o projeto tem se revelado espaço privilegiado de formação profissional. A participação dos estudantes do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS nas etapas já realizadas desenvolveu competências de domínio instrumental de técnicas, alcançando dimensões éticas, críticas e reflexivas da atuação profissional.

Os bolsistas relatam, em reuniões de avaliação, o desenvolvimento de sensibilidade ao valor patrimonial dos documentos. O contato direto com registros que testemunham a história cultural de São Cristóvão — ofícios sobre festivais de arte, projetos de preservação do patrimônio, correspondências sobre políticas culturais — sensibilizou os estudantes para a dimensão social e política da preservação documental. Como observa Valentim (2005), a formação do profissional da informação ganha densidade quando articula competências técnicas a consciência do papel social dos arquivos.

O trabalho em equipe, com divisão de tarefas e necessidade de padronização de procedimentos, desenvolveu competências colaborativas importantes ao ambiente profissional. A elaboração coletiva de protocolos de higienização, planilhas de descrição e critérios de qualidade exigiu negociação, escuta e construção de consensos, habilidades raramente desenvolvidas em disciplinas teóricas convencionais.

Os desafios institucionais também constituem fonte de aprendizagem. A articulação entre universidade e poder público municipal, embora viabilizada por convênio formal, demanda constantes negociações sobre prazos, prioridades e expectativas. A FUMCTUR, compreensivamente, tem urgência por resultados visíveis que possam ser apresentados à comunidade e aos gestores públicos; o ritmo acadêmico, marcado por calendários letivos, processos formativos e rigor metodológico, segue temporalidade distinta. Essa tensão,

longe de representar um problema, evidencia a complexidade dos projetos de extensão universitária que buscam equilibrar compromisso social e excelência científica.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

a) Resultados técnicos alcançados

Até o momento, foram concluídas quatro das cinco etapas previstas no projeto. Do ponto de vista quantitativo, dos 10.586 documentos (folhas) que compõem o acervo, 9.303 foram submetidos a procedimentos de higienização mecânica, digitalização e acondicionamento em envelopes alcalinos, o equivalente a aproximadamente 88% do total. Os demais documentos, identificados com danos estruturais severos, foram descritos e isolados para futura intervenção especializada em conservação e restauração.

Do ponto de vista da organização e descrição, foram criados registros descritivos estruturados conforme a NOBRADE para a totalidade do acervo, independentemente do estado de conservação dos documentos. Os metadados gerados — incluindo código de referência, título, data, produtor, dimensão e suporte, âmbito e conteúdo — constituem base sólida para a alimentação futura do repositório digital e para a elaboração de instrumentos de pesquisa detalhados. A organização tipológica adotada (ofícios, atas, relatórios, listas de pagamento, listas eleitorais, projetos culturais, entre outros) e a ordenação cronológica, quando identificável, asseguram controle intelectual sobre o acervo e facilitarão a recuperação da informação pelos futuros usuários.

A etapa de digitalização foi concluída seguindo as diretrizes do CONARQ (2010), com resolução mínima de 300 dpi para documentos textuais. Foram definidos e aplicados os padrões de nomenclatura de arquivos, os formatos de preservação (TIFF) e de acesso (PDF/A), bem como os procedimentos de controle de qualidade, incluindo verificação de resolução, nitidez, enquadramento, fidelidade cromática e integridade dos arquivos gerados.

b) Dificuldades enfrentadas

Os desafios identificados ao longo das etapas concluídas foram de natureza técnica, metodológica e operacional. Do ponto de vista técnico, a fragilidade de parte significativa do acervo exigiu procedimentos ainda mais cuidadosos do que os inicialmente previstos: em diversos documentos, foi necessário reduzir a pressão das trinchas durante a higienização e, em casos extremos, optar pela não intervenção para evitar danos irreversíveis ao suporte. Esses documentos foram identificados, descritos e encaminhados para avaliação futura por profissional habilitado em conservação e restauração.

A ausência de ordem original em parcela da documentação, resultado de sucessivos rearranjos e da inexistência histórica de gestão documental sistemática na instituição, demandou decisões metodológicas complexas. Conforme registrado no diário de campo da equipe, a distinção entre documentos com ordenação recuperável e aqueles cuja sequência original estava irremediavelmente comprometida exigiu reuniões coletivas de avaliação e a elaboração de critérios explícitos de intervenção, garantindo que todas as decisões fossem documentadas nos instrumentos de pesquisa.

A necessidade de revisões múltiplas dos metadados para garantir qualidade e padronização revelou-se como um dos aspectos mais trabalhosos do processo. A aplicação da NOBRADE,

embora tecnicamente robusta, demandou familiaridade progressiva com campos como "âmbito e conteúdo" e "existência de documentos relacionados", resultando em sucessivas rodadas de correção e discussão coletiva antes da aprovação final dos registros.

Por fim, o tempo efetivo de execução das atividades foi consistentemente superior ao inicialmente estimado. O diário de campo registra que a média diária de documentos higienizados ficou abaixo da projeção original, em função da fragilidade dos materiais e da necessidade de pausas regulares para preservar tanto a integridade dos documentos quanto a saúde dos profissionais envolvidos. Esse dado tem implicações diretas para o planejamento de projetos similares, evidenciando que cronogramas devem incorporar margens de segurança realistas, especialmente em acervos com alto grau de deterioração.

c) Aprendizagens formativas

Para além dos aspectos técnicos, o projeto consolidou-se como espaço privilegiado de formação profissional. A participação dos estudantes do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS nas etapas concluídas extrapolou o domínio instrumental das técnicas, alcançando dimensões éticas, críticas e reflexivas da atuação profissional.

Os bolsistas relatam, em reuniões de avaliação, o desenvolvimento de sensibilidade ao valor patrimonial dos documentos. O contato direto com registros que testemunham a história cultural de São Cristóvão: ofícios sobre festivais de arte, projetos de preservação do patrimônio, correspondências sobre políticas culturais, sensibilizou os estudantes para a dimensão social e política da preservação documental. Como observa Valentim (2005), a formação do profissional da informação ganha densidade quando articula competências técnicas à consciência do papel social dos arquivos.

O trabalho em equipe, com divisão de tarefas e necessidade de padronização de procedimentos, desenvolveu competências colaborativas fundamentais ao ambiente profissional. A elaboração coletiva de protocolos de higienização, planilhas de descrição e critérios de qualidade exigiu negociação, escuta ativa e construção de consensos, habilidades raramente desenvolvidas em disciplinas teóricas convencionais.

Os desafios institucionais também constituíram fonte de aprendizagem. A articulação entre universidade e poder público municipal, embora viabilizada por convênio formal, demandou constantes negociações sobre prazos, prioridades e expectativas. A tensão entre a urgência institucional da FUMCTUR por resultados visíveis e o ritmo acadêmico, marcado por calendários letivos e rigor metodológico, revelou a complexidade dos projetos de extensão universitária que buscam equilibrar compromisso social e excelência científica, preparando os estudantes para situações análogas em sua futura atuação profissional.

d) Perspectivas futuras

A etapa remanescente, implementação do repositório digital, apresenta desafios específicos que demandarão investimentos em infraestrutura tecnológica, definição criteriosa de padrões técnicos e escolha estratégica de plataforma. A base de metadados padronizados e os arquivos digitais já produzidos nas etapas anteriores fornecem fundamentos sólidos para essa implementação.

Estão sendo avaliadas quatro plataformas candidatas: DSpace, Tainacan, AtoM e Omeka, considerando critérios técnicos (compatibilidade com padrões arquivísticos, capacidade de

importação e exportação de metadados, funcionalidades de busca e recuperação) e critérios institucionais (adoção de *software* livre, existência de comunidade ativa de desenvolvedores, disponibilidade de documentação em português e sustentabilidade de longo prazo). A experiência de outras instituições culturais sergipanas será consultada para subsidiar essa decisão.

Para além da implementação técnica do repositório, as perspectivas de continuidade do projeto incluem: a elaboração de instrumentos de pesquisa detalhados; a realização de ações educativas junto a escolas, pesquisadores e comunidade; o planejamento de estratégias de preservação digital de longo prazo, como rotinas de backup, migração de formatos e auditoria de integridade dos arquivos; e a sistematização da experiência em protocolos e diretrizes que possam orientar projetos similares em outras instituições de memória sergipanas e nordestinas. A experiência acumulada ao longo das quatro etapas concluídas reforça que, mesmo em contextos de recursos limitados, intervenções qualificadas são viáveis quando há planejamento metodológico rigoroso, compromisso institucional e articulação interinstitucional sustentada.

Protocolo metodológico proposto

A partir da experiência acumulada nas três primeiras etapas do projeto, propõe-se um protocolo metodológico replicável para preservação e digitalização de acervos históricos em arquivos municipais de pequeno e médio porte com limitações infraestruturais, particularmente aplicável a instituições do Nordeste brasileiro. O Quadro 2 sintetiza as fases, ações, recursos mínimos e resultados esperados.

Quadro 2 - Protocolo metodológico para preservação documental em contextos de recursos limitados

Fase	Ações principais	Recursos mínimos	Duração estimada	Resultados esperados
1. Diagnóstico	•Avaliação visual •Registro fotográfico •Mapeamento de deterioração	•Câmara •Planilha •Equipe: 2 pessoas	2 - 4 semanas	•Relatório diagnóstico •Priorização
2. Higienização	•Limpeza mecânica •Acondicionamento provisório •Controle de qualidade	•Trinchas, pó borracha •Envelopes alcalinos •Equipe: 3-4 pessoas	3 - 6 meses	•Docs. higienizados •Estabilização
3. Organização	•Classificação tipológica •Descrição NOBRADE •Instrumentos de pesquisa	•Computador •Software livre •Equipe: 2-3 pessoas	2 - 4 meses	•Inventário •Metadados
4. Digitalização	•Captura de imagens •Controle de qualidade •Armazenamento	•Scanner 300+ dpi •HD externo •Equipe: 2-3 pessoas	4-8 meses	•Arquivos TIFF/PDF •Backup
5. Repositório	•Escolha de plataforma •Importação de dados •Disponibilização online	•Servidor/nuvem •Software livre (DSpace) •Técnico TI	2-3 meses	•Acervo online •Acesso público

Fonte: Elaborado pelos autores com base na experiência do projeto FUMCTUR (2024-2025)

Este protocolo distingue-se de modelos convencionais por três aspectos: (a) adequação a contextos de baixo orçamento, priorizando equipamentos e materiais acessíveis; (b) adaptação a condições climáticas do Nordeste, com ênfase em procedimentos de controle de umidade e higienização preventiva; e (c) integração da dimensão formativa, prevendo participação de estudantes e capacitação de servidores municipais. A duração total estimada (12 a 24 meses) pode variar conforme o volume do acervo e a disponibilidade de recursos humanos.

A replicabilidade deste protocolo foi pensada considerando realidades de municípios sem infraestrutura arquivística consolidada. Recomenda-se, sempre que possível, estabelecimento de parcerias com universidades públicas, instituições especializadas (Arquivo Nacional, arquivos estaduais) ou organizações da sociedade civil, viabilizando transferência de conhecimento e suporte técnico. A experiência da FUMCTUR demonstra que, mesmo com recursos limitados, é possível realizar intervenções qualificadas quando há planejamento metodológico, compromisso institucional e articulação interinstitucional sustentada.

5. Considerações finais

O relato de experiência apresentado neste artigo evidenciou as múltiplas dimensões envolvidas em projetos de preservação do patrimônio documental que articulam conservação física, digitalização, projeto de implementação de repositório e formação profissional. A experiência desenvolvida no Laboratório de Preservação e Conservação do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, em parceria com a FUMCTUR, demonstrou que a preservação de acervos históricos em contextos de limitações infraestruturais e recursos demanda não apenas domínio técnico, mas capacidade de planejamento, flexibilidade metodológica e compromisso ético com a memória social.

Os resultados parciais alcançados até o momento confirmam a viabilidade e a relevância do projeto. A conclusão das etapas de diagnóstico, higienização e organização/descrição arquivística possibilitou estabilizar o estado de conservação de parcela significativa do acervo, criar base de metadados padronizados e preparar os documentos para as etapas subsequentes de digitalização e disponibilização em repositório digital. Para além dos produtos técnicos, o projeto consolidou-se como espaço privilegiado de formação, no qual estudantes desenvolveram competências essenciais à atuação profissional qualificada e socialmente responsável.

Os desafios identificados ao longo do processo – fragilidade dos documentos, ausência de ordem original, necessidade de revisões múltiplas dos metadados, tempo superior ao estimado – revelaram-se, paradoxalmente, como oportunidades de aprendizagem. A necessidade de ajustar procedimentos, tomar decisões metodológicas complexas e negociar expectativas institucionais contribuiu para o desenvolvimento de capacidades reflexivas e críticas indispensáveis ao profissional da informação contemporâneo.

As etapas futuras, digitalização e implementação do repositório digital apresentam desafios específicos que demandarão investimentos em infraestrutura tecnológica, definição criteriosa de padrões técnicos e escolha estratégica de plataforma. A experiência acumulada, contudo, fornece fundamentos sólidos para essas decisões, bem como para o

planejamento de estratégias de preservação digital de longo prazo e de ações de divulgação que assegurem o efetivo uso social do acervo digitalizado.

A sistematização dessa experiência contribui para o campo da Ciência da Informação ao documentar práticas, desafios e soluções aplicáveis a contextos similares em instituições de memória brasileiras, particularmente aquelas que operam com recursos limitados e em regiões com clima quente e úmido. As reflexões apresentadas podem subsidiar o planejamento de projetos de preservação documental em museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais, bem como orientar políticas públicas voltadas à salvaguarda do patrimônio documental em âmbito municipal, estadual e nacional.

Por fim, o trabalho reafirma o papel estratégico das universidades públicas na preservação da memória social. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão materializada neste projeto evidencia que a produção de conhecimento científico pode e deve dialogar com as demandas concretas da sociedade, contribuindo simultaneamente para a formação de profissionais qualificados, para o avanço do conhecimento na área e para a democratização do acesso à informação e à memória coletiva. A continuidade e o aprofundamento de iniciativas dessa natureza são fundamentais para assegurar que o patrimônio documental brasileiro seja efetivamente preservado, valorizado e disponibilizado às presentes e futuras gerações.

A experiência da FUMCTUR evidencia a urgência de políticas públicas arquivísticas municipais estruturadas. Os desafios concretos enfrentados ao longo do projeto: fragilidade dos documentos, ausência de ordem original, ausência de climatização e equipe reduzida, são sintomas de uma lacuna sistêmica identificada por Rodrigues (2021) e Ribeiro (2019): a inexistência de planos municipais de preservação documental. Os dados coletados no projeto reforçam a necessidade de: (a) criação ou fortalecimento de arquivos públicos municipais; (b) destinação orçamentária específica para preservação documental; (c) formação continuada de servidores; (d) articulação com universidades para transferência de conhecimento técnico.

Referências bibliográficas

BECK, I.

1985 *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

BELLOTTTO, H. L.

2006 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2010 *Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010: Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. [Em linha]. Brasília: CONARQ, 2010. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacaoarquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-31-de-28-de-abril-de-2010>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2006 *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição, 1988

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [Em linha]. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1991 Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991: Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da União*. [Em linha]. (9 jan. 1991). [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm.

CASSARES, N. C.

2000 *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf.

CUNHA, M. B.; LIMA, J. A.

2007 O Uso de preservação digital no gerenciamento de informação em bibliotecas e arquivos. In *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. Org. C. H. Marcondes... [et al.]. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2007, p. 71-87.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A.

2019 Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. [Em linha]. 19:1 (jan./abr. 2019) 223-237. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29664>.

FERREIRA, M.

2006 *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. [Em linha]. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5820>.

FRANCELINO, M. C. O.

2016 *Preservação digital: recomendações e políticas institucionais*. Brasília: Arquivo Nacional, 2016.

HALBWACHS, M.

1990 *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

2024 *Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE)*. [Em linha]. Brasília: IPHAN, 2024. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43>.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

2012 *ISO 14.721:2012: Space data and information transfer systems: Open archival information system (OAIS): Reference model*. GenÈve: ISO, 2012.

JARDIM, J. M.

1995 *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

LE GOFF, J.

1990 *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.

2008 *Critérios para a preservação digital da informação científica*. [Em linha]. Brasília, 2008. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1518>.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.

2004 Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:2 (maio/ago. 2004) 15-27. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/szSxJT6WgQmGSZF3QjNhgLn/?format=pdf&lang=pt>.

MASETTO, M. T.

2003 *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L.

2010 Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*. [Em linha]. 40:139 (jan./abr. 2010) 173-197. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MMNG4GGyhNhsKPkGGdLzTjn/?format=pdf&lang=pt>.

MOURA, A. C.; CAMPOS, S. H. A.

2020 Preservação do patrimônio documental: uma abordagem sistêmica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 25:3 (set./dez. 2020) 83-102. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/gWsZnFmVCrPQqq9hYqsLxmv/>.

PAES, M. L.

2004 *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

POLLAK, M.

1989 Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* [Em linha]. 2:3 (1989) 315. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

RIBEIRO, R. C. C.

2019 *Gestão de documentos e preservação digital no setor público: fundamentos e práticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

RODRIGUES, A. C.

2021 *Políticas arquivísticas e gestão documental no Brasil: desafios e perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2021.

SÃO CRISTÓVÃO. Prefeitura Municipal

2023 *Viva Cidade: Praça São Francisco, patrimônio da humanidade, um orgulho que completa 13 anos*. São Cristóvão. [Em linha]. 2023. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/vivacidade-praca-sao-franciscopatrimonio-da-humanidade-um-orgulho-que-completa-13-anos>.

SAYÃO, L. F.

2010 Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 4:3 (dez. 2010) 68-94. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709/3565>.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H.

2009 Repositórios institucionais e livre acesso. In *O Papel da comunicação científica no acesso livre*. Org. S. R. Weitzel. Rio de Janeiro: IBICT, 2009, p. 81-108.

SPINELLI JÚNIOR, J.

1997 *A Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

VALENTIM, M. L. P., org.

2005 *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2005.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.

2006 Repositórios institucionais baseados em DSpace e EPrints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14º, Salvador, 2006 - *Anais...* [Em linha]. Salvador: UFBA, 2006. [Consult. 19 nov. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/980>.

Glêyse Santos Santana | gleyse@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Alessandra dos Santos Araújo | alearaujo1@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Roberta Santos do Nascimento | robertarnascimento@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Resumo: A Ciência da Informação, em sua abordagem tecnológica e social, interpreta a *Web* como espaço para comunicação e preservação da informação, e tem se dedicado a estudar recursos para a apresentação e representação da informação de forma eficiente. O *Access to Memory* e o *Archivematica* são *softwares* livres, aplicáveis na curadoria de objetos digitais em serviços de informação, como é o caso do acervo da Fundação Arquitecto José Marques da Silva. Pretende-se analisar as convergências existentes entre os *softwares*, ao abranger questões do *Design* da Informação e Curadoria Digital no Sistema de Informação Marques da Silva/Moreira da Silva. Utiliza-se metodologia teórico-exploratória e descritiva, analisando o ambiente dígito-virtual para diagnosticá-lo. Foram identificadas questões que tangenciam o *Design* da Informação, a Curadoria Digital e a relevância histórico-cultural do acervo, provando-se necessário o cuidado na representação e apresentação da informação e a utilização das ferramentas do *software* livre, ao proporcionar boa experiência ao internauta.

Palavras-chave: Archivematica; AtoM; Curadoria digital; *Design* da Informação.

Abstract: Information Science, in its technological and social approach, interprets the Web as a space for communication and information preservation and has dedicated itself to studying resources for the efficient presentation and representation of information. Access to Memory and Archivematica are free software programs applicable to the curation of digital objects in information services as is the case of the Fundação Arquitecto José Marques da Silva collection. The aim is to analyse the convergences between these programs, addressing issues of Information Design and Digital Curation in the Marques da Silva/Moreira da Silva Information System. A theoretical-exploratory and descriptive methodology is used, analysing the digital-virtual environment for diagnosis. Issues were identified that touch on Information Design, Digital Curation, and the historical-cultural relevance of the collection, demonstrating the need for care in the representation and presentation of information and the use of free software tools to provide a good user experience.

Keywords: Archivematica; AtoM; Digital curation; Information design.

1. Introdução

Por definição, a Ciência da Informação (CI) lida com a apresentação e acesso à informação, independente do meio ou suporte de comunicação (CAPURRO, 1996). Com as transformações tecnológicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, que levaram à explosão informacional, a informação passa, então, a se manifestar no meio dígito-virtual. Por meio da *Web*, e, especialmente, da *Web 2.0*, cria-se o senso de colaboratividade, ao contar com as contribuições dos internautas para o seu processo de formação (O'REILLY, 2005; BARRETO, 2002).

Tendo em vista que as transformações tecnológicas interferem na comunicação e na interação com as informações, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

inserem-se na era do conhecimento interativo, definido por Barreto (2002:73) como “espaços de informação [que] agregam em um mesmo ambiente de comunicação os estoques de itens de informação, as memórias, os meios de transferência e a realidade de convívio dos receptores de informação”.

No âmbito tecnológico, um documento digital se diferencia do documento tradicional. Antes, as informações e formatos eram estáticos, e se limitavam ao suporte físico, onde os signos eram fixados no papel por tinta; no contexto atual, com o documento digital, os signos são cadeias de código binário, que, ao serem processados no sistema computacional, representam informações, desmaterializando o suporte (SANTOS; FLORES, 2015; YAMAOKA, 2012). Por conseguinte, a CI intersecciona com a tecnologia e suas questões por lidar com a informação, tendo como um de seus objetivos a recuperação da informação, a representação e gestão do conhecimento (RIBEIRO e SILVA, 2016), questões paralelas aos *softwares* livres, que, com código aberto, são interativos e comunitários.

Nesse sentido, a CI se alinha às necessidades de preservação e curadoria de objetos digitais relacionados aos serviços de informação como bibliotecas, arquivos e museus, especialmente com o compartilhamento de coleções e acervos bibliográficos e não bibliográficos existentes. Para isso, uma possibilidade é o uso do Access to Memory (AtoM) e Archivematica, *softwares* livres e beta perpétuo — *softwares* em código aberto, gratuitos e constantemente atualizados — para o acesso, descrição e organização da memória em ambiente dígito-virtual.

Perante tais questões, os *softwares* mencionados, idealizados pelo Conselho Internacional de Arquivos e desenvolvidos pela empresa canadense Artefactual, são fundamentais para a gestão, preservação e acesso de documentos na dígito-virtualidade. Segundo o próprio Archivematica (2025), a preservação digital é ‘transparente’, e, portanto, instituições de memória que prezam pela preservação da herança cultural *online* precisam planejar o acesso e a preservação a longo prazo. Isso envolve o desenvolvimento e a implementação de medidas eficientes e eficazes de preservação digital, ao considerar, entre outros aspectos, o caráter de edição, a integridade dos dados e as práticas que garantam a longevidade e a confiabilidade dos arquivos digitais ao longo do tempo.

Portanto, os *softwares* AtoM e Archivematica são aplicáveis na curadoria e preservação de serviços de informação que, por sua vez, têm recursos que tornam o seu espaço operacional e acessível (COELHO, 1997). Os documentos digitais produzidos pelos serviços de informação devem ser devidamente preservados e acessados para permanecer a memória do equipamento cultural no ambiente digital, por meio de recursos gratuitos, eficientes e eficazes.

O ambiente dígito-virtual da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS) promove o acesso à informação dos objetos digitais, passando continuamente pelo processo da Curadoria Digital e, por estarem dispostos no AtoM, valendo-se dos princípios de *Design* da Informação. Sendo assim, o *Design* da Informação e a Curadoria Digital são relevantes na elaboração de ambientes *Web* para fins de preservação e acesso de objetos informacionais digitais.

No âmbito sociocultural, o presente trabalho justifica-se na preservação e acesso da memória, por meio dos ambientes *Web*, contribuintes para a curadoria social, com a participação da sociedade nos processos que antecedem a preservação e o acesso,

compartilhamento e preservação de diversos acervos de memória (BATISTA e JORENTE, 2021). No contexto científico, justifica-se por contribuir nos estudos da CI, que abrangem os serviços de bibliotecas, arquivos e museus, por identificar como ambientes *Web* podem contribuir nas práticas de tais instituições. Ainda, tem relevância por agregar aos estudos das TIC os desdobramentos da *Web 2.0*, com seus ambientes dígito-virtuais informacionais interativos.

2. Design da Informação e Curadoria Digital

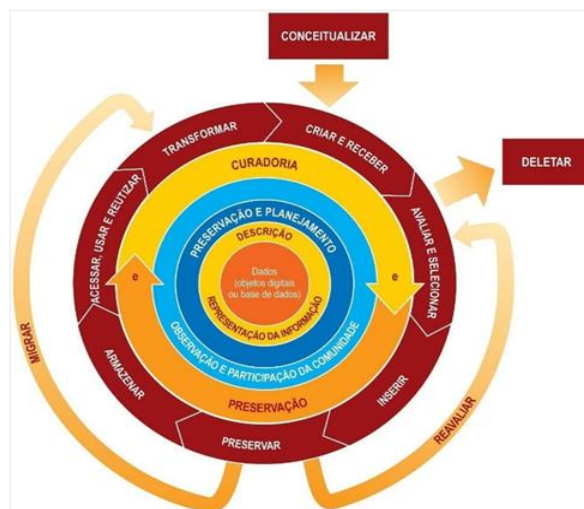
O *design* é tido como um processo de participação, sintaxe, criatividade e disciplina. Com origens na disciplina da arte, as transformações do termo fazem com que ele passe a ser entendido como a coordenação dos produtos visuais (DONDIS, 1994; JORENTE, 2012).

Sendo assim, o *design* se desdobra no *Design* da Informação, que se empenha no desenvolvimento de representações da informação que interagem com o internauta em seu ambiente nativo, para simplificar sua comunicação e facilitar o acesso. (HORN, 2000; GARRETT, 2003) O *Design* da Informação gira em torno da experiência do internauta, que acessa, o agente informacional, aqui, de ambientes dígito-virtuais. Para que esses ambientes possam exercer interoperabilidade entre as informações, sua recuperação e precisão, e então orientar o internauta no dígito virtual, como explicam Jorente, Nakano e Padua (2020):

No universo dígito-virtual, o Design e sua subárea, o DI [Design da Informação], conformam a estrutura teórico-conceitual e aplicativa apropriada para a criação de sistemas e produtos interativos de comunicação da informação orientada aos sujeitos e a comunidade de interesse (JORENTE, NAKANO e PADUA, 2020:38)

A Curadoria Digital é um conjunto de processos que representa métodos de preservação, gestão, curadoria e acesso de objetos informacionais digitais, com vistas à segurança da informação e sua permanência ao longo do tempo, independente do suporte (ABBOTT, 2008; HIGGINS, 2011).

Fig. 1 – Modelo do ciclo de vida da Curadoria Digital



Fonte: Traduzido de HIGGINS (2011).

Quando estudados paralelamente, o *Design* da Informação e a Curadoria Digital tecem perspectivas de preservação, acesso e compartilhamento da informação no âmbito da CI. A *Web 2.0*, também conhecida como *Web Social*, é parte da ideia de uma “inteligência coletiva”, e, segundo O’Reilly (2005, *tradução nossa*) “uma das lições-chave da era *Web 2.0* é essa: usuários adicionam valor”. Esse valor adicionado pelo sujeito informacional são informações compartilhadas, tornando-se interativas e colaborativas.

Nesse contexto, objetiva-se analisar a representação e apresentação da informação nos *softwares* livres Access to Memory (AtoM) e Archivematica, e como se convergem ao *Design* da Informação e Curadoria Digital, analisando o ambiente dígito-virtual FIMS.

3. Metodologia

A metodologia utilizada é teórico-exploratória e descritiva, com base na busca e análise do ambiente dígito-virtual Fundação Instituto Arquitecto Marques da Silva, a partir de literaturas da CI e suas abordagens que tangenciam o *Design* da Informação e a Curadoria Digital.

4. Resultados

O *Design* da Informação e a Curadoria Digital, como já apresentados, possuem conceitualizações e desdobramentos próprios para a análise de ambientes dígito-virtuais, inseridos na realidade da *Web 2.0*. No presente trabalho, foram selecionados os fatores e aspectos do *Design* da Informação a serem considerados em ambientes digitais segundo Carliner (2000): o *Design* Físico, Cognitivo e Humanístico, sendo o último complementado pelo pensamento de Redig (2004).

Dimensões do Design da Informação

Os desdobramentos do *Design* da Informação, segundo os autores supracitados, são:

- *Design* Físico: dimensão sensorial do *Design* da Informação que abrange questões do *design* da página e tela, a recuperação da informação, a seleção de mídias para o ambiente e a produção de conteúdo (CARLINER, 2000). O *Design* Físico se preocupa com a forma em que a informação é representada, se será minimizada ou enfatizada, qual será a posição do texto, o tamanho, saturação e cor e como o internauta localiza as informações por meio destes elementos (BERTIN, 1970);
- *Design* Cognitivo: dimensão intelectual do *Design* da Informação que abrange o entendimento do internauta perante as informações apresentadas (CARLINER, 2000). O *Design* Cognitivo deve ter uma boa apresentação e planejamento dos dados, comunicar com clareza ideias complexas e oferecer o maior número de ideias no menor espaço possível (TUFTE, 2001);
- *Design* Humanístico: dimensão emocional, social e política do DI, que abrange sua importância social, intrinsecamente ligada à socialização do

conhecimento em ambientes dígito-virtuais (CARLINER, 2000). O *Design* Humanístico traz à tona a necessidade da relação entre os agentes informacionais e o ambiente dígito-virtual, levando em conta sua experiência com a informação ali representada (REDIG, 2004).

Tendo em vista as três dimensões do *Design* da Informação apresentadas, é possível analisar, neste caso, o ambiente dígito-virtual da FIMS, pertencente a Universidade do Porto, em específico, o Sistema de Informação (SI) ‘Marques da Silva/Moreira da Silva’. “A designação para o conjunto de informação produzida, recebida e acumulada pelos diversos indivíduos que constituem a família foi retirada do nome de família Marques da Silva em que se filia José Marques da Silva e seus familiares [...]” (FUNDAÇÃO..., 2023).

A organização do ambiente dígito-virtual da FIMS

A própria definição de Sistema da Informação, um dos níveis de descrição na Instituição de Arquivo da FIMS, evidencia questões da representação e apresentação da informação dos objetos digitais aglutinados em SI, separados pelo produtor.

O Sistema de Informação é uma totalidade formada por informação registada num qualquer suporte (documento), produzida por uma diversidade de actores e recebida de uma multiplicidade de proveniências, o que significa que livros, revistas, cartas, memórias, relatórios, projetos, processos de obras, desenhos, pinturas, esculturas, móveis, gessos, etc. são documentos muito díspares entre si, mas que possuem a uni-los alguns denominadores comuns — pertenceram ou foram produzidos por determinadas pessoas de uma família, sendo por elas usados nos respectivos contextos em que decorreu a sua vida (FUNDAÇÃO..., 2023)

Portanto, o SI Marques da Silva/Moreira da Silva é a aglutinação de documentos produzidos pelas famílias Marques da Silva e Moreira da Silva, e conta com 2.032 objetos digitais, onde constam quatro gerações da família Marques da Silva/Moreira da Silva — 1ª geração: Marques da Silva, 2ª geração: Pereira Marques da Silva, 3ª Marques da Silva e 4ª geração: Lopes Martins Marques da Silva. Essa hierarquização do SI de documentação familiar e pessoal é relevante na disposição da informação no AtoM.

Design da Informação no ambiente dígito-virtual da FIMS

É possível analisar as três dimensões do *Design* da Informação no SI Marques da Silva/Moreira da Silva, já que, para que dados sejam transformados em informação, é preciso organizar de forma significativa e apropriada dos dados apresentados, assim como comunicar o contexto e, para ambientes dígito-virtuais, explorar a organização de objetos digitais e seus atributos informacionais (SHEDROFF, 2014; JORENTE, NAKANO e PADUA, 2020).

Primeiro, a dimensão sensorial, o *Design* Físico, ou seja, como os internautas são orientados pelas informações no ambiente dígito-virtual (CARLINER, 2000). Aqui, será analisada a página principal do ‘Sistema de Informação [SI] Marques da Silva/Moreira da Silva’ — também identificado como ‘SI MSMS’.

Fig. 2 – Printscreen do SI Marques da Silva/Moreira da Silva



Fonte: Ambiente dígito-virtual Arquivo AtoM, Universidade do Porto (2025)

Conforme as questões apresentadas anteriormente, é possível analisar uma preocupação com a representação e apresentação da informação no AtoM e também da instituição e seu SI. Primeiramente, é possível recuperar a informação de forma rápida, em um menu de pesquisa na lateral esquerda da página, além de explorar a hierarquia no modelo cascata do SI no centro da tela, e, se necessário, realizar uma navegação global, em todo o acervo da FIMS, no topo da página. O internauta está muito bem orientado para encontrar informações. Essas questões tangem ao *Design* Cognitivo, na dimensão intelectual, já que é possível observar o processo de análise das necessidades do internauta sendo solucionadas no *design* da tela inicial do 'SI MSMS', assim como a questão do *design* minimalista; um *template* simples, com um fundo laranja pastel claro, quase imperceptível, tópicos em laranja, *links* em azul e o resto do texto em preto ou cinza.

A tela do 'SI MSMS' apresenta o contexto da história bibliográfica das quatro gerações aglutinadas no SI, assim como a data do produtor — as quatro gerações — e questões de identificação do SI. O texto de 'História Biográfica' é redigido em linguagem simples, de fácil entendimento, com clareza e objetividade, sem sobrecarregar o internauta com informações, usando o espaço da menor forma possível. As demais zonas, como 'Zona do conteúdo e estrutura' e 'Zona de condições de acesso e utilização' conseguem comunicar de forma efetiva e hierárquica as informações necessárias. A 'Zona de Notas' é extensa, apresentando duas linhas do tempo com *links*, importantes para a contextualização da informação apresentada.

Fig. 3 – Printscreen do SI Marques da Silva/Moreira da Silva

Zona de identificação

Código de referência	PT FIMS MSMS
Título	Marques da Silva/Moreira da Silva
Data(s)	• [17--]2002 (Produção)
Nível de descrição	SI
Dimensão e suporte	C. 20000 peças desenhadas; C. 50 m/f de documentação escrita; 30 Maquetas; C. 4000 fotografias (negativos e positivos); C. 1000 postais (nacionais e internacionais); Biblioteca profissional e pessoal: 2813 títulos.

Zona do contexto

Nome do produtor	Marques da Silva/Moreira da Silva. Família (1728-2002)
História biográfica	A designação para o conjunto de informação produzida, recebida e acumulada pelos diversos indivíduos que constituem a família foi retirada do nome de família Marques da Silva em que se filia José Marques da Silva e seus familiares, incorporados pelo casamento com uma descendente dos Lopes Martins, senhores com presença confirmada no Brasil e que de lá trouxeram dividendos que foram canalizados para a compra de propriedades e bens móveis e imóveis. Pelo casamento da filha de José Marques da Silva Maria José Marques da Silva Martins com o Arquitecto David Moreira da Silva entra na família Marques da Silva uma "nova família" os Moreira da Silva.
Read less	
Entidade detentora	Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva

Anotações:

- Zona de identificação do 'SI MSMS'** (em vermelho)
- Contexto da história biográfica do 'SI MSMS', sobre as quatro gerações aglutinadas.** (em verde)
- As quatro gerações da família Marques da Silva/Moreira da Silva são identificados como 'produtores'.** (em laranja)

Fonte: Ambiente dígito-virtual Arquivo Atom, Universidade do Porto (2025)

A última dimensão, emocional, social e política, ou *Design Humanístico*, tangencia os processos e questões analisados anteriormente, com o cuidado na interação do internauta com as informações representadas no ambiente dígito-virtual e a socialização do conhecimento (REDIG, 2004). O AtoM, com propriedade de melhoria contínua e de acesso aberto, é, por definição, um *software* livre, corroborando para a democratização do acesso, apresentação e representação da informação (JORENTE, NAKANO e PADUA, 2020). Vale ressaltar a relevância cultural da preservação do 'Sistema de Informação Marques da Silva/Moreira da Silva', preservando o legado documental da arquitetura portuguesa, já que José Marques da Silva — terceira geração do 'SI MSMS' — é considerado o arquiteto que moldou a cidade do Porto, e um dos arquitetos mais importantes de Portugal do século XX, também visto como um professor relevante para a cultura da arquitetura e urbanismo do país, reinventando a prática da arquitetura portuguesa (FUNDAÇÃO..., 2023).

Nas suas múltiplas frentes de actuação Marques da Silva deixou um legado duradouro na cultura arquitetónica portuense, na paisagem da cidade, na cultura de projeto dos arquitetos, nas práticas de ensino, numa certa forma de fazer e pensar a arquitetura que se foi consolidando no Porto ao longo do século XX (FUNDAÇÃO..., 2023).

Para que a história de José Marques da Silva, no SI Marques da Silva/Moreira da Silva, e de suas quatro gerações sejam preservadas, é necessário analisar, repensar, e se necessário, reestruturar o AtoM para o internauta ser capaz de se orientar e compreender as informações apresentadas, aplicando teorias e questões do *Design* da Informação para, então, fornecer uma boa experiência ao internauta (JORENTE, NAKANO e PADUA, 2020).

Curadoria Digital no ambiente dígito-virtual da FIMS

Em relação ao *Design* da Informação, as questões que convergem ao Archivemática são contempladas no 'SI MSMS', sendo o *software* livre integrado ao AtoM, e responsável pela salvaguarda dos objetos digitais, enquanto o AtoM apresenta os arquivos já armazenados

no Archivematica. Segundo o próprio Archivematica (2024), a preservação é transparência, e, por isso, as instituições de memória, para preservar a herança cultural, precisam pensar em ambientes acessíveis, implementáveis e seguros. Fazendo, então, uma ligação com o ciclo de vida da Curadoria Digital, que prevê desde a existência do ‘objeto digital’, até o seu processo final de ‘preservação’, passando por etapas como ‘descrição’, ‘representação da informação’, ‘planejamento de preservação’, ‘curadoria’ e ‘acesso, uso e reuso’ (HIGGINS, 2011).

Em relação ao processo de ‘preservação’ e ‘curadoria’ digital, ao se tratar da etapa ‘representação da informação’, o objeto digital é então caracterizado com dados que o relacionam ao resto, aqui, é a representação e descrição geral do Sistema de Informação, sendo o objeto digital cada parte do SI, cada um com sua descrição específica, respeitando sua tipologia documental (HIGGINS, 2011; YOMAOKA, 2012). O ‘planejamento de preservação’ é o plano de todo o ciclo de vida do objeto digital, pensando na gestão de todo o processo de curadoria, como, por exemplo, no caso da FIMS, o uso do Archivematica para armazenar os documentos e então serem acessados na interface do AtoM, essa ligação entre os dois *softwares* livres faz parte da gestão da curadoria, já que pensa em todo o ciclo, desde seu armazenamento até o acesso. Por fim, o ‘acesso, uso e reuso’ se relaciona diretamente com a comunidade de interesse que terá acesso a esses objetos digitais, ou seja, é relacionado ao ‘acesso’, por meio do AtoM (YOMAOKA, 2012).

5. Conclusão

Tendo em vista a análise do Sistema Marques da Silva/Moreira da Silva e suas abrangências no *Design* da Informação, assim como sua preservação pela Curadoria Digital e, consequentemente, a experiência neste ambiente dígito-virtual para um internauta, é evidente a necessidade de ampliar os estudos para outras sessões da FIMS, com critérios do *Design* da Informação e da Curadoria Digital, discutidos neste artigo.

As questões que tangenciam a experiência do internauta no AtoM da Fundação Marques da Silva dependem, como visto anteriormente, de muitos fatores: cor, disposição da barra de navegação, *template* do ambiente dígito-virtual, a redação do texto e sua relevância, a quantidade de informações por sessões e, por fim, a relevância histórico-cultural da preservação de documentos — aglutinados em Sistemas de Informação — que revelam a história arquitetônica de Portugal, em especial da cidade de Porto e sua cultura de arquitetura e urbanismo.

Os *softwares* livres AtoM e Archivematica são eficientes na representação e apresentação da informação da instituição, em conjunto com questões da Curadoria Digital dos objetos digitais ali preservados, dependendo de análises e critérios de vida do objeto digital e sua descrição, para que então as necessidades da FIMS sejam contempladas, ao conservar parte da história de Portugal, possa também proporcionar uma boa experiência ao internauta.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP: 2024/133363-9).

Referências bibliográficas

ABBOT, D.

2008 *What is digital curation?* [Em linha]. Edinburgh: Digital Curation Centre, 2008. [Consult. 13 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.dcc.ac.uk/guidance/briefing-papers/introduction-curation/what-digital-curation>.

ARCHIVEMATICA

2025 *Archivematica*. [Software]. [Em linha]. 2025. [Consult. 9 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.archivematica.org/pt-br/>.

BARRETO, A. A.

2002 A Condição da Informação. *São Paulo em Perspectiva*. [Em linha]. 16:3 (2002). [Consult. 10 jul. 2025]. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/173>.

BATISTA, L. da S.; JORENTE, M. J. V.

2021 Re-design do AtoM para curadoria digital em ambientes e comunicação museológica. *Informação & Informação*. [Em linha]. 26:4 (2021) 450-473. [Consult. 13 jul. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p450>.

BERTIN, J.

1970 La Graphique. *Communications*. 15:1 (1970).

CAPURRO, R.

1996 On the genealogy of information. In *Information: new questions to a multidisciplinary concept*. Ed. K. Kornwachs, K. Jacoby. [Em linha]. 1996, p. 259. [Consult. 9 jul. 2025]. Disponível em: <https://www.capurro.de/cottinf.htm>.

CARLINER, S.

2000 Physical, cognitive, and affective: a three-part framework for Information Design. *Technical Communication*. 47:4 (2000).

COELHO, T.

1997 *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

DONDIS, D. A.

1994 *Sintaxe da Linguagem Visual*. São Paulo: Martin Fontes, 1994.

FUNDAÇÃO MARQUES DA SILVA

2025 [Fundação Marques da Silva website]. [Em linha]. 2025. [Consult. 14 jul. 2025]. Disponível em: <https://fims.up.pt>.

GARRET, J. J.

2003 *The Elements of User Experience*. Berkley: New Riders Press, 2003.

HIGGINS, S.

1994 Digital curation: the emergence of a new discipline. In *The International Journal of Digital Curation*. [Em linha]. 6:2 (1994). [Consult. 9 ago. 2025]. Disponível em: <http://www.ijdc.net/index.php/ijdc/article/view/184>.

HORN, R. E.

2000 Information Design: emergence of a new profession. In *Information Design*. Ed. R. Jacobson. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000, p. 15-33.

JORENTE, M. J. V.

2012 *Ciência da Informação: mídias e convergência de linguagens na Web*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

JORENTE, M. J. V.; NAKANO, N.; PADUA, M. C. A.

2020 *A Emergência do Design da Informação na contemporaneidade da Ciência da Informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

O'REILLY, T.

2007 What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. *Communications & Strategies*. [Em linha]. 1 (2007). [Consult. 15 jul. 2025]. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1008839>.

REDIG, J.

2004 Não há cidadania sem Informação, nem Informação sem Design. In *InfoDesign*. 1:1 (2004).

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M.

2016 The Epistemological maturity of Information Science and the debate around paradigms. In *Information cultures in the digital age: a Festschrift in honor of Rafael Capurro*. Ed. M. Kelly, J. Bielby. [Em linha]. Wiesbaden: Springer VS, 2016, p. 111-124. [Consult. 12 jul. 2025]. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-658-14681-8_6.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. A.

2015 As Vulnerabilidades dos documentos digitais: obsolência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital. *Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*. [Em linha]. 59 (2015). [Consult. 10 jul. 2025]. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/215>.

SHEDROFF, N.

2004 *An Envolving glossary of experience Design*. [S. l.: s. n.], 2004, vol. 4.

TUFTE, E.

2001 *The Visual Display of Quantitative Information*. Cheshire: Graphic Press, 2001.

YAMAOKA, E. J.

2020 Ontologia para mapeamento da dependência tecnológica de objetos digitais no contexto da curadoria e preservação digitais. *AtoZ: novas práticas em informações e conhecimento*. [Em linha]. 1:2 (2020). [Consult. 9 jul. 2025]. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41313>.

Maria José Vicentini Jorente | mj.jorente@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Beatriz de Lima Sabino | b.sabino@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Abstract: This study presents an information education proposal for Brazilian community libraries. The theoretical framework combines concepts of information education and info-education with the characteristics of community libraries and the educational potential of collective memory. The research is applied in nature, adopts a qualitative approach, and has exploratory-descriptive objectives. It was conducted as a case study with libraries belonging to Beabah!, the Community Library Network of Rio Grande do Sul, southern Brazil. The study examines how these libraries address disinformation and mobilise local collective memories in their practices. Based on the systematisation of the data, an information education proposal was developed in two phases: community study and information education actions. The first phase involves investigating the socio-cultural context of the community through bibliographic and documentary research, questionnaires, and interviews. The second phase comprises six action axes: cultural activities, training, social media, memory circles, exhibitions, and content production. The study argues that collective memories and lived experiences are key resources for countering misinformation and that libraries play a central role when their services are grounded in the local context.

Keywords: Collective memory; Community library; Disinformation; Information education.

Resumo: Este estudo apresenta uma proposta de educação em informação para bibliotecas comunitárias brasileiras. O referencial teórico combina conceitos de educação em informação e infoeducação com as características das bibliotecas comunitárias e o potencial educativo da memória coletiva. A pesquisa é de natureza aplicada, adota uma abordagem qualitativa e tem objetivos exploratório-descritivos. Foi realizada como um estudo de caso com bibliotecas pertencentes à Beabah!, a Rede de Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul, sul do Brasil. O estudo examina como essas bibliotecas abordam a desinformação e mobilizam memórias coletivas locais em suas práticas. Com base na sistematização dos dados, foi desenvolvida uma proposta de educação em informação em duas fases: estudo comunitário e ações de educação em informação. A primeira fase envolve investigar o contexto sociocultural da comunidade por meio de pesquisa bibliográfica e documental, questionários e entrevistas. A segunda fase compreende seis eixos de ação: atividades culturais, capacitação, mídias sociais, rodas de memória, exposições e produção de conteúdo. O estudo argumenta que memórias coletivas e experiências vividas são recursos fundamentais para combater a desinformação e que as bibliotecas desempenham um papel central quando seus serviços estão fundamentados no contexto local.

Palavras-chave: Memória coletiva; Biblioteca comunitária; Desinformação; Educação em informação.

1. Introduction

This study proposes the intertwining of information education and the use of the local knowledge of peripheral communities, which is part of their collective memories, as strategies to combat disinformation. We present a proposal for information education and

the fight against disinformation, taking advantage of the locus of community libraries to promote and reflect on local collective memories.

Community libraries have strong local roots and serve underprivileged communities who are generally far from scientific discourse, have physical and technical difficulties in accessing information, but have abundant local knowledge and memories. Therefore, instead of just presenting these communities with strategies for dealing with information and guarding against disinformation based on scientific discourse, the proposal takes an alternative route: it proposes that community libraries encourage communities to reflect on their own life experiences, expressed in their collective memories, making them subjects of information processes.

A case study was carried out with libraries belonging to Beabah!, which is the Network of Community Libraries in the state of Rio Grande do Sul, located in southern Brazil. The research was based on observing these sites, identifying how community libraries act to combat disinformation and use local collective memories in their products and services. With this systematised data, a proposal was made for the information education initiative presented in this article.

Information education refers to training to relate to content and people; relationships that are made possible mainly through information and communication technologies today. It is an education that encourages the critical and creative use and production of information, as well as respectful, healthy and collaborative communication between people.

The notion of the role of collective memories in promoting information education is something that has been little studied, especially with the proposed focus, in which they not only contribute, but are the driving force behind its development, given the population it is intended to reach. This is because these populations are distant from scientific discourse, however, they are always inserted in contexts of memory sharing. The proliferation of disinformation today demonstrates the absence of strategies that promote education to appropriate information in a critical and healthy way.

Thus, the guiding question of the research is: how can the collective memories of peripheral communities be used to promote information education and combat disinformation? The aim of this research is to develop a proposal for information education and combating disinformation in community libraries, through the collective memories of local communities.

Experiences in information education are usually aimed at students and professionals, rarely reaching out to other social strata, such as citizens living in poor communities. Something is needed to fill the gap in actions aimed at this public, who can be one of the most vulnerable to misinformation due to the social and economic limitations they face. Our approach is innovative due to the object of study, as community libraries are a less traditional type of library and their products and services are still little explored in the Information Science literature.

Another justification for this proposal is the communities surveyed: the libraries are located in peripheral regions, where people with multiple needs live, who need to be prioritised by public policies. On the other hand, these are communities with local knowledge rich in memories and the construction of meanings that are often overlooked by scientific knowledge. This study represents the connection, respect and dialog between popular and

scientific knowledge. The research is relevant because it adopts a dialectical, social perspective and constitutes an open space for interaction and the construction of knowledge between the university, the community library and society.

The text is organised as follows: section 2 presents the theoretical framework that underpins the study; section 3 presents the methodological approach; section 4 presents the information education proposal for community libraries based on the memories of local communities; section 5 presents our final considerations.

2. Information education, infoeducation and community libraries

This study is set in a context of the dissemination of outdated, erroneous, or inaccurate information, characterised as disinformation, with the consequences of favouring or harming people or causes. Fake news has become such a worldwide problem that UNESCO (2016) argues that in order to combat it, people need to be literate so that they can create their own mechanisms to combat disinformation.

It is important to note that this “information disorder” (a term coined by Claire Wardle) manifests itself in different ways. Wardle (2019) uses three different terms to refer to disinformation: disinformation, when false information is shared with the aim of causing harm; misinformation, when there is no intention to cause harm, even though it is false information; and malinformation, when the information may be genuine, but is shared with the aim of causing harm.

Regarding the fight against disinformation, Heller, Jacobi and Borges (2020) reflect on its different types, such as the omission of the context in which the information is inserted, the excess of information and the biased news disseminated, to cite just three examples. In all cases, there are social implications resulting from the manipulation and distortion of reality.

In order to mitigate the damaging results of disinformation, an agenda of actions is needed. This includes changes to legislation, the definition of quality criteria for information and also news-checking mechanisms. However, one front that has not yet been worked on is citizen bias: citizen education that awakens an interest in knowing and wanting to resist disinformation (HELLER, JACOBI and BORGES, 2020). Effective action is needed to encourage the development of a critical sense among the population so that they know how to deal with the information they access better.

Information education is a set of actions aimed at promoting skills for searching for, appropriating and critically using information and building healthy communications between people (BRANDÃO, 2022). This perspective is in line with the concept of information competence, which involves knowing how to “[...] deal critically with available information and use it reflexively as a means of facilitating the creation of democratic spaces for access to rights, health, work and education for all” (SILVA, NUNES and TEIXEIRA, 2021:200). Information and communication form the basis of interpersonal relationships. In addition to information knowledge, it is necessary to think about dialogic, interactive and collaborative aspects.

The pedagogical approach of information education converges with memory, as it is based on promoting reflection on the world and people's position in it. This gives new meaning to the individual's relationship with information, since it places them as the protagonist: they are not the object that has to store content or even carry out information searches that are out of touch with their reality, but rather the agent who thinks about whether and why they need to learn something, what their responsibility is in relation to the use of information and who is interested in such use. "This is enthusiastic education, generated from a collective effort that occurs when there is an interest in others" (ZATTAR, BARBOSA and BORGES, 2024:7). This perspective is in line with pedagogical thinking, according to Landøy, Popa and Repanovici (2020:14):

[...] in contemporary pedagogical thinking, teaching should be related to a vision of learning as being an active, reflexive and conscientious student placed in a position to gather information and use it in different contexts, learning through action and reflection, by creating and solving problems, along with others.

Thus, information literacy does not refer to a simple instrumentalisation in terms of searching for or evaluating content, but to the training that goes into it, moving towards an understanding of the role of information and communication in the community and the opportunities for change based on memory and awareness of the subject's place in the world. This is an emerging theme and it usually focuses on school and university libraries, and there is little research or action in other types of libraries. This is a limiting factor because a large proportion of the population, especially the poorest, operate outside the educational circuit and do not use the services of these types of libraries.

This study proposes broadening the scope of these actions by focusing on community libraries, which stand out as a potential space for promoting information education. This is due to their strong roots in the communities where they are located, as well as the collaborative nature of their activities, developed by the community and for the community. They are organisations that represent social practices and sometimes comprise a reaction by the community itself to inequalities in access to information. Machado (2009:91) defines a community library as:

[...] a social project that aims to establish itself as an autonomous entity, without direct ties to government institutions, articulated with local public and private bodies, led by an organized group of people, with the common goal of expanding the community's access to information, reading and books, with a view to their social emancipation.

According to Soares *et al.* (2019), the idea of a community library should always be based on the preservation of popular culture, citizen political education, strengthening the local community, valuing the individual and their potential to transform society, guaranteeing the fundamental right to read and have access to information. For Alves (2020), community libraries are important as educational and cultural devices geared towards reading mediation, but also towards conscious citizen training and the development of local communities. In other words, they have a crucial commitment to promoting citizenship and the socio-cultural emancipation of vulnerable populations.

However, one challenge is the difficulty of reaching this population, understanding their needs, speaking their language and making the issue of disinformation something tangible and that represents a benefit for the community. This is because these communities usually face a series of social, cultural and financial difficulties, leading to a distancing from scientific knowledge.

The aim of this idea is to overcome this difficulty by exercising otherness and developing a problematising education that underpins “[...] creativity and stimulates true action and reflection on reality [...]” (FREIRE, 1979:42). We therefore propose a reverse path: to study the collective memories of this population, because, as Halbwachs (1990) postulated, whenever groups are formed, collective memories are built, which are kept alive in each of their members.

The concept of “collective memory” was proposed by Halbwachs (1990), who studied the social problems faced by a specific social stratum of his time: workers. For the author, there are as many ways of living and relating to material goods as there are social groups. These people share a “collective memory” responsible for ensuring the preservation of their ways of life.

At the forefront of a group's memory are the memories of events and experiences that concern the majority of its members and that result from their own lives or from their relations with the groups closest to them, those that were most frequently in contact with them (HALBWACHS, 1990:51).

Candau (2005), in his anthropology of memory, revisits Halbwachs' reflections, emphasising that “[...] what we call collective memory is often the product of a pile-up of very diverse memorial strata, and these sedimentary layers can be altered when memory is disturbed” (CANDAU, 2005:91, *emphasis added*). The author pays attention to a fundamental aspect of collective memory: the disturbances to which it is susceptible, including forgetting itself.

Concern about the games between remembering and forgetting led Nora (1993) to think about memory: the orality characteristic of traditional societies had the role of maintaining a “living memory”, passed down from generation to generation. This would be an “authentic” memory, as it would not require records to perpetuate it, but would remain alive in practices and knowledge. For the author:

Memory is life, always carried by living groups and, in this sense, it is in permanent evolution, open to the dialectic of remembering and forgetting, unconscious of its successive deformations, vulnerable to all uses and manipulations, susceptible to long latencies and sudden revitalizations (NORA, 1993:9).

Among the five propositions presented about the concept of social memory, Gondar (2016) highlights that it is the result of an ethical and political expression. In other words, the understanding we have of it and the very act of studying it is an ethical and political act. When we study the collective memories of a community, looking for elements to think about its identity and the way it relates to the information it accesses, we are adopting a stance of valuing this population, placing it as a protagonist, for example, in the fight against disinformation.

Furthermore, the territory where community libraries are located is central to the planning of their services (MASSONI, KAEFER and BORGES, 2024), and they are referred to in the literature as “territories of memory” (PRADO and MACHADO, 2008). This concept is used by the authors to define the community library as a territory of memory in the community where it is located, understanding this space as a centre of culture and local memory. Reflecting on this aspect, Massoni, Kaefer and Borges (2024) understand that it is the role of the community library to learn about the local histories of the inhabitants, the struggles for rights fought over time, as well as the marks and influences of the different ethnic-racial groups present in these territories.

We understand that is based on an epistemological change in the way we understand libraries in our society. Understanding the memories of the territories as a beacon for information education actions in libraries means rethinking the logic of knowledge production, which is usually thought of from the top down, with information flows that go from the center to the periphery and knowledge that comes from the holder of formal knowledge and is addressed to the ignorant.

Community libraries, as they have emerged and are organised in Brazil, are perhaps one of the best examples of what Perrotti (2016) calls the “Forum library”: a library that is better prepared to promote info-education, which is based on collaborative action between different actors, putting objectives, processes and procedures into dialogue, without diluting, subordinating or hierarchising them.

For Perotti (2016), info-education understands information as an essential category, an autonomous object and a formative experience in itself, not restricted to reflecting on the mastery of informational skills or procedures: its role is to mobilise knowledge of different kinds, questioning and challenging it, while at the same time relating it to the context of production, mediation and appropriation of knowledge and culture. In this sense, info-education proposes reflections on the very concepts of information and training, as well as the relationships between them.

Info-education is not about meaningless methodological skills and procedures or irrelevant content for the community: its aim is precisely to enable critical and creative appropriation of the information culture, with the subject having the autonomy to choose the paths they wish to take (PERROTTI, 2016). In addition to operational issues, info-education involves dimensions that relate to the context in which people live, as it encompasses political, ethical, cultural and emotional relationships, among others. Based on the paradigm of cultural appropriation, the Forum library emerges:

The devices of cultural mediation thus conceived model the bid of signs with expectations, interests, conditions, histories, experiences, cultural memory of the different audiences that act in them. On the other hand, by modelling, they also model themselves and necessarily acquire implicit or explicit formative dimensions. Instead of being a warehouse, the Cultural Forum therefore presents itself as a place for learning and negotiating meanings, for subjects to take affirmative action with and over signs, while at the same time appropriating knowledge that is indispensable for negotiations - informational knowledge (PERROTTI, 2016:21).

This respectful approach to the peripheral communities where community libraries are located can draw strength from the ecology of knowledge proposed by Boaventura de Sousa Santos (2010). This concept understands knowledge as a manifestation and knowledge that emerges from social struggles through local experiences, which includes urban cultural practices that were previously seen as inferior, but which are now recognised as manifestations of knowledge.

Thus, the local memories of these communities would be the starting point for reflecting on their role as citizens, on the identity of the group, developing a critical sense for dealing with information and communication and thus using them not only to understand the world, but above all, to reflect and act for change. This would be a process of identifying what is important to the community and what its identity is, understanding memory as a form of self-knowledge, capable of recalling people's place in the world.

3. Methodological path

This research is applied in nature, uses a qualitative approach, and has an exploratory-descriptive objective, as it analyses how the libraries belonging to Beabah! develop information products and services based on the collective memories of the communities where they are located. The research universe consists of the 14 libraries that are part of the Beabah! Network, and the data collection procedures covered all of them.

As the project involved interaction with human participants, it was submitted to and approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) through Plataforma Brasil, in accordance with the regulations in force for research with human beings in Brazil. The empirical work consisted of identifying and analysing the actions carried out by libraries that integrate information education, the fight against misinformation, and community collective memories, understanding libraries as living sociocultural spaces rooted in their local contexts.

Data collection was carried out through a documentary study and the application of an online questionnaire. The documentary study had as its corpus the publications made on the official profiles of the 14 libraries on the social network Instagram, considering the year 2023 as the time frame. All posts published during this period were collected directly from the institutional profiles, characterising them as digital public documents, without direct involvement of human participants.

Additionally, an unprecedented online questionnaire was administered, consisting of 17 open-ended questions, created on the Google Forms platform and sent by email to the managers of the 14 libraries of the Beabah! Network. The emails were sent at the beginning of June 2024, and responses were received until the second week of July of the same year. The inclusion criterion was holding the position of library manager, with participants under 18 years of age being excluded. Before starting the questionnaire, all respondents agreed to the Informed Consent Form. At the end of the data collection period, responses were obtained from representatives of eight libraries.

The questionnaire aimed to identify the strategies adopted by libraries to address the collective memories of the communities they serve, as well as services related to information literacy and combating misinformation. The data analysis was organised based

on pre-defined analytical categories, namely: a) general information about the libraries; b) information literacy and misinformation-combat services; c) the relationship between the services developed and the collective memories of local communities.

The data from the questionnaire, the document study, and the literature review were analysed in an integrated manner, serving as the basis for the development of the information education and misinformation combating proposal presented in section 4 of the article. The proposed activities were systematised into action plans, involving strategies aimed at engaging with communities, researching, valuing, and sharing their collective memories.

4. Information education proposal for community libraries

Active since 2008, Beabah! aims to bring together causes and projects that work to democratise and decentralise access to books, culture and education. The network understands reading as a human right and access to books as a way of achieving other fundamental rights for society, such as the right to information. It works on the peripheries of the territories, aiming to bring about social transformation and promote citizenship by interweaving education, in support of the public school system, and culture, with reading mediation, book loans, literary and cultural activities, as well as workshops and training.

It currently involves spaces located in seven cities in Rio Grande do Sul: Cachoeirinha, Canela, Canoas, Cidreira, Eldorado do Sul, Esteio and Porto Alegre. The collective is part of the National Network of Community Libraries (RNBC), taking part in national coordination with other local networks, which together total more than 120 community libraries spread across the peripheries of nine states.

Based on the documentary and empirical research carried out previously with the libraries in the Beabah! Network, it was possible to systematise the actions developed by the libraries that involve information education, combating disinformation and the collective memories of the communities in which they are located. The research was carried out through examining posts on the libraries' Instagram profiles, with a time frame of the year 2023. A total of 584 posts from 14 library profiles on the network were analysed. Our analysis sought to identify mentions of activities carried out by the libraries that are linked to the collective memories of local communities. To this end, the activities and information conveyed in the posts were observed, as well as the presence or absence of elements related to local culture.

Throughout the analysis, we identified indications that the local memories of the communities are being represented and/or addressed in reading mediation actions, memory/conversation circles, workshops, classes, meetings and moments of welcoming the community. Of the 14 profiles analysed, 10 had some kind of activity related to local memory in their posts. Through this research and the perception that collective memories are present in this context, we found evidence that memories are preserved and shared in the spaces for debate provided by community libraries, establishing an even greater link between libraries and communities.

The aim of all these questionnaires was to develop a proposal for information education and combating disinformation for community libraries, through the collective memories of local communities. This proposal is presented in Chart 1.

Chart 1 – Proposal for Information Education for Community Libraries

Phase 1 – Community Study	
Bibliographic and documentary research on the community. Application of questionnaires and individual and collective interviews with local residents and key people in the community. Focus: information needs of the community; identification of misinformation about the community or commonly disseminated in or about it; the collective memories of the community, the aspects that mark the local identity, the community leaders, the socially shared stories, the challenges faced on a daily basis, the desires of the local population etc. The product of this phase is the selection of themes, personalities and issues to make up phase 2.	
Phase 2 – Information education actions	
Axis	Actions
Axis 1 Cultural actions	Reading mediation, shared readings, storytelling and other artistic-cultural activities that focus on the memory of the community. Local books and productions should be prioritised.
Axis 2 Training	Workshops, lectures, tutoring, courses, training and hackathons. Guidelines for accessing safe and reliable websites. The focus should be on identifying misinformation, developing participants' critical thinking when dealing with information, and fact-checking. Tools for detecting fake news.
Axis 3 Social media	Posts that deal with local history and facts of importance to the community. Testimonials from people in the community can be recorded and published or carried out in the format of online live podcasts. Dissemination of books and local productions.
Axis 4 Memory circle	Mediation of chats and debates on important topics with the community, focusing on its history and the challenges faced by the collective. Explore the experiences and worldviews of people and the group as a whole.
Axis 5 Exhibitions	Promotion of physical exhibitions or on social networks about the memories of the community and the themes that are important to the collective. Examples of misinformation about the community can also be addressed.
Axis 6 Content production and publication	Research, production and publication of content about the memories of the community, such as books, newspaper articles, etc.

Source: Prepared by the authors, 2024.

It is important to note that all the proposed actions, like any information service, can be targeted at specific groups in the community, segmented according to their information needs and profiles. Segmenting the community served is a valid alternative, especially in the case of Brazilian libraries, which lack financial resources and must carefully plan which

services to invest in (MASSONI, 2014). Some specific groups can be addressed, such as the elderly, children, young people, women, members of the LGBTQIAP+ community, etc. according to the aim or objective of each action.

Likewise, the actions can include discussions on contemporary social issues, especially those of interest to the community. Examples include racism, ethnic-racial relations, machismo, bullying, gender equality, citizenship, mental health, abuse of various kinds, LGBTphobia, environmental education, land reform, the fight for decent housing and public policies, access to education, etc. These discussions are fundamentally linked to Brazilian community libraries, which are committed to promoting citizenship.

One strategy that can be adopted to facilitate the implementation of actions and maximise the reach of activities is to partner with local public schools and other organisations working in the community, whether governmental or not. These entities can help publicise the activities and also serve as a space for debates with the community.

Another alternative is to seek partnerships with local universities, which can help with specialised knowledge and even use the library as a space for learning, study and a laboratory for the academic activities it develops. In the Brazilian case, libraries can seek a partnership with the Library Science courses offered by federal universities, given that there are courses that address information education and related topics in their curricula. This is what is advocated by Borges, Massoni and Martini (2023:14):

Librarians need to be instigated and sensitized about the importance of information education and about their own role as educators. This necessarily involves training to help them reflect on and practice the subject, which includes outreach activities, contact with research and also subjects that address information competence.

This proposal was designed to systematise the information education activities carried out in Brazilian community libraries. It is a proposal that can be implemented in whole or in parts, according to the context of each library and the territory where it is located. Similarly, due to the financial difficulties faced by this type of library, one alternative is to write a specific proposal for the library and implement it, or have it ready to be submitted to any public and private agency calls for proposals.

Regardless of how libraries use this proposal, the only elements that cannot be missing are the presence of the community in co-authoring the actions developed, their protagonism and respect for their shared memories. These are the pillars for the development of information education in Brazilian community libraries. In this sense, we share the principles of info-education:

[...] info-education is not guided by principles that understand learning as a simple act of assimilating ways of doing things, methodological strategies and procedures or the mechanical incorporation of content. For it, learning is the affirmative activity of subjects with regard to knowledge, signs and meanings; it is the production of knowledge in living, dynamic interlocations with culture, the world, others and oneself; it is a movement that mobilizes multiple aspects of learners and the environments in which they find themselves (PERROTTI, 2016:12).

The managers of these libraries are expected to be prepared and sensitive to understanding the value of socially shared knowledge in the community and the importance of strengthening the self-esteem of the territory where they operate. It is hoped that this proposal will instigate the people who live in the communities served by the libraries to develop skills to identify omitted content in the information they access, compare different sources of information, observe the interests and sponsors of the media that broadcast information, among other skills. Reflecting on their own life history and that of the community in which they live will help them understand their place in the world and how to intervene in it. Only in this way will it be possible to develop the effectively critical and reflective information education that is desired.

5. Final considerations

Information education is a strategy for preventing disinformation that acts on the reception, understanding and conscious use of information, focusing on the people who access the information, namely citizens. This proposal, when combined with public policies, legislation and actions that seek to curb disinformation and reduce its danger, can contribute to a more critical society that is less subject to the danger of disinformation.

The proposal presented here aims to enable people to look to their own life stories and collective experiences to find the truths to counteract the fanciful or mistaken discourses they may come across. Libraries are central to this concept, but only if they accept the challenge of planning their services based on a study of the socio-cultural context and history of the populations located in the territories where they operate.

Because of their characteristics, community libraries are a privileged space for developing such activities, as they look to their surroundings to provide the support, they need to make their actions more dynamic. We hope that this proposal can help develop the activities of these libraries, as well as other types of libraries (public libraries, school libraries, etc.), so that they can be effectively understood as spaces for education, social transformation and the promotion of information and education.

References

ALVES, M. S.

2020 Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas = Community library: concepts, cultural relevance and policies. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 16 (2020) 1-29.

BRANDÃO, G.

2020 O que são competências infocomunicacionais? In *Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais*. Ed. J. Borges, G. Brandão, S. Barros. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BORGES, J.; MASSONI, L. F.; MARTINI, P.

2023 O Bibliotecário educador como parte da reinvenção da Biblioteconomia no Brasil. In XIII ENCUENTRO DE DIRECTORES Y XII DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, Montevideo, 2023 - *Actas [...]*. Montevideo: Facultad de Información y Comunicación, Universidad de la República, 2023, vol. 13, p. 1-17.

CANDAU, J.

2005 *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

FREIRE, P.

1979 *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GONDAR, J.

2016 Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus*. 9:15 (2016) 19-40.

HALBWACHS, M.

1990 Memória coletiva e memória individual. In *A Memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Vértice, 1990, p. 29-70.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J.

2023 Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. [Online]. 49:2 (2020) 189-204. [Access 13 fev. 2023]. Available at: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196>.

MACHADO, E. C.

2009 Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Online]. 7:2 (2009) 80-94. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v7i1.1976>.

MASSONI, L. F. H.

2014 Da Pesquisa de marketing aos estudos de usuários: a segmentação de mercado em bibliotecas. *Revista Anagrama*. [Online]. 8:1 (jan./jun. 2014) 1-14. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2014.78981>.

MASSONI, L. F. H.; KAEFER, J.; BORGES, J.

2024 Territorio: un concepto central para las bibliotecas comunitarias brasileñas. *Informatio*, 29:1 (2024) 1-19.

NORA, P.

1993 Entre memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*. 10 (dez. 1993) 7-28.

PERROTTI, E.

2016 Infoeducação: um passo além científico-profissional. *Informação@Profissões*. 5:2 (jul./dez. 2016) 4-31.

PRADO, G. M.; MACHADO, E. C.

2008 Território da memória: uma base para caracterizar a biblioteca comunitária. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, São Paulo, 2008 - Anais [...]. São Paulo: ENANCIB, 2008.

SANTOS, B. S.

2010 Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In *Epistemologias do Sul*. Org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, C.; NUNES, J.; TEIXEIRA, T.

2022 Do conceito de informação ao discurso sobre competência em informação. *INCID: Revista de Informação e Documentação*. [Online]. 11:2 (sep. 2020/feb. 2021) 185-205. [Access 4 feb. 2022]. Available at: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/158094/167495>.

SOARES, N. F. [et al.]

2019 Biblioteca comunitária: análise sobre seu conceito, função e papel social. *Revista ACB*. 24:2 (2019) 405-419.

UNESCO

2016 *Media and information literacy: reinforcing human rights, countering, radicalization and extremism*. {S. l.}:UNESCO, 2016.

WARDLE, C.

2023 *Understanding information disorder*. 1st draft. [Online]. USA, 2019. [Access 13 feb. 2022]. Available at: <https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>.

Luis Fernando Massoni | luisfernandomassoni@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil

Jussara Borges | jussarab@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil

Juliane Kaefer | julianekaefer7@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil

Resumo: Este artigo analisa criticamente o Plano Nacional de Leitura (PNL) na formação de leitores das gerações Y e Z, enquadrando-o no campo da Ciência da Informação, no contexto da Sociedade da Informação, marcado pela crescente digitalização das práticas de leitura. Partindo do conceito de 'leituricídio', articulado com a noção de *readicide* - entendido como erosão progressiva do prazer de ler -, desenvolve-se uma análise sustentada numa revisão documental e num enquadramento teórico centrado nas dinâmicas da leitura em ambientes digitais. Metodologicamente, adota-se uma abordagem empírica mista, que combina as dimensões exploratória, descritiva e explicativa, recorrendo a uma recolha de dados faseada que integra questionário de pré-seleção, grupos focais *online* síncronos e análise documental. Os dados são tratados por análise temática de conteúdo e triangulação de fontes. Conclui-se que, embora o PNL consolide a leitura como prioridade política, persistem limitações estruturais que comprometem a formação de leitores críticos, autónomos, motivados e informacionalmente competentes.

Palavras-chave: Gerações Y e Z; Leituricídio; Plano Nacional de Leitura; Políticas públicas de leitura.

Abstract: This article critically examines the National Reading Plan (PNL) in the formation of readers from Y and Z generations, within the field of Information Science, in the context of the Information Society characterised by the digitalisation of reading practices. Drawing on the concept of *leituricídio*, articulated with the notion of *readicide*—understood as the progressive erosion of the pleasure of reading—this study advances an analysis grounded in documentary review and a theoretical framework focused on contemporary reading dynamics in digital environments. Methodologically, the study adopts a mixed empirical design, combining exploratory, descriptive, and explanatory dimensions, employing a phased data collection strategy that integrates a pre-selection questionnaire, synchronous online focus groups, and document analysis. Data were analysed through thematic content analysis and source triangulation. It is concluded that, although the PNL has consolidated reading as a political priority, structural limitations persist, compromising the development of critical, autonomous, motivated, and information-literate readers.

Keywords: Generations Y and Z; Readicide; National Reading Plan; Public reading policies.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a promoção da leitura tem assumido um lugar cada vez mais proeminente nas políticas educativas e culturais, sendo frequentemente apresentada como um elemento estruturante para o desenvolvimento cognitivo, o exercício da cidadania e a inclusão social. Apesar da importância atribuída a estas políticas, persistem interrogações quanto à sua capacidade de responder às transformações das práticas leitoras nas sociedades atuais. No contexto da Sociedade da Informação, a leitura não pode apenas ser analisada enquanto prática escolar ou literária. Diversos estudos têm realçado que as práticas leitoras devem ser entendidas como práticas sociais e culturais situadas, profundamente condicionadas pelos contextos históricos, institucionais e tecnológicos em

que se desenvolvem (CHARTIER, 1990; BOURDIEU, 1992; PETIT, 2014; ERSTAD *et al.*, 2023a, 2023b).

Concomitantemente, a expansão das redes digitais e a proliferação dos dispositivos de acesso à informação reconfiguraram profundamente a produção, a circulação e a apropriação da informação. Neste cenário, marcado pela emergência da sociedade em rede (CASTELLS, 2005) e pelo desenvolvimento de formas de cultura participativa (JENKINS, 2006), as práticas de leitura assumem configurações cada vez mais híbridas, multimodais e que são disseminadas por diferentes suportes e plataformas. A Ciência da Informação oferece um enquadramento teórico particularmente pertinente para a análise das práticas leitoras, ao compreender a leitura como uma prática informacional situada, inscrita nas dinâmicas que estruturam os ambientes informacionais contemporâneos. Assim, ler deixa de ser entendido apenas como um processo individual de descodificação textual, passando a ser também concebido como um fenômeno social e informacional influenciado pelas transformações das ecologias mediáticas e pelas dinâmicas da cultura digital.

Em Portugal, o Plano Nacional de Leitura (PNL) constitui o principal instrumento de políticas públicas de promoção da leitura, desempenhando um papel fundamental na definição de estratégias institucionais de formação de leitores. Desde a sua criação e implementação, o programa tem procurado promover hábitos de leitura através da articulação entre escolas, bibliotecas e outras instituições culturais. Apesar de o seu discurso estratégico enfatizar a inovação, a literacia e a integração do digital, permanecem interrogações quanto à sua capacidade de responder às práticas informacionais das gerações Y e Z, marcadas pela digitalização, pela multimodalidade dos suportes e pela participação em ambientes informacionais distribuídos.

A literatura tem vindo a demonstrar que a formação de leitores não depende exclusivamente da disponibilidade de textos nem da implementação de programas institucionais de promoção da leitura. As experiências subjetivas associadas ao ato de ler, bem como o prazer decorrente do encontro com os textos, desempenham um papel determinante na consolidação de hábitos leitores duradouros. Contudo, as estratégias institucionais de incentivo à leitura nem sempre conseguem promover uma relação significativa entre os sujeitos e os textos. Em determinados contextos, práticas excessivamente normativas ou fortemente centradas na avaliação podem produzir efeitos contraproducentes, contribuindo para o distanciamento dos leitores em relação à leitura. Esta tensão entre os objetivos institucionais de formação de leitores e as experiências efetivas dos sujeitos foi problematizada através do conceito de *readicide*, proposto por Kelly Gallagher (2009), que denuncia os efeitos potencialmente adversos de determinadas abordagens institucionais na promoção da leitura. Embora este conceito tenha contribuído para evidenciar fricções entre políticas e práticas de promoção da leitura e a experiência concreta dos leitores, a análise dessas tensões permanece ainda pouco explorada quando articulada com as políticas públicas de promoção da leitura e com as transformações dos ecossistemas informacionais contemporâneos.

É neste enquadramento que se insere o presente estudo. A partir de uma perspetiva da Ciência da Informação, propõe-se o conceito de ‘leituricídio’, entendido não como a ausência de leitura ou de políticas de promoção da leitura, mas como um efeito paradoxal de abordagens institucionais que, ao prescreverem a leitura de forma excessivamente normativa ou instrumental, podem contribuir para o seu esvaziamento simbólico e experiencial. O artigo desenvolve uma análise crítica das políticas do PNL e examina os

resultados de um estudo sobre as práticas de leitura e de informação das gerações Y e Z, com o intuito de compreender em que medida as orientações e os discursos institucionais deste programa dialogam com os modos contemporâneos de acesso, circulação e apropriação da informação. Ao introduzir o conceito de 'leituricídio' como ferramenta analítica, o estudo pretende contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre as relações entre políticas públicas de promoção da leitura, práticas informacionais dos jovens e as mutações dos ecossistemas mediáticos e informacionais nas sociedades contemporâneas. Após a introdução, apresenta-se o enquadramento teórico, no qual se abordam os conceitos de Ciência da Informação, sociedade da informação e práticas de leitura. Neste contexto, analisa-se também a relação entre as práticas de leitura e as gerações Y e Z, bem como a dimensão do prazer de ler. Seguidamente, procede-se à análise das políticas de promoção da leitura, com particular destaque para o PNL. Posteriormente, descreve-se a adotada no estudo e apresentam-se os resultados obtidos, cuja discussão precede as considerações finais.

2. Ciência da Informação, Sociedade da Informação e práticas de leitura

No campo da Ciência da Informação, a leitura é amplamente reconhecida como uma prática que vai para além da dimensão meramente cognitiva, integrando os sistemas de informação, os dispositivos tecnológicos e os contextos sociais que estruturam o acesso ao conhecimento. Esta abordagem enfatiza que a leitura ocorre em ambientes informacionais complexos em que se entrelaçam sistemas de produção, organização, recuperação e uso da informação. Neste sentido, Capurro e Hjørland (2003) defendem que a informação não pode ser percebida como uma entidade isolada ou neutra, devendo ser interpretada à luz dos contextos sociais, epistemológicos e institucionais que moldam a sua produção, circulação e utilização. A partir desta abordagem, as práticas de leitura passam a ser interpretadas como práticas informacionais que se desenvolvem em ambientes estruturados por sistemas de organização do conhecimento, tecnologias de comunicação e formas socialmente situadas de acesso à informação.

Em consonância com esta perspetiva, Silva (2006) sublinha que os sistemas de informação cumprem um papel estruturante na mediação do acesso ao conhecimento, organizando as condições em que os utilizadores interagem com a informação. A compreensão das práticas informacionais exige, assim, considerar simultaneamente as dimensões tecnológicas, institucionais e sociais envolvidas no processo. Neste âmbito, arquivos, bibliotecas e outros sistemas de informação constituem estruturas fundamentais na construção de ecossistemas informacionais atuais. Marques (2021) destaca o papel das bibliotecas, enquanto espaços privilegiados de mediação entre leitores e conhecimento, na medida em que favorecem a construção de ambientes de aprendizagem que estimulam o contacto com diferentes formas de leitura e promovem a formação de leitores críticos e informados. Ao articularem informação, educação e participação social e cultural, as bibliotecas contribuem para a democratização do acesso ao conhecimento assim como para o fortalecimento da cidadania informada. A relação entre leitores, textos e dispositivos de mediação encontra eco na perspetiva proposta por Chartier (1994). Segundo este autor, as formas de leitura estão historicamente ligadas às condições materiais dos textos, aos suportes de escrita e às práticas culturais que moldam a relação entre leitores e obras. A leitura deve, portanto, ser compreendida como uma prática cultural situada, cuja

configuração depende das condições históricas, tecnológicas e institucionais que regulam a circulação dos textos e as formas de apropriação do conhecimento.

As recentes mudanças tecnológicas intensificaram ainda mais a necessidade de compreender a leitura no interior dos ecossistemas informacionais contemporâneos. Como observam Erstad *et al.* (2023b), as práticas de leitura atuais desenvolvem-se em ecologias digitais complexas, caracterizadas pela circulação contínua de conteúdos em múltiplos suportes e plataformas. Neste cenário, os leitores interagem com diferentes dispositivos e formatos textuais, combinando práticas de leitura tradicionais com novas formas de navegação e interpretação mediadas por interfaces digitais. Como tal, importa considerar não apenas o leitor e o texto, mas também os sistemas de informação e as infraestruturas tecnológicas que condicionam o acesso e a interpretação da informação.

Assim, compreender as dificuldades ou eventuais falhas na leitura implica examinar também as condições informacionais que estruturam o encontro entre leitores, textos e ambientes de mediação do conhecimento. Todavia, para além destas dimensões estruturais, a relação dos indivíduos com a leitura é igualmente influenciada por fatores culturais, educativos e experiencialmente construídos. Vários estudos (BOURDIEU, 1992; CHARTIER, 1990; ERSTAD *et al.*, 2023a, 2023b; FREIRE, 1989; OCDE, 2019, 2023; PETIT, 2014; STREET, 2003) têm evidenciado que a formação de leitores depende não apenas do acesso aos textos, mas também da possibilidade de desenvolver experiências significativas de leitura. Como observam Ross *et al.* (2006), a leitura constitui frequentemente uma experiência marcada por encontros e desencontros com os textos, nos quais se entrelaçam emoções, imaginação e processos de identificação com narrativas e personagens. Neste sentido, o desejo e o prazer de ler emergem da interação entre o leitor e o universo simbólico dos textos.

Diversos estudos têm igualmente evidenciado a relevância da leitura por prazer no desenvolvimento de competências leitoras. Clark e Rumboldt (2006) sublinham que a leitura realizada por iniciativa própria, associada à antecipação da satisfação proporcionada pelo ato de ler, constituem fatores importantes na construção de hábitos de leitura duradouros. A leitura por prazer tem sido associada a vários benefícios significativos incluindo o fortalecimento da compreensão leitora, o aumento da autoconfiança dos leitores e uma maior capacidade de interpretação crítica da realidade.

A relação com a leitura constrói-se frequentemente desde a infância, através de experiências precoces de contactos com histórias e livros. Bordini (1986) refere que o primeiro encontro com os livros pode ocorrer ainda antes da aprendizagem formal da leitura, quando as crianças exploram o livro, observam as imagens ou escutam narrativas contadas por adultos. Estas experiências iniciais desempenham um papel importante na construção de uma relação positiva com a leitura e na formação de futuros leitores.

Por outro lado, a literatura tem evidenciado a dissociação entre a aquisição de competências leitoras e o desenvolvimento de uma relação significativa e sustentada com a leitura enquanto prática cultural. Poslaniec (2005) destaca que a leitura por prazer é sobretudo desenvolvida quando os leitores estabelecem uma relação pessoal e imaginativa com os textos, transformando a leitura numa experiência íntima de exploração de universos simbólicos e ficcionais. De forma semelhante, Moraes (1997) sublinha que os prazeres da leitura são múltiplos: lê-se para compreender, refletir, emocionar-se, partilhar experiências e imaginar outros mundos possíveis.

A investigação tem ainda revelado que a leitura por prazer pode exercer uma função relevante no desenvolvimento linguístico e cognitivo. Krashen (1993) defende que a leitura voluntária constitui um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da compreensão textual e a melhoria da escrita. De forma semelhante, Nell (1988) sublinha que a leitura por prazer envolve processos de imersão narrativa que estimulam a imaginação, a empatia e a criatividade, possibilitando ao leitor a exploração de universos ficcionais e o enriquecimento da sua experiência subjetiva.

Portanto, compreender as práticas leitoras nas sociedades contemporâneas implica considerar simultaneamente os sistemas de informação, as condições institucionais de mediação da leitura e as experiências culturais e emocionais que moldam a relação entre leitores e textos. O prazer de ler constitui, neste contexto, um elemento fundamental na formação de leitores e na continuidade das práticas leitoras, concorrendo para o aumento de relações significativas com a leitura.

É neste quadro que se torna pertinente questionar em que circunstâncias os sistemas de mediação da leitura conseguem efetivamente promover relações significativas entre os leitores e os textos. Importa compreender de que forma determinadas práticas, contextos e estratégias favorecem o envolvimento dos leitores, contribuindo para uma experiência de leitura mais profunda e significativa. Simultaneamente, torna-se essencial problematizar em que condições esses mesmos contextos, em vez de favorecerem o encontro entre leitor e texto, acabam por gerar processos de ‘leituricídio’.

3. Práticas de leitura nas gerações Y e Z e o prazer de ler

As transformações tecnológicas e sociais associadas à globalização e à digitalização alteraram profundamente os contextos em que se desenvolvem as práticas de leitura. Já na década de 1990, Harmon-Vaughn (1995) alertava para as mudanças estruturais provocadas pelas tecnologias digitais nas formas de trabalhar, comunicar e aceder à informação, sublinhando que tais transformações implicariam novas formas de organização do conhecimento e novas competências por parte dos indivíduos. No contexto atual, marcado pela expansão das tecnologias de informação e comunicação, a literacia deixou de se limitar à capacidade de extrair informação de textos previamente selecionados, passando a envolver a capacidade de navegar em ambientes informacionais complexos e de transformar informação dispersa em conhecimento significativo.

Neste cenário, os leitores do século XXI enfrentam um contexto caracterizado pela abundância de informação e pela circulação constante de conteúdos digitais. A massificação da produção de informação, associada à facilidade de publicação e disseminação de conteúdos na Internet, criou oportunidades de acesso ao conhecimento, mas também novos desafios relacionados com a qualidade e a fiabilidade das fontes. Como resultado, os indivíduos necessitam de desenvolver competências de leitura mais avançadas, incluindo a capacidade de avaliar criticamente a informação, distinguir factos de opiniões e reconhecer conteúdos manipulados ou desinformação.

A pandemia da COVID-19 reforçou ainda mais a importância dessas competências. A rápida circulação de informação e contrainformação evidenciou a necessidade de os cidadãos desenvolverem competências de leitura autónomas e pensamento crítico, capazes

de lhes permitir interpretar, avaliar e selecionar conteúdos em ambientes digitais sobrecarregados de estímulos e fontes concorrentes.

Os dados apresentados no relatório *21st Century Readers* da OCDE (2021) evidenciam estas transformações significativas nas práticas leitoras dos jovens. O estudo aponta para um aumento expressivo da utilização da internet por parte dos estudantes de quinze anos, que passou a ocupar uma parcela considerável do seu tempo quotidiano. O relatório destaca igualmente que os alunos que leem livros com maior frequência – sobretudo em formato impresso – apresentam melhores desempenhos em leitura e maior envolvimento com atividades de leitura. Em média, estes alunos dedicam cerca de quatro horas semanais à leitura por prazer, enquanto os leitores de livros digitais dedicam aproximadamente três horas. Os estudantes que combinam ambos os formatos registam níveis ainda mais elevados de envolvimento com a leitura (OCDE, 2021).

Neste contexto, o leitor do século XXI deve desenvolver um conjunto alargado de competências que lhe permitam navegar na complexidade dos ambientes informacionais. Entre estas competências destaca-se a capacidade de avaliar a qualidade das fontes, de interpretar criticamente a informação e de estabelecer relações entre diferentes conteúdos. Estas capacidades implicam igualmente o desenvolvimento de competências metacognitivas e de autoeficácia no processo de leitura.

As transformações nas práticas leitoras estão igualmente relacionadas com as características das diferentes gerações. O conceito de geração refere-se a grupos de indivíduos que partilham experiências históricas e contextos socioculturais semelhantes, os quais influenciam a forma como esses indivíduos percebem e interagem com o mundo (MANNHEIM, 1952; EDMUNDS e TURNER, 2002). Ainda que as delimitações cronológicas não sejam consensuais, as gerações tendem a ser definidas em ciclos de vinte a trinta anos, influenciadas por acontecimentos históricos, transformações tecnológicas e dinâmicas sociais. De acordo com Kotler *et al.* (2021), coexistem atualmente várias gerações com características distintas, entre as quais se destacam a Geração X, a Geração Y (*Millennials*) e a Geração Z. Para os objetivos deste estudo, torna-se particularmente pertinente analisar as especificidades das gerações Y e Z, ainda que em momentos históricos e tecnológicos distintos.

A Geração Y, constituída por indivíduos nascidos entre 1981 e 1996, cresceu num período marcado pela expansão da Internet e das redes sociais, desenvolvendo uma relação intensa com os ambientes digitais. Trata-se de uma geração que conheceu formas mais tradicionais de leitura e escolarização, mas que acompanhou também a transição para contextos digitais de acesso à informação, adaptando progressivamente os hábitos de leitura a novos suportes, plataforma e modos de interação com os conteúdos. Estes indivíduos valorizam experiências, privilegiam a conectividade e tendem a procurar informação e validação nas redes sociais. Já a Geração Z, formada por indivíduos nascidos a partir de meados da década de 1990, é frequentemente descrita como a primeira geração verdadeiramente nativa digital, uma vez que cresceu num mundo em que a Internet e os dispositivos digitais estiveram sempre presentes. Segundo Kotler *et al.* (2021), estes jovens vivem numa constante ligação ao universo digital, utilizando a Internet para aprender, comunicar e consumir conteúdos, muitas vezes sem estabelecer uma distinção clara entre o mundo *online* e o mundo *offline*. Ao contrário da Geração Y, que atravessou a transição para o digital, a Geração Z foi socializada já no interior de ecossistemas comunicacionais marcados pela velocidade, pela interatividade, pela convergência dos media e pela

circulação constante de conteúdos. Dadic *et al.* (2022) reforçam esta perspectiva ao caracterizar a Geração Z como a geração mais jovem, mais diversa e mais conectada da história, habituada a um fluxo contínuo de informação e a processar conteúdos com grande velocidade. Esta geração é frequentemente descrita através de diferentes designações, como “geração *online*”, “*iGeneration*”, “geração sempre conectada” ou “nado digitais”. Estas expressões, embora por vezes simplificadoras, ajudam a evidenciar a centralidade estrutural do digital na sua experiência quotidiana. Os estudos de Seemiller e Grace (2019) destacam ainda outras características importantes desta geração, nomeadamente a valorização da integridade, da abertura, da persistência e da preocupação com os outros. Segundo estes autores, os membros da Geração Z vivem simultaneamente em dois mundos – o mundo físico e o mundo digital – construindo identidades que se manifestam em ambos os contextos.

Estas características têm implicações diretas nas práticas de leitura e nas formas de aprendizagem. Segundo Bilonozhko e Syzenko (2020), os processos educativos dirigidos a esta geração devem integrar tecnologias digitais, atividades interativas e abordagens pedagógicas personalizadas que respondam às características dos estudantes contemporâneos. A utilização de textos de circulação social, a articulação entre os conteúdos, a vida quotidiana dos alunos e a promoção da interação entre pares podem contribuir para aumentar a motivação e o envolvimento com a leitura.

Apesar das transformações introduzidas pelas tecnologias digitais, a ideia de que as gerações mais jovens deixaram de ler não corresponde inteiramente à realidade. A investigação *Teens’ Perceptions of Libraries and Reading*, realizada pela American Library Association em 2019, demonstrou que muitos jovens da Geração Z reconhecem a importância da leitura para o sucesso académico e profissional e continuam a ler por prazer, embora frequentemente recorram a formatos digitais ou ambientes de leitura distintos dos tradicionalmente valorizados pela escola. O crescimento de comunidades digitais dedicadas aos livros, como o Bookstagram ou o BookTok, ilustra a forma como as práticas de leitura se adaptam aos novos ecossistemas mediáticos. Estas comunidades, que se desenvolveram sobretudo nas plataformas Instagram e TikTok, têm desempenhado um papel relevante na promoção da leitura, na divulgação de obras literárias e na criação de comunidades de leitores *online*. De forma semelhante, plataformas digitais de leitura como o Wattpad evidenciam novas formas de relação com os textos. De acordo com um estudo divulgado pela Forbes em 2022, cerca de 80% dos utilizadores desta plataforma pertencem à Geração Z e passam milhares de milhões de minutos por mês a ler e interagir com histórias originais. Estes dados sugerem que, embora os hábitos de leitura tenham sofrido transformações significativas, o interesse pela leitura permanece presente entre os jovens, ainda que frequentemente mediado por dispositivos digitais e plataformas *online*.

Assim, as práticas de leitura das gerações Y e Z devem ser compreendidas no contexto das transformações tecnológicas e culturais que caracterizam a sociedade contemporânea. Longe de representar o desaparecimento da leitura, estas mudanças refletem antes uma reconfiguração das formas de acesso aos textos e das experiências leitoras. Neste cenário, compreender o papel do prazer de ler torna-se particularmente relevante, na medida em que a construção de relações significativas com os textos continua a desempenhar um papel fundamental na formação de leitores. As evidências disponíveis mostram, assim, que as gerações Y e Z não abandonaram a leitura, mas passaram a desenvolvê-la em ecossistemas mediáticos profundamente distintos daqueles que moldaram os leitores de épocas anteriores. A leitura continua presente, embora frequentemente associada a suportes

digitais, a circuitos de recomendação algorítmica, a comunidades *online* e a formas de interação mais rápidas, fragmentadas e multimodais. Contudo, esta reconfiguração das práticas leitoras não elimina uma questão central: a formação de leitores continua a depender da possibilidade de construir uma relação significativa, continuada e prazerosa com os textos. Quando os ambientes de mediação da leitura – escolares, institucionais, tecnológicos ou culturais – não conseguem favorecer essa relação, pode verificar-se um afastamento progressivo dos leitores dos livros e da leitura mais profunda. É precisamente nesta tensão entre a ampliação do acesso à informação, a transformação dos suportes e a reconfiguração das práticas leitoras que se torna pertinente interrogar em que circunstâncias a leitura deixa de ocupar um lugar central na experiência dos leitores.

4. Políticas de promoção de leitura: o Plano Nacional de Leitura

As transformações nas práticas de leitura e nos contextos informacionais contemporâneos, particularmente entre as gerações mais jovens, colocam novos desafios às políticas públicas de promoção da leitura. Como já referido na seção anterior, as gerações Y e Z desenvolvem as suas práticas leitoras em ecossistemas mediáticos profundamente marcados pela digitalização, pela circulação massiva de informação e pela presença constante de dispositivos tecnológicos. Deste modo, torna-se particularmente relevante compreender de que forma as políticas públicas procuram acompanhar as transformações das práticas leitoras e promover relações significativas com a leitura. Em Portugal, essa estratégia institucional materializou-se sobretudo através da criação do PNL.

Como referem Neves, Lima e Borges (2007), a generalização das políticas públicas de promoção da leitura em diferentes países baseia-se na consciência de que os hábitos de leitura e as competências de literacia desempenham um papel central na participação social, cultural e económica dos cidadãos. O estudo *Práticas de Promoção de Leitura nos Países da OCDE* (2011), que analisou iniciativas em trinta países, evidenciou precisamente a multiplicação de programas destinados a combater o analfabetismo, a promover a literacia e a incentivar o gosto pela leitura. Portugal não constitui exceção neste contexto internacional. Historicamente, o país enfrentou desafios significativos no domínio da alfabetização e da literacia. Os dados dos censos nacionais ilustram de forma clara esta realidade. Em 1981, a taxa de analfabetismo situava-se nos 18,6%, com diferenças significativas entre homens e mulheres. Uma década mais tarde, os dados do censo de 1991 indicavam ainda níveis muito elevados de baixa escolaridade e competências básicas de leitura limitadas em grande parte da população. Estes indicadores evidenciavam não apenas um défice de alfabetização, mas também um atraso estrutural ao nível das qualificações escolares e das práticas culturais associadas à leitura.

Foi neste contexto que, em 1996, foi publicado o estudo coordenado por Benavente *et al.*, considerado o primeiro estudo realizado em Portugal a avaliar sistematicamente as competências de leitura, escrita e cálculo. Inspirado em investigações realizadas nos Estados Unidos e no Canadá, este estudo revelou níveis preocupantemente baixos de literacia na população portuguesa e contribuiu decisivamente para colocar a questão da leitura no centro da agenda política e educativa. Em 1997, foi lançado o Programa Nacional de Promoção da Leitura, com o objetivo de estabelecer parcerias entre instituições públicas e privadas para fomentar a difusão do livro e incentivar hábitos de leitura. No mesmo período, foram desenvolvidas várias iniciativas estruturantes, entre as quais se destaca a

criação da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), em 1997. Esta política pública representou uma mudança significativa no panorama educativo português, ao promover uma articulação mais consistente entre bibliotecas escolares, currículos educativos e práticas pedagógicas de leitura. A cooperação entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas permitiu igualmente reforçar a dimensão comunitária da leitura e ampliar o acesso aos recursos informacionais.

Não obstante os avanços, os níveis de literacia em Portugal continuavam a situar-se abaixo da média europeia no início do século XXI. Foi neste contexto que o PNL foi criado pelo XVII Governo Constitucional, em 2006, como resposta institucional às preocupações com os baixos níveis de literacia da população portuguesa. Conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, o plano procurava implementar um conjunto estruturado de estratégias destinadas a promover o desenvolvimento de competências de leitura e escrita, bem como a fomentar hábitos de leitura entre crianças, jovens e adultos.

Entre os principais objetivos definidos para o PNL destacavam-se a promoção da leitura como fator de desenvolvimento individual e progresso coletivo, a criação de um ambiente social favorável à leitura e o fortalecimento das competências dos diferentes agentes envolvidos na mediação da leitura. O plano pretendia igualmente consolidar o papel das redes de bibliotecas públicas e escolares e melhorar o desempenho de Portugal em estudos internacionais de avaliação de literacia. A implementação do PNL foi organizada em diferentes fases. A primeira fase, encetada em 2006, centrou-se sobretudo na população escolar, com especial enfoque nas crianças do ensino pré-escolar e dos primeiros ciclos do ensino básico. Entre as iniciativas implementadas destacavam-se a introdução de momentos regulares de leitura nas salas de aula, a criação de listas de livros recomendados para diferentes faixas etárias e o desenvolvimento de programas de formação destinados a professores, bibliotecários e mediadores de leitura.

A avaliação dos primeiros anos de implementação do plano, apresentada no relatório *Avaliação do Plano Nacional de Leitura: os primeiros cinco anos* (Costa *et al.*, 2011), indicou impactos positivos em diferentes dimensões, dos quais se destacavam: a criação de um clima social mais favorável à leitura, o envolvimento de diversos agentes sociais na promoção da literacia e o reforço das práticas de leitura entre crianças e jovens em contexto escolar. O relatório apontava igualmente para um aumento da utilização das bibliotecas escolares e para melhorias na relação dos alunos com a leitura. Durante os anos seguintes, o PNL continuou a expandir as suas iniciativas e programas, procurando adaptar-se às transformações sociais, culturais e tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017 reafirmou a importância da continuidade e do reforço do plano, sublinhando a necessidade de aprofundar a articulação entre educação, cultura, ciência e tecnologia no desenvolvimento das políticas públicas de leitura.

Não obstante o impacto reconhecido do PNL, a avaliação das suas fases distintas permite identificar igualmente algumas limitações. Após os primeiros cinco anos de implementação, o programa deixou de ser objeto de avaliação externa sistemática no período subsequente, em grande medida devido à ausência de financiamento dedicado a esse propósito. Esta situação limitou a possibilidade de monitorizar de forma independente os resultados das políticas implementadas e de avaliar com maior rigor os efeitos das iniciativas junto das escolas, das famílias e das comunidades. Estas limitações tornam-se

particularmente relevantes quando consideradas à luz das profundas transformações nas práticas de leitura que caracterizam as sociedades contemporâneas.

A investigação recente (ERSTAD *et al.*, 2023a; 2023b; OCDE, 2021) tem evidenciado que as gerações mais jovens desenvolvem as suas experiências de leitura em ambientes digitais altamente dinâmicos, caracterizados pela circulação da informação através de múltiplos suportes e plataformas. Neste sentido, torna-se pertinente questionar em que medida as políticas públicas de promoção da leitura conseguem acompanhar a reconfiguração das práticas leitoras e promover não apenas o acesso aos textos, mas também o desenvolvimento de relações significativas e prazerosas com a leitura. É precisamente neste ponto que se coloca a questão central deste estudo. Se, por um lado, as políticas públicas como o PNL procuram promover hábitos de leitura e melhorar os níveis de literacia da população, por outro lado, importa analisar em que medida estas iniciativas conseguem responder às transformações culturais e tecnológicas que moldam as práticas leitoras das gerações Y e Z. É precisamente nesta tensão entre a ampliação do acesso à informação, a transformação dos suportes e a reconfiguração das práticas leitoras que se torna pertinente interrogar em que circunstâncias a leitura perde ou reforça a sua centralidade na experiência dos leitores, abrindo espaço a fenómenos de ‘leituricídio’.

5. Metodologia

O presente estudo reveste-se de uma natureza empírica, fundamentando-se na recolha e análise de dados provenientes de diferentes fontes, com o objetivo de compreender as práticas e as perceções das gerações Y e Z em relação à leitura e ao PNL. Do ponto de vista metodológico, a investigação dota uma abordagem mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos que permitem combinar a exploração interpretativa dos discursos e experiências dos participantes com a análise de informação documental relevante. No que respeita aos objetivos, o estudo apresenta um carácter simultaneamente exploratório, descritivo e explicativo.

A recolha de dados foi organizada em diferentes momentos, de forma faseada e articulada, procurando assegurar coerência entre os objetivos da investigação, os instrumentos utilizados e a natureza dos dados a obter. Atendendo ao desenho metodológico adotado, recorreu-se a três procedimentos principais de recolha de dados: questionário de pré-seleção, grupos focais *online* síncronos e análise documental.

Numa primeira fase, foi aplicado um questionário de pré-seleção com o objetivo de identificar potenciais participantes para os grupos focais, recolher informação sociodemográfica e indícios preliminares sobre os seus hábitos de leitura. O questionário incluiu questões relativas à faixa etária, localização geográfica, escolaridade, frequência e formatos de leitura, grau de contacto com o PNL, utilização de meios digitais para ler e interesse em participar na fase seguinte do estudo. Este instrumento permitiu não apenas selecionar os participantes mais adequados, mas também estruturar os grupos de forma equilibrada e metodologicamente consistente.

Numa segunda fase, foram conduzidos grupos focais *online* síncronos, definidos em função das características dos participantes. As sessões foram realizadas por videoconferência, num ambiente moderado, previamente calendarizado e com duração média entre sessenta e noventa minutos. Antes do início de cada sessão, os participantes foram informados sobre

os objetivos do estudo, as regras de participação, os procedimentos de gravação e os princípios éticos que enquadravam a investigação. Todas as sessões seguiram um guião semiestruturado, construído em consonância com os objetivos do estudo e suficientemente flexível para permitir a exploração de temas emergentes durante a interação. O guião dos grupos focais foi organizado em torno de grandes eixos temáticos: relação com os livros e com a leitura; leitura por prazer e leitura por obrigação; influência da escola, da família e dos pares na formação de hábitos leitores; impacto dos meios digitais nas práticas de leitura; conhecimento e percepção do PNL; e avaliação da sua influência na construção de hábitos de leitura e na valorização da leitura como prática cultural. No caso dos grupos de professores, o guião incidiu adicionalmente sobre a aplicação do PNL em contexto escolar, o papel das bibliotecas, os efeitos das listas de leitura recomendadas e os desafios sentidos na mediação da leitura junto dos alunos. As sessões foram integralmente transcritas para análise.

O recurso a grupos focais síncronos revelou-se particularmente adequado à natureza do estudo, pois permitiu explorar de forma aprofundada as percepções, experiências e representações dos participantes através da interação coletiva. Ao promover um espaço de debate foi possível identificar processos de concordância, divergência, reforço e negociação de significados entre os participantes, bem como a emergência de interpretações coletivas sobre a leitura e as práticas culturais atuais. A utilização de grupos focais contribuiu para aprofundar a compreensão das percepções e práticas de leitura dos participantes, permitindo analisar não apenas o que os indivíduos pensam sobre a leitura, mas também como essas interpretações são construídas, partilhadas e transformadas no contexto da interação social.

A construção dos instrumentos de investigação seguiu critérios de coerência teórica, pertinência metodológica e adequação aos objetivos do estudo. A sua elaboração baseou-se na revisão da literatura e na delimitação do problema de investigação. Foram utilizados dois instrumentos principais: um questionário de pré-seleção e os guiões dos grupos focais. O questionário teve como objetivo a triagem e caracterização inicial dos participantes. Permitiu garantir uma composição equilibrada dos grupos e recolher informações preliminares sobre variáveis relevantes, como o perfil geracional, a frequência e os formatos de leitura, a relação com os meios digitais e o grau de familiaridade com o PNL. Os guiões dos grupos focais foram estruturados a partir de eixos temáticos alinhados com os objetivos da investigação. Procurou-se assegurar comparabilidade entre os grupos, mantendo simultaneamente abertura à exploração das percepções e experiências dos participantes. As questões privilegiaram respostas reflexivas, relatos de experiências concretas e a interação entre os membros de cada grupo.

Na elaboração dos instrumentos foi considerado o princípio da adequação linguística e comunicativa aos diferentes perfis dos participantes. As formulações procuraram ser claras, acessíveis e não indutoras, evitando terminologia excessivamente técnica ou perguntas com carga valorativa, aspeto particularmente relevante na condução dos grupos focais com participantes de gerações distintas e com níveis diferenciados de escolaridade e envolvimento com a leitura. Antes da aplicação definitiva, os instrumentos foram revistos e ajustados com o intuito de garantir clareza, pertinência e funcionalidade, permitindo corrigir ambiguidades, reorganizar a sequência de algumas questões e reforçar a articulação entre os blocos temáticos.

A investigação foi conduzida em conformidade com os princípios éticos fundamentais da investigação em Ciências Sociais, nomeadamente o respeito pela dignidade dos participantes, o consentimento informado, a proteção da privacidade e a confidencialidade dos dados recolhidos. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, os procedimentos de recolha e tratamento de dados, a natureza voluntária da participação e a possibilidade de desistência a qualquer momento. Foi igualmente esclarecido que os dados seriam utilizados exclusivamente para fins académicos e científicos. O consentimento informado foi obtido antes da realização das sessões e, quando aplicável, foi assegurado o consentimento dos encarregados de educação no caso de participantes menores de idade. A confidencialidade foi garantida através da anonimização dos dados e do armazenamento seguro das gravações e transcrições, acessíveis apenas às investigadoras.

O tratamento dos dados assentou numa abordagem que combinou a natureza qualitativa da investigação com fontes documentais e indicadores quantitativos complementares. Os dados provenientes dos grupos focais foram sujeitos a análise temática de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões de significado, categorias recorrentes, diferenças entre grupos e tensões interpretativas relevantes para o problema de investigação.

Após a transcrição integral das sessões, realizou-se uma leitura exploratória do *corpus*, seguida da definição de eixos de codificação alinhados com os objetivos do estudo. A análise temática permitiu organizar os dados em categorias analíticas e identificar padrões recorrentes, bem como tensões e ambiguidades presentes nos discursos dos participantes, facilitando a comparação entre os diferentes grupos. Adicionalmente, os dados documentais e estatísticos foram analisados de forma complementar, permitindo contextualizar os resultados qualitativos. A conjugação destas fontes possibilitou relacionar as perceções dos participantes com o enquadramento institucional das políticas públicas de leitura e com tendências mais amplas no domínio da literacia.

A validade e a fiabilidade da investigação foram asseguradas através da triangulação de dados, de coerência entre enquadramento teórico, objetivos e instrumentos e da sistematização dos procedimentos de análise. A triangulação permitiu confrontar informações provenientes dos grupos focais, da documentação institucional e de indicadores quantitativos referentes ao desempenho em leitura, reforçando a consistência interpretativa dos resultados. A validade interna foi ainda sustentada pela adequação da amostragem aos objetivos do estudo e pela inclusão de participantes pertencentes às gerações em estudo, bem como de professores, que acrescentam uma perspetiva institucional à análise das práticas de leitura.

Paralelamente, foi realizada uma análise documental centrada na documentação relativa ao PNL, incluindo relatórios de avaliação externa do programa e indicadores estatísticos produzidos por entidades como o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), a OCDE e outras instituições dedicadas à avaliação da literacia e do desempenho em leitura. Esta análise permitiu contextualizar os dados qualitativos recolhidos nos grupos focais, identificar continuidades e transformações nas políticas públicas de promoção da leitura e relacionar as perceções dos participantes com tendências estruturais mais amplas. A articulação entre estas diferentes fontes possibilitou, assim, a construção de um *corpus* empírico diversificado, que sustenta a interpretação das práticas e representações de leitura das gerações em estudo.

Importa, contudo, reconhecer algumas limitações. A utilização de grupos focais embora particularmente adequada à exploração de perceções e experiências, não permite generalizações estatísticas para o conjunto da população, uma vez que se baseia em amostras reduzidas e intencionalmente seleccionadas. Neste tipo de investigação, o objetivo não é a representatividade estatística, mas a produção de conhecimento interpretativo que possibilite uma generalização analítica, isto é, a compreensão de padrões de significado e de dinâmicas sociais suscetíveis de informar a análise em contextos semelhantes. Acresce que a avaliação do impacto do PNL envolve múltiplos fatores educativos, culturais e tecnológicos – dificilmente isoláveis.

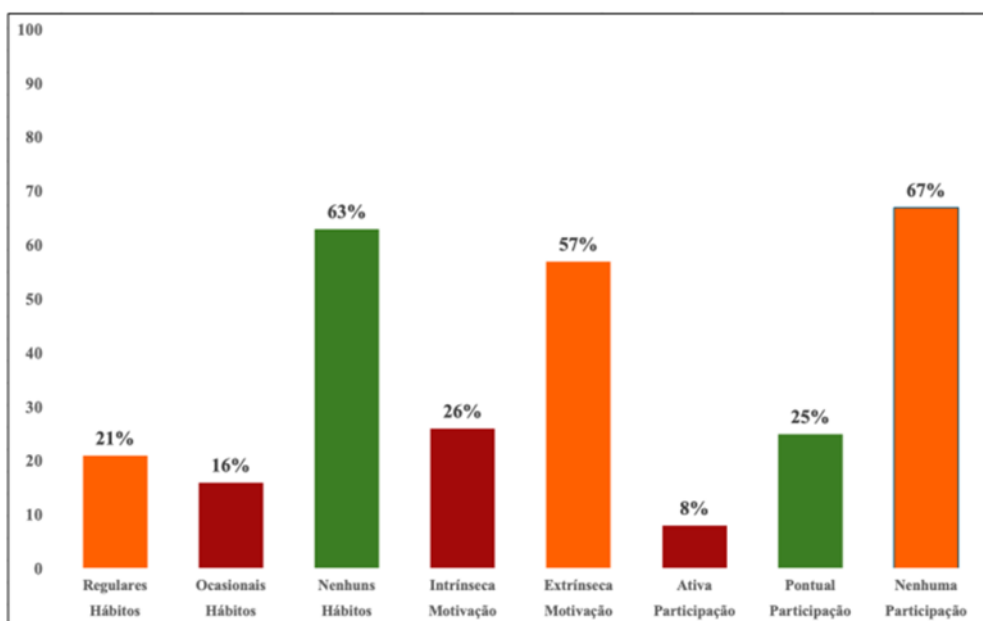
No que respeita à análise documental, importa igualmente considerar que os documentos institucionais refletem enquadramentos políticos e institucionais específicos, podendo privilegiar determinadas perspetivas ou indicadores em detrimento de outras dimensões das práticas leitoras. Além disso, os dados estatísticos disponíveis nem sempre permitem estabelecer relações diretas de causalidade entre as políticas implementadas e as transformações observadas nas práticas de leitura, devendo, por isso, ser interpretados de forma contextualizada e complementar às evidências qualitativas recolhidas.

6. Discussão dos resultados

Os resultados obtidos permitem compreender de forma mais aprofundada as condições em que a leitura tende a perder parte do seu potencial formativo, cultural e cognitivo. A análise evidencia que tal ocorre sobretudo na ausência de mediação cultural consistente, continuidade educativa e reconhecimento simbólico do valor do ato de ler. Nestes contextos, a leitura tende a ser percecionada como uma atividade instrumental e utilitária, frequentemente associada apenas às exigências escolares ou profissionais, perdendo a sua dimensão de prática cultural autónoma. Tal como sublinha Chartier (1994; 2001), a leitura não constitui apenas um processo técnico de decifração de textos, mas uma prática cultural situada, que depende das condições sociais e institucionais que possibilitam o encontro entre leitores e obras. Quando essas condições são frágeis ou inexistentes, a leitura tende a perder o seu lugar no quotidiano dos indivíduos, tornando-se uma atividade ocasional ou meramente funcional.

A Fig. 1 sintetiza os padrões de relação com a leitura entre os participantes da Geração Y, evidenciando a predominância de práticas leitoras pouco frequentes, motivações extrínsecas e reduzido envolvimento em comunidades leitoras, o que sugere uma inserção periférica da leitura nas práticas culturais contemporâneas.

Entre os participantes da Geração Z, observa-se uma configuração distinta, marcada por uma relação mais mediada pelas tecnologias digitais. Embora os níveis de leitura tradicional não sejam necessariamente superiores, verifica-se uma maior presença de conteúdos literários em ambientes digitais. Neste grupo, 16% participam ativamente em comunidades de leitura *online*, enquanto 45,8% mantêm um contacto passivo com conteúdos relacionados com livros, como recomendações, vídeos ou publicações em redes sociais. No entanto, esta presença não se traduz necessariamente em práticas de leitura aprofundadas, sugerindo que o contacto com o universo literário ocorre frequentemente de forma fragmentada.

Fig. 1 – Geração Y Hábitos de leitura, motivações e participação em comunidades de leitura

Fonte: elaboração própria.

Outro elemento central identificado nos resultados é o impacto das tecnologias digitais nos hábitos de leitura. Entre os participantes da Geração Y, 82% reconhecem que a tecnologia constitui uma concorrência direta à leitura tradicional, sobretudo devido à abundância de estímulos audiovisuais e à lógica de consumo rápido de informação que caracteriza os ambientes digitais contemporâneos. Ainda assim, observa-se uma crescente hibridização dos suportes de leitura, sendo que 91% dos participantes afirmam utilizar tanto formatos digitais como físicos, o que demonstra que a transformação tecnológica não implica necessariamente o abandono da leitura, mas antes uma reconfiguração das formas de acesso aos textos. No que respeita à percepção do valor da leitura, os resultados revelam uma diferença significativa entre as duas gerações analisadas. Enquanto 42% dos participantes da Geração Y reconhecem um impacto positivo da leitura no desenvolvimento acadêmico e profissional, entre os participantes da Geração Z essa percepção é significativamente mais elevada, atingindo 71%. Este dado sugere que, apesar da irregularidade das práticas de leitura, a leitura continua a ser simbolicamente valorizada enquanto recurso para o desenvolvimento de competências cognitivas e educativas.

Contudo, esta valorização simbólica não se traduz necessariamente em práticas regulares de leitura. Tal discrepância evidencia um desfasamento entre o reconhecimento social da importância da leitura e a sua efetiva incorporação no quotidiano dos indivíduos. As práticas culturais não resultam apenas de escolhas individuais, mas de disposições socialmente construídas através de processos de socialização e de experiências repetidas ao longo do tempo (BOURDIEU, 1979; COULANGEON, 2010). No domínio da leitura, diversos autores sublinham que os hábitos leitores dependem de condições sociais e institucionais que facilitam o encontro entre leitores, textos e diferentes formas de mediação cultural (CHARTIER, 1994; 2001; PETIT, 2008). Nesta perspetiva, leitura de livros ocupa um lugar central na sociologia da leitura (NEVES, 2011) e tem sido cada vez mais entendida como uma prática social. Esta dimensão social manifesta-se tanto na

relação simbólica que se estabelece entre leitor e autor como nas formas de circulação, em que se inclui a discussão de opiniões em clubes de leitura ou em plataformas *online* como a Goodreads. Deste modo, a leitura tende a ser interpretada menos como uma atividade estritamente individual e mais como uma prática inscrita em redes de interação e sociabilidade (BARON, 2015). A partir desta perspetiva, torna-se evidente que a formação e a consolidação de hábitos leitores dependem não apenas das disposições individuais, mas também da existência de dispositivos institucionais capazes de estimular a curiosidade leitora e criar contextos sociais favoráveis à prática da leitura. Bibliotecas, escolas, programas educativos e políticas culturais têm, nesta aceção, uma função central ao funcionarem como mediadores entre os indivíduos e os universos literários, contribuindo para a construção de trajetórias de leitura mais regulares e diversificadas.

À luz dos resultados apresentados, seria expectável que as políticas públicas de promoção da leitura assumissem um papel estruturante na consolidação de hábitos leitores consistentes e duradouros, contribuindo para o desenvolvimento de competências de literacia e para a valorização social da leitura enquanto prática cultural. No contexto português, o PNL foi concebido precisamente com esse propósito, procurando mobilizar instituições educativas, bibliotecas e diversos agentes culturais na promoção de práticas leitoras. Contudo, os resultados desta investigação sugerem que o alcance desse objetivo permanece parcial. Embora o PNL tenha desempenhado um papel relevante na visibilidade pública da leitura e na dinamização de iniciativas de promoção do livro, persistem indícios de limitações na sua capacidade de gerar práticas leitoras estáveis e enraizadas em determinados segmentos da população.

Apesar de 87% dos participantes da Geração Y afirmarem conhecer o PNL e 84,3% dos participantes da Geração Z referirem já ter ouvido falar do programa, o nível de compreensão do seu propósito revela-se limitado. Apenas 33,3% dos participantes identificam claramente o PNL como uma política pública estruturada de promoção da leitura, demonstrando que a sua presença no imaginário dos leitores permanece superficial e frequentemente associada apenas ao contexto escolar. Esta perceção reduzida está fortemente ligada à forma como o programa tem sido operacionalizado nas práticas educativas. Para muitos participantes, o PNL surge essencialmente através das listas de obras recomendadas ou obrigatórias utilizadas nas escolas, o que contribui para reforçar uma visão normativa e pouco atrativa da leitura. Este problema torna-se particularmente evidente entre os participantes da Geração Z, dos quais 88% consideram que as listas de leitura propostas não correspondem aos seus interesses, sendo frequentemente percecionadas como desajustadas das suas referências culturais.

Importa ainda considerar a perceção, por vezes presente no debate público, de que o PNL constituiria essencialmente um instrumento dirigido aos professores. Porém, esta interpretação não corresponde inteiramente à natureza do programa. O PNL foi concebido como uma política pública de promoção da leitura dirigida à sociedade em geral, envolvendo escolas, bibliotecas, famílias, mediadores culturais e instituições culturais. O facto de a sua implementação ocorrer predominantemente no espaço escolar tem contribuído para reforçar a ideia de que se trata de uma iniciativa essencialmente pedagógica. Todavia, o problema não reside no papel central desempenhado pelos professores, mas sim na insuficiente cooperação entre os diferentes agentes culturais e educativos responsáveis pela formação de leitores. Neste sentido, os resultados sugerem que uma das principais limitações do PNL reside na fragilidade das estratégias de mediação cultural e na ausência de um trabalho colaborativo consistente entre os diversos

intervenientes no ecossistema da leitura. Como sublinha Petit (2008; 2014), a leitura desenvolve-se sobretudo em contextos de encontro e de mediação, onde os leitores podem construir relações pessoais e simbólicas com os textos. Sem esses espaços de mediação, o livro dificilmente adquire significado cultural duradouro.

A formação de leitores exige, portanto, uma articulação efetiva entre múltiplos contextos – a escola, família, bibliotecas, espaços culturais e ambientes digitais. No entanto, os dados sugerem que esta articulação permanece limitada, funcionando frequentemente de forma fragmentada. A ausência de estratégias coordenadas entre estes diferentes agentes compromete a eficácia das políticas públicas de promoção da leitura e contribui para que a leitura permaneça associada sobretudo ao espaço escolar. Perante este cenário, torna-se necessário repensar as estratégias de intervenção do PNL, promovendo uma abordagem mais aberta e participativa. Tal reconfiguração implica flexibilizar as práticas de leitura, permitindo maior diversidade de escolhas; integrar os ambientes digitais onde os jovens já interagem com narrativas e conteúdos literários; desenvolver formas de mediação criativa capazes de aproximar os leitores dos textos; incentivar a criação de comunidades de leitura que promovam a partilha e a discussão literária; valorizar a dimensão estética da experiência literária; e envolver os próprios jovens em processos de curadoria e recomendação de obras, reforçando a sua participação ativa no ecossistema cultural da leitura.

Os resultados sugerem que quando não existe uma rede de mediação cultural capaz de sustentar e valorizar a experiência de leitura ao longo do tempo, podem intensificar-se processos de ‘leituricídio’, entendidos, como erosão gradual do prazer de ler e o enfraquecimento do vínculo cultural que os indivíduos estabelecem com os livros. Na ausência de estímulos sociais que promovam e valorizem a leitura, as práticas de leitura tendem a afastar-se do centro das atividades culturais quotidianas. A ausência de uma cooperação consistente e persistente entre escolas, bibliotecas, famílias e instituições culturais, a promoção da leitura tende a permanecer limitada a iniciativas pontuais, incapazes de produzir mudanças perduráveis nos hábitos leitores. Os dados obtidos indicam que o PNL ainda revela limitações na estruturação de uma rede sólida de mediação cultural capaz de sustentar práticas leitoras ao longo do tempo.

Assim, mais do que multiplicar iniciativas isoladas, o desafio das políticas públicas de promoção da leitura consiste em repensar o próprio modelo de intervenção no campo da leitura. A eficácia destas políticas depende menos da quantidade de programas implementados e mais da sua capacidade de produzir efeitos a longo prazo nos contextos sociais em que a leitura se desenvolve. Daqui decorre que políticas públicas eficazes devem privilegiar abordagens sistémicas que reforcem os dispositivos institucionais ligados ao livro e à leitura, assegurar a continuidade das estratégias de promoção e ampliar as oportunidades de contacto significativo com os livros ao longo do percurso de vida dos indivíduos. Só, deste modo, a leitura continuará a ocupar um lugar relevante na vida das gerações vindouras.

7. Considerações finais

A análise efetuada permite evidenciar avanços, limites e tensões na implementação do PNL enquanto política pública de promoção da leitura em Portugal. A triangulação de diferentes

fontes demonstra que, apesar da centralidade institucional do programa, o seu impacto no enraizamento da leitura nas práticas culturais do quotidiano permanece desigual e socialmente condicionado. Apesar da visibilidade institucional promovida pelo PNL, a leitura continua a ser mediada sobretudo por dispositivos escolares de natureza curricular e avaliativa. Entre participantes pertencentes às gerações Y e Z, a leitura tende assim a ser percecionada predominantemente como uma exigência associada ao percurso escolar, mais do que como uma prática cultural escolhida ou uma experiência associada ao prazer de ler.

Importa reconhecer que Portugal dispõe de estruturas relevantes de promoção da leitura, como a RBE e diversas iniciativas associadas ao PNL. Porém, as evidências analisadas sugerem que o impacto destas estruturas permanece desigual, refletindo assimetrias territoriais e institucionais na sua implementação. Contextos educativos situados em territórios mais afastados dos centros de decisão tendem a enfrentar maiores limitações no acesso a recursos, redes de mediação e iniciativas de promoção da leitura, o que condiciona a eficácia das políticas públicas neste domínio. Estas desigualdades tornam-se particularmente relevantes quando analisadas à luz das trajetórias culturais e informacionais das gerações Y e Z, cujas práticas de contacto com textos e narrativas se desenvolvem cada vez mais em ambientes mediáticos plurais, nos quais o digital assume um papel estruturante.

Relevem-se, ainda, fragilidades ao nível da coordenação institucional. A promoção da leitura permanece marcada por uma fragmentação entre políticas educativas nacionais, bibliotecárias e culturais, tanto a nível nacional como local. No interior das escolas, o trabalho desenvolvido pelos professores bibliotecários nem sempre se encontra plenamente integrado nas dinâmicas pedagógicas das restantes estruturas educativas, limitando o potencial das bibliotecas escolares enquanto espaços de mediação cultural. Releve-se, ainda, que em alguns contextos escolares a biblioteca continua a ser mobilizada de forma predominantemente instrumental ou disciplinar, configurando um desvio institucional da função cultural e pedagógica destes espaços. Este tipo de práticas tende a fragilizar a legitimidade simbólica da biblioteca enquanto lugar de encontro com os livros e de fruição cultural, contribuindo para diluir o seu papel enquanto dispositivo privilegiado de mediação da leitura. Em última análise, tais dinâmicas podem reforçar processos que aqui se designam como ‘leituricídio’, na medida em que esvaziam simbolicamente os espaços institucionais destinados à experiência da leitura e se fragiliza a sua associação ao prazer, à descoberta e à participação cultural – dimensões particularmente significativas para a construção de hábitos leitores entre as gerações Y e Z.

Perante estes desafios, torna-se necessário repensar as formas de intervenção do PNL, orientando-as para modelos mais abertos, flexíveis e participativos. Tal reconfiguração implica reconhecer as transformações nas formas de relação com a leitura que caracterizam as gerações Y e Z, cujas práticas culturais e informacionais se desenvolvem em contextos mediáticos marcados pela presença estruturante do digital. Neste quadro, a eficácia das políticas públicas de promoção da leitura dependerá da capacidade de desenvolver estratégias de mediação cultural continuadas, capazes de aproximar a leitura dos repertórios culturais e das práticas comunicacionais das gerações mais jovens. Mais do que a implementação de ações isoladas, torna-se fundamental promover iniciativas que valorizem a leitura como experiência cultural partilhada, mobilizando escola, bibliotecas e outros espaços de socialização cultural. Só através de uma intervenção institucional mais integrada e sensível às transformações geracionais será possível reforçar a presença da

leitura nas trajetórias culturais das gerações Y e Z e consolidar o seu lugar enquanto prática significativa de participação cultural e cidadania informada.

Referências bibliográficas

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION

2019 *Teens' perceptions of libraries and reading*. Chicago: American Library Association, 2019.

BENAVENTE, A. [et al.]

1996 *A Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

BILONOZHKO, N. [et al.]

2020 Teaching generation Z: challenges and strategies in modern education. *Advanced Education*. 7:14 (2020) 44-49.

BORDINI, M. G.

1986 *Literatura infantil e formação do leitor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

BOURDIEU, P.

2003 O Inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In *Acesso à informação e política de arquivos*. Org. Eliana Mattar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37-52.

BOURDIEU, P.

1989 *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B.

2003 The Concept of information. *Annual Review of Information Science and Technology*. 37 (2003) 343-411.

CASTELLS, M.

2023 The Network Society Revisited. *American Behavioral Scientist*. (2023) 940-946.

CASTELLS, M.

2002 *A Era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G., ed.

2005 *The Network Society: from knowledge to policy*. Washington: Center for Transatlantic Relations, 2005.

CHARTIER, R.

2001 *Pratiques de la lecture*. Paris: Payot, 2001.

CHARTIER, R.

1994 *The Order of books: readers, authors and libraries in Europe between the fourteenth and eighteenth centuries*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

CLARK, C. M.

2006 *Reading for pleasure: a research overview*. London: National Literacy Trust, 2006.

COSTA, A. F. M. [et al.]

2011 *Avaliação do Plano Nacional de leitura: os primeiros cinco anos*. Lisboa: CIES – ISCTE, 2011.

DADIC, M. [et al.]

2022 Characteristics of generation Z and their influence on education. *International Journal of Cognitive Research in Science, Engineering and Education*. 10:2 (2022) 123-131.

ERSTAD, O. [et al.]

2023a *Learning identities, education and community: young lives in the digital age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

ERSTAD, O. [et al.]

2023b *Reading in the digital age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

GALLAGHER, K.

2009 *Readicide: how schools are killing reading and what you can do about it*. Portland: Stenhouse Publishers, 2009.

HARMON-VAUGHN, B.

1995 *Information technology and the transformation of knowledge*. Westport: Greenwood Press, 1995.

JENKINS, H.

1995 *Convergence culture: where old and new media collide*. New York: New York University Press, 1995.

KRASHEN, S.

1993 *The Power of reading: insights from the research*. Englewood: Libraries Unlimited, 1993.

MARQUES, M. B.

2021 Mediação pós-custodial: o contributo do marketing da informação para a implementação dos ODS da agenda 2030 da ONU. In ENCONTRO DE CTDI, 15^o, Porto, 2021 - *A Informação para o desenvolvimento sustentável: relação com a Ciência da Informação*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2021.

MARQUES, M. B.

2015 Informação, comunicação e conhecimento: os desafios da sociedade do século XXI. In *Comunicação e Transformações Sociais. Vol. 1 – Ciência da Informação, Comunicação e Educação*. Coimbra: SOPCOM, 2015, p. 48-61.

MORAIS, J.

1997 *A Arte de ler*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

NELL, V.

1998 *Lost in a book: the psychology of reading for pleasure*. New Haven: Yale University Press, 1998.

NEVES, J. S. [et al.]

2007 *Práticas de promoção da leitura nos países da OCDE*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2007.

OCDE

2021 *21st-century readers: developing literacy skills in a digital world*. Paris: OECD Publishing, 2021.

OCDE

2019 *PISA 2018 results. Vol. I - What students know and can do*. Paris: OECD Publishing, 2019.

PETIT, M.

2014 *Lire le monde: expériences de transmission culturelle aujourd'hui*. Paris: Belin, 2014.

PETIT, M.

2008 *L'Art de lire ou comment résister à l'adversité*. Paris: Belin, 2008.

POSLANIEC, C. [et al.]

2005 *Incentivar o prazer de ler: Atividades de Leitura para Jovens*. Porto: Edições Asa, 2005.

ROSS, C. S.

2005 *Reading matters: what the research reveals about reading, libraries and community*. Westport: Libraries Unlimited, 2005.

SEEMILLER, C. [et al.]

2005 *Generation Z: a century in the making*. London: Routledge, 2005.

SILVA, A. M.

2015 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

Paula Cristina Pinto | pcsopinto@hotmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, Portugal

Maria Beatriz Marques | beatrizmarques35@gmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, Portugal

Resumo: O presente artigo analisa o Comportamento Infocomunicacional nos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional, que operam como empresas de média complexas e adotam uma lógica mediática e comercializada. Analisa-se como a identidade de funcionário-adepto influencia a tomada de decisão nos gabinetes, introduzindo vieses cognitivos, como os de confirmação e de ancoragem, e mecanismos de irracionalidade, que comprometem a objetividade. As crenças irracionais, nomeadamente a necessidade de aprovação e o *self-downing*, que surgem em casos como crises de reputação, potenciam uma ansiedade intensa, levando à implementação de estratégias de evitação como a procrastinação decisória e o *buck-passing*. Conclui-se que este círculo vicioso abre caminho para a exaustão emocional e prejuízo na eficácia comunicacional da organização. Como solução, propõe-se a adoção de uma Literacia Infocomunicacional, como forma de equilibrar a paixão e a estratégia, potenciando a avaliação crítica e rigorosa da informação e combatendo os desafios da era digital.

Palavras-chave: Comportamento Infocomunicacional; Funcionário-adepto; Irracionalidade; Literacia Infocomunicacional; Tomada de decisão.

Abstract: This article analyses Infocommunicational Behaviour in the communications departments of professional football clubs, which operate as complex media companies and adopt a media-oriented and commercialised approach. It analyses how the employee-fan identity influences decision-making in these departments, introducing cognitive biases, such as confirmation and anchoring biases, and mechanisms of irrationality, which compromise objectivity. Irrational beliefs, namely the need for approval and self-downing, which arise in cases such as reputation crises, cause intense anxiety, leading to the implementation of avoidance strategies such as decision procrastination and buck-passing. It is concluded that this vicious cycle paves the way for emotional exhaustion and damage to the organisation's communication effectiveness. As a solution, the adoption of Infocommunication Literacy is proposed as a way of balancing passion and strategy, enhancing critical and rigorous evaluation of information and combating the challenges of the digital age.

Keywords: Infocommunication Behaviour; Employee-fan; Irrationality; Infocommunication Literacy; Decision-making.

1. Introdução

Nos últimos anos, o futebol profissional tem evoluído significativamente, tanto a nível nacional como internacional, assistindo-se a uma transformação organizacional nos clubes, que passaram de promotores de eventos desportivos a empresas de média e organizações complexas que adotam uma lógica mediática e comercializada.

Neste contexto, os gabinetes de comunicação começaram a adquirir um papel fulcral no controlo do fluxo de informação, orientando a narrativa à volta do clube e estabelecendo uma ligação permanente com os seus adeptos. No entanto, no que concerne à tomada de

decisão, esta raramente assenta numa racionalidade pura, sendo moldada por uma confluência de fatores psicológicos, dinâmicas sociais e contextos estruturais (COLLINS, JONES e WALKER, 2023:1).

Além disso, muitos dos profissionais que integram estes gabinetes de comunicação são, em simultâneo, adeptos do clube para o qual trabalham (BORGES, 2018:274), o que reforça a proximidade emocional com os seus públicos. Partindo deste pressuposto, e olhando para os desafios atuais que questionam a credibilidade de um discurso tendencioso e emocional, nomeadamente nas plataformas digitais, surge a ideia principal para o desenvolvimento do presente estudo.

Considerando que a Informação e a Comunicação são duas áreas indissociáveis, e procurando colocar em prática todo o conhecimento adquirido na unidade curricular ‘Comportamento Infocomunicacional’, juntando-o ao gosto pela comunicação no desporto, este artigo propõe: analisar o Comportamento Infocomunicacional (CINFOCO) dos profissionais nos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional, interligando-o com a manifestação de irracionalidade na tomada de decisão, influenciada pela sua identidade de funcionário-adepto e pelos desafios da era digital.

Nesse sentido, pretende-se entender os fundamentos e modelos do CINFOCO, caracterizar os mecanismos de irracionalidade aplicáveis ao objeto de estudo e explorar as abordagens interdisciplinares nos novos contextos, nomeadamente na avaliação e uso da informação e no contexto digital. Por fim, propõe-se a adoção da Literacia Infocomunicacional (LI) como forma de obter um equilíbrio entre a paixão e as estratégias adotadas nas organizações.

2. O Comportamento Infocomunicacional

O presente capítulo pretende entender conceitos como Informação, Comunicação, Infocomunicação e Comportamento Infocomunicacional, sendo a base deste estudo. Posteriormente, importa perceber que modelos de CINFOCO existem e quais são aplicáveis ao contexto organizacional, passando para os mecanismos psicológicos de irracionalidade na decisão.

2.1. Informação, Comunicação e Comportamento Infocomunicacional

Partindo para uma breve contextualização teórica, começemos por analisar o conceito de “informação”. Segundo Adão e Silva (2024:22), a origem etimológica da palavra “informação”, do latim *informatio*, *informationis*, significa delinear, conceber ideia, moldar na mente. Relativamente ao uso do termo “informação”, Michael Buckland, em 1991, distinguiu três sentidos: *Information-as-thing*, a informação é associada a um documento; *Information-as-process*, a informação é aquilo que influencia o conhecimento de uma pessoa; e *Informations-as-knowledge*, a informação é equiparada ao conhecimento que transmite (BAWDEN e ROBINSON, 2012:71).

Já Luciano Floridi (2010:1), destaca as diferentes formas e abordagens da informação, considerando que esta pode estar associada a várias explicações, dependendo da perspetiva adotada e dos requisitos e aspirações que se tem em mente.

No que diz respeito à comunicação, termo proveniente do latim *communicare*, significa dividir alguma coisa com alguém (ADÃO e SILVA, 2024:22). O ato de comunicar consiste, para Harold Lasswell (1948), em responder às questões: *Quem? Diz o quê? Através de que canal (meio)? A quem? Com que efeito?* Para o sociólogo, a comunicação é um processo linear, intencional e assimétrico, no qual o emissor procura produzir efeito no recetor (CURVELLO, 2008:12). Por outro lado, autores como Dean Barnlund (2008:237) defendem que a comunicação é um processo circular e recíproco em que todos os intervenientes são comunicadores, trocam papéis regularmente e produzem *feedback*.

Olhando para aquilo que define informação e comunicação, e todas as suas abrangências, que dariam, certamente, muito mais páginas de análise, parece-nos evidente que as duas áreas são fortemente interdisciplinares. Para Lopes (2022:5), o esforço da compreensão das novas formatações de comunicação e informação levou ao aparecimento de um novo campo de estudos: a Infocomunicação. Segundo a autora, a Infocomunicação pode ser entendida como a agregação de dois campos de pesquisa de modo interdisciplinar e transdisciplinar com o objetivo comum de “compreender de forma mais complexa os fenómenos que abrangem as novas formas de comunicação e informação da sociedade atual, principalmente no espaço da sociedade em rede, mediado pelas plataformas digitais” (LOPES, 2022:6).

Gouveia e Silva (2020) enaltecem que a Infocomunicação não é apenas um conceito técnico, mas a forma de descrever um objeto de estudo, no qual a Ciência da Informação procura trabalhar enquanto “arco processual”, que vai do contexto à aplicação e à tecnologia. A Ciência da Informação, ao juntar-se às Ciências da Comunicação, apoia-se em três eixos (GOUVEIA e SILVA, 2020:29):

- 1º. *Génese/produção do fluxo informacional;*
- 2º. *Organização e representação da informação;*
- 3º. *“Receção”, busca e uso ou comportamento informacional*

É neste contexto que surge a necessidade de empregar um novo termo: o de Comportamento Infocomunicacional. Para os mesmos autores (GOUVEIA e SILVA, 2020:31), este comportamento abrange a busca, utilização e reprodução de conteúdos mediados por parte dos indivíduos, sobretudo no contexto atual de cultura digital, onde a informação e a comunicação são indissociáveis. Baldi e Rodrigues (2016:52) alertam para os novos cenários e desafios que estes comportamentos podem comportar na era digital, que ultrapassam as competências operacionais e informacionais, incluindo a estruturação de expectativas e hábitos específicos e a construção de relações mediadas por algoritmos que podem ocultar essa mediação.

Esta nova perspetiva tem subjacente uma transformação paradigmática, em que o paradigma tradicional, no qual prevalecia a objetividade e passividade, deu lugar a um paradigma emergente em que a subjetividade, o contexto social e o cognitivismo começaram a reconhecer o indivíduo como protagonista.

2.2. Modelos para o estudo do Comportamento Infocomunicacional

O estudo do CINFOCO utiliza a modelização como passo metodológico que transforma os fundamentos teóricos da Ciência da Informação e das Ciências da Comunicação num instrumento para análise de práticas e/ou tendente a produzir um efeito no futuro.

Tendo como premissa que a Ciência da Informação representa, compreende/descreve o ciclo de vida da informação, bem como o comportamento que os indivíduos adotam na busca, uso e transformação da informação, enquanto as Ciências da Comunicação representam de forma organizada e funcional o processo de comunicação, mas não de comportamento, entende-se que não existe modelo informacional sem modelo comunicacional, e vice-versa (SILVA e SILVEIRA, 2025).

Nesse sentido, podemos evidenciar alguns modelos clássicos que sustentam a modelização no estudo do CINFOCO. Começamos pelo modelo de Wilson (1981/1996), no qual o comportamento informacional é descrito em três processos interrelacionados: necessidades de informação, busca de informação e uso da informação. Este modelo defende, também, que a necessidade de informação não é uma necessidade primária, mas sim secundária, e sublinha a importância do contexto e das motivações individuais no comportamento informacional (WILSON, 1999:252).

O modelo *Information Search Process* (ISP), desenvolvido por Carol Kuhlthau (1991), apresenta o processo de busca de informação como uma jornada emocional e cognitiva, baseando-se em sentimentos, pensamentos e ações. Este modelo inclui seis estágios: iniciação, seleção, exploração, definição do tema, seleção/recolha da informação e apresentação (KUHLTHAU, 1991:255).

Já o modelo de Marcia Bates (1989:422) enaltece a importância da estruturação e reestruturação da busca de informação ao longo do tempo, que acontece de forma evolutiva. Esta perspetiva assenta a noção de *berrypicking/evolving* na qual os utilizadores vão encontrando informação relevante ao longo do tempo e não de uma só vez, utilizando uma ampla variedade de técnicas de pesquisa que vão além das bases de dados bibliográficas.

Apesar de essenciais para compreender o comportamento informacional, estes modelos apresentam uma lacuna no que diz respeito ao processo de transformação de algo individual (informação) em algo que, potencialmente, pode passar a pertencer a mais de uma pessoa, negligenciando as formas como essa relação foi estabelecida (SILVA e SILVEIRA, 2025). É aqui que importa olhar para modelos lineares, interativos e transacionais.

O modelo linear de Shannon-Weaver (1963:29-31), que apresenta uma teoria matemática da comunicação e entende-a como fluxo unidirecional, evidencia a fonte de informação, o transmissor, o canal, o recetor e o destinatário, e afirma que é no canal que se concentra o ruído: quanto maior o ruído, menor é a fidelidade da comunicação. Já os modelos interativos, acrescentam *feedback* e campos de experiência do interlocutor e do recetor, existindo uma troca de mensagens e de papéis constante. No que diz respeito aos modelos transacionais, a comunicação é entendida como um processo simultâneo e interligado, em que todos são emissores e recetores e contribuem para a construção da mensagem, designando-se “prossumidores” (SILVA e SILVEIRA, 2025).

No processo de conexão destes modelos, Silva e Paletta (2022) propõem uma “articulação múltipla e estreita entre os três conceitos nucleares em pauta”: situação, contexto e meio ambiente. Para os autores, “o comportamento informacional, através de um agente, começa sempre em situação e esta tanto pode surgir diretamente no meio ambiente, como em contexto, e entre este e aquele a interação é sempre estreita” (SILVA e PALETTA,

2022:129). Saber distinguir estes conceitos evita o uso incerto do termo “contexto”, uma vez que, ao desvincular situação, contexto e meio ambiente, o investigador pode formular perguntas e hipóteses mais precisas.

Nesse sentido, o CINFOCO é entendido como um fenómeno individual-social emergente, no qual o sujeito não recebe apenas a informação, mas também comunica, influencia e é influenciado (SILVA e SILVEIRA, 2025). Esta forma transformadora de juntar as teorias informacionais e comunicacionais permite criar uma base metodológica capaz de estudar as práticas de busca, uso, partilha e negociação de informação nos mais diversos ambientes complexos, digitais e organizacionais.

2.3. *Mecanismos psicológicos de irracionalidade na decisão*

“Decision-making is at the heart of organizational life, driving strategy, innovation, and daily operations. However, decisions in organizations are rarely made in a vacuum of pure rationality” (COLLINS, JONES e WALKER, 2023:1).

A tomada de decisão, seja em que contexto for, é moldada por uma confluência de fatores psicológicos, dinâmicas sociais e contextos estruturais que colocam em causa a racionalidade pura das próprias decisões. Erica Collins, Rachel Jones e Jonathan Walker, no seu estudo *The Psychology of decision-making in organizations* (2023:1), apresentam os fundamentos da tomada de decisão organizacional da seguinte forma:

- *Rational Model* (Modelo Racional): pressupõe que decisores compreendem plenamente os problemas, têm acesso a todas as informações relevantes e avaliam objetivamente todas as alternativas para selecionar a solução ideal.
- *Bounded Rationality* (Racionalidade Limitada): introduzido por Herbert Simon, este modelo defende que as limitações cognitivas, as informações imperfeitas e as restrições de tempo levam os indivíduos a “satisfazer-se”, ou seja, a procurar soluções satisfatórias em vez de ótimas.
- *Behavioral Decision Theories* (Teorias de Decisão Comportamental): enfatizam o papel da heurística, dos vieses, das emoções e das normas sociais, desviando-se da abordagem puramente racional.

Se, por um lado, os decisores têm acesso a toda a informação e procuram encontrar a melhor solução, por outro, entendemos que as decisões são influenciadas por limitações cognitivas, emoções e dinâmicas sociais, que levam ao aparecimento de mecanismos psicológicos de irracionalidade, aquilo a que os autores chamam vieses cognitivos.

Os vieses cognitivos são atalhos mentais e tendências que desviam sistematicamente o julgamento dos padrões lógicos. Em contextos organizacionais, eles afetam profundamente as escolhas dos líderes e funcionários, levando, por vezes, a erros dispendiosos (COLLINS, JONES e WALKER, 2023). Partindo desta definição, é possível destacar cinco vieses cognitivos:

1. *Confirmation Bias* (Viés de confirmação): procurar ou favorecer informações que confirmem crenças prévias, prejudicando a análise objetiva.

2. *Anchoring Bias* (Viés de ancoragem): confiar excessivamente nas primeiras informações encontradas.
3. *Overconfidence* (Excesso de confiança): superestimar a precisão ou o controlo, arriscando más decisões.
4. *Herd Behavior* (Comportamento de manada): seguir a maioria, muitas vezes desconsiderando a análise independente.
5. *Fundamental Attribution Error* (Erro fundamental de atribuição): atribuir ações ao caráter em vez de as atribuir ao contexto ou a fatores externos.

A Teoria Racional-Emotiva Comportamental, desenvolvida pelo psicólogo Albert Ellis, em 1955, e o Modelo ABC, ajudam a compreender a origem psicológica destes padrões, uma vez que realçam o papel das crenças irracionais no desempenho pessoal. Para Ellis, as pessoas constroem teorias/ideias sobre várias situações, ocorrências ou eventos e utilizam-nas no seu quotidiano. Muitas dessas crenças são irracionais, na medida em que incitam sentimentos inadequados, como depressão, ansiedade e raiva nos indivíduos que as mantêm (BROWN, 2024:4).

Além disso, muitos decisores têm subjacente uma necessidade de aprovação, na qual têm pensamentos e cognições irracionais sobre a obtenção de aprovação de outras pessoas que consideram significativas e importantes, bem como um *self-downing*, assente numa auto-desvalorização global perante falhas (BROWN, 2024:30).

O Modelo ABC é a “pedra angular” desta teoria. Quando confrontado com um evento ativador ou adversidade (A), a resposta emocional e/ou comportamental (C) de um indivíduo depende das crenças (B) do indivíduo sobre o evento, e não do evento em si. Nesse sentido, o modelo ABC é uma representação da premissa de que tanto as emoções como os comportamentos humanos decorrem em grande parte das cognições dos indivíduos. Segundo a Teoria Racional-Emotiva Comportamental, as cognições (B), ou seja, pensamentos/ideias/crenças sobre situações e eventos (A), podem assumir duas formas: racional e irracional (BROWN, 2024:15-16).

As crenças racionais geram consequências funcionais, enquanto as crenças irracionais tendem a conduzir a uma ansiedade intensa, a atingir a autoestima e a ações de profunda irracionalidade, tanto nas decisões como na análise crítica. Nas organizações, Collins, Jones e Walker (2023) vincam a ideia de que as emoções influenciam fortemente as decisões, moldando a perceção do risco, a urgência e as respostas interpessoais. “O stress, o medo do fracasso ou a excitação por uma ideia podem incentivar a assunção precipitada de riscos ou, inversamente, uma cautela excessiva” (COLLINS, JONES e WALKER, 2023:2).

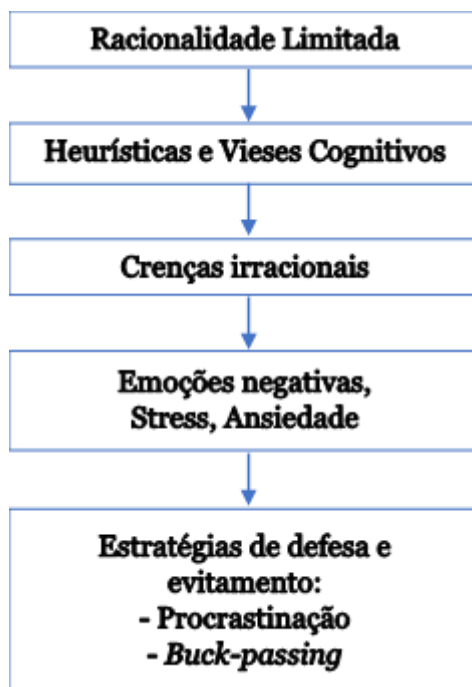
Já Mikkelsen *et al.* (2021:2) contribuem com uma ideia mais fisiológica para este estudo. Segundo os autores, estas situações de stress psicossocial conduzem a respostas fisiológicas, como o aumento de cortisol, que potenciam a redução da flexibilidade cognitiva. O indivíduo, ao acreditar em crenças como a necessidade de aprovação por parte de todos, transforma a ansiedade em tensão crónica mediante qualquer decisão.

Brown utiliza a teoria do conflito de Janis e Mann (1977) para evidenciar duas estratégias adotadas pelos decisores no combate a este *stress* psicológico associado à tomada de

decisões. A primeira é a procrastinação decisória, na qual há o adiamento sistemático de decisões importantes, acumulando-as e focando-se em tarefas de baixo risco. A segunda é a *buck-passing*, a transferência de responsabilidade de decisão para outra pessoa. Ambas, a médio prazo, agravam a irracionalidade (BROWN, 2024:24-25).

Podemos, assim, entender a irracionalidade na decisão como um processo em cadeia:

Fig. 1 – Proposta de modelo para a compreensão da irracionalidade na decisão



Fonte: Elaborado pela autora.

Entendemos, portanto, que a racionalidade limitada abre caminho para a utilização de heurísticas no CINFOCO, as quais produzem vieses cognitivos que sustentam a formação e manutenção de crenças irracionais. Estas, por sua vez, geram emoções negativas, *stress* e ansiedade, surgindo a necessidade de adotar estratégias como a procrastinação e a *buck-passing*. Estas estratégias aliviam a ansiedade de forma momentânea, contudo, ao adiar decisões e/ou transferir responsabilidades para terceiros, a tendência é a de gerar maus resultados, intensificando-se o *stress* e o desgaste dos próprios decisores.

3. Comportamento Infocomunicacional nos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional

Tendo como ponto de partida a fundamentação teórica do capítulo anterior, importa agora aplicá-la ao nosso objeto de estudo: os gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional.

3.1. Gabinetes de comunicação como sistemas infocomunicacionais

Os gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional podem ser entendidos como sistemas infocomunicacionais complexos que recolhem, processam, recuperam, distribuem e produzem informação fundamental para a tomada de decisão e a gestão da reputação (YANG, 2011:13).

Atualmente, a lógica mediática está intrinsecamente ligada a estes gabinetes, uma vez que as instituições se comportam como empresas de média. Quem o afirma é Tom Foremski (2010), que considera que "todas as empresas são empresas de média, uma vez que todas publicam para os seus clientes, os seus funcionários, os seus vizinhos, as suas comunidades" (DITTMORE e MCCARTHY, 2014:166). De facto, hoje em dia, os clubes investem em gabinetes profissionalizados, de forma a controlar o fluxo de comunicação e produzir o seu próprio conteúdo, através de canais próprios (*Club Owned Media*). Borges acrescenta ainda que "hoje em dia, não há sucesso no desporto sem uma forte presença no panorama mediático" (BORGES, 2018:273).

No que diz respeito à forma como operam os gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional, podemos compreender que, enquanto sistemas infocomunicacionais, têm uma enorme abrangência:

- Comunicação interna: interação com outros departamentos (financeiro, gestão desportiva, médico, recursos humanos, etc) através de chat online, mensagens instantâneas, videoconferência, correio eletrónico e sistemas de gestão documental (YANG, 2011:23). O correio eletrónico ainda é das ferramentas mais utilizadas em termos de comunicação escrita, devido à sua rapidez e eficiência, além de criar um rasto comunicacional (PEDERSEN, MILOCH e LAUCELLA, 2007:133).
- Gestão de informação: gestão de bases de dados, tais como, perfis de jogadores, relatórios de *scouting*, informações de adeptos, entre outras, que posteriormente são utilizadas nas estratégias de comunicação adotadas (YANG, 2011:82).
- Produção de conteúdos: utilização daquilo a que Scott Davidson chama de "subsídio de informação", como *press release*, comunicados e conferências de imprensa, na construção da marca, como forma de aproximar os adeptos e reduzir a dependência de *gatekeepers* externos (DAVIDSON, 2020:24).
- Presença digital: no âmbito do desenvolvimento dos novos média, os gabinetes expandiram a sua atividade para as redes sociais, promovendo uma interação regular e bidirecional (DITTMORE e MCCARTHY, 2014:166).

Os gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional são, assim, sistemas infocomunicacionais onde a informação e a comunicação são indissociáveis e cujo comportamento não resulta apenas de decisões individuais, mas sim de um sistema que articula elementos psicológicos, estruturais e tecnológicos.

3.2. *Necessidades, busca, avaliação e uso da informação*

Tal como verificamos anteriormente (ponto 2.2.), a necessidade de informação não é uma necessidade primária, mas sim secundária (WILSON, 1999:252). A partir de modelos como o de Wilson, conseguimos diferenciar dois tipos de necessidades associadas ao quotidiano dos gabinetes de comunicação: necessidades em contexto de rotina e necessidades em contexto de crise.

No que diz respeito ao contexto de rotina, a necessidade prende-se com a manutenção da função fática, cujo principal objetivo é manter o vínculo com os adeptos, cultivando essa relação através de interações constantes (BORGES, 2018:274). Já em contexto de crise, a necessidade predominante é a de manter a reputação, procurando responder de forma eficaz a problemas, críticas ou falhas informacionais (PEDERSEN, MILOCH e LAUCELLA, 2007:278).

A busca informacional consiste “na tentativa intencional de encontrar informação como consequência da necessidade de satisfazer um objetivo” (MARTÍNEZ-SILVEIRA e ODDONE, 2007:121). Nos gabinetes de comunicação esta busca é uma jornada emocional e cognitiva, baseando-se em sentimentos, pensamentos e ações, tal como Carol Kuhlthau (1991) defende. Perante tempos de forte predomínio da era digital, a digitalização assume um papel preponderante na monitorização da opinião dos adeptos e na recolha de informações sobre os *stakeholders*.

A presença de vieses cognitivos, nomeadamente do viés de confirmação (procurar ou favorecer informações que confirmem crenças prévias, prejudicando a análise objetiva) e do viés de ancoragem (confiar excessivamente nas primeiras informações encontradas), é uma realidade nestes gabinetes, uma vez que a necessidade de estar em constante contacto com o público-alvo, da forma mais célere possível, reduz o tempo de procura e de partilha da informação.

Assiste-se, também, à utilização do “subsídio de informação”, nomeadamente através da divulgação de comunicados, como forma de facilitar e estreitar o trabalho da imprensa e, consequentemente, controlar a narrativa em torno do clube.

Relativamente à avaliação, esta está associada à credibilidade e utilidade/relevância da informação (ORLU, IMEH e OKIKE, 2016:14), sendo primordial analisar e avaliar criticamente os resultados de pesquisa para identificar as suas origens, distinguir entre relatos factuais e opiniões e determinar se os resultados são verdadeiros ou têm outras limitações (VUORIKARI, KLUZER e PUNIE, 2022:12).

Após a procura e a avaliação da informação, importa olharmos para o seu uso, estando intrinsecamente relacionado com a tomada de decisão. Para Wilson, o comportamento do uso de informação “constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo” (WILSON, 1999:252). Neste campo, podemos destacar três formas de utilização da informação: ação estratégica, na qual os gabinetes gerem toda a narrativa em torno do clube; marketing de relacionamento, cujo principal objetivo é melhorar a experiência dos adeptos e estabelecer uma ligação mais duradoura (BORGES, 2018:263); e persuasão, através da qual os clubes influenciam as perceções dos seus *stakeholders*, moldando a sua realidade social (WHITE, 2020:234).

Podemos afirmar, portanto, que o INFOCO nestes gabinetes não é linear, estando ainda relacionado com a identidade de adepto dos profissionais que neles trabalham, característica que iremos analisar no próximo capítulo.

3.3. O funcionário-adepto e a irracionalidade nas decisões comunicacionais

Uma das características mais singulares dos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol, profissional ou não, é o facto de grande parte dos profissionais que os integram serem também adeptos. Esta identificação social, a qual se define como uma coleção de indivíduos que partilham um laço comum, cria um sentimento de pertença que leva a formar uma perceção de “propriedade psicológica” relativamente à organização (WATKINS, 2014:201).

Apesar de este vínculo ser, muitas vezes, encarado como uma vantagem para a produção de conteúdos estratégicos e aproximação do público-alvo, uma vez que permite entrar na psique do público e conhecê-lo melhor (BORGES, 2018:271), ele também proporciona mecanismos de irracionalidade aos próprios decisores.

A Teoria Racional-Emotiva Comportamental, desenvolvida pelo psicólogo Albert Ellis, em 1955 (ponto 2.3.), a qual defende que as pessoas constroem teorias/ideias e agem de acordo com a forma como pensam, ajuda na compreensão dessa irracionalidade. Ao estar perante uma situação adversa, como maus resultados desportivos ou uma crise na reputação do clube, o funcionário-adepto pode deixar-se levar por crenças irracionais, como a necessidade de aprovação por parte de todos os *stakeholders* e o *self-downing*, assente numa auto-desvalorização global perante falhas (BROWN, 2024:30).

Estas crenças tendem a conduzir a uma ansiedade intensa, a atingir a autoestima e a ações de profunda irracionalidade, tanto nas decisões como na análise crítica. Estando perante uma realidade de enorme pressão, onde não há margem para erros e os holofotes estão todos direcionados para aquilo que é transmitido, como é o caso do futebol profissional, o stress e as emoções negativas acentuam-se.

É aqui que o decisor recorre a mecanismos de combate a essas emoções, como a procrastinação decisória, adiando decisões importantes, acumulando-as e focando-se em tarefas de baixo risco, e a *buck-passing*, a transferência de responsabilidade de decisão para outra pessoa, evitando o possível sentimento de culpa em caso de desfecho negativo (BROWN, 2024:24-25).

Esta estratégia alivia momentaneamente a ansiedade, contudo, alimenta um círculo vicioso e provoca uma exaustão emocional nos decisores, o que leva à produção, em muitos casos, de maus resultados. Neste sentido, o funcionário-adepto deve mediar a sua paixão, através da adoção de competências emocionais de combate a crenças irracionais, promovendo uma literacia crítica e, assim, evitar que a eficácia comunicacional do clube seja prejudicada.

4. Tendências atuais: o contexto digital na avaliação e uso da informação e no Comportamento Infocomunicacional

Para Luciano Floridi, “o progresso e o bem-estar humanos começaram a depender principalmente da gestão bem-sucedida e eficiente do ciclo de vida da informação” (FLORIDI, 2010:7), que inclui a ocorrência, a transmissão, o processamento e gestão, bem como a sua utilização para a tomada de decisão.

Esta realidade não deve dissociar-se das tecnologias digitais, uma vez que estas transformam práticas infocomunicacionais, surgindo um mundo onde a fronteira entre o *offline* e o *online* está a tornar-se rapidamente difusa (FLORIDI, 2010:16). As organizações desportivas não são alheias a esta transformação e têm vindo a fazer alterações estruturais e comportamentais como forma de dar resposta à forte dependência das novas tecnologias, quer por parte dos elementos que integram as organizações, como pela sua audiência.

O presente capítulo pretende, portanto, analisar a forma como a avaliação e o uso da informação nos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional estão a ser reconfigurados pelas tendências recentes da dataficação e da digitalização.

4.1. Avaliação e uso da informação em contexto digital

Encarando os clubes de futebol como empresas de média, que produzem conteúdos para os seus *stakeholders*, percebemos a emergência de um conjunto de transformações que respondam ao crescimento de um ambiente mediado por plataformas digitais.

De facto, ao tradicional exercício de avaliação da informação, assente numa análise qualitativa, associada à credibilidade e utilidade/relevância (ORLU, IMEH e OKIKE, 2016:14), sentiu-se a necessidade de juntar a análise quantitativa, orientada por *dashboards* de métricas e *Key Performance Indicators* (KPIs) (MACNAMARA, 2020:213). Nesse sentido, a análise de alcance, impressões, *engagement*, tempos de visualização, entre outros indicadores, ganhou terreno e é, muitas vezes, o suporte das decisões estratégicas, dando a perceção de racionalidade e objetividade.

No entanto, uma abordagem exclusivamente quantitativa pode ignorar evidências contrárias às que os números apresentam, abrindo caminho para a superficialidade. Também a pressão a que hoje assistimos, nomeadamente nas redes sociais, no que diz respeito à rapidez com que se obtém, interpreta e divulga a informação, em tempo real, reforça a irracionalidade na implementação de estratégias.

O uso da informação tornou-se, por isso, uma gestão de *social media buzz*, que corresponde à “interação das pessoas nas redes sociais sobre um produto, serviço ou ideia, que amplifica ou altera a mensagem de marketing” (SAFIULLAH *et al.*, 2017:10), podendo ser positiva ou negativa.

4.2. Comportamento Infocomunicacional em contexto digital

O contexto digital não veio transformar apenas o modo como se avalia e usa a informação nos gabinetes de comunicação, mas também as suas práticas infocomunicacionais. A necessidade constante de ser o primeiro a informar e de procurar uma relação próxima e emocional com o recetor dessa informação, vem intensificar a pressão em termos de tempo,

aspeto que não estava previsto no panorama defendido por autores como Carol Kuhlthau (ponto 2.2.).

A lógica de presença permanente no digital vem difundir conteúdos, sendo que os profissionais passam a ter uma interação direta e pública com adeptos, sócios, adversários, comunicação social e entidades oficiais. Se, por um lado, esta prática infocomunicacional estreita relações e permite uma maior transparência no que diz respeito ao mundo do futebol, por outro leva a um maior escrutínio.

De facto, podemos entender que o fator tempo adquiriu uma enorme importância na forma como os profissionais se comportam atualmente. Os meios tradicionais de monitorização de audiência, como, por exemplo, através do acompanhamento de notícias em jornais, passaram a incluir a análise diária e constante de interações de utilizadores nas plataformas digitais, surgindo a necessidade de adquirir competências de *social listening* (BOYLE e HAYNES, 2014:135).

No que diz respeito à gestão de crise, esta passou a desenvolver-se muito rapidamente, como forma de combater a intensificação e disseminação de uma narrativa negativa em torno do clube. Relativamente à produção de conteúdos, esta revela-se mais fragmentada e ajustada às mais variadas plataformas e formatos, desde redes sociais, aplicações móveis, plataformas de *e-commerce*, entre outras, seguindo uma lógica emotiva e polarizada nas mensagens transmitidas.

Estamos, também, a viver uma realidade em que os motores de busca, as redes sociais e as plataformas de conteúdo utilizam frequentemente algoritmos de Inteligência Artificial (IA) para gerar respostas adaptadas a cada utilizador individual. Esta “caixa negra” recolhe e processa vários tipos de dados do utilizador (por exemplo, dados pessoais, dados comportamentais e dados contextuais) para criar perfis de utilizador que são depois utilizados, por exemplo, para prever o que o utilizador poderá querer ver ou fazer a seguir (por exemplo, oferecer anúncios, recomendações, serviços) (VUORIKARI, KLUZER e PUNIE, 2022:78). A utilização da IA facilita, portanto, a produção imediata de conteúdos, respondendo à pressão de tempo, mas pode levar à escassez de pensamento crítico, colocando em causa a fase de avaliação e, posteriormente, uso da informação.

Todas estas transformações exigem, conseqüentemente, novas aptidões por parte dos profissionais que trabalham nos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional, nomeadamente na compreensão das métricas apresentadas, de forma a evitar erros na conceção de conteúdos estratégicos. Além disso, a identidade de funcionário-adepto, analisada no ponto 3.3., intensifica a irracionalidade na decisão quando confrontado com críticas e elogios em tempo real, envolvendo-se emocionalmente perante as reações do público-alvo.

Perante esta análise, podemos olhar para o CINFOCO em contexto digital como uma ambivalência entre o afastamento profissional necessário para a tomada de decisão e o sentimento subjetivo de pertença, ampliado por plataformas que potenciam uma ligação entusiasta.

5. Desafios para a Literacia Infocomunicacional nos clubes de futebol profissional

Após olharmos para os modelos e mecanismos subjacentes ao CINFOCO e à irracionalidade (ponto 2), aplicarmos ao contexto dos gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional (ponto 3), e entendermos as transformações que enfrentam (ponto 4), importa questionar: que capacidades são agora necessárias?

É aqui que surge a Literacia Infocomunicacional entendida como “o conjunto de ações, modos de ser e de reagir dos indivíduos em contextos onde a informação e a comunicação estão integradas de forma indissociável” (SILVA, 2010:341), nomeadamente em ambientes sociais digitais, como as redes sociais. A Literacia Infocomunicacional (capacidade crítica) deve convergir com a inclusão digital (capacidade técnica), uma vez que, sem essa convergência, “as competências profissionais e o uso pleno da informação não se concretizam” (SILVA, 2008:16).

Este conceito surge da necessidade de pesquisar, avaliar e comunicar informação de forma crítica e consciente, combatendo os efeitos dos vieses cognitivos, intrínsecos aos profissionais, bem como as pressões internas e externas e os malefícios da crescente relevância do digital.

Os profissionais devem: combater a desinformação (informação falsa com a intenção de enganar as pessoas) e a informação errada (informação falsa, independentemente da intenção de enganar ou induzir as pessoas em erro); verificar as fontes, para ajudar a reconhecer e compreender o ponto de vista ou o viés por trás de determinadas informações e fontes de dados; estar cientes dos potenciais vieses de informação causados por vários fatores (por exemplo, dados, algoritmos, escolhas editoriais, censura, limitações pessoais); identificar *deep-fakes*, isto é, imagens, vídeos ou gravações de áudio gerados por IA; entender que os algoritmos de IA podem não estar configurados para fornecer apenas as informações que o utilizador deseja, podendo, também, incorporar uma mensagem comercial ou política; combater potenciais preconceitos, estereótipos ou conteúdos manipulados (VUORIKARI, KLUZER e PUNIE, 2022:88).

Apresentamos apenas alguns exemplos de como a Literacia Infocomunicacional deve ser aplicada nos gabinetes, contudo, conscientes estamos de que a mesma enfrenta desafios. A nível individual, cada profissional deve compreender a necessidade de desenvolver capacidades de autoconsciência, reconhecendo a existência do viés de confirmação e o impacto que pode ter na decisão. A identidade de adepto traz à Literacia Infocomunicacional a necessidade de integrar estratégias de regulação emocional, de forma que o profissional consiga identificar e neutralizar as suas emoções e agir racionalmente (VAN DONKELAAR, 2023:89).

A nível organizacional, os clubes, enquanto organizações, devem estabelecer um mecanismo de “auditoria da tomada de decisões”, de modo a criar uma importante “terceira linha de defesa” e evitar e reduzir os riscos de conduta dos decisores (LIANG, DAI e ZHANG, 2024:5). Os clubes devem, também, proporcionar formações contínuas aos seus profissionais, como proteção de dados (RGPD), análise de métricas, gestão de crises, gestão de redes sociais, utilização de IA, entre outras.

Por último, consideramos que esta Literacia Infocomunicacional deve ser incorporada não só nos gabinetes de comunicação dos clubes, mas também nas ligas, federações, comunicação social e plataformas desportivas, uma vez que a irracionalidade e a impreparação para o meio digital é, igualmente, uma realidade nestas organizações. Todos, sem exceção, devem contribuir para um público informado com critério, rigor e menos suscetível à irracionalidade.

6. Considerações finais

Após o desenvolvimento deste estudo, é possível confirmar que os gabinetes de comunicação dos clubes de futebol profissional são sistemas infocomunicacionais, onde a informação e a comunicação são indissociáveis e cujo comportamento não resulta apenas de decisões individuais, mas sim de um sistema que articula elementos psicológicos, estruturais e tecnológicos.

Enquanto empresas de média, os clubes têm subjacente uma lógica mediática, trabalhando no controlo do fluxo de comunicação e produzindo o seu próprio conteúdo, através de canais próprios (*Club Owned Media*).

A partir de modelos como o de Wilson, conseguimos diferenciar dois tipos de necessidades associadas ao quotidiano dos gabinetes: necessidades em contexto de rotina e necessidades em contexto de crise. No que diz respeito ao contexto de rotina, o principal objetivo é manter o vínculo com os adeptos, cultivando essa relação através de interações constantes. Já em contexto de crise, a necessidade predominante é a de manter a reputação, procurando responder de forma eficaz a problemas, críticas ou falhas informacionais.

Verificamos, também, a presença de vieses cognitivos, nomeadamente do viés de confirmação (procurar ou favorecer informações que confirmem crenças prévias, prejudicando a análise objetiva) e do viés de ancoragem (confiar excessivamente nas primeiras informações encontradas), uma vez que a necessidade de estar em contacto permanente com o público-alvo, da forma mais célere possível, reduz o tempo de procura e de partilha da informação.

Nesse sentido, podemos entender que o CINFOCO nestes gabinetes não é linear, estando ainda relacionado com a identidade de adepto dos profissionais que neles trabalham. Apesar de este vínculo ser, muitas vezes, encarado como uma vantagem para a produção de conteúdos estratégicos e aproximação do público-alvo, ele também proporciona mecanismos de irracionalidade aos próprios decisores.

Ao estar perante uma situação adversa, como maus resultados desportivos ou uma crise na reputação do clube, o funcionário-adepto pode deixar-se levar por crenças irracionais, como a necessidade de aprovação por parte de todos os *stakeholders* e o *self-downing*, assente numa auto-desvalorização global perante falhas.

Estas crenças tendem a conduzir a uma ansiedade intensa, a atingir a autoestima e a ações de profunda irracionalidade, tanto nas decisões como na análise crítica. É aqui que o decisor recorre a mecanismos de combate a essas emoções, como a procrastinação decisória, adiando decisões importantes, acumulando-as e focando-se em tarefas de baixo

risco, e a *buck-passing*, a transferência de responsabilidade de decisão para outra pessoa, evitando o possível sentimento de culpa em caso de desfecho negativo.

Contudo, esta estratégia, apesar de aliviar momentaneamente a ansiedade, alimenta um círculo vicioso e provoca uma exaustão emocional nos decisores, o que leva à produção, em muitos casos, de maus resultados. Neste sentido, o funcionário-adepto deve mediar a sua paixão, através da adoção de competências emocionais de combate a crenças irracionais, promovendo uma literacia crítica e, assim, evitar que a eficácia comunicacional do clube seja prejudicada.

A par desta realidade, está a evolução da era digital, que veio transformar práticas infocomunicacionais, surgindo um mundo onde a fronteira entre o *offline* e o *online* está a tornar-se rapidamente difusa. É neste cenário que emerge a necessidade de uma Literacia Infocomunicacional que, aliada à inclusão digital, pretende fornecer mecanismos para pesquisar, avaliar e comunicar informação de forma crítica e consciente, combatendo os efeitos dos vieses cognitivos, intrínsecos aos profissionais, bem como a irracionalidade, as pressões internas e externas e a crescente relevância do digital.

Entre outras coisas, os profissionais devem combater a desinformação e a informação falsa, verificar fontes, identificar *deep-fakes*, combater estereótipos ou conteúdos manipulados. Os clubes, enquanto organizações, devem estabelecer um mecanismo de “auditoria da tomada de decisões” e proporcionar formações contínuas aos seus funcionários.

Apesar do presente estudo se centrar essencialmente numa análise teórica e conceptual, os resultados obtidos justificam uma investigação mais profunda e empírica junto dos profissionais dos gabinetes de comunicação. Lançamos, também, o repto para, em conjunto, clubes, ligas, federações, comunicação social e plataformas desportivas, trabalharem para a construção de práticas infocomunicacionais racionais, com critério e rigor.

Referências bibliográficas

ADÃO, J. M.; SILVA, A. M.

2024 O Fenômeno da infocomunicação e a dialógica Moriniana. *Prisma.com*. [Em linha]. 51 (2024) 15.30. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/16463153/51a2>.

BALDI, V.; RODRIGUES, R. P. C.

2016 Fantasmas digitais e relações Swipe: a cultura infocomunicacional na era das proximidades automatizadas. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 45:2 (2016) 52-61. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.18225/ci.inf.v45i2.3801>.

BATES, M. J.

1989 The Design of browsing and berrypicking techniques for the online search interface. *Online Review*. [Em linha]. 13:5 (1989) 407-424.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L.

2012 *Introduction to Information Science*. 1st ed. Chicago: ALA Neal-Schuman, 2012.

BORGES, F. V.

2018 Always together: how football clubs want constant connections with fans. *Athens Journal of Sports*. [Em linha]. 5:4 (2018) 263-278. Disponível em: <https://doi.org/10.30958/ajspo.5-4-2>.

BOYLE, R.; HAYNES, R.

2014 Sport, Public Relations and Social Media. In *Routledge Handbook of Sport and New Media*. Ed. A. Billings & M. Hardin. Abingdon: Routledge, 2014, p. 133-142.

BROWN, B. W.

2024 The Impact of irrational beliefs on dysfunctional decision-making in B2B salespeople. *Louisiana Tech Digital Commons: Doctoral Dissertations*. [Em linha]. 2014. Disponível em: <https://digitalcommons.latech.edu/dissertations>.

COLLINS, E., JONES, R., & WALKER, J.

2023 The Psychology of decision-making in organizations. *International Journal of Management*. 4:1 (2023) 1-3.

CURVELLO, J. J. A.

2008 Uma Revisão crítica dos paradigmas clássicos da comunicação e de seus impactos nas organizações. *Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*. 1:1 (2008) 10-28.

DAVIDSON, S.

2020 Working with the media. In *Exploring Public Relations and Management Communication*. Ed. R. Tench & S. Waddington. London: Pearson Education Limited, 2020, p. 21-35.

DITTMORE, S.; MCCARTHY, S.

2014 Sports Marketing and New Media. In *Routledge Handbook of Sport and New Media*. Ed. A. Billings & M. Hardin. Abingdon: Routledge, 2014, p. 165-176.

FLORIDI, L.

2010 *Information: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GOUVEIA, L. B.; SILVA, A. M.

2020 A Infocomunicação ou a convergência das Ciências da Informação e da Comunicação para um objeto comum. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série. Nº especial (2020) 15-33. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.21747/21836671/pag2020a2>.

LIANG, L.; DAI, T.; ZHANG, M.

2024 Generation mechanism of behavioral risk for organizational decision-makers in financial institutions: organizational and human errors. *Humanities and Social Sciences Communications*. [Em linha]. 11:1 (2024). Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-024-03664-4>.

LOPES, F.

2022 Pós-verdade: uma crítica a partir da perspectiva da Infocomunicação. *Austral Comunicación*. [Em linha]. 11:2 (2022) 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.26422/aucom.2022.1102.lop>.

MACNAMARA, J.

2020 Measurement and evaluation for effectiveness and impact. In *Exploring Public Relations and Management Communication*. Ed. R. Tench & S. Waddington. London: Pearson Education Limited, 2020, p. 211-232.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, M. S.; ODDONE, N.

2007 Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 36:1 (2007) 118-127. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000200012>,

MIKKELSEN, M. B. [et al.]

2021 A Systematic review and meta-analysis of the effect of emotion regulation on cortisol. *Comprehensive Psychoneuroendocrinology*. [Em linha]. 5 (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpnec.2020.100020>.

ORLU, A. D.; IMEH, K. D.; OKIKE, B. I.

2016 Communication in Information Seeking Behaviour. *Library Philosophy and Practice*. (Spring 2016) 1-58.

PEDERSEN, P. M.; MILOCH, K. S.; LAUCELLA, P. C.

2007 *Strategic Sport Communication*. Champaign: Human Kinetics, 2007.

SAFIULLAH, M. [et al.]

2017 Social media as an upcoming tool for political marketing effectiveness. *Asia Pacific Management Review*. [Em linha]. 22 (2017) 10-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apmr.2016.10.007>.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W.

1963 *The Mathematical theory of communication*. Illinois: University of Illinois Press, 1963.

SILVA, A. M.

2010 Modelos e modelizações em Ciência da Informação: o modelo eLit.pt e a investigação em literacia informacional. *Prisma.com*. [Em linha]. 13 (2010) 298-353. Disponível em: <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2011>.

SILVA, A. M.

2008 Inclusão digital e literacia informacional em Ciência da Informação. *Prisma.com*. [Em linha]. 7 (2008). Disponível em: www.sfsic.org/content/blogcategory/37/153/,

SILVA, A. M.; PALETTA, F. C.

2022 *Ciência da Informação: estudos de epistemologia e de ética*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022.

VAN DONKELAAR, R. A.

2023 Using emotion regulation to support informed literacy. *Journal of Educational Research and Practice*. [Em linha]. 13:1 (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.5590/jerap.2023.13.1.08>.

VUORIKARI, R.; KLUZER, S.; PUNIE, Y.

2022 *DigComp 2.2: the digital competence framework for citizens, with new examples of knowledge, skills and attitudes*. [Em linha]. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2760/115376>.

WATKINS, B. A.

2014 Social identification and social media in sports: implications for sport brands. In *Routledge Handbook of Sport and New Media*. Ed. A. Billings & M. Hardin. Abingdon: Routledge, 2014, p. 200-210.

WHITE, J.

2020 Disinformation, fake news and social reality. In *Exploring Public Relations and Management Communication*. Ed. R. Tench & S. Waddington. London: Pearson Education Limited, 2020, p. 233-242).

WILSON, T. D.

1999 Models in Information Behaviour Research. *Journal of Documentation* 55:3 (1999) 249-270.

YANG, G.

2011 *A Study of how information systems facilitate football clubs*. Boras: University of Boras, 2011.

Joana Barbedo e Silva | up201305565@edu.letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

Resumo: A partir de um referencial teórico arquivístico e da análise da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, o presente artigo aborda os conceitos pertinentes da Arquivologia acerca dos documentos arquivísticos permanentes, tratamento e recuperação da informação. Este estudo se pauta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica. Para isto, foram abordados os conceitos e definições clássicos da área arquivística, da informação científica e tecnológica em saúde, a legislação e os documentos institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e das suas unidades técnico-científicas: Casa de Oswaldo Cruz e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Palavras-chave: Arquivos permanentes; Base Arch; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Informação científica; Projeto *Memórias*.

Abstract: Based on an archival theoretical framework and an analysis of the Sergio Arouca National School of Public Health, this article addresses the relevant concepts of Archival Science regarding permanent archival documents, information processing, and retrieval. This study is based on a qualitative, exploratory-descriptive approach, using bibliographic research. To this end, the classic concepts and definitions of the archival field, scientific and technological information in health, legislation, and institutional documents of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) and its technical-scientific units - the Oswaldo Cruz House and the Sergio Arouca National School of Public Health - were discussed.

Keywords: Permanent Archives; Arch base; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Scientific information; *Memórias* Project.

1. Introdução

Neste artigo, apresentamos a experiência adquirida com os arquivos permanentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), que teve seu início em outubro de 2019 no ingresso ao Projeto *Memórias* da ENSP, por parte de uma das autoras, como bolsista de apoio técnico na área de Arquivologia na Coordenação de Comunicação Institucional (CCI).

O *Memórias* da ENSP é um projeto no âmbito de atuação da Escola, coordenado pela CCI, desde 2016, com o objetivo de preservar, organizar, descrever a documentação permanente dos arquivos científicos na área da ciência, saúde e tecnologia produzidos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Ao iniciar o trabalho no projeto *Memórias*, juntamente com a equipe multidisciplinar, pensamos em maneiras de não somente realizar com rigor o tratamento técnico adequado dos documentos permanentes da Escola, mas também fomentar ações visando a divulgação

e a difusão dos acervos documentais da ENSP, intrapares, ou seja, dentro do âmbito da instituição, assim como, extrapares, para a Fiocruz como um todo.

Com isto, destacamos também como iniciativa, a Base Arch do projeto *Memórias* da ENSP, customizado a partir do AtoM (*Access to Memory*), *software* desenvolvido de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos.

Em vista disso, espera-se que este trabalho possa integrar também estas ações, e colaborar a partir de uma metodologia teórico-científica com uma abordagem arquivística, o trabalho que vem sendo realizado no projeto *Memórias* com o apoio da Direção da Escola e executado pela CCI.

A seguir, iremos apresentar os conceitos arquivísticos e demais temas relevantes, como também, o projeto *Memórias* da ENSP, os acervos documentais da Escola, e a parceria de primeira hora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fiocruz.

Os fundamentos na área arquivística trazem uma fonte segura entre teoria e prática que norteiam e dão o direcionamento necessário acerca do tratamento dos documentos na sua gestão e no controle sobre o ciclo de vida documental. Os documentos são produzidos e recebidos no decorrer das atividades de um órgão ou instituição da administração pública ou privada e são armazenados e conservados para fins administrativos, funcionais, jurídicos e legais.

A teoria das três idades é o estágio de evolução dos arquivos dentro da entidade produtora e/ou custodiadora, é a passagem dos documentos criados, *a priori*, como administrativos para a condição de históricos, possuindo um valor de guarda permanente. Esse ciclo vital dos documentos em uma organização pública ou privada compreende as etapas que se seguem.

Os arquivos correntes, também conhecidos como de primeira idade, são criados no decorrer de suas atividades, possuem valor administrativo, e por estarem ativos e serem consultados com uma certa frequência, são centralizados nos setores onde foram criados.

Os intermediários ou arquivos de segunda idade, são semiativos, pois não são consultados a todo momento e estão arquivados de forma descentralizada, não necessariamente próximo ao seu órgão produtor. Uma vez realizada a avaliação e classificação dos documentos, seu prazo de guarda, estabelecido pela tabela de temporalidade, definem-se quais serão recolhidos ao arquivo permanente e os que serão eliminados.

Os arquivos de terceira idade ou permanentes compreendem a documentação de valor secundário, onde iniciam-se seus usos científico, social e cultural dos documentos, sendo mais conhecidos como arquivos históricos de uma instituição. São de grande interesse aos pesquisadores em geral, por isso devem estar armazenados em locais de fácil localização, como salas de consulta, pois a pesquisa e o acesso devem estar disponibilizados a todos. As principais funções de um arquivo permanente são: recolhimento, custódia, preservação, organização dos fundos documentais, arranjo e descrição dos documentos.

Quando nos detemos na função arquivística de descrição, pensamos em modos de disseminar a informação, de tornar o patrimônio documental acessível e disponível para a comunidade como um todo, a serviço dos cidadãos. Nesse âmbito da custódia permanente,

as atividades do arquivista adquirem também uma vertente cultural e uma dimensão social relevante e que deve ser observada mais detidamente.

A difusão na Arquivologia ainda é algo pouco explorado, porém não podemos tratar sobre as temáticas de divulgação, disseminação da informação, vulgarização dos acervos documentais, de visibilidade dos arquivos, sem falarmos da difusão, seja ela como ação cultural, editorial ou educativa.

É importante examinarmos a difusão em relações multi, inter e transdisciplinares com outras disciplinas como a Ciência da Informação, Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, apenas para citar algumas. A difusão, em muitas ocasiões, é vista como uma consequência natural da descrição arquivística e da elaboração de instrumentos de pesquisa, atividades estas, finalísticas de um arquivo permanente.

Vamos apresentar a Base Arch customizada e cedida pela COC, a plataforma AtoM, *software* de descrição arquivística, suas funcionalidades, assim como a utilização desta ferramenta nas atividades arquivísticas, na difusão, acesso e descrição do patrimônio documental.

Devido a isso, neste trabalho, iremos analisar a Base Arch como um *software* que contribui não apenas na descrição arquivística dos documentos, mas também na organização dos acervos, acesso e difusão das informações produzidas no projeto *Memórias* da ENSP, localizada na Fiocruz, no *Campus* Manguinhos, Rio de Janeiro.

Essa iniciativa objetiva compreender como a Base Arch viabiliza o acesso, a transparência pública do patrimônio histórico e documental da ENSP, garantindo o direito à informação, além disso, apresentar como este *software* facilita a recuperação da informação e a organização do conhecimento na área da saúde, ciência e tecnologia.

Ainda iremos tratar sobre a informação científica e tecnológica em saúde, da tríade “informação-decisão-ação”, a fim de destacar a importância em ter acesso ao dado de forma precisa para a tomada de decisão, principalmente, na área da saúde, sendo um instrumento essencial, não apenas para a recuperação da informação, mas também para o acesso à informação e aos documentos.

Quanto ao jornalismo científico, abordaremos a vulgarização dos arquivos por meio da divulgação e disseminação científica, assim como o papel central que a difusão desempenha como um ponto de ligação interdisciplinar.

Já os temas: ciência aberta, gestão de dados de pesquisa e dados abertos, iremos ressaltar a importância de uma política de dados abertos em uma instituição e o papel fundamental no acesso à informação, a relevância da *Lei de Acesso à Informação*, o decreto que a regulamenta e a sua contribuição para a transparência pública dos acervos documentais arquivísticos, principalmente na Fiocruz.

A metodologia utilizada será a qualitativa, por meio de uma análise dos centros, núcleos e departamentos organizados pelo projeto *Memórias* que se pauta em uma abordagem de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da Arquivologia, seus princípios e conceitos, além disso, os dispositivos legais vigentes. Abordaremos os documentos permanentes, arquivos científicos, o seu processo de

descrição, organização e acesso, que contribuem para a preservação dos documentos arquivísticos a longo prazo.

Esta comunicação é parte da investigação desenvolvida durante a Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde no Instituto em Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS/ICICT) na Fiocruz, em Manguinhos, no Rio de Janeiro, concluído em 2020. Esclarecemos que essa pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, o que afetou o desenvolvimento e a condução do trabalho.

O presente artigo está estruturado nas seguintes seções: a Base Arch da ENSP e o acesso à informação; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um *locus*; Projeto *Memórias* da ENSP: um estudo; Arquivologia: breve conceituação; Informação: uma contextualização necessária; e, por último, as Considerações finais.

2. A Base Arch da ENSP e o acesso à informação

O AtoM (*Access to Memory*), acrônimo para Acesso à Memória, é uma ferramenta de descrição arquivística, difusão em arquivos e acesso ao patrimônio documental arquivístico. É um *software* livre, baseado nas normas do Conselho Internacional de Arquivos, criado em formato aberto, o que permite certas liberdades para a execução, adaptação, pesquisa, aperfeiçoamento e redistribuição de cópias. Além disso, é disponibilizado via *web*, é multilíngue e distribuído de forma gratuita.

A Base Arch foi customizada pela COC, vinculada à Fiocruz, em consonância com as normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. O sistema utilizado é o AtoM, que se encontra na versão 2.8.2 na instituição. A COC não apenas cedeu a Base Arch, como também fez a adaptação para uso específico na ENSP.

A Base Arch da ENSP é onde estão disponibilizados os acervos arquivísticos científicos que foram contemplados pelo projeto *Memórias* nos centros, núcleos e departamentos da Escola. É de fundamental importância que, após a conclusão do processo de descrição arquivística, as informações relacionadas a estes acervos sejam disponibilizadas e de conhecimento público para livre acesso por parte dos pesquisadores, professores, estudantes, da comunidade científica e acadêmica em geral, principalmente da área da saúde, ciência e tecnologia.

Devido a isso, cabe ressaltar, dois conceitos abordados por Bueno (1985): difusão e disseminação da informação. Conceitos estes complementares e que possuem uma relação de gênero-espécie, segundo o autor. No contexto do *Memórias* da ENSP, a Base Arch realiza tanto uma **difusão** para especialistas, ou seja, uma divulgação científica para um público especializado, como também, uma **disseminação** extrapares, uma vez que atravessa especialistas também fora da área e por possuir uma abordagem multidisciplinar.

Salientamos que apesar dos acervos trabalhados pelo projeto *Memórias* serem bem específicos, para receptores seletos e restritos, também poderiam ser de interesse e objeto de pesquisa de áreas afins. Visto que, descritos os acervos documentais, iniciam-se às etapas de difusão e disseminação intra e extra-instituição, a fim de integrar um plano de ações e estratégias de difusão.

Outro ponto apresentado pelo autor é destacar a função informativa realizada pelo jornalismo científico.

É importante lembrar que o desempenho desta função não implica, necessariamente, a transformação do processo de comunicação em uma mera transferência de informações e conhecimentos. **Ao ato de informar incorpora-se, dialeticamente, o interesse e a necessidade de o cidadão estar informado e o compromisso do divulgador, no caso o jornalista científico, de trabalhar em prol da coletividade, divulgando o que vai ao encontro do seu universo de expectativas e necessidades** (BUENO, 1985:1.424, *grifo nosso*).

Em relação a importância do cidadão se manter informado a qualquer tempo de informações de seu interesse, destacamos que o acesso à informação nos órgãos e entidades públicas, especialmente nas instituições de ensino, pesquisa e ciência é extremamente importante no exercício pleno da cidadania, legitimando o direito assegurado à sociedade de ter acesso às informações de forma passiva e ativa. Esse direito é normatizado pela *Lei de Acesso à Informação*, que regula e prevê a disponibilização da informação, e pelo Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta os procedimentos para garantia, manutenção e execução desse acesso.

A respeito do decreto, destacamos que

Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei n.º 12.527, de 2011 (BRASIL, 2011).

Em outras palavras, quando tratamos sobre a LAI estamos tratando sobre o direito fundamental de acesso à informação em todas as esferas e instâncias públicas, União, Distrito Federal, Estados e Municípios, de acordo com o art. 1 da lei n.º 12.527 (BRASIL, 2011).

Ainda na lei n.º 12.527/11, no art. 6º, inciso I, descreve que cabe aos órgãos e entidades do poder público observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação. Em vista disso, podemos inferir que as instituições públicas devem ser capazes de assegurar o acesso à informação relevante aos cidadãos, sem que necessariamente seja preciso requerer por ela, pois em muitos casos, a população não tem conhecimento que essa informação sequer existe e que se encontra disponível a consulta pública.

3. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um locus

Primeiramente, devemos apresentar o perfil institucional da Fundação Oswaldo Cruz. A Fiocruz é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Saúde, sendo a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. De acordo com o *site* da Fundação (FUNDAÇÃO..., 2026b), os conceitos de atuação são "promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir o conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania".

Vamos, a seguir, apresentar a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, campo empírico desta pesquisa, sua atuação e características da instituição. Quanto a isso, podemos destacar que

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) atua na capacitação e na formação de recursos humanos para o SUS e para o sistema de ciência e tecnologia, na produção científica e tecnológica e na prestação de serviços de referência na área da saúde pública (ESCOLA..., 2026).

A atuação da Escola no âmbito do Ensino, se dá através dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e de qualificação profissional em saúde, ou por meio do Programa de Educação à Distância, ao contribuir para a formação de quadros estratégicos para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como no meio acadêmico brasileiro.

4. Projeto Memórias da ENSP: um estudo

Por meio do projeto *Memórias* da ENSP iremos demonstrar que a Escola atua como núcleo de memória institucional contribuindo com a capilaridade da *Política de Memória Institucional da Fiocruz* (FUNDAÇÃO..., 2020) que será apresentada a seguir neste trabalho. Por isso, é fundamental apresentarmos o projeto *Memórias* da ENSP.

De acordo com o *site* da instituição

É um projeto interinstitucional que conta com a parceria da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) com o objetivo de revisitar o passado, por meio da preservação, organização e divulgação da documentação científica e pedagógica dos departamentos, centros e núcleos de pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ESCOLA..., 2026).

O projeto *Memórias* da ENSP é desenvolvido na esfera da CCI, por iniciativa da Direção da Escola. O projeto utiliza a Base Arch/ENSP para reunir e divulgar, via *web*, documentos institucionais e pessoais relacionados às pesquisas desenvolvidas nos 71 anos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

O projeto *Memórias* visa a preservação do patrimônio documental arquivístico da Escola, principalmente nas áreas de ciência, ensino e tecnologia, como também busca disponibilizar à sociedade os registros documentais, preservar a história institucional e as pesquisas realizadas pelos profissionais da área da saúde pública, ciência e tecnologia.

O projeto também integra algumas ações e iniciativas de preservação, por parte da Fiocruz, que são voltadas à memória da instituição. Podemos observar, na *Política de Memória Institucional da Fiocruz*, na qual a Fundação

Se propõe a orientar as iniciativas que visem a recuperar, registrar, valorizar e difundir a **memória na instituição**, de maneira que se desenvolvam de forma integrada e alinhada aos princípios e diretrizes gerais comprometidos com a identidade institucional, que vem sendo constituída a partir das múltiplas e distintas narrativas que convergem para a unidade na diversidade de uma Fiocruz em constante transformação (FUNDAÇÃO..., 2026c:8, *grifo nosso*).

Em tempo,

Para efeito dessa política, a constituição e a formalização da memória institucional referem-se, de um lado, tanto à preservação do patrimônio e de um legado do passado de uma instituição em sua permanência, quanto, por outro lado, à criação e à atualização de uma identidade coletiva, que se move continuamente no presente e se projeta ao futuro. A memória institucional envolve assim necessariamente a seleção dos seus elementos constitutivos, cuja ação é negociada no próprio campo social a que pertence a instituição (FUNDAÇÃO..., 2026c:12).

Isto é, quando tratamos sobre memória institucional, estamos tratando sobre os arquivos permanentes, documentos imprescritíveis, que possuem valor histórico, probatório, científico, informativo, ou seja, inalienáveis. Existem documentos que muitas das vezes, já nascem permanentes, por ajudar a contar a história, a trajetória de determinado órgão e/ou instituição.

Segundo Halbwachs (1990:80-81), podemos dizer que

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Digo, podemos compreender que a memória é uma tentativa arbitrária, artificial de preservar os fatos ocorridos no presente a fim de que exista em um futuro, um passado a ser lembrado, revisitado. Os arquivos permanentes possuem valor secundário, pois seus usos transcendem a razão na qual eles foram criados, isto é, aquilo que motivou a sua produção no decorrer de suas atividades.

4. Arquivologia: breve conceituação

Este trabalho tem como base a Arquivologia. Devido a isso, se faz necessário, abordarmos alguns conceitos pertinentes, que serão apresentados a seguir para uma maior compreensão. De acordo com o *Glossário dos documentos arquivísticos digitais*, da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (BRASIL, 2020:9), acesso é "o direito, oportunidade ou meios de encontrar, recuperar e usar a informação".

Quando pensamos em difusão dos acervos documentais, algo significativo é que no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), o conceito não se encontra. O que encontramos conceituado é o termo de disseminação da informação que é o "fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação" (BRASIL, 2005:71). Traz também o conceito de divulgação que é o "conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências" (BRASIL, 2005:72).

Ainda sobre a difusão no contexto arquivístico, Rockembach (2015:105), teoriza que

Em uma perspectiva arquivística emergente, a difusão é algo complexo que envolve uma série de fatores e áreas de estudo. Torna-se necessário uma atenção a três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Quanto a descrição arquivística, segundo Bellotto (2006), é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores, uma vez que a difusão se destina àquela cuja tarefa é explorar o que restou, após ter-se cumprido a finalidade administrativa ou jurídica do ato. Consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. Com isso, podemos dizer que a partir do arranjo, as tarefas operacionais de um arquivo permanente são, obrigatoriamente, a descrição e a disseminação da informação.

A realidade que observamos em muitos órgãos e/ou instituições é um paradigma custodial, atrelado à ideia de patrimônio com uma abordagem historicista e bem técnica, no qual o profissional coloca a guarda dos documentos como algo prioritário em detrimento ao acesso a eles.

Segundo Ribeiro (2010:69),

No quadro do novo paradigma emergente, que apelidamos de pós-custodial, científico e informacional, e perante estas novas lógicas de mediação e este novo tipo de mediadores, qual o papel do profissional formado em CI na construção da sociedade em rede? Será que continua confinado ao domínio de umas quantas especificidades técnicas e normativas, aplicadas à organização e representação da informação, com a finalidade de proporcionar o acesso? Onde cabe o seu anterior papel de guardião da memória informacional, como fator de identidade de um povo? Onde reside sua função mediadora e a que âmbito se circunscreve?

Em outras palavras, para que haja a transformação da sociedade e do profissional da informação é fundamental que haja a conscientização da função social dos arquivos e do papel decisivo destes profissionais que fazem a mediação entre o documento, e a informação desejada com os pesquisadores, os usuários, a sociedade como um todo. A fim de garantir a atuação como responsáveis pela disponibilização e difusão dos acervos, além disso, exercer um papel mais ativo na garantia do acesso às informações e aos documentos de arquivo nesta mediação.

Já na esfera pública e no curso de sua gestão, a fim de tornar as informações contidas nos documentos disponíveis sob sua guarda, se faz necessário disponibilizar a informação tão logo seja possível. O art. 1º, da lei n.º 8.159/91 (*Lei de Arquivos*) atribui ao Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

É importante destacar a legislação que precedeu a *Lei de Acesso à Informação* e já contemplava os cidadãos assegurando a obtenção de informações relevantes para cumprimento de seus direitos.

Na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso XXXIII, observamos que

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Temos ainda no art. 216º, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que incumbe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Já o art. 6º, inciso I, da lei n.º 12.527/11 (*Lei de Acesso à Informação*), cabe aos órgãos e entidades do poder público observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação.

No seu art. 8º, observamos que

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, **a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas** (BRASIL, 2011, *grifo nosso*).

Com isto, depreendemos que as instituições públicas, órgãos e entes federativos devem ser capazes de assegurar o acesso à informação que se faz necessária e relevante aos cidadãos, sem que necessariamente seja preciso requerê-la, pois em muitos casos, a população não tem conhecimento que essa informação sequer existe, nem que foi produzida.

É um dever do Estado, mas principalmente, neste caso, dos profissionais da informação: difundir, disseminar, divulgar, disponibilizar para a comunidade científica ou não, o conhecimento produzido, os documentos e as informações pertinentes ao alcance do público em geral. As técnicas, a veiculação e os métodos de comunicação podem e irão variar conforme os usuários, mas não podem ficar circunscritos a poucos iniciados, a receptores seletos e especializados.

Ao analisar estes dispositivos legais é preciso reconhecer que a administração pública federal deve ser capaz de lidar com as questões que envolvam a disseminação da informação, a gestão documental e a preservação dos documentos arquivísticos, tanto para resguardar um patrimônio da nação, como também para assegurar o acesso às informações neles contidas.

5. Informação: uma contextualização necessária

É importante também abordarmos sobre a informação no contexto da ciência, tecnologia, e principalmente da saúde, isto é, a informação científica e tecnológica em saúde.

Segundo o *Guia de vigilância epidemiológica*, em Sistemas de informação em saúde e vigilância epidemiológica:

A informação é instrumento essencial para a tomada de decisões. Nesta perspectiva, representa imprescindível ferramenta à vigilância epidemiológica, por constituir fator desencadeador do processo “**informação-decisão-ação**”, tríade que sintetiza a dinâmica de suas

atividades que, como se sabe, devem ser iniciadas a partir da informação de um indício ou suspeita de caso de alguma doença ou agravo (BRASIL, 2009:63, *grifo do autor*).

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), o conceito de **dado** é definido como “um valor quantitativo referente a um fato ou circunstância”, “o número bruto que ainda não sofreu qualquer espécie de tratamento estatístico”, ou “a matéria-prima da produção de informação”. Já a **informação** é entendida como “o conhecimento obtido a partir dos dados”, “o dado trabalhado” ou “o resultado da análise e combinação de vários dados”, o que implica em interpretação, por parte do usuário. É “uma descrição de uma situação real, associada a um referencial explicativo sistemático”.

No que tange a informação e ciência, precisamos tratar também sobre a ciência aberta, dados abertos e sobre a importância de uma instituição realizar a gestão dos seus dados de pesquisa, sobretudo, na área da saúde.

Segundo o *Glossário de Acesso Aberto* do site da Fiocruz, ciência aberta é um

Conceito amplo que abarca diversas práticas do fazer científico, desde o acesso aberto à literatura científica e aos dados abertos de pesquisa, passando pela ciência cidadã, recursos educacionais abertos, *software* e *hardware* abertos, entre outras. Faz referência a um modelo metodológico alinhado à filosofia da cultura digital, da colaboração e do compartilhamento das práticas e dos conteúdos científicos.

Quanto aos dados abertos,

São dados publicados em um formato legível por máquina e sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle, de modo a estarem livremente disponíveis para serem utilizados e redistribuídos à vontade (FUNDAÇÃO..., 2026).

Já a gestão de dados de pesquisa, de acordo com o *Glossário de Acesso Aberto* da Fiocruz, em seu site institucional, é um

Conjunto de práticas de gestão voltadas para o tratamento de dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida; inclui todos os aspectos de manutenção, compartilhamento, segurança e preservação (FUNDAÇÃO..., 2026a).

Isto é, quando nos referimos a ciência aberta, a dados abertos, e a gestão de dados de pesquisa no âmbito de uma instituição pública, estamos buscando definir padrões, alinhar os processos de publicação dos dados na Internet, a partir de metodologias e boas práticas, visando o acesso, preconizado pela *Lei de Acesso à Informação*, bem como, a transparência pública da administração pública federal. Pois quando tratamos sobre acesso à informação também estamos tratando sobre transparência pública e exercício da cidadania, que se torna possível por meio do atendimento às demandas informacionais aos cidadãos. Além disso, a transparência pública, ativa ou passiva é uma consequência da aplicabilidade da *Lei de Acesso à Informação*.

Destacamos também que a Fiocruz desenvolveu em 2014, a sua *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento* (BRASIL, 2014), na qual garante o acesso gratuito à produção científica

da instituição que tem como propósito: “instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz” (BRASIL, 2014).

No art. 1º, parágrafo único, observamos que são objetivos da *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento* da Fiocruz:

I. Favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição; II. Preservar a memória institucional; III. Dar visibilidade e disseminar a produção intelectual; IV. Apoiar o planejamento e a gestão da pesquisa; V. Estabelecer diretrizes de registro e publicização da produção intelectual (BRASIL, 2014).

A relação multi, inter e transdisciplinar entre a Arquivologia, a Ciência da informação e a Tecnologia da Informação traz a possibilidade de diálogo entre estas áreas do conhecimento.

Segundo Rockembach (2015), isso exige uma mudança de paradigma, a fim de que eles respondam a novos problemas da sociedade contemporânea de forma mais eficaz. Neste sentido,

A difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do *marketing* e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (ROCKEMBACH, 2015:113).

Isto é, ao tratarmos sobre difusão em arquivos, precisamos pensar em estratégias e ações que possam englobar um plano em que a instituição busque dialogar com outras ciências, outras áreas, pois quando o assunto é informação no contexto arquivístico, existem várias possibilidades de viabilizar uma atuação por parte dos arquivos, principalmente, uma que seja mais ativa, protagonista, que esteja a frente de todo o processo e não relegado à algo secundário.

6. Considerações finais

Este trabalho busca apresentar a Base Arch da ENSP a fim de promover a difusão dos arquivos científicos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca com o objetivo de divulgar, disseminar as informações produzidas pela Escola, e disponibilizá-las aos pesquisadores da área da ciência, saúde e tecnologia, e aos usuários destas informações.

Além disso, colaborar com a mudança gradativa da cultura institucional, a fim de priorizar o tratamento, recuperação e a difusão das informações na área da ciência, tecnologia e

saúde produzidas pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca no decorrer de suas atividades acadêmicas, administrativas e institucionais.

Com isto, visamos a construção de um trabalho que tem por finalidade contribuir para a difusão dos acervos documentais arquivísticos nas instituições públicas e privadas, principalmente na área da ciência, saúde e tecnologia. Assim, objetiva-se, contribuir, fomentar discussões por meio de políticas e ações contínuas de disseminação, divulgação da informação e do conhecimento, a difusão propriamente dita, uma vez que a temática ainda é incipiente, vista como uma função social e secundária na área arquivística.

Referências Bibliográficas

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli

2006 *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. [Consult. 12 fev. 2026]. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/4e49287a-587e-4bcf-9734-96ae09c3b4e5/content>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2020 *Glossário: Documentos Arquivísticos Digitais*. Versão 8ª. [Em linha]. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020. [Consult. 17 dez. 2025]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf.

BRASIL. Constituição, 1988

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Em linha]. Brasília: Senado Federal, 1988. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2014 *Portaria da Presidência n.º 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR*. Institui a *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento*, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. [Em linha]. Rio de Janeiro, 31 março de 2014. [Consult. 10 dez. 2025]. Disponível em: <https://relatorioatividades.icict.fiocruz.br/anexo-3-portaria-da-fiocruz-no-3292014-pr-retificada-por-3822014-pr-de-31-de-mar%C3%A7o-de-2014-que.html>.

BRASIL, Leis, decretos, etc.

2012 *Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012*. Regulamenta a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. *Diário Oficial*. [Em linha]. (maio 2012). [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2011 *Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial*. [Em linha]. (18 dez. 2011) 455. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1991 *Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial*. [Em linha]. (9 jan. 1991) 455. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde

2009 *Guia de vigilância epidemiológica*. 7ª ed. [Em linha]. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. [Consult. 19 jan. 2026]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf.

BUENO, Wilson da Costa

1985 *Jornalismo científico: conceito e funções*. *Ciência e Cultura*. [Em linha]. 37:9 (1985) 1.420-1.427. [Consult. 18 dez. 2025]. Disponível em: <https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-efun%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

2025 *Apresentação*. [Em linha]. 2025. [Consult. 14 dez. 2025]. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/atualidades/1>.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

2025 *ENSP no Campus*. [Em linha]. 2025. [Consult. 31 dez. 2025]. Disponível em: <https://ensp.fiocruz.br/apresentacao/ensp-no-campus>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

2026a *Acesso aberto: glossário*. [Em linha]. 2026. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario-da-ciencia-aberta>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

2026b *A Fundação*. [Em linha]. 2026. [Consult. 12 fev. 2026]. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/fundacao>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

2026c *Política de Memória Institucional da Fiocruz*. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41592/2/politicadememoria_fiocruz.pdf. Acesso: 11 fev. 2026.

GARCIA, Ana Carolina dos

2021 *A Base Arch como ferramenta de descrição arquivística, acesso e difusão da informação no Projeto Memórias da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2021. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47483>.

Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.

HALBWACKS, Maurice

1990 A Memória coletiva. Trad. Laurent Léon Schaffter. *Vértice: Revista dos Tribunais* (1990) 80-81.

RIBEIRO, Fernanda

2010 Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 20:1 (jan./abr. 2010) 63-70. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/4440/3420>.

ROCKEMBACH, Moisés

2015 Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação arquivística*. [Em linha]. 4:1 (jan./jun. 2015) 98-118. [Consult. 15 abr. 2025]. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257217/000977660.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Ana Carolina dos Santos Garcia | carolgarcia88@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Jeorgina Gentil Rodrigues | jeorgina@icict.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil



Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor do curso de Arquivologia e do Programa de pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Renato de Mattos vem preencher uma lacuna bibliográfica acerca dos acervos presidenciais brasileiros. Lançada em 2025, a obra, que integra a coleção *Arquivo & Arquivologia* da editora mineira Fino Traço, nos conduz com maestria pelos meandros e ambiguidades do tema. Resultado de extensa pesquisa, o autor se baseia em vasta bibliografia, documentos e legislação para problematizar e discutir, em três capítulos, o que, na sua investigação, aparece como os principais aspectos que marcam a institucionalização dos acervos dos presidentes da República brasileiros. Ilustrado com fotos, gráficos e quadros, além de um anexo que mapeia as instituições custodiadoras de acervos presidenciais brasileiros, desde Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil republicano, e quinze páginas de referências

confirmam a solidez da obra, incontornável para os interessados no assunto.

Renato de Mattos inicia o livro tendo como pano de fundo a redemocratização do Brasil após a Ditadura militar (1964-1985), identificando e analisando as iniciativas de pessoas, instituições, associações de classe e do próprio Executivo federal, no sentido de fazer um diagnóstico da situação dos acervos presidenciais dispersos e propor soluções para o seu enquadramento normativo. Fica claro o papel pioneiro do então presidente da República José Sarney (1985-1990), o qual, ainda que impulsionado pelo interesse para com o seu próprio acervo, mobilizou entidades como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu da República, a Fundação Nacional Pró-Memória, etc. sob as diretrizes da Comissão Memória dos Presidentes da República. De fato, essa articulação criaria as condições para a elaboração de um projeto de lei que resultou na promulgação da primeira lei para disciplinar os acervos presidenciais, porém ainda com muitas imprecisões quanto ao enquadramento desses, especialmente a delimitação entre público e privado. Um decreto

de 2002, assinado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), estabeleceria, nas palavras do autor, “relativa precisão” quanto a esses aspectos. O assunto, contudo, não se encerraria aí, mesmo porque muitos questionamentos ainda permaneciam.

Nos anos 2000, a conjuntura política nacional, sob uma outra perspectiva, iria incidir novamente no debate sobre os acervos presidenciais. Renato de Mattos traz uma questão bem interessante e original que diz respeito às circunstâncias nas quais, ao menos no Brasil, os acervos presidenciais recebem atenção da imprensa nacional. Não é casual o fato de um dos capítulos se intitular *Entre escândalos e polêmicas: os acervos presidenciais em foco*, onde são analisados os casos que alcançaram enorme repercussão na imprensa e que dizem respeito à destinação dos acervos relativos aos dois mandatos consecutivos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016)¹. O autor, alinhavando os fatos, dá sentido à cronologia à luz do tema estudado. Assim, o presidente Lula, cuja história se situa à esquerda do espectro político, recebe atenção diferenciada da imprensa. Enquanto Fernando Henrique Cardoso pôde articular a criação do Instituto que levaria seu nome e abrigaria o seu acervo - inaugurado em 2004 -, após o fim do seu segundo mandato, Lula não teve mecenas para financiar a criação de uma instituição que custodiaria seu acervo, abrigado, inicialmente, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fato esse objeto de polêmicas. Como observado pelo autor, a decisão de Lula quanto ao destino do acervo baseou-se no art. 13º da Lei nº 8.394/1991 e isso, até então, não havia despertado o interesse da imprensa. Porém, Lula foi acusado de “roubar” um crucifixo que pertenceria ao Estado. Posteriormente, ressalta Renato de Mattos, foi provado que o crucifixo havia sido um presente pessoal a Lula. Entretanto, o assunto voltaria com força durante a Operação Lava Jato². No caso de Lula, até o Tribunal de Contas da União (TCU) foi solicitado por um senador da direita, ligado ao agronegócio, para investigar “desvios ou desaparecimento de bens pertencentes à União”. Em virtude disso, o TCU publicou um Acórdão, em 2016, no qual concluía por “graves irregularidades”. Em suma, no clima da Operação Lava Jato, o assunto dos acervos presidenciais amplificou-se, em forma de “escândalo” e não para discutir seriamente como regulamentar a custódia e a preservação desses acervos. Personagens como o senador citado, que nunca haviam demonstrado nenhum interesse pelo destino dos acervos presidenciais, preocupavam-se com o que Lula faria do seu.

¹ Reeleita pelo voto popular para um segundo mandato, a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe parlamentar que levou ao seu *impeachment* em agosto de 2016. O motivo para isso teria sido “pedaladas fiscais”, termo cunhado durante o processo do golpe e que significa “atrasos proposais de pagamento de dívidas do governo federal para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Entretanto, isso não foi uma particularidade do governo Dilma. Estudos mostraram que a prática já ocorria pelo menos desde o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

² A Operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014, supostamente para investigar esquema de “lavagem e desvio de dinheiro” envolvendo a Petrobrás, a empresa estatal brasileira de petróleo. O então juiz federal Sérgio Moro foi o responsável por conduzir as ações penais. No âmbito dessa operação, o juiz mandou prender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2017. Entretanto, jornalistas investigativos do site *The Intercept Brasil* começaram a divulgar, em junho de 2019, mensagens secretas entre o juiz Sérgio Moro e os Procuradores do caso, o que culminou com a invalidação do processo. Para mais detalhes, ver Letícia Duarte e *Intercept Brasil - Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

Entretanto, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou as ações penais contra Lula por estas não se enquadrarem no contexto da Lava Jato e, afinal, nada ficou provado contra Lula.

A irrupção do tema na imprensa corporativa atinge ares de série de *streaming* quando é noticiado que o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), de extrema-direita, havia se apropriado de presentes ofertados a ele e sua esposa em função do cargo que ocupavam, compreendendo colares, relógios, anéis, canetas, abotoaduras e uma escultura de um cavalo, avaliados em 16 milhões de reais. Esse é o ponto de partida do terceiro capítulo, que percorre todo o imbróglio que mobilizou várias instituições federais, incluindo a Polícia Federal. De fato, ficou comprovado que houve tentativa de venda dos presentes quando o ex-presidente (derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva) viajou para os Estados Unidos, ainda em dezembro de 2022, sem passar a faixa presidencial.

Ao mesmo tempo, Renato de Mattos mostra que nesses anos 2000, sob governos civis, há várias iniciativas de instituições como o Arquivo Nacional (AN) no sentido de resgatar acervos presidenciais – ou parte deles – como foi o caso dos acervos do ex-presidente João Goulart (1961-1964), deposto pelo golpe militar de 1964; documentos audiovisuais e cartográficos do ex-presidente José Sarney (1985-1990). Igualmente, negociações foram feitas com o Exército brasileiro para que o AN o assessorasse quanto ao tratamento de acervos de presidentes militares sob a custódia do Exército. Apenas em 2009, ano da criação do Projeto *Centro de Referência das Lutas Políticas - Memórias reveladas*, o Exército finalmente aceitou a assessoria técnica proposta pelo AN. Observa-se, contudo, uma tensão, fruto das críticas às Forças Armadas e seu papel na repressão política durante a Ditadura militar³.

Com a clareza de que as questões que envolvem os acervos presidenciais não são especificidade do Brasil, o autor, para efeito de comparação, nos remete às experiências estadunidense, britânica e argentina quanto à legislação que rege os acervos de presidentes da República. Sobre esse ponto, gostaríamos que ele tivesse ampliado a comparação incluindo também a França e Portugal. Em outro momento do livro, o autor lembra, por exemplo, que a Fundação Mário Soares, do ex-Presidente português (que foi também Primeiro-ministro) serviu de modelo para a criação da Fundação Fernando Henrique Cardoso. Quanto ao financiamento visando os acervos presidenciais, o autor foi muito feliz ao nos mostrar duas experiências que adotaram lógicas diferentes entre si - a França e os Estados Unidos - o que resulta em abordagens distintas de proteção e financiamento.

Preocupado com os desafios que se impõem à questão dos acervos presidenciais brasileiros, o autor se mostra preocupado com o fato de parlamentares estarem propondo projetos de lei apenas inquietos com o destino de presentes caros, tendo ainda muito presente o caso de Jair Bolsonaro. Entretanto, observa, nenhum deles se preocupa efetivamente com o problema essencial, que passa pela delimitação clara entre público e privado de todo o acervo presidencial que, segundo suas palavras, “integra todo o conjunto documental – independentemente de formato, gênero ou suporte” com a concepção contida na Lei nº 8.394/91 de que esse conjunto é parte integrante do patrimônio cultural brasileiro.

³ Ao final de Ditadura militar, intensificaram-se as reivindicações pela abertura dos arquivos do período para fins de esclarecimento da história e reparação pela violação dos direitos humanos, com assassinatos, torturas e desaparecimento de opositores ao regime militar. A criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, ao mesmo tempo que a Lei de Acesso à Informação (LAI), iria alçar essas reivindicações a outro patamar institucional.

Dada a extensão da sua pesquisa, o autor não se furtou a lembrar a urgência de uma atenção legislativa séria sobre os acervos presidenciais brasileiros, citando alguns casos recentes em que acervos de ex-presidentes sofreram sinistros por não estarem sob custódias de instituições capacitadas para tal. Igualmente, ele chama a atenção para a fragmentação desses acervos, abrigados em diferentes instituições, bem como certas experiências temerárias como a desagregação dos conjuntos documentais baseada nos suportes. A dificuldade de acesso amplo a esses acervos é um dos graves problemas apontados pelo autor e isso devido a inúmeros fatores.

Por fim, em suas conclusões, Renato de Mattos insiste sobre o problema causado pela ausência de critérios que circunscrevam esses acervos quanto à sua natureza jurídica, pública ou privada. Ele também faz um justo apelo à união de esforços dos detentores de acervos presidenciais, sob a coordenação da Comissão Memória dos Presidentes da República, além de convidar a comunidade arquivística para que inclua a temática dos acervos presidenciais em suas pesquisas. E com toda razão: num país como o Brasil, onde convergem a centralidade do presidente da República e o imaginário da sociedade a respeito de seu papel (para o bem ou para o mal), garantir a preservação desse acervo, bem como normatizar democraticamente seu acesso, é fundamental para a pesquisa. Esses acervos podem fornecer pistas importantes para entendermos, em especial, a relação entre os presidentes da República do Brasil e a população. Lembrando que parte desses acervos é composta de correspondência recebida pelos presidentes.

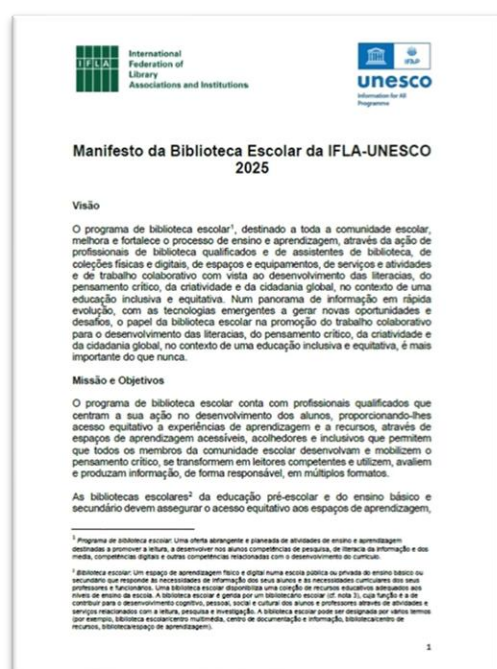
Georgete Medleg Rodrigues | medleg.georgete@gmail.com

Faculdade de Ciência da Informação - Universidade de Brasília (UnB), Brasil

REVIEW: *IFLA-UNESCO School Library Manifesto, 2025*

Ana Margarida da Costa

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag25a17>



O *Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO 2025*¹ é a versão atualizada do *Manifesto da Biblioteca Escolar IFLA/UNESCO: A biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos* (1999), cuja tradução portuguesa é da responsabilidade da Rede de Biblio-tecas Escolares

O documento resulta do trabalho colaborativo realizado pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), pela International Association of School Librarianship (IASL) e pela Comunidade Internacional das Bibliotecas Escolares. Foi publicado, conjuntamente, em inglês, pelo Comité Permanente da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA e pela IASL, a 12 de setembro de 2021, e aprovado pelo Conselho de Administração da IFLA, a 17 de abril de 2023. Em abril de 2025 foi aprovado na 13.^a Sessão do Conselho Intergovernamental do Programa *Informação para Todos* da UNESCO (IFAP).

O *Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO 2025* é um documento estratégico e orientador na defesa da educação inclusiva e de qualidade da biblioteca escolar, enquanto “espaço de aprendizagem transversal a toda a escola” (IFLA, 2025a:3). Com cinco páginas, encontra-se dividido em cinco alíneas, respetivamente: **Visão** (IFLA, 2025a:1); **Missão e Objetivos** (IFLA, 2025b:1-3); **Financiamento, Legislação e Redes** (IFLA, 2025b:3); **Funcionamento e gestão, incluindo a Qualificação dos Profissionais da Biblioteca** (IFLA, 2025b:3-4) e **Promoção e a Divulgação do Manifesto** (IFLA, 2025b:5).

Parafraseando o preâmbulo da **Visão**:

¹<https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/f4228eaa-48aa-4d95-be1e-467cdc2948f4/content>

O programa de biblioteca escolar, destinado a toda a comunidade escolar, melhora e fortalece o processo de ensino e aprendizagem, através da ação de profissionais de biblioteca qualificados e de assistentes de biblioteca, de coleções físicas e digitais, de espaços e equipamentos, de serviços e atividades e de trabalho colaborativo com vista ao desenvolvimento das literacias, do pensamento crítico, da criatividade e da cidadania global, no contexto de uma educação inclusiva e equitativa. Num panorama de informação em rápida evolução, com as tecnologias emergentes a gerar novas oportunidades e desafios, o papel da biblioteca escolar na promoção do trabalho colaborativo para o desenvolvimento das literacias, do pensamento crítico, da criatividade e da cidadania global, no contexto de uma educação inclusiva e equitativa, é mais importante do que nunca (IFLA, 2025b:1).

Falamos de bibliotecas escolares - da educação pré-escolar, ensino básico ao secundário - que devem assegurar um acesso equitativo a todos os alunos, independentemente da idade, da raça, do género, da religião, da orientação ou identidade sexual, da deficiência, da nacionalidade, da língua, do estatuto profissional, económico, cultural ou social, em consonância com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas, a *Convenção sobre os Direitos da Criança* e os 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* das Nações Unidas. Segundo a **Promoção e a Divulgação do Manifesto**: “todas as crianças têm direito aos benefícios de um Programa de Biblioteca Escolar”, apoiando o ODS n.º 4 (Educação de Qualidade), cujo objetivo consiste em “assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (INTERNATIONAL..., 2025b:5).

O programa da biblioteca escolar é essencial para qualquer estratégia educativa a longo prazo. Por esta razão, torna-se o cerne do *Manifesto*, centrado no desenvolvimento dos alunos e sujeito a contínuos processos de monitorização e avaliação, mediante a colaboração ativa entre os membros da comunidade escolar e “as bibliotecas públicas, as bibliotecas do ensino superior e redes mais alargadas de informação, em consonância com o Manifesto da IFLA-UNESCO para as Bibliotecas Públicas” (INTERNATIONAL..., 2025b:2).

Enquanto versão atualizada do documento de 1999 e, decorridos 26 anos, o atual *Manifesto da Biblioteca Escolar* deveria exemplificar as tendências e os desafios do ecossistema educativo do século XXI, como a descrição das novas competências para a transformação digital de todos os intervenientes educativos.

Na **Missão e Objetivos**, cita-se: “num panorama de informação em rápida evolução, com as tecnologias emergentes a gerar novas oportunidades e desafios”, é necessário “ensinar os alunos a utilizarem e produzirem a informação e conhecimento de forma ética, desenvolvendo também competências e literacias múltiplas para navegar nas tecnologias atuais e emergentes” (INTERNATIONAL..., 2025b:2). Contudo, reflete subtilmente as mudanças na tecnologia, omitindo, por exemplo, o papel, os desafios e as oportunidades da Inteligência Artificial (IA) nas bibliotecas escolares.

A IA, ao realizar tarefas que exigiam inteligência humana, está a revolucionar a forma como os professores, educadores e alunos interagem com a informação e a transformar as bibliotecas escolares, tornando-os espaços tecnológicos mais inteligentes, interativos e digitais, quando outrora eram físicos e analógicos. Numa década em que foram apresentados em Portugal, o *Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE)* e o *Plano*

de Ação para a Educação Digital da Comissão Europeia (2021-2027), torna-se necessário reconfigurar a missão das bibliotecas escolares para as mudanças tecnológicas. A reconfiguração consiste em promover um ecossistema educativo inovador, interativo, inclusivo e reforçar as competências para a transformação digital de todos os intervenientes educativos (literacia digital; educação algorítmica e tecnologias com a utilização intensiva de dados - literacia de dados e literacia de IA), segundo os princípios orientadores do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (COSTA, 2025a).

Assistimos a uma realidade além da estante, um mundo digital potenciado pela IA, que remodela a sociedade, os serviços, a gestão das bibliotecas escolares e tem impacto na atuação dos seus profissionais e, obviamente, nos alunos, exigindo-lhes novas competências práticas e técnicas; competências de colaboração e de desenvolvimento pessoal, em consonância com os documentos da IFLA - *A Skills agenda for the trend* (COSTA, 2025b; INTERNATIONAL... 2025c) e da OCDE - *Empowering Learners for the Age of AI: An AI Literacy Framework for Primary and Secondary Education* (2025).

Aliás, o *Programme for International Student Assessment (PISA)* da OCDE, que visa avaliar as competências dos alunos de 15 anos aos níveis da leitura, da matemática, das ciências, da literacia financeira e do pensamento criativo, vai integrar em 2029, de acordo com o documento *PISA 2029 Media and Artificial Intelligence Literacy (MAIL) Assessment Framework*, as competências de literacia mediática e literacia em IA, de modo a conhecer como os alunos estão preparados a analisar e criar conteúdos num ecossistema digital cada vez mais dominado por plataformas algorítmicas e sistemas de IA (ORGANIZAÇÃO..., 2025; 2026).

O *Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO 2025* menciona a curadoria, a seleção, a aquisição e o tratamento dos recursos, subentendendo-se, sem especificar diretamente, algumas das tarefas mais importantes na área da Biblioteconomia - a catalogação, a indexação e a classificação, imprescindíveis para a pesquisa e a recuperação da informação. Omite, igualmente, entre outras temáticas, as doações, o desbaste e o abate, importantes na política de procedimentos da coleção das bibliotecas; a promoção e o *marketing* numa sociedade em rede; a segurança da informação e a cibersegurança contra os riscos da segurança cibernética e *online* nas escolas.

Em suma, o *Manifesto* representa um compromisso entre o que se aspira alcançar e o que se pode convenientemente esperar obter das bibliotecas escolares. Apresenta-se pouco exemplificativo numa sociedade em constante mudança, em analogia à estratégia da IFLA para 2024-2029, assente num futuro sustentável para todos através do conhecimento e da informação.

Como se verifica, não menciona as novas competências em educação algorítmica, a literacia de IA e as tecnologias emergentes, por exemplo, a IA, a Tecnologia 5G e as Tecnologias Quânticas, de inegável importância nos dias de hoje. Embora mencione superficialmente a curadoria e o tratamento dos recursos, devia referir a catalogação e a classificação, imprescindíveis para a pesquisa e a recuperação da informação. Omite, analogamente, as referências às práticas de doações, desbaste e abate que permitem a renovação e a atualização das coleções; a estratégia de *marketing* das bibliotecas escolares; a gestão da segurança da informação; e as políticas de cibersegurança por parte dos intervenientes educativos.

O futuro das bibliotecas escolares reside, como espaço, no coração da escola, baseado em algoritmos inteligentes, sistema de recursos inteligentes e atendimento aos utilizadores através de *chatbots* e assistentes virtuais. As possíveis aplicações relacionadas com as bibliotecas escolares e os seus benefícios incluem, em consonância com o documento da IFLA - *AI Entry Point for Libraries and AI*: a implementação de um sistema de recomendação de livros, artigos e outras coleções; apoio ao uso responsável de ferramentas de IA generativa por parte dos utilizadores no processo de pesquisa; a utilização de IA para melhorar o acesso às coleções e à curadoria da informação; desenvolvimento de assistentes virtuais multilingues e interativos para responder a perguntas, fornecer orientações sobre a coleção e realizar reservas ou renovações dos empréstimos; fornecimento de dados para treinar modelos ou a utilização de IA generativa na realização de tarefas profissionais, como tradução, resumo de textos, elaboração de documentos e planos de formação (COSTA, 2025a; IFLA, 2025a).

Referências bibliográficas

COSTA, Ana Margarida da

2025a Bibliotecas escolares e Inteligência Artificial. *Notícia BAD*. [Em linha]. 2025. [Consult. 15 set. 2025]. Disponível em: <https://noticia.bad.pt/2025/09/15/bibliotecas-escolares-e-inteligencia-artificial/>.

COSTA, Ana Margarida da

2025b A Skills agenda for the trend report = Agenda IFLA de competências para o futuro das Bibliotecas: as competências práticas, colaborativas e de desenvolvimento pessoal. *Notícia BAD*. [Em linha]. 2025. [Consult. 23 fev. 2026]. Disponível em: <https://noticia.bad.pt/2025/02/21/a-skills-agenda-for-the-trend-reportagenda-ifla-de-competencias-para-o-futuro-das-bibliotecas-as-competencias-praticas-colaborativas-e-de-desenvolvimento-pessoal/>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2025a *AI entry point for libraries and AI*. [Em linha]. 2025. [Consult. 25 fev. 2026]. <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/4034>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2025b *IFLA-UNESCO School Library Manifesto 2025*. [Em linha]. 2025. [Consult. 20 fev. 2026]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/f4228eaa-48aa-4d95-be1e-467cdc2948f4/content>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2025c *A Skills agenda for the trend report*. [Em linha]. 2025. [Consult. 20 fev. 2026]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/3837>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

2025 *Empowering learners for the age of AI: An AI literacy framework for primary and secondary education*. Review draft. [Em linha]. Paris: OECD, 2025. [Consult. 20 fev. 2026]. Disponível em:

https://ailiteracyframework.org/wp-content/uploads/2025/05/AILitFramework_ReviewDraft.pdf.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

2026 *PISA 2029 Media and Artificial Intelligence Literacy (MAIL) Assessment Framework*. [Em linha]. Paris: OECD. 2026. [Consult. 25 fev. 2026]. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/projects/edu/the-pisa-2029-media-and-artificial-intelligence-\(mail\)-assessment-will-shed-light-on-whether-young-students-have-had-opportunities-to-learn-and-to-engage-proactively-and-critically-in-a-world-where-production,-participation,-and-social-networking-are-increasingly-mediated-by-digital-and-ai-tools-/PISA%202029%20MAIL%20Assessment%20Framework%20First%20Draft.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/projects/edu/the-pisa-2029-media-and-artificial-intelligence-(mail)-assessment-will-shed-light-on-whether-young-students-have-had-opportunities-to-learn-and-to-engage-proactively-and-critically-in-a-world-where-production,-participation,-and-social-networking-are-increasingly-mediated-by-digital-and-ai-tools-/PISA%202029%20MAIL%20Assessment%20Framework%20First%20Draft.pdf).

Ana Margarida da Costa | ana.amargarid@gmail.com

Bibliotecária, Portugal

RECENSÃO: A Ética da Informação e a reconfiguração do horizonte moral da sociedade digital: revisão crítica de *The Ethics of Information*

REVIEW: Information ethics and the reconfiguration of the moral horizon in the digital society: a critical review of *The Ethics of Information*

Raquel L. A. Soares

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag25a18>

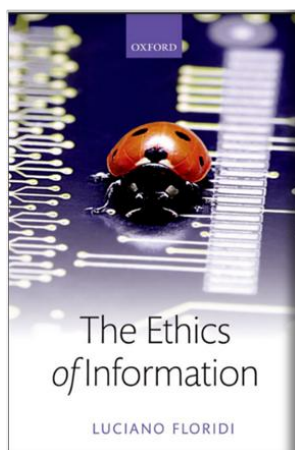
Resumo: A obra *The Ethics of Information* (2013), de Luciano Floridi, constitui um dos marcos mais relevantes na consolidação da ética da informação enquanto campo filosófico contemporâneo. Integrada no projeto mais amplo da filosofia da informação, a obra propõe uma reformulação do pensamento ético à luz das transformações provocadas pela revolução informacional. O presente texto apresenta uma revisão crítica da obra, centrada na análise dos seus principais conceitos. Metodologicamente, procede-se a uma leitura analítico-interpretativa da obra, examinando a argumentação desenvolvida por Floridi e as implicações da sua proposta para a compreensão da responsabilidade moral na sociedade digital. Conclui-se que a ética da informação proposta pelo autor amplia significativamente o horizonte da reflexão ética contemporânea, ao deslocar o foco da análise moral para o ambiente informacional em que os agentes interagem.

Palavras-chave: Ética da informação; Filosofia da Informação; Infosfera; Sociedade digital.

Abstract: Luciano Floridi's *The Ethics of Information* (2013) represents one of the most influential contributions to the development of information ethics as a philosophical field. As part of the broader project of the philosophy of information, the book proposes a reformulation of ethical thinking considering the transformations brought about by the information revolution. This paper presents a critical review of Floridi's work, focusing on its key concepts. Methodologically, the study relies on an analytical and interpretative reading of the book, examining the internal coherence of Floridi's arguments and their implications for understanding moral responsibility in the digital society. The analysis concludes that Floridi's information ethics significantly expands the scope of contemporary ethical reflection by shifting moral analysis toward the informational environment in which agents operate.

Keywords: Information ethics; Philosophy of information; Infosphere; Digital society.

Revisão crítica



A transformação digital das sociedades contemporâneas colocou a informação no centro das dinâmicas econômicas, sociais e culturais. Redes digitais, bases de dados massivas, inteligência artificial e plataformas globais de comunicação reconfiguram profundamente as formas de produzir conhecimento, comunicar e exercer poder. Neste cenário, torna-se inevitável questionar quais são os princípios éticos capazes de orientar a ação humana num ambiente cada vez mais mediado por tecnologias de informação e comunicação. A obra *The Ethics of Information*, de Luciano Floridi, publicada em 2013 pela Oxford University Press, constitui uma das contribuições mais relevantes para essa reflexão. O livro apresenta uma fundamentação filosófica abrangente

para a ética da informação, entendida como um campo capaz de responder às transformações introduzidas pela revolução digital. Longe de se limitar à análise de problemas específicos, como privacidade, vigilância ou propriedade intelectual, Floridi procura estabelecer uma arquitetura conceptual que permita compreender as implicações morais da sociedade informacional de forma sistemática.

O autor é amplamente reconhecido como um dos principais filósofos contemporâneos no domínio da ética da informação e da filosofia da tecnologia. Associado ao Oxford Internet Institute da Universidade de Oxford¹, Floridi desenvolveu ao longo das últimas décadas um programa de investigação dedicado à análise conceptual da informação e das suas implicações epistemológicas, ontológicas e éticas. *The Ethics of Information* integra a tetralogia *Principia Philosophiae Informationis*, dedicada à construção de uma teoria sistemática da filosofia da informação. O primeiro volume dessa série, *The Philosophy of Information* (2011) estabelece os fundamentos epistemológicos e ontológicos da abordagem proposta pelo autor. No livro aqui analisado, Floridi desloca a discussão para o domínio ético, examinando as implicações morais da sociedade digital e defendendo a necessidade de desenvolver uma ética capaz de compreender os efeitos das tecnologias de informação e comunicação na vida humana e nas estruturas sociais.

Do ponto de vista metodológico, o presente texto assume a forma de uma recensão crítica de natureza analítico-interpretativa, baseada na leitura sistemática da obra. A análise incide sobre os principais conceitos desenvolvidos pelo autor e sobre a coerência interna da argumentação apresentada ao longo do livro. Importa igualmente esclarecer que, no processo de preparação do presente texto, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial exclusivamente para efeitos de reformulação linguística e revisão gramatical, não tendo sido utilizadas para a geração de conteúdo conceptual ou argumentativo. A interpretação crítica e a estrutura analítica da recensão resultam da leitura direta da obra recenseada.

A análise inicia-se com uma reflexão sobre o impacto histórico da revolução informacional. Floridi argumenta que as sociedades contemporâneas entraram numa fase que denomina condição hiper-histórica, caracterizada pela dependência crescente das instituições sociais em relação à gestão da informação. Historicamente, a evolução das sociedades pode ser compreendida através do desenvolvimento dos sistemas de registo e transmissão da informação. A invenção da escrita marcou o início da história documentada, permitindo preservar e transmitir conhecimento entre gerações. No entanto, as tecnologias digitais introduziram uma transformação qualitativa nesse processo, ampliando exponencialmente a capacidade de produzir, armazenar e processar informação. Floridi descreve esse fenómeno através do conceito de ciclo de vida da informação, que inclui diferentes etapas interligadas, como criação, registo, armazenamento, processamento, distribuição e utilização. As tecnologias digitais tornaram possível gerir esse ciclo de forma cada vez mais rápida e eficiente, criando um ambiente social profundamente dependente da informação.

Essa transformação produz efeitos estruturais na economia e na organização social. Nas sociedades contemporâneas, uma parte significativa da produção económica baseia-se em bens intangíveis e serviços intensivos em informação, como comunicação, educação,

¹ Sobre o autor: <https://www.oii.ox.ac.uk/people/profiles/luciano-floridi/>

finanças e entretenimento. A informação deixa, assim, de ser apenas um instrumento utilizado pelos indivíduos e passa a constituir um elemento central da organização social. É neste contexto que Floridi introduz um dos conceitos mais influentes da sua teoria: o conceito de 'infosfera'. O termo designa o ambiente global constituído por todas as entidades informacionais, incluindo sistemas digitais, redes de comunicação, bases de dados e fluxos de informação produzidos pelas atividades humanas. A infosfera não deve ser compreendida apenas como um conjunto de tecnologias, mas como um ecossistema informacional no qual diferentes entidades interagem.

Ao propor esta perspetiva, Floridi aproxima a ética da informação de uma abordagem ecológica. Tal como a ética ambiental procura proteger os ecossistemas naturais, a ética da informação procura preservar a integridade e a qualidade da infosfera. Essa mudança conceptual tem implicações profundas para a reflexão ética. Tradicionalmente, as teorias morais concentraram-se nos comportamentos humanos e nas suas consequências diretas. Floridi argumenta, porém, que as ações humanas devem também ser avaliadas em função do impacto que produzem no ambiente informacional. A partir dessa perspetiva, a ética da informação não se limita à regulação de comportamentos individuais, mas procura compreender a dinâmica moral do ecossistema informacional no seu conjunto.

Um dos argumentos centrais da obra consiste na defesa de que a ética da informação deve ser compreendida como uma macroética. Isto significa que ela não se limita a um domínio específico da moralidade, mas oferece um quadro teórico capaz de integrar diferentes áreas da reflexão ética. Floridi identifica várias fases no desenvolvimento da ética da informação, começando pela análise dos recursos informacionais e dos produtos informacionais e evoluindo para uma abordagem centrada no ambiente informacional. Na fase mais avançada desse desenvolvimento, a ética da informação passa a considerar o impacto das ações humanas na totalidade da infosfera. Nesse contexto, o objetivo da moralidade consiste em preservar e melhorar a qualidade do ambiente informacional.

Para fundamentar essa abordagem, Floridi propõe um modelo ontocêntrico da moralidade. De acordo com este modelo, todas as entidades informacionais possuem um certo grau de valor intrínseco e devem ser protegidas contra processos de degradação ou destruição injustificada. Essa proposta representa uma rutura significativa com as tradições éticas antropocêntricas, que tendem a atribuir valor moral apenas aos seres humanos ou a seres dotados de consciência. Ao deslocar o foco da moralidade para o ambiente informacional, Floridi amplia o horizonte da reflexão ética e propõe uma nova forma de compreender a responsabilidade moral na sociedade digital.

Outro tema relevante desenvolvido ao longo da obra é o papel dos agentes artificiais na esfera moral. Com o avanço da inteligência artificial e dos sistemas automatizados, torna-se cada vez mais difícil atribuir responsabilidade moral apenas a indivíduos humanos. Floridi argumenta que muitas ações contemporâneas resultam de sistemas sociotécnicos complexos nos quais humanos e máquinas interagem de forma distribuída. Nessas circunstâncias, a agência moral deve ser compreendida como um fenómeno distribuído, emergente das interações entre diferentes componentes de um sistema tecnológico. Essa abordagem permite compreender de forma mais adequada fenómenos contemporâneos como plataformas digitais, algoritmos de decisão e sistemas automatizados que participam em processos socialmente relevantes.

A obra dedica também uma análise aprofundada à questão da privacidade informacional. Em vez de considerar a privacidade apenas como um direito de controlo sobre dados pessoais, Floridi propõe uma interpretação ontológica do conceito. Segundo essa perspectiva, a informação pessoal constitui uma extensão da identidade do indivíduo. Assim, a violação da privacidade representa uma forma de interferência na integridade do sujeito. Esta interpretação permite compreender de forma mais profunda os desafios colocados pela vigilância digital, pela recolha massiva de dados e pelos modelos económicos baseados na exploração de informação pessoal.

Nos capítulos finais do livro, Floridi amplia a sua análise para o plano global. A interconexão das redes digitais cria um ambiente em que ações realizadas num determinado contexto podem produzir efeitos à escala mundial. Nesse cenário, torna-se necessário desenvolver uma ética global da informação capaz de orientar políticas públicas, práticas empresariais e comportamentos individuais num ambiente digital interdependente. O autor argumenta que essa ética global deve basear-se no reconhecimento da infosfera como um bem comum que deve ser protegido e preservado.

A principal contribuição de *The Ethics of Information* reside na capacidade de oferecer uma estrutura conceptual coerente para compreender os desafios éticos da sociedade digital. Ao integrar conceitos provenientes da filosofia, da ciência da computação e da teoria da informação, Floridi constrói um quadro teórico inovador e abrangente. Entre os seus contributos mais relevantes destaca-se a introdução do conceito de infosfera e a proposta de uma ética ontocêntrica que amplia o horizonte da reflexão moral. Essa abordagem permite compreender os problemas éticos associados às tecnologias digitais de forma mais ampla do que as abordagens tradicionais.

Apesar da sua originalidade, a proposta de Floridi levanta também algumas questões críticas. A atribuição de valor moral a todas as entidades informacionais pode tornar difícil estabelecer hierarquias de valor em situações de conflito ético. Do mesmo modo, a ideia de agência moral distribuída suscita debates importantes sobre a responsabilidade em sistemas tecnológicos complexos. Ainda assim, essas questões não diminuem a relevância da obra. Pelo contrário, demonstram a profundidade do desafio filosófico enfrentado pelo autor ao procurar construir uma ética capaz de responder às transformações provocadas pela sociedade informacional.

A obra *The Ethics of Information* representa uma das contribuições mais influentes para a reflexão ética na era digital. Ao propor uma ética centrada na infosfera, Floridi oferece uma nova perspectiva para compreender as implicações morais da sociedade informacional.

Para o campo da Ciência da Informação, a obra apresenta particular relevância, pois fornece um quadro conceptual capaz de orientar a reflexão sobre temas como gestão da informação, preservação digital, privacidade e governança das infraestruturas informacionais. Num mundo cada vez mais estruturado por fluxos de dados e sistemas digitais, a ética da informação surge como um instrumento essencial para orientar a construção de sociedades mais responsáveis, sustentáveis e conscientes do impacto das tecnologias na vida humana.

Referências bibliográficas

FLORIDI, Luciano

2013 *The Ethics of information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

OXFORD INTERNET INSTITUTE

2026 *Profile Luciano Floridi*. [Em linha]. 2026. Disponível em:

<https://www.oii.ox.ac.uk/people/profiles/luciano-floridi/#about>.

Raquel L.A. Soares | soares.raquel@edu.ulisboa.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Centro de Estudos Clássicos

